

**Universidade Federal da Bahia**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em História**



**ANNE ALVES DA SILVEIRA**

**SORRIA, VOCÊ ESTÁ SENDO ESPIONADO: A ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE  
INFORMAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (1972-1979)**

Salvador/BA

2019

**ANNE ALVES DA SILVEIRA**

**SORRIA, VOCÊ ESTÁ SENDO ESPIONADO: A ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE  
INFORMAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (1972-1979)**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do Título de Mestre em História pelo  
Programa de Pós-Graduação em História Social sob  
a orientação do Prof. Dr. Antonio Mauricio F. Brito e  
a coorientação do Prof. Dr. Carlos Zacarias  
Figueirôa de Sena Júnior

Salvador/BA

2019

**ANNE ALVES DA SILVEIRA**

**SORRIA, VOCÊ ESTÁ SENDO ESPIONADO: A ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE  
INFORMAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (1972-1979)**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do Título de Mestre em História,  
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia.

Nº

Salvador, 08 de outubro 2019

Banca examinadora:

Prof. Dr. Antonio Mauricio Freitas Brito (Orientador) - UFBA

Prof. Dr. Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior (Coorientador) - UFBA

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta – UFMG

Salvador/BA

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silveira, Anne Alves da

Sorria, você está sendo espionado: a atuação do  
serviço de informação na Universidade Federal da Bahia  
(1972-1979) / Anne Alves da Silveira. -- Salvador,  
Ba, 2019.  
173 f.

Orientador: Antonio Mauricio Freitas Brito.

Coorientador: Carlos Zacarias Figueirôa de Sena  
Júnior.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em História) --  
Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia  
e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em  
História, 2019.

1. Ditadura de 1964. 2. Serviço de informação. 3.  
Assessoria de Segurança e Informação/UFBA. I. Brito,  
Antonio Mauricio Freitas. II. Sena Júnior, Carlos  
Zacarias Figueirôa de. III. Título.

## AGRADECIMENTOS

Após um longo percurso, chegamos ao fim dessa etapa de minha vida. Venho por meio deste dedicar algumas linhas a quem acompanhou essa caminhada e de alguma maneira proporcionou essa conquista. Nesse momento não quero apenas lembrar as dificuldades que, por sinal, foram muitas: obstáculo para conseguir acesso ao arquivo, documentos incompletos ou ilegíveis, desorganização da documentação, cansaço, estresse, ansiedade, insônia, falta de inspiração, a negação da minha capacidade em produzir, problemas muitas vezes gerados por questões do âmbito pessoal/ emocional, preocupação com o futuro, fim de bolsa, busca por trabalho, cobranças, ou apenas a autocobrança. São contratempos que influenciaram de forma direta ou indireta no processo de escrita. A produção textual foi outro entrave. Escrever é um ato de coragem e de extrema importância no trabalho do historiador e necessita de ambiente calmo e sem estresse - algo muito possível na conjuntura política atual do nosso país. Ironias à parte, essas dificuldades são comuns a todos que ingressam na vida acadêmica, sem negar a existência de algumas singularidades.

Contudo, a vida universitária não é apenas dor e sofrimento. Há também momentos bons, de felicidade, de comunhão, de cumplicidade e conquista. Só quem consegue acesso ao arquivo necessário para o andamento do trabalho, ou quando encontra *aquela* documento que muda ou confirma uma hipótese consegue compreender esse sentimento. Todas essas conquistas só foram possíveis porque tiveram pessoas que acreditaram em mim e no meu trabalho. Antes de qualquer coisa, agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq) pela bolsa concedida que auxiliou por dois anos o andamento do meu mestrado, assim como devo agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia por ter propiciado condições que favoreceram a minha pesquisa. Além disso, devo agradecer pela paciência, cuidado, dedicação e aos conselhos concedidos pelo meu querido orientador, Dr. Antonio Mauricio Brito: respeitou meu jeito ímpar de trabalhar, sem negligenciar o seu papel, apresentando questões consistentes para o desenvolvimento do trabalho, contribuindo com suas críticas apresentadas de forma simples e firme, dignas de um virginiano. Apenas posso lhe dizer meu “muito obrigada”! Tenho certeza que não conseguiria ir muito longe sem as suas observações. Agradeço também ao meu coorientador Dr. Carlos Zacarias de Sena Júnior, que me proporcionou importantes questionamentos e reflexões. Estendo gratidão ao Dr. Rodrigo Patto Sá Motta que, antes mesmo de tê-lo conhecido na banca de qualificação, já se encontrava presente na pesquisa: meu “muito obrigada” pelas diferentes formas de contribuição na dissertação.

Devo agradecer também aos arquivistas Joseane Oliveira, Ricardo Andrade e os demais funcionários do *Estudos Baianos*, local onde se encontra o acervo consultado que, depois da dificuldade em conseguir autorização de acesso, me forneceram total auxílio disponibilizando os acervos necessários para minha pesquisa. Em especial agradeço às minhas amigas, Louise Oliveira Assunção, arquivista responsável pelo memorial Alindo Fragoso da Escola Politécnica da UFBA e Solenar Nascimento arquivista responsável pelo memorial da Faculdade de Direito, que me acolheram durante o período de construção de pré-projeto de mestrado, fornecendo alguns documentos, além das informações necessárias para conseguir o acesso ao arquivo da ditadura do *Estudos Baianos*.

Meu agradecimento às pessoas que aceitaram ser entrevistados (as), compartilhando suas memórias sobre a Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI/ASI) e sobre a universidade – a professora Alda Pepe, o Dr. Valdélcio Silva, o Dr. Olival Freire Jr, o professor Antônio Carlos Laranjeiras, Maria de Lourdes Esteves e Yeda Ferreira. Registro gratidão especial à Iracy Picanço, que não mais se encontra entre nós, mas que esteve presente desde a graduação no trabalho na Comissão da Verdade/UFBA. Não posso deixar de agradecer a Othon Jambeiro, uma das primeiras pessoas que incentivou a desenvolver essa pesquisa. Assim como todos meus amigos e amigas, e familiares (consanguíneos ou de coração) que de formas diferentes me forneceram apoio, compreenderam meu “exílio”, mas permaneceram presentes em minha vida fazendo uso da tecnologia, sob forma de mensagens, ligações e outros.

Como uma boa cristã, que tentou mesmo com a correria do mestrado cumprir com todas as obrigações religiosas, devo agradecer a Deus, pelas boas energias que me fortaleceu. Agradeço ao meu exemplo de força: minha MÃE, Maria das Graças Alves da Silveira. Grata também às minhas irmãs Jamile Alves e Rejane Alves que acreditaram em mim. Além da confiança depositada, Rejane Alves me ajudou de diferentes formas e momentos ao longo da pesquisa. Não posso deixar de agradecer aos meus amigos que estiveram de forma presente na minha vida durante a pesquisa, amigos que eu já tinha e amigos que fiz durante o mestrado e que compartilharam comigo suas angústias, suas pesquisas, suas conquistas, fazendo com que eu não me sentisse sozinha nessa luta: Débora Pereira, Fernanda Flôres, Júlio Ernesto, Felipe Duccini, Alan Passos, Gleyka Teles, Lívia Caroline Alves, Marlos Candido, Robson Cerqueira e Gilberto Oliveira. Também devo agradecer aos professores Dilton Oliveira, Laura Oliveira e João José Reis que de forma simples e singela participaram também dessa trajetória. Por último não menos importante devo agradecer ao meu porto seguro, aquele que está presente na minha vida, me dando todo apoio do mundo, meu companheiro para a vida, Edwin Mozo.

## RESUMO

A pesquisa analisa o processo de criação e atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informação, implantada na Universidade Federal da Bahia em 1972. Pertencente à estrutura de repressão do Estado ditatorial, este órgão teve por intuito coletar informações sobre a comunidade acadêmica, assessorando o reitor, no que fosse possível, em prol da “Segurança Nacional”. Por meio da vigilância, a Assessoria visava manter o controle da Universidade, evitar a proliferação da “subversão” e garantir que os atos de “rebeldia” fossem punidos pelos dirigentes. Para a pesquisa, foram utilizados documentos produzidos pela própria assessoria como relatórios, ofícios confidenciais enviados e recebidos por órgãos de informação e de segurança, regimentos internos, decretos, portarias e anexos como *clipping* de jornais comerciais de várias regiões do país, publicações produzidas por estudantes e as anônimas–divulgadas em ambientes universitários ou encontradas sob posse de universitários. Realizamos também entrevistas tanto com pessoas que trabalharam na assessoria, quanto com membros da comunidade. Além disso, algumas oitivas produzidas pela Comissão Milton Santos de Memória e Verdade foram investigadas. Esses documentos ampararam uma análise do contexto em que se deu a atuação da Assessoria, bem como dos impactos das intervenções do aparato repressivo no ambiente universitário.

Palavras-chave: Universidade Federal da Bahia; Serviço de informação e Assessoria de Segurança e Informação.

## ABSTRACT

The research analyzes the process of creation and performance of the Special Advisory Office of Security and Information, implanted in the Federal University of Bahia in 1972. Belonging to the structure of repression of the dictatorial state, this body had the purpose to collect information about the academic community, advising the dean, wherever possible, in favor of "National Security". Through surveillance, the Advisory Board aimed to maintain control of the University, prevent the proliferation of "subversion" and ensure that acts of "rebellion" were punished by the leaders. For the research, were used documents produced by the advisory itself as reports, confidential letters sent and received by information and security agencies, bylaws, decrees, ordinances and attachments as clipping of commercial newspapers from various regions of the country, student-produced and anonymous publications - published in university settings or found under university ownership. We also conducted interviews with both staff members and community members. In addition, some hearings produced by the Milton Santos Commission on Memory and Truth were investigated. These documents supported an analysis of the context in which the Advisory's action took place, as well as the impacts of repressive apparatus interventions on the university environment.

Keywords: Federal University of Bahia; Information Service and Security Advisory and Information.

## LISTA DE TABELA

1º ORGANOGRAMA DO SISSEGIN - SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA.....	34
2º ORGANOGRAMA DO SISNI – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO.....	34
TABELA 1 – LISTA DE FUNCIONÁRIOS DA ASSESSORIA DE 1974 .....	43
TABELA 2 - PUBLICAÇÕES ESTUDANTIS EM 1972 E 1973. ....	80
TABELA 3 - OFÍCIOS RECEBIDOS E ENVIADOS, TROCADOS PELOS OIS COM A ASSESSORIA, SOBRE o MOVIMENTO ESTUDANTIL 1972/1979 .....	82
TABELA 4 - CLASSIFICAÇÕES DOS JORNAIS .....	86
TABELA 5 - RELAÇÃO DAS UNIDADES E A SITUAÇÃO DAS AULAS DURANTE A GREVE DE 1975 – UFBA.....	96

## LISTA DE SIGLAS

ABE – Agências Regionais do Belém/Pará  
ACG – Agências Regionais de Campo Grande/Mato Grosso do Sul  
ACT – Agências Regionais do Curitiba/Paraná  
AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informação  
AI – Ato Institucional  
AFZ – Agências Regionais de Fortaleza/Ceará  
AGO – Agências Regionais de Goiânia/Goiás  
AMA – Agências Regionais do Manaus/Amazonas  
AMG – Agências Regionais de Minas Gerais  
APA – Agências Regionais de Porto Alegre/Rio Grande do Sul  
ARE – Agências Regionais de Recife/Pernambuco  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
ARJ – Agências Regionais do Rio de Janeiro  
ARSI – Assessoria Regional de Segurança e Informação  
ASI – Assessoria de Segurança e Informação  
ASO – Agências Regionais de São Paulo  
ASV – Agências Regionais de Salvador/Bahia  
BEBA – Boletim dos Estudantes da Bahia  
BIS – Boletim Informativo Semanal  
CENAP – Centro Nacional de Aperfeiçoamento e Tecnologia em Petróleo  
CENIMAR – Centro de Inteligência da Marinha  
CGI – Comissão Geral de Inquérito  
CIE – Centro de Informações do Exército  
CIEX – Centro de Informações Exteriores  
CISMEC – Comissão de investigação Sumária do MEC  
CISA – Centro de Informações da Aeronáutica  
CODI – Centro de Operações de Defesa Interna  
CPC – Centro Popular de Cultura  
CSN – Conselho de Segurança Nacional  
DA – Diretório Acadêmico  
DCE – Diretório Central dos Estudantes  
DOI – Destacamento de Operações e Informações  
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social  
DOU – Diário Oficial da União  
DPF – Departamento de Polícia Federal  
DSI – Divisão de Segurança Interna  
DSN – Doutrina de Segurança Nacional  
DSN – Doutrina de Segurança Nacional  
EMFA – Estado Maior das Forças Armadas  
ESG – Escola Superior de Guerra  
EsNI – Escola Nacional de Informações  
EUA – Estados Unidos das Américas  
FQ – Ficha de Qualificação  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais  
IPM – Inquérito Policial Militar

LAI – Lei de Acesso à Informação  
LDB – Levantamento de Dados Biográficos  
LSN – Lei de Segurança Nacional  
MCB – Movimento Comunista Brasileiro  
MCI – Movimento Comunista Internacional  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro  
ME – Movimento Estudantil  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
OBAN – Operação Bandeirantes  
OI – Órgão de Informações  
PF – Polícia Federal  
PM – Policial Militar  
PNI – Plano Nacional de Informações  
RSAS – Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos  
SCDP – Serviço de Censura de Divisão Pública  
SFICI – Serviço Federal de Informações e Contrainformações  
SICI – Seção de informação e Contrainformação  
SISNI – Sistema Nacional de Informações  
SISSEGIN – Sistema Nacional de Segurança Interna  
SISSI – Sistema Setorial de Informação e Contrainformação  
SNI – Serviço Nacional de Informação  
SSI – Sistemas Setoriais de Informações  
UFBA – Universidade Federal da Bahia  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1º CAPÍTULO .....	30
Criação da AESI/ASI .....	30
1.2 Regras e contrarregras: o distanciamento entre as normas e a execução.....	51
1.2.1 Desafios para o bom funcionamento da Assessoria .....	53
2º CAPÍTULO .....	60
Vigilância e Repressão: Serviço de Inteligência no Controle da Comunidade Acadêmica .....	60
2.1 Vigilância e o início das articulações estudantis .....	64
2.1.1 A Repressão aos olhos da comunidade acadêmica .....	64
2.2 Rearticulação do Movimento Estudantil e a AESI .....	70
2.2.1 As publicações estudantis e o “controle” da Assessoria .....	80
2.3 A greve estudantil contra o jubramento (1975).....	92
2.3.1 Agitações pós-greve de 1975 .....	102
3º CAPÍTULO .....	112
Divergência e convergência na produção de informação: a busca pelo controle dos indivíduos .....	112
3.1 Produção de Informação na Assessoria/UFBA.....	117
3.1.1 Universidade vigiada: a Assessoria e seu modo de agir .....	118
3.1.2 Relação Reitor/AESI: o Sigilo em seu Serviço.....	125
3.2 Crise no sistema de repressão .....	134
3.2.1 As manifestações em meio à repressão .....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	157
Anexos.....	160
Referências .....	168

## INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho é investigar as ações da Assessoria Especial de Segurança de Informação no âmbito da Universidade Federal da Bahia (1972-1979). Criada na década de 1970, a Assessoria fazia parte do Serviço Nacional de Informação (SNI) - um complexo informativo concebido nos primeiros meses após o golpe de 1964. Esse órgão de informação foi estabelecido pela lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964, em substituição ao Serviço Federal de Informações e Contrainformação (SFICI),<sup>1</sup> criado em 1946 e o responsável pelo serviço de inteligência dos governos anteriores, incluindo o presidente deposto João Goulart (Jango).<sup>2</sup> O SNI tinha como intuito suprimir as falhas cometidas pelo SFICI durante a presidência de Jango que não conseguiu interceptar as conspirações contra o governo.

Subordinado ao presidente da República, o poder de controle exercido pelo SNI tinha extensões em vários setores sociais, inclusive no poder judiciário e legislativo, sendo que dois dos seus ex-chefes tornaram-se presidentes. Atuou não apenas durante toda a ditadura, como esteve presente no período de "abertura" política, tendo havido inclusive ampliação dos investimentos para o aprimoramento de suas ações. A ditadura de 1964 pode ter gerado diversos “monstros”, mas nenhum tão forte e extenso quanto o SNI, que “cresceu e espalhou seus tentáculos sobre toda a sociedade e sobre os aparelhos do Estado”.<sup>3</sup>

Seus atos produziram diversas feridas sociais que foram investigadas pela Comissão Nacional da Verdade, instituída em 16 de maio de 2012 no governo da presidenta Dilma Rousseff. Concentrava-se em apurar crimes cometidos contra os direitos humanos praticados entre os anos de 1946 e 1988, incluindo os crimes executados pelos militares e as próprias forças armadas.

---

<sup>1</sup> BRASIL, Brasília. Decreto-Lei n.º 9.775-A. Publicado no Diário Oficial da União em 10 de setembro de 1946 - Seção 1 – 10.

<sup>2</sup> João Goulart, vice de Jânio Quadros nas eleições de 1960, assumiu a presidência da República depois de um período conturbado, ocasionado em função da renúncia do presidente eleito Jânio Quadros após a posse. O governo de João Goulart passou por diversas crises. No dia 1º de abril de 1964 o golpe contra Jango foi consumado, dando início à era ditatorial do Brasil. FICO, Carlos. **O grande Irmão da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**//. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008).

<sup>3</sup>D'ARAÚJO, Maria Celina *et al.* Rompendo o pacto do silêncio. In: **Os anos de Chumbo: a memória militar sobre a Repressão**. Organização: Maria Celina D'Araújo, Gláucio Ary Soares, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 14.

O desejo de estudar a AESI surgiu exatamente nesse contexto de instalação das Comissões da Verdade. Ainda na graduação, desenvolvi uma pesquisa para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), *Teatro Em Movimento Na Bahia - 1968: Uma análise do teatro durante as discussões sobre censura através da imprensa baiana*, a partir do *Jornal da Bahia* e jornal *A Tarde* - 1967/1968. Durante esse processo fui selecionada para ser bolsista da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da Universidade Federal da Bahia e investigar os perseguidos da ditadura na universidade. Nesse momento deparei-me com uma infinidade de documentos, incluindo os ofícios confidenciais elaborado pela AESI. Conclui meu TCC e elaborei o pré-projeto para a seleção de mestrado fazendo uso dos documentos encontrados durante a pesquisa na comissão.

Apesar do aumento de publicações sobre a ditadura e o serviço de inteligência, ainda há muito a ser investigado, a exemplo das Agências Regionais (AR) e a Agência Central (AC), ambas ligadas ao Serviço Nacional de Informação (SNI). Embora seja muito citada nos trabalhos acadêmicos, não existe uma pesquisa densa sobre as características das Divisões de Seguranças e Informações (DSIs) dentro dos diversos ministérios ocupados pelo órgão. Por último, faltam também pesquisas sobre as Assessorias de Seguranças e Informação (AESI/ASI), que foram instaladas não apenas nas universidades, mas em todos os órgãos públicos federais e em órgãos estaduais.

Diferentemente dos outros temas pontuados acima, existem trabalhos sobre a AESI dentro do contexto inserido, e não apenas nas universidades. A principal referência é Rodrigo Patto Sá Motta, com o artigo “*Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: as assessorias de segurança e informações das universidades*” publicado em 2008 e o livro “*As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*”, lançado em 2014. Motta discute a AESI como instrumento da militarização do Estado, que se encontrava em processo de modernização, com feições autoritárias e conservadoras nas Universidades. Dessa forma, o autor analisa o processo de extensão dos aparatos repressivos nos espaços acadêmicos, fugindo da perspectiva repressão vs resistência, adotando as noções de resistência, adesão e acomodação.

Seguindo a mesma perspectiva, temos a dissertação de mestrado de Ayala Rodrigues Oliveira Pelerine, “*Modernização e repressão: os impactos da ditadura militar na Universidade Federal do Espírito Santo (1969-1974)*”, defendida em 2016, na Universidade Federal do Espírito Santo. O trabalho enfoca a modernização conservadora e autoritária das

universidades. A autora analisa o impacto da reforma universitária e as ações repressivas no espaço acadêmico. Na UFES foram produzidos mais dois artigos sobre a AESI, um publicado por Dinorah Lopes Rubim Almeida – “*A atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informação na Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES): análise de documentos relativos à vigilância aos militantes da comunidade universitária, contrários à ditadura militar*” - e outro pelo professor Dr. Pedro Ernesto Fagundes – “*Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES)*”. O primeiro analisa o funcionamento da AESI na Universidade em questão e o segundo discute a dificuldade do acesso aos documentos da Assessoria da UFES.

Temos outros trabalhos que não investigam a ASI, mas abordam, em alguma perspectiva, a repressão realizada no âmbito da comunidade acadêmica, a exemplo da tese desenvolvida por Ludmila Gama Pereira, defendida na Universidade Federal Fluminense: “*Nenhuma ilha da liberdade: Vigilância, Controle e Repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1987)*”. Em seu terceiro capítulo, a autora discute o processo de institucionalização do aparato repressivo e sua atuação na universidade. A dissertação de mestrado de Vânia Farias Ferreira, “*Universidade Federal de Pelotas à época da ditadura civil-militar: memórias divergentes de uma trajetória*”, defendida em 2017, propõe analisar os casos de supressão dos direitos humanos ocorridos na Universidade Federal de Pelotas.

O trabalho defendido em 2013 por Dmitri Felix do Nascimento intitulado “*O Serviço Nacional de Informações (SNI): O Estado de Pernambuco vigiado*” apresenta a formação do aparato repressivo e informativo que atuou em diversos espaços, incluindo a universidade, durante a ditadura. Tomemos por exemplo também a dissertação de Jaime Valim Mansan “*Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964 e 1969)*”. Trata-se dos processos de expurgos de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Na tese “*Subversivos: ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964-1988)*”, ele amplia as discussões sobre a repressão na universidade, pensando no sistema de controle social no campo da educação superior brasileira durante o governo de exceção. Por fim, acrescento nessa lista de exemplos os livros de memória da repressão, que contêm registros das atrocidades vivenciadas por membros da comunidade acadêmica em período ditatorial, “*Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS*” e o “*Livro Negro da USP: o Controle Ideológico da Universidade*”.

Sobre a AESI na UFBA, vale destacar o artigo “*Perseguições, espionagem e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 a 1979)*”, em que José Eduardo Ferraz Clemente discute os mecanismos de controle exercido pelos órgãos de inteligência, no Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Além dos trabalhos mencionados, temos os artigos sobre a repercussão da implantação da Assessoria no âmbito da Escola Politécnica da UFBA, publicado por Louise Anunciação Fonseca de Oliveira, Jussara Borges e colaboradores, “*Escola Politécnica da UFBA e a Assessoria de Segurança e Informação*” e “*Ações arquivísticas no Acesso à Informação junto à Comissão da Verdade da UFBA: resgate histórico do período da ditadura civil militar*”. Ainda há muito a ser investigado sobre a Assessoria não apenas na Universidade Federal da Bahia, como nas demais universidades, empresas mistas e institutos públicos.

Não será possível falar sobre a Assessoria, que mantinha diálogos com os demais serviços de informação, sem esclarecer minimamente quem eram esses órgãos. Para tanto, trabalhamos com os dados disponíveis em pesquisas já publicadas não apenas em História, mas na Arquivologia, Sociologia e Ciência Política, além de memórias de militares sobre a ditadura. A bibliografia serviu não apenas para o entendimento sobre os demais órgãos de informações, como também para a compreensão do contexto – sempre cruzando com os dados da documentação.

### **Notas sobre as fontes**

Os documentos consultados para a realização do trabalho foram pesquisados no setor de *Estudos Baianos*, localizado na seção *Lugares de Memória*, instalada no último andar da *Biblioteca Central Macedo Costa*, coordenado pela servidora Maria Alice Ribeiro. A equipe é formada pela arquivista chefe Me. Joseane Oliveira da Cruz, Me. Ricardo Sodré Andrade e Inácia Maria dos Santos. O arquivo possui 12 acervos, sendo que um deles corresponde ao *arquivo da ditadura* que possui 11 caixas, com registros provisórios. Não há nenhuma informação confirmada sobre a origem dos documentos que compõem o arquivo da ditadura. A partir do Projeto Arquivo da Ditadura na UFBA coordenado pela prof.<sup>a</sup> Dra. Lídia Brandão Toutain e Me. Ricardo Sodré Andrade (produtor do *Software*), foi criada uma base digital de índice onomástico. Todavia, o sistema apenas disponibiliza informação de quais nomes são citados nos documentos, não fornece acesso à íntegra do documento. O acervo é rico em

informação produzida pela própria comunidade acadêmica, havendo vários documentos da Assessoria Especial de Segurança e Informação e dos demais órgãos informativos.

A partir da análise dos documentos da Assessoria/UFBA foi possível identificar o processo de instalação do órgão, a relação dos funcionários, os mecanismos de atuação, conflitos entre os órgãos de repressão e de informação, bem como a reação de alguns atores atingidos pelas interferências da AESI diante das ações repressivas, as informações postas para a comunidade e quais os olhares e preocupação existentes tanto entre os membros da universidade quanto do sistema de vigilância. Assim, utilizamos como fontes os ofícios confidenciais, regimentos internos da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) da UFBA e da Divisão de Segurança e Informações (DSI), decretos, leis, relatórios, publicações de jornais comerciais e estudantis – entre outros documentos anexados aos arquivos da assessoria e por fim, foi consultado também o relatório da Comissão da Verdade UFBA. Este é o primeiro trabalho que busca compreender a atuação da AESI na UFBA, o que possibilita novas pesquisas com o objetivo de compreender esse período sombrio mais a fundo.

Além dessa documentação escrita, utilizamos a memória de pessoas que viveram a época, tendo como perspectiva que as fontes orais são construções baseadas “em referências do passado” que abrangem “uma versão redentora e pessoal do passado ou dos fatos”, principalmente quando se trata de memórias da ditadura. Compreendemos também que em grande medida as memórias são embalsamadas em “teor romântico ou nostálgico de quem conta ou evoca o passado,” além de ser fruto de uma vivência pessoal e/ou coletiva, ou seja, submetida à impressão ou experiência pessoal.<sup>4</sup> O processo de transmissão de memória perpassa pelas “zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento.”<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup>MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo, 4ª edição Revista e Ampliada, Editora Loyola, 2002, p. 50.

<sup>5</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 8.

Para tanto, foram realizadas sete entrevistas e consultadas seis oitivas publicadas pela Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA<sup>6</sup> com o intuito de compreender as memórias produzidas sobre a vida cotidiana dentro da universidade, suas angústias, as pautas levantadas nas discussões do Movimento Estudantil, visões sobre o contexto repressivo e lembranças e esquecimentos sobre a AESI. Percebemos muitas ambiguidades sobre o conhecimento das atividades realizadas pela AESI, havendo divergências de informações conforme o tempo, o lugar e cargo assumido pelo entrevistado. Contudo, a presença do medo e autocensura foi sentida por todos os entrevistados em graus diferentes.

Ao fazer uso de fontes distintas, foi observada a necessidade de utilizar métodos distintos, correspondentes ao tratamento e análise dos diferentes registros históricos. Na análise documental foram considerados a origem, para qual público foi destinado, contexto de produção do documento, por fim, o local em que os documentos foram inseridos (os anexos). Isso porque compreendemos que todo manuscrito “é portador de um discurso, uma construção, e não pode ser visto como algo que reproduz fielmente a realidade”.<sup>7</sup> Após a análise externa, passamos para a fase da crítica interna ao documento. Nesse momento foi observado o discurso do texto. É fato que os ofícios confidenciais, os relatórios, os decretos, as portarias, assim como as publicações estudantis e os jornais comerciais possuem características distintas, ou seja, visam produzir efeitos específicos a quem foram destinados. Contudo, além das informações voluntárias apresentadas, buscou-se também na análise textual, “os traços involuntários com relação às informações literais: algo que escapa, por assim dizer,<sup>8</sup> o que “não implica que uma dessas categorias tenha precedência sobre a outra”.<sup>9</sup>

Dentro dessa perspectiva, procuramos compreender em primeira instância o conjunto documental. Isso porque o acervo encontra-se em estágio de identificação, possuindo apenas os registros provisórios. A falta de simetria no acervo implicou que alguns documentos que deveriam estar agrupados, principalmente os anexos, se encontrassem em caixas diferentes. O segundo momento dedicou-se a compreender a natureza do documento, suas origens, para

---

<sup>6</sup> TV UFBA – Oitivas da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/webtvufba/search?query=comiss%C3%A3o+da+verdade+ufba>> Acesso em: 09 de jul. 2017.

<sup>7</sup> SILVA, Edson Amando. Métodos e técnicas de pesquisa em história II/ Edson Armando Silva, Francieli Lunelli Santos e Cláudio Denipoti. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2011, p. 73.

<sup>8</sup> BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. *Mouseion*, n. 12, mai-ago/2012, p. 141.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p 143.

quem foi destinado e o contexto de criação. Esse momento foi separado em duas fases distintas. A primeira era pensar o conjunto documental oficial mais anexo. Compreender quem os uniram, para qual propósito e quem foi o destinatário. A segunda fase destinou-se pensar apenas nos anexos. Por exemplo, quando o anexo era um jornal, buscou-se informações sobre qual a origem, a quem era dedicado, qual o conteúdo, se era uma publicação estudantil ou comercial (*Jornal da Bahia, Tribuna da Bahia, A Tarde* ou outro). Quando o jornal era estudantil, verificou-se se pertencia a alguma entidade a exemplo do Diretório Central dos Estudantes – DCE, aos Diretórios Acadêmicos - DAs ou se foi produzido de forma clandestina. O terceiro momento da pesquisa buscou-se compreender o contexto em que os documentos estavam inseridos. O último momento realizou uma análise do texto pensando os aspectos voluntários e involuntários pertencentes ao documento.

A metodologia adotada para as entrevistas teve como base as noções apresentadas por Paul Thompson (1992). Antes da seleção dos indivíduos a serem entrevistados, foram feitas a pesquisa e análise documental, além do levantamento bibliográfico. A partir das informações obtidas, foram observadas algumas lacunas, dando-se início às entrevistas. Nesse processo, foram feitas leituras sobre a história oral, o relatório da Comissão da Verdade/UFBA, além de assistir as oitavas produzidas pela Comissão. A partir das informações encontradas na documentação da ASI, nas referências bibliográficas e nos trabalhos produzidos pela Comissão, foram selecionados os primeiros indivíduos a serem entrevistados. O estudo sobre os entrevistados tinha como base “situar exatamente dentro dos acontecimentos a participação do informante,” e assim “identificar até que ponto sua experiência e observações [eram] diretas, quais recordações [eram] de segunda mão,” para então ser possível “reconhecer as falhas [e “acertos”] de memórias entre eventos semelhantes em momentos diversos”.<sup>10</sup>

No desenvolvimento das entrevistas foi construído um diálogo orientado, tendo como base três questões centrais: a vivência deles na UFBA, lembranças sobre a repressão e a atuação da assessoria - questões essas apresentadas no início de todas as conversas. Seguindo as orientações, os entrevistados relataram livremente suas memórias. Durante os relatos foram evitadas interrupções. No fim da exposição foram feitas algumas perguntas com base no narrado ou com referência a algum elemento encontrado na pesquisa sobre o entrevistado. A escolha dos entrevistados foi tomada a partir dos nomes encontrados na documentação, por

---

<sup>10</sup> THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1992, p. 255.

indicação, pela facilidade em localizá-los e disponibilidade, já que alguns não concederam entrevistas e outros são falecidos.

A primeira entrevista realizada foi com Iracy Picanço, professora titular, aposentada, da Faculdade de Educação da UFBA. Graduou-se em Pedagogia pela UFBA em 1962. Entre os anos de 1972 a 1976, havia sido contratada como funcionária administrativa, pela CLT, exercendo o cargo de coordenadora do Programa de Pesquisa da Pós-graduação da UFBA. No ano de 1976, Picanço é aprovada no concurso como corpo técnico da universidade e admitida no concurso em 1981, como professora da Faculdade de Educação/UFBA.

A segunda entrevistada foi Alda Muniz Pepe, formada em Biologia e em História Natural, ingressou como professora de Geologia na década de 1960. Em 1970 foi convidada a dirigir a Secretaria Geral de Cursos da UFBA, acompanhando o processo de instalação da Assessoria na Universidade. Ainda na década de 1970, foi transferida para a Faculdade de Educação permanecendo até a aposentadoria.

Olival Freire Júnior, professor do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia, pesquisador da área de História das Ciências e Pró-reitor de Pesquisa Criação e Inovação, também compartilhou suas memórias. Ingressou na UFBA em 1972, no curso de engenharia elétrica; mudou em 1973 para o curso de física na mesma instituição. Foi o primeiro presidente do DCE depois das investidas repressivas contra os movimentos, presidindo a entidade de 1973 a 1974. Desligou-se do movimento estudantil em 1978 quando concluiu o curso de física.

Diretor do Departamento de Educação e professor de Antropologia na Universidade Estadual da Bahia, Valdélcio dos Santos Silva estudou na UFBA de 1975 a 1981 e cursou Ciências Sociais. Assim que ingressou na Universidade foi escolhido pelo Conselho de Diretório Acadêmico para ser vice-presidente do DCE. Em 1976 assumiu o cargo de secretário de assistência do DCE e em 1978 foi eleito presidente do DCE.

Entrevistamos também a professora aposentada Yeda de Andrade Ferreira, que foi diretora do Instituto de Geociências de 1971 até 1975. Formou-se em História Natural em 1956, mesmo ano em que se integra ao quadro de professores da UFBA, inicialmente como instrutora de ensino. No processo de implantação da reforma universitária e criação do

Instituto de Geociências, ela foi convidada pelo professor Roberto Santos para coordenar e posteriormente foi nomeada diretora do Instituto recém-criado.

O professor Antônio Carlos Reis Laranjeiras ingressou na graduação no curso de engenharia civil na Universidade da Bahia em 1950 e, em 1961, como professor da Escola Politécnica na UFBA, permanecendo até a sua aposentadoria. Por fim, realizei uma entrevista com Maria de Lourdes Esteves, funcionária, contratada pela CLT, membro da Assessoria entre 1973 até mais ou menos 1982, saindo antes do fim da assessoria.

As oitivas utilizadas foram as de George Barreto de Oliveira – professor da Faculdade de Medicina e segundo chefe da AESI -, Arno Brichta - ex-aluno e professor Dr. do Instituto de Geociências -, Roberto Max Argollo - professor Dr. aposentado pelo Instituto de Física -, Aroldo Misi ex-aluno e atual professor do Instituto de Geociências, Júlio Augusto Guedes – ex-estudante e professor barrado em 1977, readmitido após aprovação em concurso em 1981- e Iracy Picanço - professora da Faculdade de Educação - que também concedeu entrevista para complementar algumas informações

### **Assessoria de Segurança e Informação e as memórias da repressão**

Quem estuda a Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI)<sup>11</sup> não se depara de forma direta com informações referentes às prisões, torturas e assassinatos; não lida com peças produzidas pelos IPMs, nem com investigações que usam da violência física para obtenção de provas. Mas o que são os serviços de inteligência? São serviços que atuam por via da coleta e análise da informação para fins governamentais. Dessa forma, os serviços prestados pelo SNI e suas agências e assessorias não eram órgãos executantes, suas atividades não incorporavam ações policiais, ficando esses trabalhos direcionados aos órgãos de repressão.<sup>12</sup>

Apesar de não trabalharmos com as ações repressivas produzidas por meio de violência física ou psicológica, não é possível negligenciar os prejuízos causados às pessoas atingidas por esses Órgãos de Informações (OI), a exemplo dos mecanismos de triagem ideológica que

---

<sup>11</sup> Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), tem como objetivo assessorar o reitor nos assuntos pertinentes à Segurança Nacional, além de fornecer informações a outros órgãos externo a universidade sobre membros da comunidade acadêmica.

<sup>12</sup> FICO, **Como eles agiam – Os subterrâneos da Ditadura Militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record 2001, p. 111.

controlava os pedidos de afastamento do país ou até mesmo distribuição de bolsas para estudantes e professores dentro da universidade.<sup>13</sup> Esses dispositivos se diferenciavam dos serviços de repressão que atuaram no combate à “subversão”, fazendo uso da força policial e de ações como a tortura. Produziram diferentes tipos de vivências e lembranças sobre o regime. Por isso a importância de melhor compreender e diferenciar as memórias construídas sobre os aparatos repressivos e os serviços de informação.

### **Memória oral e documentos arquivados**

Os estudos sobre memória vêm se ampliando ao longo do século XX principalmente devido às ações arbitrárias concebidas contra os Direitos Humanos, a exemplo da Primeira e Segunda Guerra Mundial, Colonialismo, Guerra Fria e as Ditaduras – eventos que produziram inúmeros traumas sociais. A abertura dos arquivos da ditadura no Brasil em 2012 fez parte de um longo processo de discussão contra o apagamento da memória do período no Brasil. Não é por acaso que o primeiro dispositivo a tratar sobre a garantia do direito à informação se encontra presente na Constituição Brasileira de 1988, em que estabelece no art. 5º incisos XIV e XXXIII<sup>14</sup> a garantia a todo acesso à informação de interesse particular ou coletivo em instituição pública que serão prestadas dentro do prazo legal estipulado, sob pena de responsabilidade.

Com o intuito de regulamentar as políticas nacionais em respeito à organização dos arquivos públicos e a garantia da disponibilização dos documentos, foi criada a Lei nº 8.159/91. Ainda no mesmo ano ocorreu a transferência do acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Dops) para os Arquivos Públicos dos Estados. Em janeiro de 1994 os arquivos do Dops são disponibilizados para a sociedade. Importante destacar que nem todos os Estados tiveram seus arquivos do Dops disponibilizados para pesquisa, como é o caso da Bahia. Com o intuito de regulamentar o acesso aos documentos descritos no art. 23 da Lei nº 8.159/91,<sup>15</sup> que garantia o direito à consulta aos documentos sigilosos as pessoas

---

<sup>13</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 224.

<sup>14</sup> CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

<sup>15</sup> Art - 23. Fixará as categorias de sigilo que deverão ser obedecidas pelos órgãos públicos na classificação dos documentos por eles produzidos. Regulamento (Revogado pela Lei nº 12.527, de 2011).

§ 1º - Os documentos cuja divulgação ponha em risco a segurança da sociedade e do Estado, bem como aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas são originariamente sigilosos. (Revogado pela Lei nº 12.527, de 2011);

credenciadas, foi criado o decreto 2.134 de 24 de fevereiro de 1997. Não obstante, “o decreto também impedia por cem anos a revelação dos documentos cuja divulgação irrestrita compromettesse a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas” assim como “daqueles que tivessem sido parte de processo que tramitaram em segredo de justiça”<sup>16</sup> fato esse que comprometia o acesso a alguns documentos da ditadura.

Importante incluir nesse debate que os arquivos produzidos pelos serviços de informações ou repressão durante o Estado de exceção “compõem [-se] de documentos pessoais roubados ou de declarações tomadas em circunstâncias de extremo desrespeito aos direitos humanos”, atendendo às necessidades momentâneas da instituição. Suas informações muitas vezes “extrapolam os limites da arquivística e atingem os âmbitos éticos e político”, afetando “diretamente a sociedade onde foram recuperados”. Isso acontece pelo fato de “seus protagonistas ainda estarem vivos” havendo então a necessidade de se criar políticas de memória.<sup>17</sup>

Com objetivo de criar instrumento em defesa da privacidade, respeitando o caráter sensível dos documentos sem, contudo, negar o direito à informação, a Lei de Acesso à Informação (LAI) veda qualquer restrição ao documento e “à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem”<sup>18</sup>. Dessa forma, as medidas da LAI “inovam o tratamento da questão da privacidade, havendo mesmo em alguns casos, uma prevalência do direito à informação sobre o direito à intimidade”<sup>19</sup>.

No contexto de luta pela abertura de arquivos podemos pontuar o recolhimento do acervo do SNI, Conselho de Segurança Nacional (CSN) e da Comissão Geral de

---

§ 2º - O acesso aos documentos sigilosos referentes à segurança da sociedade e do Estado será restrito por um prazo máximo de 30 (trinta) anos, a contar da data de sua produção, podendo esse prazo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período. (Revogado pela Lei nº 12.527, de 2011);

§ 3º - O acesso aos documentos sigilosos referentes à honra e à imagem das pessoas será restrito por um prazo máximo de 100 (cem) anos, a contar da sua data de produção. (Revogado pela Lei nº 12.527, de 2011) (publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 – 9 de janeiro de 1991).

<sup>16</sup> FICO, Carlos. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis – o caso brasileiro. **Revista Varia história**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, jan/jun 2012 b, p.55.

<sup>17</sup> BAUER, Carolina Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militar Argentina e Brasileiras e elaboração de políticas de memórias em ambos os países**. Tese (Doutorado em história). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 369-370.

<sup>18</sup> BRASIL, Brasília. Lei nº 12.527/2011, o Artigo 31 do § 3o inciso II). Diário Oficial da União - Seção 1 - Edição Extra - 18/11/2011, Página 1.

<sup>19</sup> CARVALHO, Igor Chagas de. A tensão entre o direito à informação e o direito à privacidade e o acesso aos arquivos sensíveis. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília. Ano 51 nº. 202 abr./jun ,2014. p. 117.

Investigações do Ministério da Justiça (CGI) pelo Arquivo Nacional;<sup>20</sup> a criação do projeto Memórias Reveladas;<sup>21</sup> a Comissão Nacional da Verdade (CNV);<sup>22</sup>e a Lei de Acesso à Informação.<sup>23</sup> A esses eventos podemos acrescentar a comemoração dos 50 anos de golpe em 2014, como marco central para o aumento significativo da produção acadêmica e das discussões midiáticas sobre a ditadura no Brasil, trazendo à tona as lembranças dos traumas, as disputas memorialísticas e as polêmicas sobre o ressarcimento do Estado pelas violações dos direitos. Isso porque os documentos criados com intuito de municiar as forças repressivas em suas atividades, “agora podem ser usados para compensar às vítimas pelas arbitrariedades e violações a seus direitos humanos”.<sup>24</sup>

Obedecendo às discussões referentes ao direito à informação, a Lei “introduz no universo arquivístico brasileiro uma nova realidade para a administração pública: o cidadão tem direito à informação produzida no Estado”. Nesse contexto, “a sociedade passa a ter direito à informação”.<sup>25</sup> Assim, os arquivos tornam-se para a sociedade fonte de verdade, pois a partir deles é possível confrontar a memória oral com a memória escrita produzida no período histórico traumático. Inicia-se um processo de busca da verdade, noção que gera “tensão entre uma história que procura se situar em níveis de elaboração cada vez mais sofisticados (às vezes até demais) e uma expectativa da opinião pública (e de alguns membros da academia)” que buscam nas fontes “provas definitivas que tornam hoje o trabalho do

---

<sup>20</sup> No dia 21 de dezembro de 2005, vinte anos após o fim da ditadura, foram reunidos alguns acervos da ditadura no Arquivo Nacional, sob a guarda da Coordenação Regional em Brasília (Coreg), constituindo-se como um marco no processo de abertura dos arquivos da ditadura.

<sup>21</sup> Projeto criado pelo Arquivo Nacional em 2009, com o objetivo de divulgar a história recente do país.

<sup>22</sup> A Comissão Nacional da Verdade (CNV) criada em 2011, Lei n.º 12.528, durante o governo de Dilma Rousseff com o objetivo de promover estudos sobre as violações dos Direitos Humanos promovidos pelos governos de exceção, teve a entrega dos relatórios ainda em seu mandato em 2014. Nesse mesmo contexto foram criadas várias outras comissões com intuito de integrar a pesquisa, a exemplo das Comissões Estaduais e as locais, como a Comissão Milton Santos de Memória e Verdade, instituída pelo Conselho Universitário em outubro de 2011, na UFBA, pela Reitora Dora Leal Rosa.

<sup>23</sup> Apenas com a Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), foi estabelecida uma nova legislação sobre o acesso à informação constituindo-se como uma inovação no que diz respeito às regras de consulta aos documentos sigilosos, em que “o direito à privacidade se encontra disciplinado no âmbito do capítulo da lei” inovando o tratamento sobre a privacidade nos documentos, em que alguns casos há uma “prevalência do direito à informação sobre o direito à intimidade” (CARVALHO, Igor Chagas de. A tensão entre o direito à informação e o direito à privacidade e o acesso aos arquivos sensíveis. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília. Ano 51 n.º. 202 abr./jun. 2014, p. 117).

<sup>24</sup> BAUER, Carolina Silveira. **Um estudo corporativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militar Argentina e Brasileiras e elaboração de políticas de memórias em ambos os países**. Tese (Doutorado em história). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 369.

<sup>25</sup> OLIVEIRA, Lucio Maria Velloso de. *O lugar dos arquivos após a lei de Acesso à informação uma perspectiva do cenário do poder público Federal*. In: **Lei de Acesso à Informação: impacto e limites nos arquivos de ciência tecnologia**. Org. Lucio Maria Velloso de Oliveira, Maria Celina Soares de Mello e Silva. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, Rio de Janeiro, 2014a, p. 26.

historiador e o debate sobre os arquivos tão complexos”,<sup>26</sup> principalmente quando tratamos deste período.

É necessário perceber que tanto a memória quanto os documentos do arquivo são fontes históricas e para cada tipo de fonte é fundamental desenvolver tratamentos distintos. Para Rousso, o que diferencia o documento arquivado da memória oral, é que “o documento escrito (carta, circular, auto, etc.) proveniente de um fundo de arquivo foi produzido por instituição ou indivíduo singular, tendo em vista não uma utilização ulterior”. Segundo Rousso a memória oral “pretende ser um vestígio induzido, consciente e voluntário do passado”.<sup>27</sup>

Por esse motivo, “a abertura dos arquivos proporciona o conhecimento do passado recente brasileiro”, pois permite “a pesquisa histórica e a promoção de atividades pedagógicas para as novas gerações, quebrando com o ciclo de políticas de desmemória e esquecimento instituídas e consolidadas pelo Estado”.<sup>28</sup> Os documentos arquivados no acervo da assessoria, apesar de não trazer dados referentes às agressões físicas e psicológicas, como já foi dito anteriormente, possuem caráter plural, pela diversidade de fontes, já que o acervo se relaciona com outros órgãos de informações, além de terem dados sobre a universidade, principalmente no que diz respeito aos indivíduos e grupos antagônicos ao regime. Isso nos faz pensar em diferentes perfis de engajamento, ampliando o olhar sobre os indivíduos e suas singularidades.

### **Dualidade resistência e repressão**

É necessário compreender que os estudos sobre a ditadura não devem estar marcados apenas pela dualidade entre resistência e repressão, pois o período foi muito mais complexo do que isso.<sup>29</sup> A comunidade acadêmica não formava uma unidade e os posicionamentos advinham de vários elementos ideológicos, políticos, interesses pessoais até mesmo de demandas subjetivas. Dentro dessa perspectiva é importante pontuar a existência de alguns apoiadores do regime nas universidades desde o golpe – o que motivou a aprovação de

---

<sup>26</sup> ROUSSO, Henry. O arquivo ou indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro/FGV. V. 09, nº. 17 1996, p. 89.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 87.

<sup>28</sup> BAUER. *op. cit.*, p. 370.

<sup>29</sup> FICO, Carlos. **Brasil: a transição inconclusa**. In: *Violência na história: Memória trauma e reparação/ orgs. Maria Paula Araújo, Carlos Fico, Monica Grin*, - Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012<sup>a</sup>.

“moções de apoio nos órgãos colegiados universitários”<sup>30</sup> em congratulação à derrubada do presidente João Goulart.

Em contrapartida houve os que se posicionaram contra o golpe e as diversas ações arbitrárias. Muitos foram alvos frequentes de perseguições por possuir posicionamentos ideológicos críticos, alguns perderam cargos, outros foram exonerados, aposentados e sofreram outras sanções. Porém, houve também acordos, de modo que alguns se acomodaram ao regime. Dessa forma, é possível pensar em diversas ações e comportamentos dentro da universidade, que necessariamente não pairam apenas sobre as questões políticas, mas que permeiam as construções das relações pessoais. A partir dessa concepção não é possível tratar os conflitos ou as alianças construídas dentro da universidade apenas pela dualidade travada entre os que resistiam e os que reprimiam. Tal análise ignora as diversas formas de relações possíveis em espaços com indivíduos completamente diferenciados.<sup>31</sup>

### **Aparato repressivo em meio à instituição universitária**

Para a compreensão deste trabalho é importante definir a noção de serviço de inteligência e quais as diferenças entre os serviços de segurança. Para Marco Cepik “serviço de inteligência são agências governamentais responsáveis pela coleta, pela análise e pela disseminação de informações consideradas relevantes para o processo de tomada de decisões e de implementação de políticas públicas”.<sup>32</sup>

As atividades realizadas pelos “serviços de inteligências são mais amplas do que a espionagem, e são mais restritas do que o provimento de informações em geral sobre qualquer tema relevante para a decisão governamental”<sup>33</sup>, havendo então dificuldade em melhor defini-la. Contudo, neste trabalho iremos compreender as atividades de inteligência como as operações realizadas através da coleta, análise, organização da informação e tem como característica o sigilo. A produção de dados feita a partir de outros sistemas será mais bem definida ao longo do trabalho. As atividades de infiltrados chamados de espiões estavam ligadas às agências de inteligência dos órgãos de segurança, que por sua vez estavam unidas

---

<sup>30</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar 2014, p. 35.

<sup>31</sup> MOTTA, *Ibid.*,

<sup>32</sup> CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia**: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.14.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 28.

ao Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN) e não aos órgãos de informação instalados nas universidades, vinculados ao Sistema Nacional de Informação (SISNI), ambos a serviço do SNI. Os órgãos dos dois sistemas poderiam agir em diálogo disponibilizando as informações colhidas por meio de suas atividades para melhor atuação e controle contra a “subversão”.

A AESI/ASI<sup>34</sup> configurava-se como uma agência voltada para coleta de dados, fazendo uso do sigilo de informação como meio de sobrevivência de suas operações, além do que “a divulgação de tais ações poderia causar repercussão negativa e atrair má publicidade e críticas”<sup>35</sup> ao regime. Isso exigia funcionários treinados e bem preparados para o desenvolvimento das atividades com o máximo de rigor para que as informações sigilosas não fossem divulgadas para a sociedade.

Para tanto, se faz necessário pensar que, além das normas apresentadas nos regimentos, decretos e outros documentos, existia um espaço cinzento modelado pela força dos indivíduos que atuavam nos espaços. Cada personagem traz consigo elementos subjetivos característicos dos seres humanos, construídos a partir de suas vivências no seio familiar, nas relações entre amigos, trabalho, ou seja, na vivência como um todo. Assim, no estudo apresentado sobre a Assessoria serão levantadas não apenas estruturas normativas, mas faremos a discussão sobre os usos de "manipulações pelos praticantes" dos espaços institucionais, tanto por parte do reitor e do chefe da AESI, quanto por parte das outras instâncias que possuíam conhecimento sobre a assessoria, ou seja, professores, diretores, servidores e até mesmo aos estudantes quando tomaram conhecimento da assessoria. Fazendo uso das memórias e dos documentos arquivados, pretendemos compreender como se deu o processo de atuação da AESI na Universidade.<sup>36</sup>

Para se ter em perspectiva as nuances das relações sociais dentro da universidade é importante percebê-la enquanto comunidade, onde indivíduos com pensamentos, afinidades, interesses, comportamentos e, claro, ideologias diversas, ocupando o mesmo espaço, estão em constantes confrontos, debates e alianças.

---

<sup>34</sup> Assessoria de Segurança e Informação (ASI), nome dado posteriormente à Assessoria.

<sup>35</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, jan.-jun., 2008, p. 45.

<sup>36</sup> CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Tradução de Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 20.

Dentro dessa perspectiva é possível analisar a comunidade acadêmica, incluindo a estrutura da própria assessoria por meio da categoria “casa” e “rua” apresentada por Roberto Da Matta. É possível enxergar cada unidade (Instituto, Escola, Faculdade) enquanto uma “casa”, que possui normas internas, formadas por grupos heterodoxos e constituídos pelas relações pessoais. Contudo, existiam circunstâncias em que essa comunicação poderia obter a qualidade de “ruas”, apresentando-se pela relação impessoal como entidades morais e normativas, principalmente quando interferidas por outras instituições/ou órgão, como o serviço de informação a partir da Assessoria. Assim como a categoria “casa” e “rua” de Da Matta (1991), a estrutura da universidade não se constitui pelo aspecto rígido, havendo dinâmica nessas relações, podendo por vez tratar a totalidade das unidades e órgãos como uma grande família (comunidade acadêmica), quando em contraste com a sociedade, órgãos externos ou até mesmo demarcados pelas intervenções do Estado sobre o espaço acadêmico.

Neste quadro elucidaremos os três capítulos da dissertação com base nas seguintes perguntas: houve divergência entre o ordenamento normativo e o funcionamento da AESI/ASI-UFBA? Quais foram os procedimentos tomados na atuação da AESI/ASI dentro da comunidade acadêmica? Houve reverberação dos acontecimentos políticos nacionais no ambiente universitário? Como se dava a relação da assessoria com os demais órgãos externos à UFBA?

O primeiro capítulo analisa os princípios e regulamentos que estruturavam a assessoria com o objetivo de mostrar que muitas das orientações apresentadas como normas nos ofícios, regimentos, decretos etc., nem sempre foram seguidas. Desta forma, apresenta o processo de instalação da AESI: a que órgãos a assessoria estava vinculada; identifica quem eram os responsáveis pelo funcionamento da mesma e analisa o modo de agir do serviço de informação dentro da Universidade.

O segundo capítulo: *Vigilância x repressão: Serviço de Inteligência no controle da comunidade acadêmica* tem como objetivo apresentar as intervenções propostas pelos Serviços de Inteligência e pela assessoria presente na Universidade no controle e vigilância do Movimento Estudantil e dos professores e funcionários, com o intuito de conter o avanço de atos considerados subversivos. Apesar da articulação do aparato de inteligência instalado na Universidade, as organizações e discussões políticas na universidade permaneceram em desenvolvimento.

O último capítulo “*Divergência e convergência na produção de informação: a busca pelo controle dos indivíduos*” visa discutir o processo da produção de informação no contexto universitário, apresentando suas relações com os órgãos externos, ao passo que as políticas nacionais apresentavam novas configurações com o processo de “abertura” política.

A partir desse trabalho busco não apenas apresentar a estrutura formal da assessoria, mas apresentar os meandros que auxiliaram tanto no sucesso quanto no fracasso da mesma. Isso justifica a necessidade de compreender a organização normativa para observar até onde foram seguidas as regras de seu funcionamento. Esses dados podem ser observados a partir dos próprios documentos elaborados pela Assessoria, além das informações adquiridas por meio das entrevistas. Para pensar sobre a AESI procurei compreender aspectos nem sempre presentes nos documentos de forma explícita, mas que podem em menor ou maior grau influenciar nas decisões.

## 1º CAPÍTULO

### Criação da AESI/ASI

Em 25 de janeiro de 1971 foi enviado um ofício circular<sup>37</sup> da Divisão de Segurança e Informação (DSI) dirigido a Roberto Santos,<sup>38</sup> então reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O documento informava sobre as mudanças ocorridas na legislação referente aos órgãos de informações como a aprovação do novo Regulamento da Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura (DSIEC)<sup>39</sup> e a criação do Plano Nacional de Informações (PNI).<sup>40</sup> Com base nesses decretos foi aprovado pelo ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, o Plano Setorial de Informações,<sup>41</sup> que previa a criação de agências de vigilância em Órgãos Federais.

O ofício também solicitava ao reitor a criação da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) dentro da universidade para auxiliar na “segurança nacional” do país<sup>42</sup> contra as ações dos “subversivos”.<sup>43</sup> Conforme a explicação retirada de uma série de ofícios enviados à reitoria entre os anos 1971 e 1972, a assessoria estaria comprometida, segundo o

---

<sup>37</sup> Ofício circular nº 02/SI/DSI/71. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 02, RP. 569.

<sup>38</sup> Professor Roberto Figueira Santos, formado em 1949, pela Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia, retorna à Universidade em 1953, como professor de Ciências Médicas-cirurgiãs pela UFBA, ano seguinte foi aprovado no concurso como livre-docente de Clínica Propedêutica. Em 1967 foi o 3º da lista tríplice, contudo teve seu nome escolhido pelo presidente da República, exercendo o cargo até 1971, tendo como vice o professor Lafayette de Azevedo Pondé. Roberto Santos teve como principal trabalho: a reorganização das “unidades da Universidade, no sentido de reforçar dentro de unidades novas os institutos destinados a lecionar e a pesquisar as Ciências Básicas e mais as Letras e as Ciências Humanas” (TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão *et al.* **Roberto Santos (1967-1971)**. In: Reitores da UFBA: de Edgard Santos a Naomar de Almeida Filho. Org. Lídia Maria Batista Brandão Toutain, Marielene Lobo Abreu e Aida Varela. - *E-book* - Salvador: EDUFBA, 2011, p. 85).

<sup>39</sup> BRASIL. Brasília. Decreto 67.325. Diário Oficial da União, publicada em 2 de outubro de 1970 – Seção 1.

<sup>40</sup> BRASIL, Brasília. Decreto 66.732. Diário Oficial da União, publicado em 16 de junho de 1970 – nº 112 de 112 de 17 de junho de 1970. – Seção 1.

<sup>41</sup> Portaria Ministerial nº 10 BSB, de 13 de janeiro de 1971, publicada no Diário Oficial da União – Seção 1, no dia 19 de janeiro de 1971.

<sup>42</sup> A Segurança Nacional está embasada pelo Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, publicada no Diário Oficial da União - Seção 1 – 13 de março de 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências.

<sup>43</sup> No contexto da ditadura, subversivo era uma categoria elástica, às vezes aplicada a qualquer indivíduo ou grupo que contestasse uma política do governo ou uma ação do Estado. Contudo, a imagem construída e divulgada sobre a subversão focava na militância de esquerda, principalmente os Comunistas que estariam, por sua vez, ligados ao Movimento Comunista Internacional (MCI). Em alguns casos, os mesmos seriam acusados pelo Estado de serem responsáveis não apenas pela traição da pátria, mas da destruição da moral e dos bons costumes, na implantação do ateísmo e desvalorização da família tradicional. Dessa forma, o subversivo segundo o discurso oficial perpassava pelo domínio político ao sociocultural. (VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 8ª, 2008).

documento, a "acompanhar o desenvolvimento da Política Nacional no seu mais amplo sentido, criar uma correta mentalidade de informações",<sup>44</sup> produzindo dados necessários às decisões do reitor. Traria, por fim, "benefícios imediatos aos Reitores",<sup>45</sup> pois forneceria "as informações que caracterizar[am] os grupos antagônicos, criadores de tensão e dissidências dentro das universidades".<sup>46</sup>

Nesse contexto, a Assessoria seria um sistema de informação que atuaria sob dupla regência: do Reitor - responsável maior dentro da autarquia universitária - e do diretor da DSI, órgão do Estado mantido nos Ministérios Civis, que por sua vez estava vinculada ao Serviço Nacional de Informação (SNI).<sup>47</sup>

### 1.1 Sistema de Repressão e Informação

Idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva, o SNI, criado em 13 de junho de 1964 com *status* de Ministério, respondia apenas ao presidente da República,<sup>48</sup> inicialmente possuía o intuito de servir apenas "como agência de inteligência, e não como serviço de repressão ou segurança".<sup>49</sup> Isso porque os serviços de inteligência têm como características coletar, analisar e direcionar as informações pertinentes à segurança nacional, "sem o consentimento, a cooperação ou mesmo o conhecimento por parte dos alvos da ação".<sup>50</sup> Nesse contexto, é reafirmado que em regra o SNI "não era executante [e seus membros] [...] não efetuavam prisões, não faziam interrogatórios nem instauravam processos".<sup>51</sup>

Os agentes do serviço de segurança realizavam as operações repressivas coordenados pelas Forças Armadas e policiais, que posteriormente serão incorporadas ao SISSEGIN. Para a execução das atividades operacionais foram criados e/ou reorganizados órgãos que exerciam atividades informativo-investigativas que faziam uso de operações como espionagens, prisão, inquérito, interrogatórios e tortura, com intuito de coletar informações e punir os condenados por crimes políticos, divergindo das atividades prestadas pelo serviço de inteligência, onde

<sup>44</sup> Ofício circular nº 02/SI/DSI/71. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 1, RP. 569.

<sup>45</sup> Ofício nº 0143/AEPC/DSI/MEC/72. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP 3932, 3932.2.

<sup>46</sup> Extrato de Decretos e Portarias. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3933, 3933.3.

<sup>47</sup> Ofício nº 88/DSI/MEC/71. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 02, RP. 551.

<sup>48</sup> GASPARI, Elio. **A Ditadura envergonhada**: As ilusões armadas. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p.164.

<sup>49</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 194.

<sup>50</sup> CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia**: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 28.

<sup>51</sup> FICO, Carlos. **Como eles agiam – Os subterrâneos da Ditadura Militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 111.

normalmente, não realizavam voz de comando, agindo apenas sob o plasma do sigilo. Dentro dessa estrutura, os abusos cometidos pelo serviço de segurança eram realizados pela polícia política ou militares de baixa patente com a conivência de suas autoridades hierárquicas.<sup>52</sup>

Os serviços prestados pelo SNI seguiram novos recortes, principalmente depois da derrota do governo nas eleições de 1965 e das movimentações e protestos realizados por alguns setores sociais no final da década de 1960. Essas contestações mobilizaram os setores da linha dura a se organizar em prol do endurecimento do Estado e “recuperar a autoridade do governo, para levar a cabo a operação limpeza”,<sup>53</sup> sendo o projeto concretizado com a ascensão de Costa e Silva na presidência.

A sistematização da lógica repressiva ocorrida durante o governo de Costa e Silva foi incorporada ao SNI no início da década de 1970, já sob o governo de Emílio Garrastazu Médici, a partir da criação do Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN) sem perder sua vinculação com as Forças Armadas. Além da criação do SISSEGIN, encarregado da operação policial, foi criado o Sistema Nacional de Informação (SISNI) responsável pelas operações de inteligência e estratégias psicossociais.<sup>54</sup> Se nos moldes iniciais os serviços de informação ligados ao SNI não possuíam o poder de veto, com a nova reestruturação, a DSI nos ministérios ganhara o poder de vetar “nomeações de qualquer escalão nos ministérios, como [estendia] suas atribuições a toda a área de responsabilidade ministerial”.<sup>55</sup>

O sistema de segurança também produziu informações que retroalimentava o sistema de inteligência. Dentro do SNI, a recíproca não era verdadeira, isso porque o SNI só possuía o presidente da República como “cliente”. Porém, entre as esferas inferiores da estrutura do SNI, o diálogo no interior dos sistemas era possível, principalmente depois da organização da comunidade de informação (1969/1970) em que a comunicação se tornou mais abrangente.

---

<sup>52</sup> FICO, Carlos. **Como eles agiam – Os subterrâneos da Ditadura Militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

<sup>53</sup> ANDRADE, Fabiana de Oliveira. O Serviço de Informações e a cultura do segredo. **Revista VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol.28, nº 48 - p.537a554 - jul./dez, 2012, p. 545.

<sup>54</sup> Para a ESG, a expressão psicossocial é compreendida como o estudo do próprio homem, buscando penetrar nas questões mais íntimas de sua essência e transcendência. Assim, as estratégias psicossociais visavam a partir de estudos aprofundados sobre a sociedade, mapear os diversos setores, definir metas, com objetivo de neutralizar o antagonismo presente na estrutura social (ESG, Manual básico/ Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: ESG, 1986, p. 84-85)

<sup>55</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes 1989, p. 173.

O surgimento do complexo informativo<sup>56</sup> não apenas favoreceu a interação entre os sistemas, mas também foi espaço de conflitos, tornando-se evidente “quando os Centros de Informações passaram a construir núcleo de poder político”.<sup>57</sup> É possível perceber essa rivalidade em vários níveis de atuação desses serviços, principalmente quando um serviço invadia a área de atuação de outro órgão. Apesar de eventuais divergências, é possível atestar que as “organizações de inteligência [formaram] juntamente com as Forças Armadas e as polícias, o núcleo coercitivo do Estado contemporâneo”<sup>58</sup> favorecendo na execução de ações repressivas em diversos aspectos. Para melhor compreender essa estrutura do SNI seguem abaixo dois organogramas<sup>59</sup> sobre os órgãos.

---

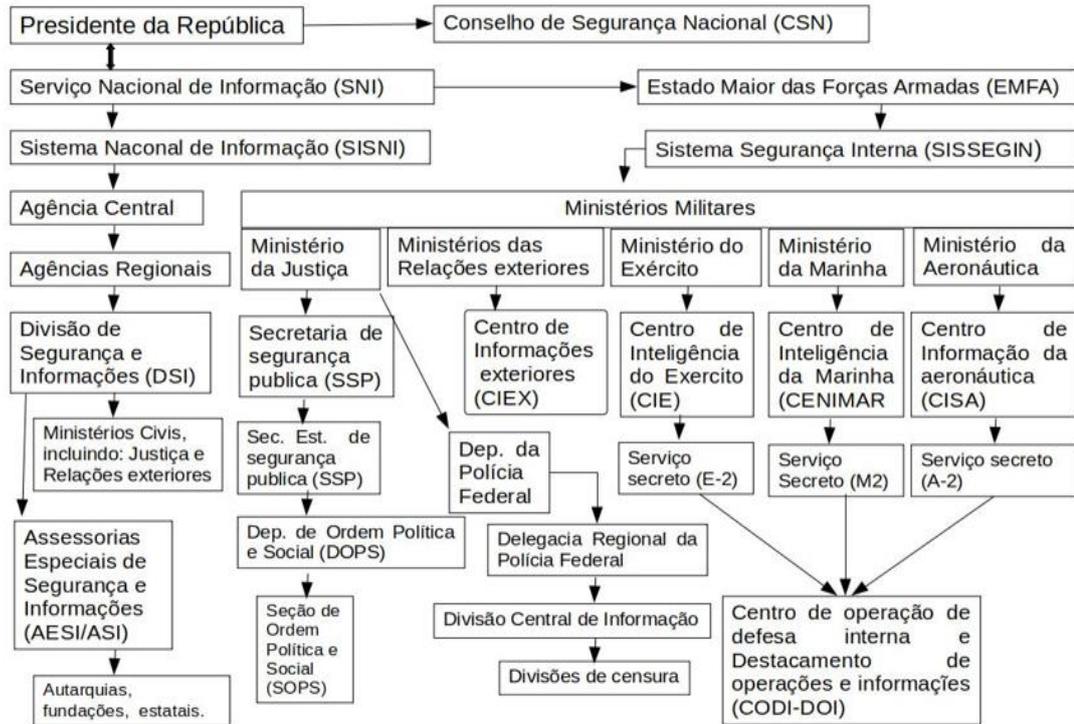
<sup>56</sup> Compreendo como complexo informativo o sistema de informação organizado pelo SNI (SISNI e SISSEGIN), formado por diversos órgãos de informação, que se comunicam e criam estratégias para beneficiar a “segurança nacional”. Esses órgãos estão divididos em nível Federal, Regional, Estadual, Municipal além dos setores que eram alocados nas instituições, autarquias, empresas públicas e mistas, onde cada um possuía sua especificidade. Com intuito de melhorar o sistema de informação, estava estabelecido por meio de relacionamento complexo as trocas de informação com o objetivo de “assegurar a Segurança Nacional” contra o comunismo e os indivíduos caracterizados como subversivos.

<sup>57</sup> ALVES, *op. cit.*, p. 173

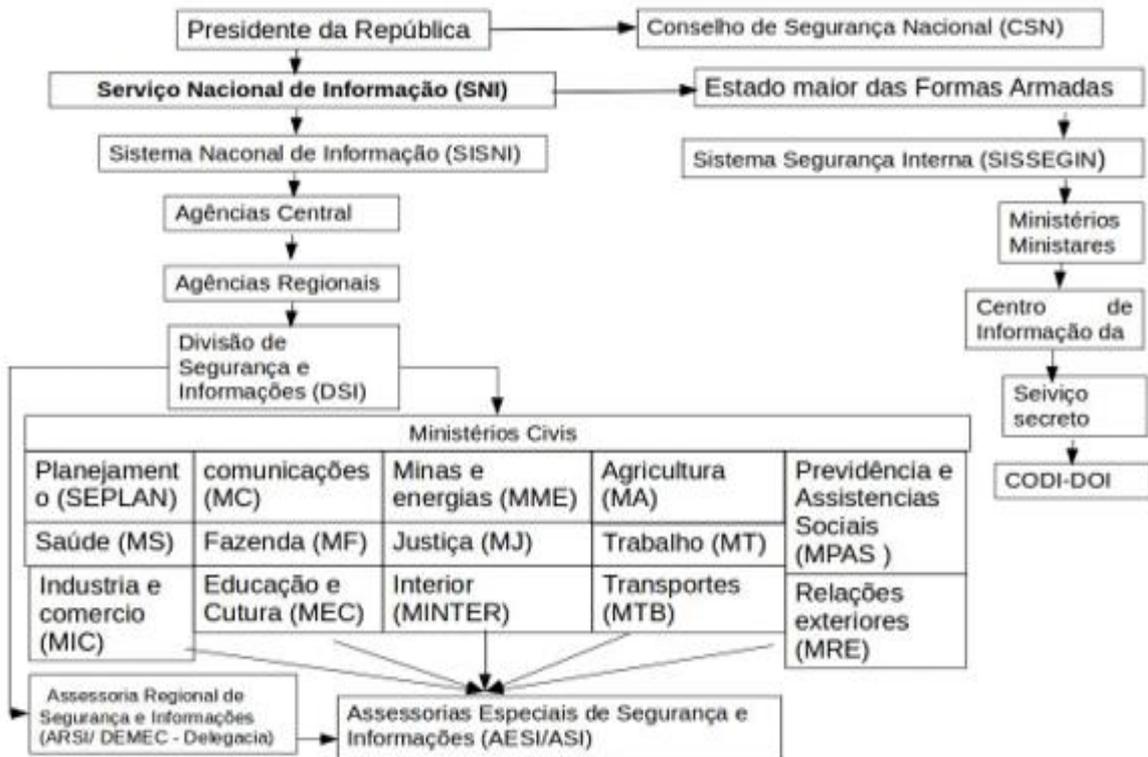
<sup>58</sup> CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 85

<sup>59</sup> Realizado por meio de pesquisa bibliográfica e fontes: ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989; FICO, Carlos. **Como eles agiam – Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014; BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório** / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014; Arquivo da ditadura, Estudos Baiano/UFBA. Informação nº 0933/DSI/MEC/78. Cx. 2, RP. 398; ofício circular nº 266/21/conf./ASV/SNI/73. Cx. 11, RP. 3831; Ofício circular nº 02/SI/DSI/71. Cx. 1, RP. 569.

## 1º Organograma do SISSEGIN - Sistema de Segurança Interna



## 2º Organograma do SISNI – Sistema Nacional de Informação



Para compor as engrenagens do controle sociopolítico e cumprir com o objetivo de Segurança Nacional, foi criada uma “força independente em cada Estado, com unidades de comando autônomas e responsáveis perante o governador”. Além disso, a Polícia Militar passou a ser subordinada ao Exército, apesar de manter-se ainda “controlada pelo Secretário de Segurança Pública, nomeado com aprovação do governo federal”.<sup>60</sup>

Os órgãos apresentados no organograma, incluindo os policiais militares, foram responsáveis por diversas operações de caráter repressivo desde as atividades de informações sigilosas que poderiam promover demissões, o negativo do aproveitamento enquanto candidato a ocupar uma vaga ou cargo em alguma instituição, recusa de matrícula e suspensões até as operações mais ostensivas como *blitz* – ação militar que poderia ocupar determinada área, investigar casas, carros e deter os suspeitos de subversão e seus materiais comprobatórios quando houvesse; espionagens –, infiltração de agentes especializados para coleta de informação e quando necessário dar voz de prisão e apreensão –; além das torturas, inquéritos e demais ações já apresentadas acima.

As ações repressivas contra uma parcela da sociedade produziram de forma eficiente a política do medo, o Estado de terror. Assim, as memórias dos militantes dos diversos movimentos críticos ao regime são marcadas por relatos sobre as ações truculentas do Estado. Em contrapartida, há uma lacuna de informação sobre os serviços secretos de inteligência que também exerceram forte influência nas vidas dos investigados ou condenados.

### **1.1.1 Organização do Sistema de Informação**

Apresentado como órgão central de informação ligado ao presidente da República, o SNI atuou até 1990, extinto através da Medida Provisória nº 150, no governo de Fernando Collor de Melo. Contudo, para auxiliar na tarefa, foram criadas ou readaptadas diversas ramificações em todo o país, subdivididas nas esferas Federal, Estadual e Municipal, com várias subdivisões/setores que, mesmo subordinadas a outro setor, tinham autonomia sobre diversos assuntos. Na década de 1970 a organização do SNI (SISNI) se dava por meio das Agências subdivididas entre: a Central e as Regionais; as Divisões de Segurança e Informações, nos Ministérios civis; as Assessorias Regionais de Seguranças e Informações e as Assessorias Especiais de Segurança e Informações.

---

<sup>60</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 175-176.

Na estrutura do SNI, a agência central analisava as informações coletadas e as agências regionais auxiliavam e supervisionavam de perto os outros órgãos de vigilância. No decorrer da década de 1960 criaram-se treze agências regionais, espalhadas em diversos Estados do país, como Manaus/Amazonas (AMA), Fortaleza/Ceará (AFZ), Goiás (AGO), Campo Grande/Mato Grosso do Sul (ACG), Belo Horizonte/Minas Gerais (ABH), Curitiba/Paraná (ACT), Belém/Pará (ABE), Recife/Pernambuco (ARE), Rio de Janeiro (ARJ), Porto Alegre/Rio Grande do Sul (APA), São Paulo (ASO), Brasília (ABS) e em Salvador/Bahia (ASV).<sup>61</sup>

Criadas por meio do decreto nº 60.940/67<sup>62</sup> pelo presidente Costa e Silva e Jaime Portella de Mello (Chefe do Gabinete Militar), as Divisões de Segurança e Informações (DSI) substituíam as Seções de Segurança Nacional que atuavam nos Ministérios desde 1946. Assim como as Seções de Segurança Nacional, as DSI foram ligadas ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), existente desde 1930. Tanto a criação do DSI em 1967, quanto a remodelação do CSN em 1968 tiveram o intuito de aperfeiçoar uma estrutura paralela ao serviço prestado pelo SNI em razão da desconfiança do então presidente Artur da Costa e Silva sobre Golbery do Couto Silva. Com o afastamento do presidente Costa e Silva e a posse de um novo presidente, Emílio Garrastazu Médici, as estruturas criadas pelo chefe do Gabinete Militar e Costa e Silva foram reaproveitadas.

Em 1970, as DSIs foram incorporadas ao SNI, mantendo vínculo ao Ministério lotado que, por sua vez, supervisionava os serviços prestados pelas Assessorias criadas nos Órgãos Federais (autarquias, empresas mistas, fundações e outros). Dentro dos Ministérios Cíveis, o SNI exercia controle das atividades de informação executadas pelo órgão. Contudo, tal disposição não se valia nos Ministérios Militares cuja influência se limitava a “exercer ação normativa, doutrinária e de direção, não lhe cabendo aprovar ou fiscalizar suas ações”.<sup>63</sup>

Para auxiliar na coordenação das AESIs foram criadas cinco Assessorias Regionais de Segurança e Informações (ARSI) em 1971, divididas por regiões: Centro Oeste; Guanabara; Sudoeste; Sul e Nordeste. A ARSI/NE englobava Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco,

---

<sup>61</sup> Arquivo Nacional. Disponível em <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/consulta-ao-acervo/bases-de-dados>>. Acesso em 14 de fevereiro.

<sup>62</sup> BRASIL, Brasília. Decreto nº 60.940/67. Diário Oficial da União - Seção 1 – 5 de julho de 1967.

<sup>63</sup> FICO, Carlos. **Como eles agiam – Os subterrâneos da Ditadura Militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record 2001, p. 81.

Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Conforme ofício enviado à Universidade em 27 de fevereiro de 1973, o chefe da ARSI/NE era Dr. Djair de Barros Lima e o Assistente Especial era Luis Marcello Pongondry Ferreira. A sede situava-se em Recife.<sup>64</sup>

A apresentação feita sobre as atividades da ARSI muito se assemelhou às atividades prestadas pela AESI/UFBA, tendo a Assessoria Regional um maior campo de atuação. Ou seja, a mesma deveria promover uma constante busca de *informes e informações*,<sup>65</sup> filtrar informações enviadas pelas assessorias universitárias e encaminhá-las para a DSI/MEC. Contudo, conforme Motta, as ARSIs não funcionaram de forma eficiente, “pois as agências universitárias, em geral, se reportavam diretamente a Brasília. Por essa razão, em 1975, ano da reestruturação do sistema, elas foram substituídas”<sup>66</sup> pelas Assessorias de Segurança e Informações instaladas nas delegacias regionais do MEC (ASI/DEMEC).

Seguindo a hierarquia apresentada, a AESI deveria seguir de forma indireta ou direta as ordens ditadas pelo SNI, auxiliando o reitor na observância da Lei de Segurança Nacional, dentro da Universidade. Dessa forma, as assessorias eram órgãos de vigilância interna que serviam para coletar dados de toda a comunidade acadêmica. Independente do cargo ou função, todos estavam na mira do serviço de inteligência.

Apesar da AESI ter sido a primeira agência criada com um corpo estruturado para atender as necessidades do SNI nos órgãos federais, não foi a primeira tentativa de se criar um elo entre as universidades e as agências externas de informação. Rodrigo Patto Sá Motta diz que, em meados de 1968, houve articulação para que fosse nomeado um funcionário que pudesse se comunicar diretamente como o DSI, sem o risco de as informações sigilosas caírem em mãos inimigas. Um exemplo desse tipo foi o que ocorreu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que apresentou ao DSI o nome do Coronel Natalício da Cruz Corrêa, que já exercia essa atividade desde 1968. Diferente da UFRGS, anteriormente à criação da AESI, não foi encontrado nenhum documento que mencione a existência de algum

---

<sup>64</sup> Informação nº 0933/DSI/MEC/73. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 01, RP. 398.

<sup>65</sup> Informes caracterizavam dados ainda não confirmados, que moviam as investigações. Já as informações eram dados confirmados, que poderiam gerar penalidades ou absorção dos investigados (Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 2, RP. 398).

<sup>66</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 198.

funcionário responsável pela comunicação com os serviços de informação externos à UFBA.<sup>67</sup>

### 1.1.2 Instalação e organização da AESI/UFBA vista a partir das normas regentes

O processo de instalação das AESI na UFBA deu-se inicialmente após encaminhar o ofício circular da DSI no dia 25 de janeiro de 1971, em que dava o prazo de dez (10) dias para enviar o nome do futuro assessor chefe. O ofício foi recebido em 3 de fevereiro de 1971 na UFBA e, no dia 9 do mesmo mês, o reitor Roberto Santos enviou ao Coronel Pedro Versillo, diretor da Divisão de Segurança e Informação, o nome e os dados solicitados designando como chefe Emerson Espínola.<sup>68</sup>

Para definição do assessor chefe, o reitor deveria indicar um nome que posteriormente teria os antecedentes averiguados pela Divisão de Segurança e Informação para confirmar a indicação. As investigações realizadas pelos serviços de informações preocupavam-se normalmente em saber quais os posicionamentos ideológicos, a participação em alguma atividade subversiva ou qualquer fato que depreciasse a honra do indivíduo. No caso em questão, a DSI responde que "nada consta até a presente data, [que] contraindique a designação de Emerson Spínola Marques Ferreira para a função de Assessor Especial de Segurança e Informações".<sup>69</sup>

Não há documentos que indiquem os motivos da escolha de Emerson Spínola como chefe da assessoria. Sabemos apenas que o mesmo tinha sido convocado pelo Exército e assumiu a graduação de primeiro tenente médico R2 ainda nos primeiros anos da década de 1960.<sup>70</sup> De acordo com Yeda Ferreira, após ter saído do exército, já no final da década de 1960, Spínola foi trabalhar para a Secretária de Saúde e posteriormente convidado para assumir o posto de diretor em cargo comissionado do Hospital Professor Edgar Santos (HPES).<sup>71</sup> Mais tarde fora chamado para assumir a chefia da assessoria. Segundo Yeda Ferreira, Emerson Spínola era amigo do reitor Roberto Santos, além de ser um senhor muito

---

<sup>67</sup> Para maiores informações sobre o decreto nº. 62.803 da DSI, no qual declarava que os órgãos indiretos deveriam indicar um nome a servir de elo com o DSI para assuntos sigilos, ler também: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "espíões dos campi". In.: **As universidades e o Regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>68</sup> Ofício nº 648. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 02, RP. 565,566.

<sup>69</sup> Ofício nº 88/DSI/MEC/71. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 2, RP. 551.

<sup>70</sup> Ofício nº 648. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 2, RP. 565, 566.

<sup>71</sup> Portaria 610/74. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 4, RP. 1021.

calado e discreto, podendo essas características ter favorecido a sua indicação como Chefe da Assessoria.<sup>72</sup>

Spínola foi convocado pelo reitor Roberto Santos, mas só assumiu a chefia da Assessoria no reitorado de Lafayette Pondé<sup>73</sup> (1971-1975), sucessor de Roberto Santos. Será no reitorado de Pondé que a AESI ganhará *status* oficial dentro da instituição, com a publicação do Regimento Interno da AESI<sup>74</sup> pela Portaria nº 1435 da Universidade Federal da Bahia, em 1 de novembro de 1972, que estabelecia a vinculação do Serviço de Inteligência com a UFBA, a partir da Comunidade Setorial de Informação do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Durante esse processo de organização da assessoria, a universidade recebeu ofícios solicitando algumas informações necessárias sobre os membros da comunidade acadêmica da UFBA para a DSI.<sup>75</sup> Foi solicitado também maior esclarecimento sobre as causas pelas quais as informações não estavam sendo encaminhadas periodicamente à DSI.<sup>76</sup> Fato que impulsiona a aceleração da instalação da AESI/UFBA.

Em 3 de novembro de 1972, conforme a Portaria 1436, Emerson Spínola Marques Ferreira foi empossado.<sup>77</sup> Antes disso, a Circular nº 38 de 10 de maio de 1971 indica que Emerson Spínola foi convocado para o “curso de informação”<sup>78</sup> com duração de sete (7) dias, em Brasília, a ser iniciado no dia 14 de junho.<sup>79</sup> O curso tinha como finalidade preparar o Chefe da AESI para as atribuições que deveria assumir, assim como os cuidados que deveria ter com as informações produzidas, sendo um pré-requisito para que o cargo fosse ocupado, previsto no Parágrafo Único do capítulo VI do Regimento Interno da AESI. Importante pontuar que o corpo de funcionários da AESI só foi estruturado a partir de 1973, alguns meses

---

<sup>72</sup> FERREIRA, Yeda de Andrade. [jan. 2019]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 25 de janeiro de 2019, às 09h00.

<sup>73</sup> Lafayette de Azevedo Pondé, mestre e doutor em Direito Público e Administrativo. Foi professor catedrático da Universidade desde 1935 de Direito Administrativa da Faculdade de Direito, exerceu cargo de Diretor da Faculdade de Economia (1938), Administração (1961-1967), foi vice-reitor em 1967 a 1971 e Reitor de 1971 a 1975. Prestou serviços na reestruturação da Universidade durante a Reforma Universitária de 1968. (Orgs. TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão *et al.* **Roberto Santos (1967-1971)**. In: Reitores da UFBA: de Edgard Santos a Naomar de Almeida Filho. Org. Lídia Maria Batista Brandão Toutain, Marielene Lobo Abreu e Aida Varela Varela. - Salvador: EDUFBA, [E-book], 2011.).

<sup>74</sup> Ofício nº 033/72/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2381, 2382.7.

<sup>75</sup> Ofício nº 728 AEPC/DSI/MEC/72. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 4716, 4716.1.

<sup>76</sup> Ofício nº 728 AEPC/DSI/MEC/72. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 4716, 4716.1.

<sup>77</sup> Portaria nº 1436. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA. Cx. 11, RP. 4261.

<sup>78</sup> Ofício nº 033/72/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2381, 2382.7.

<sup>79</sup> Radiograma circular 437. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 486.

depois da publicação do Regimento Interno, com a transferência de alguns servidores da UFBA para Assessoria.

Conforme o Regimento Interno, toda a AESI obedecia a uma ordem hierárquica, com divisões de atividades claras, buscando desenvolvê-las com agilidade. Para compreender a estruturação da Assessoria é necessário analisar o regimento, pois a partir dele temos conhecimento da organização física do órgão: qual a finalidade do serviço, como se subdividia, qual a função desempenhada por cada pessoa e suas regras. O Regimento era composto por sete (VII) capítulos, com artigos, incisos e alíneas sendo que o primeiro e o sexto capítulo possuem, além dos tópicos acima citados, um parágrafo único e o capítulo IV possui três (03) seções. O primeiro capítulo indica que a finalidade da assessoria seria auxiliar o Reitor nos assuntos referentes à segurança do país e delimita a quem o serviço está subordinado. O segundo trata das competências da AESI/UFBA, que se concentrava primordialmente em coletar dados das unidades, fornecer informações aos órgãos competentes, quando necessário, e executar outras tarefas referentes à Segurança Nacional. O terceiro capítulo é reservado para a estruturação do pessoal da assessoria na UFBA.

O quarto capítulo explica as atribuições orgânicas. A seção I define as atividades desempenhadas pela direção/chefe: coordenar e fiscalizar as atividades de coleta de informações, além de criar uma parceria com o Reitor, na busca de melhorar a ação dentro das unidades. A segunda demarca as atribuições do Setor de Segurança e Informação (SSI), que seriam, essencialmente, atender as solicitações elaboradas pelo Plano Setorial de Informações (PSI) e pelo Reitor e coletar informações para o DSI/MEC. Dessa forma, era o setor que deveria ficar atento a tudo que acontecia dentro da universidade. Para tanto, organizavam fichários sobre os membros da universidade, que geravam um arquivo e favorecia na dinâmica das solicitações realizadas pelos órgãos acima mencionados. A terceira seção aborda as atividades prestadas pelo Setor Administrativo (SA) que, como o nome já sugere, ficava responsável pela administração da assessoria e resolvia desde questões financeiras até a organização do arquivo e documentação. Ou seja, esse setor recebia, protocolava e arquivava todos os documentos, mantinha o arquivo sempre atualizado, controlava os recursos financeiros, realizava pagamento e controlava a frequência pessoal.

O quinto capítulo destrincha as competências dos representantes dentro da assessoria: chefe da AESI, chefe do SSI e chefe do SA. No âmbito geral, deveriam fiscalizar, coordenar e estabelecer normas, além das particularidades de cada chefe. O chefe da AESI deveria

contratar os funcionários e solicitar junto ao Reitor as providências necessárias para o bom funcionamento da AESI. O chefe do SSI substituía o chefe da AESI – quando necessário -, e submetia às solicitações do chefe da Assessoria Especial de Segurança e Informação quando requeridas.

O capítulo VI definia as atribuições do pessoal, especificando os requisitos que os chefes da AESI e os demais responsáveis deveriam cumprir para assumir os cargos e o regime que o chefe da AESI deveria seguir no processo de contratação dos funcionários. O último capítulo deliberava as disposições gerais, manter a DSI informada sobre os acontecimentos na universidade assim como as iniciativas. Todos os ofícios recebidos pela AESI deveriam ser encaminhados para o Reitor, cabendo ao mesmo tomar providências. Todos os funcionários deveriam manter o sigilo tanto sobre o órgão quanto aos assuntos abordados nos documentos que fossem classificados conforme o decreto 60.477/67, de Salvaguarda da Informação.<sup>80</sup>

O setor de Segurança e Informação estava sob chefia do Major Edgard dos Santos Jenkins, admitido na UFBA, em 14 de fevereiro de 1966, como encarregado de manutenção e reparos.<sup>81</sup> Em 1 de setembro de 1970 teve sua função alterada para Responsável por Serviços Centrais II (RSP), - apesar de não haver na documentação a definição da sigla, acredito que se designava: Responsável por Serviço Pessoal, a serviço do Hospital Professor Edgard Santos. Em 17 de outubro 1972 foi transferido para AESI ocupando o cargo inicialmente de Assistente Especializado e posteriormente de Técnico Especialista "C" em 17 de outubro de 1974.<sup>82</sup>

A contratação de um Major para o cargo de encarregado de manutenção e reparos no Hospital da Universidade não pode ser passada despercebida nesse contexto de tensão proporcionado pela ditadura. Como não há maiores informações sobre sua trajetória militar e sua vida na Universidade, os questionamentos não passarão de hipóteses, sem uma resposta definitiva. O que sabemos é que Jenkins em 1948 já era militar do exército e em 1952 era

---

<sup>80</sup> Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 – 4 de abril de 1967, o decreto aprova a revisão do enquadramento nas séries de classes de Agente Postal e Operador Postal, do Quadro de Pessoal do Departamento dos Correios e Telégrafos, em decorrência do disposto na Lei nº 4.203, de 7 de fevereiro de 1963, e dá outras providências.

<sup>81</sup> Conforme o Regimento Interno da AESI, era possível a contratação do Pessoal para preenchimento de cargos especializado sob regime da (Consolidação das Leis do Trabalho) CLT, por proposta do Chefe da Assessoria. Justificando a contratação do Major 'pela CLT. (Art. 11 do Capítulo VI do Regimento Interno da AESI - Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2382/2382.7).

<sup>82</sup> Ofício nº 230/77/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 09, RP. 2863; Processo 23852. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 09, RP. 2878.

primeiro tenente. Nada foi encontrado nos arquivos sobre sua vida até 1966, ano em que foi contratado na Universidade.

No processo da instalação do SNI, ainda em 1964, os recrutamentos em sua maioria eram na “área militar, tanto da ativa quanto da reserva”, sendo justificada pelo fato de que “o prazo de implantação do serviço era curto e que os militares eram os únicos com alguma experiência na área”.<sup>83</sup> Com a criação da Escola Nacional de Informação (EsNI), em que atendiam civis e militares para execução de atividades de inteligência, criou-se a possibilidade de se contratar civis em vários setores, até mesmo ocupando cargo de chefe de alguns serviços de informação. Contudo, o general Gustavo Moraes Reis diz que tanto nas assessorias quanto nas Divisões de Segurança e Informações tiveram muitos de seus cargos ocupados por militares da reserva, com objetivo de receber “outra remuneração, além de seus proventos da inatividade”.<sup>84</sup> Fator esse pode justificar a presença de Jenkins, não apenas na Assessoria, quanto na própria universidade.

Conforme os documentos encontrados, o Setor Administrativo estava sobre o comando de Maria de Lourdes Esteves,<sup>85</sup> também contratada pela CLT. Trabalhou na UFBA por 27 anos. Antes de ingressar na AESI, ela havia sido auxiliar administrativa do Hospital das Clínicas (HPES), trabalhando junto com Emerson Spínola Marques Ferreira, então diretor do Hospital. Com a criação da AESI, fora convidada por Emerson Ferreira para ir trabalhar na Assessoria, sendo designada em 25 de maio de 1973. Nesse mesmo processo foram nomeados Irene de Araújo Lima, Ivone América Trifilho dos Humildes, Reginaldo Dias Nascimento, Domingos Iglesias Soto e Manoel Ribeiros Trindade como funcionários da AESI/UFBA. Um ano depois Álvaro Pereira de Souza foi transferido para AESI do HPES, para o cargo de Auxiliar de Portaria.<sup>86</sup> Não foi possível rastrear quando os demais funcionários ingressaram na UFBA. O que sabemos é que o corpo da AESI era constituído por funcionários

---

<sup>83</sup> ANTUNES, Priscila Carla Brandão. **SNI e ABIN: entre a teoria e a prática, uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001, p. 55.

<sup>84</sup> REIS, Gustavo Moraes Rego. **Os Anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão/ Introdução e organização** Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 152.

<sup>85</sup> Apesar de termos encontrado documentos assinados por Emerson Ferreira, em que informava que Maria de Lourdes Esteves exercia a função de chefe do Setor Administrativo, em entrevista a mesma nega ter chefiado qualquer setor, dentro ou fora da Assessoria. (Ofício nº 10/74/OS. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1250).

ESTEVES, Maria de Lourdes. [fev. 2019]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 04 de fevereiro de 2019, às 15h00.

<sup>86</sup> Ofício nº 290/74. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA. Cx.05, RP.1248

concurados ou contratados pela CLT, muitos dos quais foram transferidos do HPES para ocupar cargos específicos na AESI.<sup>87</sup>

Em 1974 houve algumas alterações no quadro de funcionários com a inclusão de novos servidores e outros foram removidos. Nada foi encontrado na documentação sobre as motivações que geraram as alterações no quadro. Contudo, se observarmos a atuação da AESI, e o aumento na produção documental, os ofícios reclamavam por maiores espaços. Dessa forma, é possível supor que o aumento das demandas pode ser responsável pelas novas contratações. A nova relação de funcionários encontrada traz dados mais específicos como nome, cargo, vínculo, número da portaria, data de remoção para a AESI. Vale observar a tabela seguindo o ordenamento da relação encontrada no documento com os dados dos funcionários da Assessoria:<sup>88</sup>

**Tabela 1 – Lista de funcionários da Assessoria de 1974**

<b>Nome</b>	<b>Portaria</b>	<b>Vínculo</b>	<b>Cargo</b>	<b>Remoção para a AESI</b>
<b>Emerson Spínola M. Ferreira</b>	685/74	Q	5-C	chefe da AESI (17.5.74) - (07.6)
<b>Edgar dos Santos Jenkins</b>	652/74	CLT	Ass. Esp.	a partir de 06/74 – (21.05)
<b>Álvaro Pereira de Souza</b>	761/74	Q	Aux. Port.	a partir de 07/74 – (05.06)
<b>Reginaldo Dias Nascimento</b>	652/74	Q	Motorista	a partir de 06/74 – (21.05)
<b>Manoel Ribeiro Trindade</b>	652/74	Q	Servente	a partir de 06/74 – (21.05)
<b>Expedito B. Do Sacramento</b>	675/74	Q	Atendente	a partir de 06/74 – (23.05)
<b>Ivone América T. dos Humildes</b>	652/74	Q	Of. Admin.	a partir de 06/74 – (21.05)

<sup>87</sup> Ofício nº 025/73/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx.05, RP. 1247.

<sup>88</sup> Servidores Lotados na AESI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1242, 1245.

<b>Maria de Lourdes Esteves</b>	652/74	CLT	Of. Amanu.	a partir de 07/74 – (21.05)
<b>Irene de Araújo Lima</b>	650/74	Q	Ass. Social	a partir de 06/73 – (11.06)
<b>Alfredo José Duarte Filho*</b>	Proc. 4691/74	CLT	Contínuo	a partir de 04/74 – (29.04)
<b>Creuza Ribeiro de Araújo*</b>	Proc. 4691/74	CLT	Amanuense	a partir de 05/74 – (10.05)
<b>Edinair Silva de Oliveira</b>	Proc. 4691/74	CLT	Amanuense	a partir de 04/74 – (29.04)
<b>*Contratação para a AESI</b>				

Além das informações apresentadas, foram encontrados outros documentos relacionados aos funcionários principalmente durante a segunda metade da década de 1970, como: pedido de transferência de servidores, solicitação de licença maternidade, aposentadoria, pedidos por mais funcionários para atender a demandas da assessoria, convocação para participar de cursos e outros. A realização de cursos para assumir determinados cargos era imprescindível, principalmente para que não houvesse falhas no manuseio dos documentos sigilosos.

Com o objetivo de melhor preparar o pessoal destinado a exercer funções nos órgãos de inteligência, a Escola Nacional de Informação (EsNI) foi criada pelo SNI em 1971, em Brasília. A Escola se dividia em “três cursos regulares de informações chamados A, B e C”,<sup>89</sup> os “extraordinários destinados a ministros e secretários-gerais com duração de dois dias” e os estágios. O curso A: “destinados à formação e habilitação de analistas de informações em nível nacional”, voltado para chefes e analistas, sendo exigida a formação anterior no curso B e C; B: era destinado à formação de analista de informações, eram designados para civis e

<sup>89</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 200.

militares, que ocupariam funções de nível médio; e C: Operações, ações práticas. Os dois últimos tinham duração de um semestre.<sup>90</sup>

Conforme o Regimento Interno da Assessoria, para exercer o cargo de Assessor Chefe era necessário satisfazer alguns requisitos: idoneidade, tirocínio profissional e reconhecida capacidade de trabalho; homologação da DSI/MEC, ter curso de Nível Superior, além de realizar os cursos de informações oferecidos pela Escola Superior de Guerra (ESG) ou Escola Nacional de Informação (EsNI).<sup>91</sup> Apesar de não termos encontrado documentos que definissem os critérios de avaliação da homologação da DSI, é possível deduzir que os parâmetros perpassavam por questões políticas e ideológicas, ou seja, provavelmente um dos pontos averiguados era se possuía alguma ligação com grupos de esquerda, se havia participado de alguma atividade subversiva, passagem pela polícia, ou qualquer informação que pudesse afetar negativamente nas atividades realizadas pelo Serviço de Informação.

Durante o período estudado foram encontrados dois registros de chefes assumindo a Assessoria na UFBA. Contudo, Maria de Lourdes Esteves informa que houve um chefe substituto, enquanto George Oliveira esteve afastado do cargo em decorrência de um problema de saúde, Edgard dos Santos Jenkins. Depois da saída definitiva de George Oliveira, Rômulo Lessa Mendes ocupou o cargo de Chefe da ASI,<sup>92</sup> fato também lembrado por Yeda Ferreira, em entrevista anterior.<sup>93</sup> Não encontramos nenhuma informação a mais sobre Rômulo Lessa Mendes. Também é apresentada por Maria de Lourdes Esteves a possibilidade de ter havido outro chefe, que tenha exercido o cargo até a extinção da Assessoria. Evento ocorrido depois de a mesma ter sido transferida para a Secretaria Geral de Curso.

Dessa forma, apenas temos informações precisas sobre os dois primeiros chefes. É interessante notar que os chefes correspondem não apenas a reitorados diferentes como a fases distintas da Assessoria. A mesma passou por três mudanças estruturais ao longo de sua existência, sendo que a última mudança ocorreu entre 1979 e início da década de 1980. Pelo que sabemos, as mudanças na Assessoria ocorreram devido à reestruturação do Sistema

---

<sup>90</sup> ANDRADE, Fabiana de Oliveira. **A Escola Nacional de Informações:** a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca: [s.n.], 2014, p. 90-91.

<sup>91</sup> Regimento Interno da AESI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2382.7.

<sup>92</sup> ESTEVES, Maria de Lourdes. [fev. 2019]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 04 de fevereiro de 2019, às 15h00.

<sup>93</sup> FERREIRA, Yeda de Andrade. [jan. 2019]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 25 de janeiro de 2019, às 9h00.

Setorial de Informação e Contrainformação do MEC (SISSI/MEC) que consistia em concentrar as ASI nas Delegacias Regionais e na desativação das assessorias universitárias.<sup>94</sup>

O primeiro chefe Emerson Spínola Marques Ferreira, médico militar da reserva, correspondeu ao período da fundação e saiu do cargo em 1975, devido a complicações de saúde.<sup>95</sup> Curiosamente o segundo Assessor chefe também era médico e militar da reserva. Após atuação como médico do Exército, George Barreto de Oliveira foi aprovado em concurso na UFBA em 1970.<sup>96</sup> Com a saída de Emerson Spínola, o general Adyr Fiuza de Castro, comandante da 6ª RM envia ao Reitor um ofício dizendo: “Conforme entendimentos verbais mantidos anteriormente com Vossa Magnificência, este comando indica o Dr. George Barreto de Oliveira, para o cargo de Assessor de Segurança e Informação dessa Universidade”.<sup>97</sup>

Em entrevista cedida à Comissão da Verdade, George Oliveira diz não saber quais as razões que motivam sua indicação pelo general Fiuza. Tal indicação pode ter por motivação sua atuação como médico militar, além da amizade existente com o antigo chefe da Assessoria. Isso porque, havia uma necessidade em se ter pessoas de confiança dentro das agências de informação. Contudo, esse acontecimento não foi único, já que, “muitos reitores negociaram com comandantes militares a indicação de nomes para a função”.<sup>98</sup>

George Oliveira atuou de 1975 até 1979, período que corresponde ao reitorado de Augusto Mascarenhas.<sup>99</sup> A assunção de George Oliveira como chefe da Assessoria coincide com a primeira mudança em sua estrutura, que passa chamar-se Assessoria de Segurança e Informação (ASI). O terceiro chefe da ASI Rômulo Lessa Mendes encarregou-se da Assessoria no período da segunda alteração na estrutura do serviço de informação, possivelmente logo após a saída de George Oliveira. Não há informação exata de quando

---

<sup>94</sup> Ofício nº 05/D/DSI/MEC. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP. 3325.

<sup>95</sup> OLIVEIRA, George Barreto de [jul. 2014]. Entrevistador: Othon Jambeiro. Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA. Salvador/BA, 7 de julho de 2014. Disponível pelo site: <<https://www.youtube.com/watch?v=9LbB1q7VBCM>> Acesso em: 14 mar. 2018.

<sup>96</sup> OLIVEIRA, George Barreto de [jul. 2014]. Entrevistador: Othon Jambeiro. Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA. Salvador/BA, 7 de julho de 2014. Disponível pelo site: <<https://www.youtube.com/watch?v=9LbB1q7VBCM>> Acesso em: 14 mar. 2018.

<sup>97</sup> Ofício nº 229/E2. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2230.

<sup>98</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 198.

<sup>99</sup> Prof. Dr. Augusto da Silva Mascarenhas, formou-se em Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1939, em 1949, foi aprovado no concurso para professor catedrático da UFBA e em 1975 assumiu a Reitoria da Universidade, até o ano de 1979.

adentrou e nem do momento em que deixa a ASI. Sabemos que atuou no período do reitorado de Luiz Fernando Seixas de Macêdo Costa e que ele já se encontrava na Assessoria no período anterior à saída de George Oliveira.

As modificações ocorridas no primeiro momento não se restringem à Assessoria, mas a toda a estrutura do DSI/MEC definida pelos decretos nº 75.639,<sup>100</sup> nº 1400<sup>101</sup> e nº 75.524<sup>102</sup> publicados em 22 de abril de 1975 e pelo decreto nº 75.524<sup>103</sup> do dia 24 de março de 1975, para atender ao novo Regimento Interno do DSI.<sup>104</sup>

O decreto nº 75.639 dispõe sobre o Grupo - Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis e das Autarquias Federais que lhes são vinculadas. Foi criado a partir desse decreto o “Grupo-Segurança e Informações”, denominado pelo código SI-1400, que se constituía como emprego, regido conforme as leis trabalhistas em vigor, conforme o artigo 2º do decreto. O Grupo-Segurança era dividido em duas categorias: Analista de Informações e Analista de Segurança. O Decreto Lei nº 1400, fixa os valores de salário do Grupo-Segurança e Informações (Código SI-1400), os critérios para seleção de preenchimento das vagas, Plano de Classificação e outros reajustes.<sup>105</sup>

O decreto nº 75.524 aprovou o segundo Regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis e das Assessorias de Segurança e Informações. Para tanto, revogou o decreto nº 67.325, de 2 de outubro de 1970, que havia aprovado o primeiro

---

<sup>100</sup> BRASIL. Brasília. decretos nº 75.639. Diário Oficial da União - Seção 1 – 23 de abril de 1975. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75639-22-abril-1975-424247-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

<sup>101</sup> BRASIL. Brasília. Decreto nº 1400. Diário Oficial da União, seção 1, de 23 de abril de 1975. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1400-22-abril-1975-375658-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

<sup>102</sup> BRASIL. Brasília. Decreto nº 75.524. Diário Oficial da União - Seção 1 – 23 de abril de 1975 Disponível: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75640-22-abril-1975-424250-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

<sup>103</sup> Dispõe sobre a competência dos Ministros de Estado dos Ministérios Cíveis e a participação das Divisões de Segurança e Informações e das Assessorias de Segurança e Informações em assuntos relacionados com Segurança Nacional, a Mobilização e as Informações; revogada o decreto nº 66.622, de 22 de maio de 1970 e dá outras providências. Publicada no dia 25 de março de 1975 no Diário Oficial da União, e disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75524-24-marco-1975-424090-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

<sup>104</sup> Circular 001834. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1098, 1098.1.

<sup>105</sup> BRASIL. Brasília. Decreto Lei nº 1400. Diário Oficial da União, seção 1, de 23 de abril de 1975. Disponível: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1400-22-abril-1975-375658-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

Regulamento da Divisão<sup>106</sup> e o decreto nº 68.060, de 14 de janeiro de 1971, que alterava os artigos do primeiro Regulamento.<sup>107</sup> O Novo Regulamento apresenta logo no Capítulo II a competência do órgão, que era supervisionar as atividades desempenhadas pelas Assessorias de Segurança e Informações. Contudo, as mudanças de ordens mais significativas se encontravam no quadro de lotação, que apresentava a classificação de cada DSI e o número de servidores correspondente; e na estruturação e atribuição orgânicas e funcionais da Divisão, com a introdução da Seção de Informações e Contrainformações (SICI/DSI). Essas mudanças exigiam instalar nova assessoria, conforme as normas.

Para a instituição da nova Assessoria, o Reitor foi consultado pelo Diretor da Divisão de Segurança e Informação sobre a necessidade ou não da existência de Assessoria de Segurança e Informação (ASI) na UFBA. O Diretor da DSI informou que para a instalação nova Assessoria seria necessários o parecer favorável do SNI mais a disponibilização de verbas da reitoria para arcar com as despesas. A nova Assessoria integraria o Sistema Setorial de Informação e Contra Informação do MEC, tendo a mesma finalidade da antiga AESI, ou seja, prestar assistência ao reitor e mobilizar informação. A mudança mais significativa na estrutura da ASI voltava-se sobre o enquadramento dos funcionários que se dividiam em tipo 1, 2 ou 3, apresentado no artigo 16 do regulamento do DSI, aprovado pelo decreto nº 75.640. O reitor deveria informar qual tipo de ASI a universidade necessitava para melhor atuação.<sup>108</sup> Em resposta a esse Ofício Circular, o Reitor Lafayette Pondé comunica que:

considerando o efetivo em pessoal da UFBA [...] situando entre as cinco maiores Universidades Federais do País, e, localizada no Nordeste, área que vem sendo visada pelos diversos grupos de ideologia marxista, como zona de influência; já tendo no momento uma AESI que assessora o Reitor nos assuntos à Segurança Nacional e às Informações, no âmbito da Universidade; acha por bem esta Reitoria que deverá continuar e existir uma ASI, que tendo em vista a importância, o pessoal existente e condições de influência ideológica da área, seja a desta Universidade classificada no tipo 3, de acordo com o Dec. Lei 1.400, os decretos 75.632 e 75.640 de 22/04/75 e o decreto 75.524, de 24/03/75.<sup>109</sup>

---

<sup>106</sup> BRASIL. Brasília. Decreto nº 67.325. Diário Oficial da União - Seção 1 – 2 de outubro de 1970. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67325-2-outubro-1970-408768-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

<sup>107</sup> BRASIL. Brasília. Decreto nº 68.060. Diário Oficial da União - Seção 1 – 15 de janeiro de 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68060-14-janeiro-1971-409966-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

<sup>108</sup> Circular nº 001834. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1098, 1098.1.

<sup>109</sup> Minuta. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1097.

A tipologia apresentada pela DSI consistia na classificação dos órgãos e nos parâmetros correspondentes ao número de servidores e formação do quadro dentro da instituição. As DSIs eram classificadas em 3 tipos, estando a DSI/MEC agrupada na tipologia 3 - cujo número de servidores efetivos não podia exceder a sessenta. As Divisões de Segurança e Informações que se enquadrassem no tipo 2 não poderiam ultrapassar 45 servidores efetivos, enquanto as DSIs inseridas no tipo 1 não poderiam extrapolar ao número de 35 servidores efetivos. As ASIs também foram classificadas em 3 tipos. O tipo 1 possuía o efetivo abaixo de 2 servidores. O tipo 2 não poderia ultrapassar a 5 servidores. O tipo 3 não podia ser superior a 8 servidores. A classificação servia para controlar conforme as necessidades locais o número de funcionários disposto ao serviço, com a proposta de não haver excessos.

A UFBA tinha 1.547 professores, 14.721 estudantes matriculados e 3.363 funcionários, que totalizavam em 1975 a 19.631 pessoas na universidade.<sup>110</sup> Apesar da escolha pelo reitor do tipo 3 com base neste quadro, a Chefia da Agência Central do Serviço Nacional de Informação (SNI) e a Direção do Departamento Administrativo do Serviço público (DASP), também chamado de Departamento Administrativo do Pessoal Civil, optaram pela criação de uma ASI tipo 2, ou seja, apenas 5 servidores deveriam lotar o quadro da ASI/UFBA. Não se sabe ao certo quais os motivos que impulsionaram na escolha da ASI tipo 2. Contudo, é importante lembrar que em 1974, um ano antes dessas reformulações, havia cerca de doze servidores trabalhando na Assessoria, sendo que oito executavam atividades administrativas. Dessa forma, a imposição da nova norma levava a Assessoria a restringir seu quadro administrativo de oito servidores para cinco, ocasionando redução no número de funcionários.

Após a seleção dos funcionários lotados na ASI, os nomes indicados deveriam ser encaminhados à DSI e as indicações de servidores deveriam cumprir as exigências normativas para as atribuições das novas funções, respeitando as “necessidades e possibilidades dessa Universidade”.<sup>111</sup> A nova estrutura da Assessoria na UFBA passou a ser constituída por Chefe da ASI e dois Analistas de Informações, um Agente Administrativo e um Datilógrafo,<sup>112</sup> além do Auxiliar de Portaria, Motorista e Servente.

---

<sup>110</sup> Minuta. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx 05, RP. 1097.

<sup>111</sup> Ofício nº 003/D/DSI/MEC/75. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 03, RP. 608-609.

<sup>112</sup> Ofício nº 003/D/DSI/MEC/75. Arquivo da ditadura, estudos Baianos/UFBA, Cx. 03, RP. 608-609.

Nesse sentido, as antigas funções deixam de existir (Chefe da Assessoria, Assessor Especialista - Chefe do Setor de Segurança-, Oficial Administrativo – Chefe do Setor Administrativo-, oficial Amanuense, Assistente Social, Contínuo, e dois Amanuense) e novas funções foram criadas, a exemplo do emprego de Analista. O decreto 75.640/75, encaminhado pelo ofício, ao Reitor, sobre a criação da ASI, apresentado acima, estabelece a criação do Grupo-Segurança e Informação que compreende atividades de nível superior e refere-se ao planejamento e estudos ligados à Segurança Nacional. É a partir desse Grupo que se cria as Categorias Funcionais: Analista de Informação que abrange atividades de pesquisas e estudos dos assuntos relacionados à informação e contra informação e Analista de Segurança Nacional e Mobilização que se destaca em atividades referentes a estudos sobre Segurança Nacional e Mobilização. Essas categorias são subdivididas em dois níveis.<sup>113</sup>

O Nível 2 foi destinado ao “planejamento e assessoramento, coordenação e execução especializada, para os quais era exigida formação completa de nível superior e formação complementar em área de informação”. O Nível 1 foi reservado “para atividades de execução qualificada” sendo necessária formação de nível superior, “obtida em curso correlato com a área de atividade-fim do Ministério, órgão ou entidade, ou em se tratando da área de informações” que esteja ao mínimo no “sexto semestre de curso superior complementada com formação específica de grau equivalente”.<sup>114</sup>

As mudanças no ordenamento que regia o serviço de informação tinham como objetivo a obtenção de maior eficiência e aprimoramento das atividades não apenas nas normas, mas na criação de curso específicos para atender as necessidades das funções. Porém, veremos mais adiante que nem sempre as normas criadas eram seguidas por todos. Os motivos que justificam a inobservância do ordenamento são vários, a exemplo de questões pessoais, ausência de verba e/ou de pessoal e/ou espaço - gerando alguns contratempos na execução das atividades.

---

<sup>113</sup> BRASIL, Brasília. Decreto 75.639 de 22 de abril de 1975. Diário Oficial da União, Seção I, de 23 de abril de 1975.

<sup>114</sup> Processo 23852/77/folha nº07. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 09, RP 2884, 2886, 2888, 2889.

## 1.2 Regras e contrarregras: o distanciamento entre as normas e a execução

Para atender as exigências apresentadas para ocupar o cargo de Analista de Informação na Universidade Federal da Bahia, o ocupante do cargo deveria no prazo máximo de três anos, a contar da data de sua publicação, ser indicado para a realização do curso correspondente à função exercida. Em 22 de abril de 1975<sup>115</sup> Edgard Jenkins assumiu o cargo de Analista de Informação e um mês após sua contratação foi matriculado na Escola Nacional de Informações, a fim de efetuar o Estágio de Informação E/1. Algumas regras também foram estabelecidas para exercer o cargo de Chefe da ASI. O artigo 17, II indicava que o analista deveria realizar o curso da Escola Superior de Guerra (ESG) ou o curso “A” da Escola Nacional de Informações (EsNI) ou o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) ou equivalente das demais Forças Armadas.<sup>116</sup>

Apesar dessas normas, George Oliveira, não realizou nenhum dos cursos solicitados para exercer o cargo ocupado, mesmo havendo convites pela Escola Nacional de Informações em 7 de junho de 1977<sup>117</sup> e em 1978.<sup>118</sup> A justificativa dada por George Oliveira para declinar aos convites pautava-se no problema de saúde da irmã, que vinha tendo complicações clínicas, havendo necessidade em auxiliar no acompanhamento da mesma, além de que o “afastamento do campo médico por um período relativamente grande”, com duração de 41 semanas<sup>119</sup> “poderia acarretar consequências negativas” à profissão de médico,<sup>120</sup> que permanecia desempenhando simultaneamente com a de professor da Universidade Federal da Bahia e Chefe da ASI, conforme relato na Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA.<sup>121</sup> Alegou ainda transtornos familiares para transferir filhos da escola e o trabalho da

---

<sup>115</sup> Ofício nº 230/77/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 09, RP. 2863;

Ofício nº 269/77/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 09, RP. 2877;

Processo nº 23852. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 09, RP. 2878;

Alterações ocorridas no EsNi com Edgar dos santos Jenkins. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx.09, RP. 2879;

Declaração. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 09, RP. 2880.

<sup>116</sup> Regulamento das Divisões de Segurança e Informação dos Ministérios Cíveis e das Assessorias de Segurança e Informações. Aprovado pelo decreto nº 75.640, de 22 de abril de 1975, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, no dia 23 de abril de 1975(Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 09, RP. 2886, 2887).

<sup>117</sup> Radiograma nº 9673. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 09, RP. 3042.

<sup>118</sup> Radiograma nº 0785. NR 8528 PLS 55. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 06, RP. 2023.

<sup>119</sup> Ofício nº 153/78/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 2022, 2022.1.

<sup>120</sup> Ofício nº 204/77/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 09, RP. 3047.

<sup>121</sup> OLIVEIRA, George Barreto de [jul. 2014]. Entrevistador: Othon Jambeiro. Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA. Salvador/BA, 7 de julho de 2014. Disponível pelo site: <<https://www.youtube.com/watch?v=9LbB1q7VBCM>> Acesso em: 14 mar. 2018.

esposa que ficariam comprometidos.<sup>122</sup> Em consequência dos fatos mencionados no dia 16 de maio de 1978 foi encaminhado o pedido de demissão, na qual, diz deixar,

à disposição a função de Chefe da ASI/UFBA, em decorrência do decreto nº 75.640, art. 20, capítulo VII, publicado no Diário Oficial da União no dia 23 de abril de 1975, onde exige o prazo de três anos para o Chefe da ASI tenha o Curso da Escola Superior de Guerra, o Curso do Estado Maior e/ ou o Curso “A” da EsNI. (...) apesar do último eu tenha sido indicado, contudo por motivos pessoais eu pretermi, naquele momento, por não me considerar apto psicologicamente para cursá-lo.<sup>123</sup>

Em 1 de fevereiro de 1979, foi encaminhado um novo ofício ao reitor comunicando que, em decorrência do prazo estabelecido pelo decreto nº 81.512 de 4 de abril de 1978, deixa à disposição o cargo de Chefe da ASI, dois meses antes de concluir o prazo máximo, para que seja possível “escolher o substituto que preencha os requisitos”.<sup>124</sup> Tal acontecimento não gerou o fim da Assessoria na UFBA, já que esta permaneceu em atuação durante a década de 1980, havendo no final da década de 1970 o planejamento para novas mudanças na estrutura. A reestruturação no Sistema Setorial de Informação e Contrainformação do MEC (SISSI/MEC) com início previsto para janeiro de 1980 teve como um dos focos concentrar as ASIs nas Delegacias Regionais além da desativação em algumas universidades de Assessorias.<sup>125</sup> “As modificações programadas para as ASIs não alteravam o vínculo hierárquico com a universidade”.<sup>126</sup>

Além da recusa de George Oliveira em realizar o curso, apesar de ocupar um cargo de chefia, houve outras regras que não foram obedecidas, como o número de funcionários exigido para atuar no serviço de Assessoria. Conforme a entrevista dada por Maria de Lourdes Esteves, não houve corte de funcionário pelo menos de imediato à vigência do Decreto 75.640/75. Irene de Araújo Lima (assist. social) e Creuza Ribeiro de Araújo (amanuense) permaneceram exercendo suas funções por pelo menos um ano a mais. Em 1976, Irene Lima recebeu indicação para realizar o estágio na Escola Nacional de Informação,<sup>127</sup> mas durante esse período foi transferida para o Hospital Prof. Edgard Santos HPES conforme a Portaria nº

---

<sup>122</sup> Ofício nº 153/78/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 2022, 2022.1.

<sup>123</sup> Ofício nº 090/78/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 06, RP. 2005.

<sup>124</sup> Ofício nº 011/79/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP. 3631.

<sup>125</sup> Ofício nº 05/D/DSI/MEC. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP. 3325.

<sup>126</sup> Ofício nº 16/SO/DSI/MEC. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP. 3326.

<sup>127</sup> Protocolo nº 0894. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2281.

824/76, de 13 de maio de 1976,<sup>128</sup> a partir do plano de reclassificação.<sup>129</sup> Enquanto isso, Creuza Araújo foi aprovada em um concurso fora da Universidade.<sup>130</sup>

Cruzando alguns documentos encontrados, até o mês de fevereiro de 1979, ainda estavam exercendo funções administrativas na ASI: George Oliveira, Yvone América T. dos Humildes, Edinair Silva de Oliveira, Maria de Lourdes Esteves, Edgard dos Santos Jenkins, Alfredo José Duarte Filho e Rômulo Lessa Mendes. Totalizando sete funcionários registrados, divergindo com a quantidade, de cinco funcionários, estipulada pelo Decreto 75.640/75. Apesar dos sete funcionários lotados em 1979, ainda assim a Assessoria passou pelo problema da ausência de funcionários em decorrências de inúmeras questões (problema de saúde, licença gestação, férias, aposentadoria) gerando dificuldade momentânea no funcionamento da ASI. Outra regra que não foi cumprida se refere à ausência do pessoal especializado de que trata o decreto 75.640, de 22 de abril de 1975. Isso porque, além de Jenkins não há registro de que os demais funcionários da Assessoria tenham realizado os cursos exigidos para exercer os cargos ocupados, sendo uma das questões discutidas no ofício 012 de 1979.<sup>131</sup>

### **1.2.1 Desafios para o bom funcionamento da Assessoria**

Apresentadas pela documentação como inadequadas, as instalações em que sediaram as atividades da Assessoria UFBA foram tema de diversos ofícios encaminhados ao Reitor. Apresentavam a estrutura física como inapropriada e responsável pela ineficiência do desenvolvimento de suas atividades diárias. A busca por um espaço que atendesse às necessidades do órgão motivou a Assessoria a ocupar vários prédios ao longo do tempo. Contudo, parte dessas informações se perdeu nos documentos. O que sabemos foi produzido por relatos de alguns estudantes, professores e funcionários.

Conforme Maria de Lourdes Esteves, ex-funcionária da ASI, a Assessoria teve seu início numa sala ao lado do gabinete do diretor do Hospital dentro do HPES.<sup>132</sup> Ainda sobre a chefia de Emerson Spínola, ou seja, no reitorado de Lafayette Pondé, um documento informa

---

<sup>128</sup> Ofício nº 175/76/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 06, RP. 2280.

<sup>129</sup> Ofício nº 163/76/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2268.

<sup>130</sup> ESTEVES, Maria de Lourdes. [fev. 2019]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 04 de fevereiro de 2019, às 15h00.

<sup>131</sup> Ofício nº 012/79/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP. 3616.

<sup>132</sup> ESTEVES, Maria de Lourdes. [fev. 2019]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 04 de fevereiro de 2019, às 15h00.

que a Assessoria ocupou em 1973 as antigas instalações do CENAP.<sup>133</sup> Não há mais informações sobre a localização nem sobre o significado da sigla; suspeitamos ser o Centro Nacional de Aperfeiçoamento e Tecnologia em Petróleo, que possuiu convênio com a UFBA. Em junho de 1974 a AESI é transferida para o 1º andar do edifício da antiga clínica fisiológica, na rua Padre Feijó, nº 27.

Segundo Iracy Picanço, professora aposentada, a AESI começou em um espaço pequeno “depois ela vai ganhado [...] uma expressão maior e vai crescendo, a depender de quantos funcionários que tinham, e então já precisa de outro espaço”. Durante o reitorado de Augusto Mascarenhas e já sob a chefia de George Oliveira, a Assessoria passa a ocupar o prédio anexo de um casarão localizado na Rua Marechal Floriano, nº 55, Canela,<sup>134</sup> rua próxima à Faculdade de Odontologia, ocupado pela Pró-reitoria de Pesquisa. Apesar de dividir o mesmo terreno, Iracy Picanço afirma que “não tínhamos administrativamente nada, nenhum contato, eram mundos completamente diferentes, apenas um espaço alugado pela universidade que cabiam as duas coisas”.<sup>135</sup> Já no início da década de 1980 a sede foi instalada na Rua Padre Freijó, nº 49,<sup>136</sup> mais precisamente no espaço que posteriormente tornou-se sede da Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB). Os endereços estão registrados nos documentos, principalmente nas solicitações e informes relacionados a alguns problemas no espaço.

Em pouco tempo, o anexo ocupado pela ASI passou a ser insuficiente para a realização das atividades prestadas. Entre os anos de 1976 até 1979<sup>137</sup> foram encaminhados vários ofícios ao reitor: solicitação para transferência de prédio, problemas no desenvolvimento do trabalho ocasionado pela falta de espaço físico, avisos sobre falta de segurança, além dos comunicados de arrombamento e assalto.

A necessidade de um novo espaço e de mais segurança pode estar relacionada com o aumento do movimento estudantil, gerando produção de informação e conseqüentemente ampliação do arquivo gerenciado. Vale ressaltar que em 1975 ocorreu a maior greve do ME no Brasil depois de 1968 (greve contra o jubramento); paralisações e manifestações em 1976

---

<sup>133</sup> Ofício nº 015/73. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 04, RP. 963.

<sup>134</sup> Processo nº 355/76. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1436.

<sup>135</sup> PIKANÇO, Iracy Silva. [nov. 2017]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 13 de novembro de 2017, às 14h00.

<sup>136</sup> Ofício nº 008/81/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 08 e 10 RP. 2578, 3225.

<sup>137</sup> Ofício nº 37/78/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP. 3223, 3224.

devido à prisão de dois estudantes, a greve de 1977 por comida de melhor qualidade no restaurante universitário. Os anos seguintes não serão diferentes, havendo diversas reuniões, congressos, paralisações e greves. Esses quadros eram vistos pelo sistema de informação como subversivos, sendo necessário buscar os culpados e exigir a punição. Com o aumento da produção de documentos sigilosos surge a necessidade de maior segurança e vigilância, evitando que os dados confidenciais porem em mãos erradas.

Além das reclamações pela falta de espaço, foram apresentados vários ofícios referentes à dificuldade em instalar o telefone local, registrados entre os anos de 1976 e 1977.<sup>138</sup> Outro problema intensamente apresentado ao reitor era a ausência de segurança no local<sup>139</sup> chegando a ser registrado um arrombamento durante a madrugada, noticiado pelo ofício do dia 29 de outubro de 1976, no qual era solicitado o envio de um guarda do campus no turno da noite, em auxílio ao vigia, para manter a segurança.<sup>140</sup>

Os problemas da Assessoria ao longo dos anos só ampliaram. O ofício encaminhado ao reitor em 1979 tratou da falta de pessoal especializado tratado no decreto 75.640/75, que aprovava a regulamentação da DSI e ASI, e a redução do pessoal de apoio. Irene de Araújo Lima e Creuza de Araújo, desde 1976 já se encontravam afastadas da Assessoria. George Barreto de Oliveira entrou de licença inicialmente por 15 dias concedida pelo SMU, juntamente com Edinair de Almeida por 10 dias, ambos a contar de 19 de fev. de 1979, e Rômulo Lessa Mendes, havia sido afastado por questões de saúde. Maria de Lourdes Esteves Mendes (ag. administrativo “A”) e Edinair Silva Oliveira de Almeida (amanuense) entraram em licença maternidade e férias, totalizando quatro meses. Por fim, Ivone Trifilho do Humildes (Ag, Administrativo C) solicitou sua aposentadoria por tempo de serviço.<sup>141</sup> Segundo o documento, o afastamento das aludidas traria prejuízos ao andamento das atividades realizadas pela Assessoria conforme a Portaria 129, publicada no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro. Para tentar reduzir a defasagem em relação ao pessoal, foi solicitada a permanência de Ivone América Trifilho dos Humildes, mediante retribuição, sem vínculo

---

<sup>138</sup> Ofício nº 131/77/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1394; Ofício nº 115/77/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1433; Processo nº 355/76. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1436.

<sup>139</sup> Ofício nº 157/76/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2427.

<sup>139</sup> Ofício nº 37/78/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP. 3223.

<sup>140</sup> Informação nº 654/76/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2401.

<sup>141</sup> Ofício nº 012/79/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP. 3616.

empregatício, por 90 dias, a partir de 12 de fevereiro de 1979.<sup>142</sup> Unindo as questões apresentadas, há grande probabilidade de que Jenkins tenha solicitado aposentadoria durante esse período. Tal suspeita baseia-se no encaminhamento da petição ao reitor em abril de 1979, referente “a indenização de tempo de serviço prestado a esta universidade.” Contudo, não foi encontrada a petição em anexo ao ofício.<sup>143</sup>

Apesar das dificuldades apresentadas de estrutura e pessoal, a Assessoria permaneceu atuando dentro da universidade. Em agosto do mesmo ano a Delegacia Regional da Bahia (DR-8) demonstrou interesse em fazer uso dos serviços prestados pela ASI/UFBA para obter informações sobre a universidade. Isso mostra que, apesar dos problemas vivenciados, a ASI não deixou de ser um importante centro aglutinador e produtor de informação dentro da comunidade acadêmica, principalmente por fazer uso de uma estrutura em que a própria universidade produzia informação sobre si mesma e encaminhava à Assessoria.

Outra questão que aparece nos documentos refere-se ao sigilo das atividades prestadas pela Assessoria. Apesar de existir segredos sobre as informações produzidas pela AESI/ASI, não é possível descartar a possibilidade de que os funcionários da assessoria fossem conhecidos, pelo menos entre as pessoas mais próximas da reitoria. O Boletim produzido pelos estudantes no dia 10 de setembro de 1973 apresenta interesse sobre a AESI, mesmo sem o conhecimento das funções desempenhadas pela mesma. É possível que tais discussões não tenham tomado grandes proporções entre os estudantes, haja vista que o tema só foi retomado anos depois pelo Movimento Estudantil, conforme será discutido posteriormente.

Para manter as informações a salvo do restante da comunidade acadêmica, os documentos seguiam o padrão estipulado pelo Decreto 60.417/67,<sup>144</sup> que aprova o Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (RSAS). “no que diz respeito ao recebimento, manuseio, segurança e difusão de documentos considerados sigilosos”.<sup>145</sup> O Regimento define o que são assuntos sigilosos, identifica como deveria ser feita a classificação de cada documento e o manuseio, sendo classificado entre: ultrassecreto, secreto, confidencial e reservado.

---

<sup>142</sup> Ofício nº 017/79/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP. 3637.

<sup>143</sup> Encaminhamento nº 36/79/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP. 3379.

<sup>144</sup> BRASIL. Brasília. Decreto 60.417/67. Diário Oficial da União - Seção 1 em 17 de março de 1967.

<sup>145</sup> BRASIL. Brasília. Art. nº 1. Decreto 60.417. Diário Oficial da União - Seção 1 em 17 de março de 1967.

A seção 3 do terceiro capítulo do regimento descreve em detalhe como deveria ocorrer o manuseio com cada tipo de documento conforme a classificação,<sup>146</sup> além de informar como o documento deveria ser enviado, conforme a classificação obtida. No caso de documentos secretos, poderiam ser usados mensageiro oficial, correio ou sistema de encomendas e, quando necessário, por mala diplomática. Já no caso dos documentos confidenciais e reservados, além dos mensageiros oficiais, só poderiam usar o correio ordinário. Assim, o RSAS, anterior à criação da Assessoria, auxiliou na proteção das informações produzidas, favorecendo o sigilo dos assuntos tratados pelos órgãos.

O próprio Regimento Interno da Assessoria tratava sobre o cuidado necessário para a elaboração de informações. O Capítulo V, Art. 7, inciso VI, indicava que uma das competências do Chefe da AESI seria “cumprir e diligenciar para que sejam atendidas, na área da Universidade, as normas previstas no Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (RSAS)”. O Capítulo VII, Art. 16 relatava as disposições gerais afirmando que “o pessoal em serviço na AESI será obrigado ao absoluto sigilo e reserva dos assuntos e trabalhos da Assessoria, cumprindo as classificações sigilosas, na forma da legislação em vigor”.<sup>147</sup>

Além dos Regimentos apresentados, o DSI produziu e distribuiu “formulários e instruções de procedimentos com recomendações para a observância correta das normas e os cuidados necessários na gestão de documentos sigilosos”. Para melhor preparar os funcionários ligados aos serviços de informações, como já foi dito na seção anterior, alguns eram enviados para cursos principalmente da Escola Nacional de Informações (EsNI).

Apesar de toda a estrutura montada com o objetivo de conter as informações dentro dos serviços especializados, nem sempre a prática do sigilo se dava de forma regular, “uma dificuldade que se encontrava até dentro da família”, pois “a pessoa que trabalha com informação não pode conversar, não pode discutir os assuntos do seu trabalho”.<sup>148</sup> Além disso, existiam outros mecanismos para conseguir informações, sem que seus funcionários revelassem intencionalmente. Como exemplo, há o caso revelado em entrevista por George

---

<sup>146</sup> BRASIL. Brasília. Decreto 60.417/67. Diário Oficial da União - Seção 1 – 17 de março 1967.

<sup>147</sup> Regimento Interno. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2382.7.

<sup>148</sup> PINHEIRO, Ênio dos Santos. **Os Anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão/ Introdução e organização Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 136.

Oliveira em que uma funcionária da reitoria repassava as informações dos documentos sigilosos.

Tive dúvidas de uma secretária que foi para a reitoria, pedi informações e realmente constava [restrições sobre o seu aproveitamento]. [...] Ela era contra o serviço [de informação], então ela dava informações. [...] Eu desconfiei porque as coisas estavam começando a vazar. Confio no meu magnífico. Confio no meu chefe do gabinete. O que estar havendo? Então eu comecei [a investigação].<sup>149</sup>

Dentre as informações vazadas, temos o caso do ofício confidencial nº 0148/76 enviado pelo Ministério da Marinha em 12 de abril de 1976. O documento tinha como assunto o horário no serviço médico da UFBA e tratava da exigência de expediente de quarenta (40) horas para o pessoal do Serviço Médico da UFBA. Essa medida causava descontentamento entre os funcionários.<sup>150</sup> No dia 31 de maio de 1976, a Assessoria informou ao reitor que houve quebra de sigilo do assunto, pois médicos da UFBA teriam tomado conhecimento do teor do documento.<sup>151</sup>

O segundo caso refere-se a um aluno de Engenharia Elétrica. Ele era monitor do Instituto de Física desde 1973, trabalhava na disciplina Física Geral e Experimental III. Conforme a publicação em panfleto divulgada pelos estudantes no dia 29 de junho de 1976, o estudante teria sido cortado sumariamente pelos órgãos de segurança das atividades de monitoria.<sup>152</sup> Os motivos que justificam o corte não ficaram explícitos em nenhum dos documentos encontrados. Porém é importante sinalizar que os anos que se seguiram a 1975 foram marcados por inúmeras manifestações estudantis, o que levou à ocorrência de algumas punições. Conforme o ofício enviado ao reitor no dia 8 de julho as informações apresentadas pelos estudantes correspondiam ao documento 222/76/ASI/UFBA de 28 de abril de 1976, que havia sido transmitido ao Reitor, em caráter confidencial.<sup>153</sup>

A quebra de sigilo não aconteceu apenas na UFBA. Como já foi dito, os dados sobre os funcionários dos serviços de informações deveriam ser preservados, porém houve casos em que, por diferentes motivos, os nomes dos funcionários deixaram de ser sigilosos, causando

---

<sup>149</sup> OLIVEIRA, George Barreto de [jul. 2014]. Entrevistador: Othon Jambeiro. Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA. Salvador/BA, 7 de julho de 2014. Disponível pelo site: <<https://www.youtube.com/watch?v=9LbB1q7VBCM>> Acesso em: 14 mar. 2018.

<sup>150</sup> Ofício confidencial nº 0148/76. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2235.

<sup>151</sup> Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2237.

<sup>152</sup> Informação nº 422/76/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2211, 2212.

<sup>153</sup> Informação nº 222/76/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. SR.

exposição do serviço de inteligência. Motta registra que “alguns deles tiveram atuação mais ostensiva e repressora, tornando-se conhecidos dos estudantes e sendo alvos de denúncias. Foi o caso de Adriel Lopes Cardoso, chefe da ASI/UFRN” que virou tema do jornal *Tribuna do Norte*, de 1979.<sup>154</sup>

Para além das atividades mais ostensivas e repressoras, que geraram denúncias sobre o órgão, houve também falha na guarda dos documentos sigilosos, havendo o caso bastante conhecido do vazamento do folheto intitulado “*Como eles agem*”, produzido pela DSI/MEC em janeiro de 1974”, publicado “pelo jornal O Estado de S. Paulo no dia 31”.<sup>155</sup> A falta de discrição, de cuidados com os documentos ou até mesmo ações corruptas de alguns agentes também geraram denúncias, deixando algumas ASIs na mira da oposição.

Além de pontuarmos a estrutura organizacional e os erros cometidos pelos órgãos de informações (OIs), é importante apresentar como a assessoria atuou no espaço acadêmico e suas interferências na vida acadêmica, principalmente se levarmos em conta que neste período ocorreu o retorno do movimento estudantil com a reorganização do DCE e DAs na UFBA.

---

<sup>154</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 202.

<sup>155</sup> FICO, Carlos. **Como eles agiam – Os subterrâneos da Ditadura Militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 71.

## 2º CAPÍTULO

### Vigilância e Repressão: Serviço de Inteligência no Controle da Comunidade Acadêmica

No imediato pós-golpe, as universidades tornaram-se importantes lugares atingidos pela repressão, já que, os militares acreditavam no “caráter subversivo de todos os movimentos estudantis e grevistas”<sup>156</sup> e que tais ações poriam o Brasil em risco. Muitos expurgos foram feitos nas universidades com o intuito de promover a “limpeza”, especialmente ideológica. Como podemos citar a *Operação Limpeza*, instaurada ainda em 1964, os Inquéritos policiais militares (IPMs) e a própria instalação da Assessoria de Informação dentro da Universidade.

Na Bahia, tamanho foi o empenho em perseguir os ditos “subversivos” ou supostos “comunistas” que “a 6º RM requisitou um navio da Companhia de Navegação Baiana e o transformou em prisão”<sup>157</sup>, pois os quartéis estavam lotados. Dentre os detidos encontravam-se professores, intelectuais, jornalistas, operários, profissionais liberais considerados “subversivos”.

A radicalização das medidas e organização do sistema de inteligência e repressão se deram alinhadas à ação da oposição e aos processos jurídicos, como exemplo dos Atos Institucionais, que promoveram perda de direitos políticos, da estabilidade dos funcionários públicos, entre outros. Assim, fazendo uso, principalmente, do Ato Institucional-1 de 9 de abril de 1964 e do Ato Institucional-2 de 27 de outubro de 1965, “os militares afastaram seus opositores do Congresso, das três armas, das reitorias das universidades e de todo lugar onde a oposição pudesse ter alguma voz.”<sup>158</sup> Dessa forma, muitos políticos perderam o mandato, como o prefeito de Feira de Santana/Ba, Francisco Pinto (Chico Pinto) que não apenas perdeu o cargo, como um mês depois do golpe “foi detido sob o comando do Major Hêlvio

---

<sup>156</sup> REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984**. Londrina: Eduel [livro eletrônico]. 2013, p. 90.

<sup>157</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Editora UNESP: Salvador, Bahia: EDUFBA, 2001, p. 475.

<sup>158</sup> GORDILHO, Maria Celina Monteiro. **Cassação de mandato, suspensão de direitos políticos e inelegibilidade: relações entre direito e política no regime militar brasileiro (1968 – 1970)**. Dissertação (Mestrado em Constituição e Democracia). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. 2015, p. 6.

Moreira”.<sup>159</sup> Outros, porém, conseguiram manter-se no poder, como o governador da Bahia Lomanto Júnior, apesar de ter sofrido ameaça, permaneceu no cargo após “negociações com os militares coordenadas pelo arcebispo primaz do Brasil, cardeal dom Augusto Álvaro da Silva”.<sup>160</sup>

As ações derivadas do endurecimento da malha informativa e repressiva alcançaram em diversos aspectos a vida universitária. A preocupação em tentar combater a atuação dos estudantes teve como motivo o medo dos movimentos estudantis que, ao longo dos anos, havia desenvolvido capacidade de articulação política e difusão de ideias. Consideradas de esquerda em 9 de novembro de 1964 os golpistas colocaram a União Nacional dos Estudantes (UNE)<sup>161</sup> na ilegalidade e em seguida publicaram a Lei Federal nº 4.464/64 – mais conhecida como Lei Suplicy – que dispunha sobre os órgãos de representação dos estudantes e criava o Diretório Nacional dos Estudantes.

Além de restringir as organizações estudantis, a lei vetou também “aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”.<sup>162</sup> As medidas criavam dificuldades de articulação e tiravam dos estudantes sua autonomia política e organizativa.

Após as ações repressivas no imediato pós-golpe que promovem uma perturbação na organização do Movimento Estudantil, 1965 marca o início da sua reaglutinação pautada na

---

<sup>159</sup> LINS, Rafael Quintela Alves. **Era cinza o céu do sertão**: notas sobre o golpe de 1964 em Feira de Santana/Ba. Contra os preconceitos: História e Democracia, Brasília, DF. jul. 2017. **Anais** do XXIX Simpósio Nacional de História – ANPUH. 2017 [Brasília, DF]. p. 7.

<sup>160</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Editora UNESP: Salvador, Bahia: EDUFBA, 2001, p. 475.

<sup>161</sup> Fundada ainda em 1937, a União Nacional dos Estudantes (UNE), na década de 1950 havia ganhado força na luta estudantil. Suas articulações ultrapassaram os muros das universidades, dialogando com sindicatos, ligas camponesas, movimentos culturais e outros, discutindo os problemas nacionais, estando “presente em todos os fatos políticos da época, e em quase todos teve papel, senão de protagonista, pelo menos de partícipe ouvido e respeitado” (AMARAL, Roberto. O movimento estudantil brasileiro e a crise das utopias. **Revista ALCEU**, Rio de Janeiro, v.6 - n.11 - p. 195 a 205 - jul./dez. 2005, p. 195). Em 1961 foi criado o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, o centro “aglutinou diversos artistas, intelectuais e estudantes” com o “desejo em produzir uma cultura genuinamente brasileira, elaborar críticas sobre os problemas sociais do país e a partir desse ponto politizar a sociedade” (SOUZA, Miliangre Garcia de. **Do teatro a militância engajada**: a experiência do CPC da UNE (1958-1964). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abreu, 2007, p. 54). Na pauta do CPC não foram esquecidos os problemas como a reforma universitária, o aumento da “representação estudantil em um terço nas congregações, departamentos e no conselho universitário da universidade” (MOREIRA, Vânia Medeiros. **O CPC da UNE na Bahia**. In: Ditadura Militar na Bahia, histórias de autoritarismo, conflito e resistência. Org. Grimaldo Carneiro Zachariadhes. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 88).

<sup>162</sup> BRASIL, Brasília. art. 14. Lei 4.464. Diário Oficial da União - Seção 1 – 11 de novembro de 1964, página 10169.

luta contra a Lei Suplicy Lacerda. A Lei que tinha como objetivo desorganizar o Movimento Estudantil “despertou reações contrárias no meio estudantil contribuindo, paradoxalmente, para a rearticulação do ME”.<sup>163</sup> A luta dos estudantes pairava em torno da “autonomia política e administrativa”.<sup>164</sup> Entre 1966 e 1967, diversas manifestações estudantis emergiram em várias partes do Brasil visando “preservar a qualidade da educação pública e gratuita”, luta que se “confundia com a defesa da democracia e dos direitos humanos”.<sup>165</sup> Assim como, apresentavam críticas ao acordo MEC-Usaid,<sup>166</sup> reivindicavam uma reforma universitária, mais verbas destinadas para a educação e ampliação de vagas.

Pouco tempo depois que os estudantes voltaram a tentar se organizar politicamente, o governo criou medidas de controle com o decreto 228 publicado em 28 de fevereiro de 1967. O decreto tinha por finalidade reformular a organização da representação estudantil, restringindo ainda mais a mobilização estudantil, conforme vemos no artigo Art. 7º do decreto 228. O DCE seria eleito por voto indireto através do colegiado formado por delegados dos DA, na forma regulamentada pelo Estatuto da Universidade. O decreto incide também sobre a questão na manutenção financeira das entidades.

O ano de 1968 foi emblemático, não apenas devido à continuidade das mobilizações do ME, mas pela força que outros setores adquiriram nesse momento, a exemplo dos operários, artistas e a Frente Ampla.<sup>167</sup> A atuação desses diferentes setores se dava por meio de “manifestações de rua, comícios e passeatas, assim como no Congresso Nacional, através de um grupo de deputados do MDB”.<sup>168</sup> O Governo tentava frear os avanços das mobilizações por meio da força repressiva. Em 28 de março de 1968 o assassinato do estudante Edson Luís

---

<sup>163</sup> BRITO, Antonio Mauricio Freire. **O golpe de 1964: o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2008, p. 242.

<sup>164</sup> CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação/UFBA, Salvador, 2012, p. 227.

<sup>165</sup> BENEVIDES, Silvio César Oliveira. **Aventuras estudantis em tempos de opressão e fuzis**. In: Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Org. Grimaldo Carneiro Zachariadhes. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 120.

<sup>166</sup> “acordos estabelecidos com os EUA a partir da implantação do regime civil-militar, destacam-se os firmados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), voltados principalmente para a implementação de reformas na educação, em todos os níveis de ensino” (SILVA, Marcília Gama da Silva. Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2007, p. 44).

<sup>167</sup> Foi um grupo político criado em 1966 contra a ditadura que reunia o conservador Carlos Lacerda e seus antigos adversários políticos Juscelino Kubitschek e João Goulart.

<sup>168</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 115.

de Lima Souto por parte da força policial gerou indignação com “demonstração de massa” que assumiu “proporções de verdadeira rebelião social”.<sup>169</sup>

As inquietações sociais intensificam a crise política que reverberou no Congresso Nacional. O forte grito ecoou e alcançou as autoridades ditatoriais que deram como resposta o braço forte da repressão. É nesse contexto de pressão que os militares ganharam espaço para a promulgação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, podendo enfim dissolver o Congresso e frear de forma efetiva a continua mobilização de alguns setores. O Ato tinha poderes de confiscar bens, demitir, afastar ou aposentar, suspender o *habeas corpus* contra os suspeitos e condenados por crime contra o Estado. Dentro desta conjuntura se deu a criação das Assessorias Especiais de Segurança e Informações nos diversos setores públicos, inclusive nas Universidades.

Diferente dos outros grupos da universidade (professores e funcionários), os estudantes possuíam longa caminhada no processo de articulação política e enfrentamento com o governo. Ao mesmo tempo, não é possível ignorar a preocupação que as agências de informações possuíam também no controle sobre os professores e funcionários, principalmente com o intuito de coagir ao máximo o ingresso de pessoas das esquerdas nesses espaços. Dessa forma, as assessorias se constituíam como um importante ponto de apoio aos trabalhos realizados pelo SNI, coletando dados e atuando de forma quase que silenciosa no meio acadêmico.

O ponto chave para compreender as arbitrariedades do início da década de 1970 está no ano de 1968, não apenas por ter sido o ápice dos movimentos contra a ditadura, mas pela promulgação do AI-5. O ato forneceu instrumento para a institucionalização da violência contra a sociedade por meio de várias leis, decretos e Ato Institucional Complementar. O cerco repressivo às universidades se consolidou com o Decreto 477 editado em fevereiro de 1969. Nesse ano também foram reabertos os Inquéritos Policial Militar (IPMs), criada a Comissão de Investigação Sumária do MEC (Cismec)<sup>170</sup> e o Ato Complementar 75. Ambas as

---

<sup>169</sup> *Ibid.*, p. 117

<sup>170</sup> Criado com base do Ato Complementar 39, que dispunha sobre a cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos e demissão, remoção, disponibilidade, aposentadoria, transferência para a reserva ou reforma de servidores civis e militares da União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios (Diário Oficial da União - Seção 1 – 20 de dezembro de 1968).

medidas trouxeram cancelamento de matrículas, expulsão de estudantes e repressão a professores fragilizando a resistência à ditadura.

Foi depois do AI-5 que se ampliou o aparato informativo por meio do SISNI, com a criação do PNI e das assessorias de informações nos órgãos públicos, além da formação do complexo informativo. Os órgãos de informação e repressão na década de 1970 tentaram controlar de forma efetiva os meios universitários acentuando a cultura do medo e fazendo uso de vários instrumentos normativos como o decreto 477.

## 2.1 Vigilância e o início das articulações estudantis

Assumindo a presidência logo após a promulgação do AI-5, o terceiro presidente ditador Emílio Garrastazu Médici, deu continuidade às políticas repressivas desenvolvidas no governo anterior, fazendo uso de todos os mecanismos de opressão, além de ampliar as estruturas da repressão e informação, criadas em governos anteriores. Os instrumentos de repressão ganharam corpo e organicidade na figura do SISSEGIN, passando a “se preocupar com uma maior integração entre os organismos repressivos já existentes” e estendendo sua capacidade na luta contra a subversão o que provocou a disseminação do medo e do silêncio.<sup>171</sup>

### 2.1.1 A Repressão aos olhos da comunidade acadêmica

Com a ascensão do presidente Médici, foram organizadas atividades de busca e prisão que atuaram, principalmente, no extermínio dos grupos de guerrilhas (urbana e rural), até 1974. Na tentativa de obtenção de informações, “a tortura foi institucionalizada como método de interrogatório e controle político”<sup>172</sup> disseminando a “cultura do medo”, principalmente entre os militantes ou simpatizantes dos grupos de esquerda. Muitas pessoas foram empurradas para a vida clandestina. Para o ex-estudante Olival Freire Jr,

a prisão naquele contexto significava necessariamente a tortura e o risco de morte o que fez com que muitos ativistas desta época, da minha geração, tenham optado por viver na clandestinidade, largaram a universidade para

---

<sup>171</sup> COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência.** *Psicol. estud.* [online]. vol.5, n.2 2000, p.12.

<sup>172</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis: Vozes, 1989, p. 168.

ter uma vida clandestina para evitar a prisão, porque a prisão significava o risco de tortura e eventualmente da morte.<sup>173</sup>

Nesse contexto, muitos estudantes e professores não mais apareceram nas universidades. Antônio Carlos Laranjeiras, professor da Escola Politécnica, diz que o AI-5 provocou uma “mudança muito grande no comportamento estudantil até 1968. Depois de 1968 todo movimento era de natureza marginal, né? Não eram assim permitidas. Não se davam públicas as manifestações”.<sup>174</sup> Para os professores a situação não era muito diferente e, possuindo ou não relação com a esquerda, poderiam ser atingidos.<sup>175</sup> Alguns professores na UFBA desapareceram da Instituição. Dois dos casos conhecidos foram trazidos pelas memórias de Laranjeiras, ocorrido logo depois do AI-5.

A escola tinha diversos professores e alguns professores, inclusive, não sei se eram membros de partido comunista, [foram] [viver] na clandestinidade, né? [alguns] sabiam que estavam tão comprometidos politicamente que desapareceram da escola. À exemplo disso são os professores: Walmor Barreto, que ensinava Geologia, também o professor Aristides Barretto Neto que ensinava Portos.<sup>176</sup>

Dentre a documentação analisada nada aparece sobre os professores Walmor de Almeida Barreto e Aristides Barretto Neto. Sabemos apenas que o professor Walmor Barreto entre abril a junho de 1964 esteve detido em incomunicabilidade rigorosa, gerando mobilização de seus colegas da Escola.<sup>177</sup>

Sanções foram aplicadas após o AI-5 ao professor Elbert de Menezes, da Escola Politécnica, “demitido de acordo com o processo nº 702268/68” e à professora Maria José de Oliveira, aposentada - ambos os atos punitivos foram respaldados pelo Ato Complementar 39.<sup>178</sup> Mesmo com a sanção, segundo o ofício do DSI, os dois permaneciam atuando como professores da Universidade até 1972. Na notificação da Divisão esclarecia conforme o “Ato

---

<sup>173</sup> FREIRE JR, Olival. [nov. 2017]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 29 de novembro de 2017, às 16h00.

<sup>174</sup> LARANJEIRAS, Antônio Carlos Reis. [mai. 2018]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 03 de maio de 2018, às 17:h00.

<sup>175</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 164.

<sup>176</sup> LARANJEIRAS, Antônio Carlos Reis. [mai. 2018]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 03 de maio de 2018, às 17:h00.

<sup>177</sup> OLIVEIRA Louise Anunciação Fonseca de *et al.* Ações arquivísticas no acesso à informação junto à Comissão da Verdade da UFBA: resgate histórico do período da ditadura civil militar. **Sensibilidade e inovação**. Santa Maria/SC, out. 2014. Trabalho apresentado no VI Congresso Nacional de Arquivologia, p. 21.

<sup>178</sup> Dispõe sobre a cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos e demissão, remoção, disponibilidade, aposentadoria, transferência para a reserva ou reforma de servidores civis e militares da União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios. Publicado pelo Diário Oficial da União - Seção 1 – 20 de dezembro de 1968.

Complementar 75, de 21/10/69, no seu Art. 1º em que dizia “Todos aqueles que como professor, funcionário [...] de ensino público, incorreram [...] em faltas que resultaram [...] em sanções com fundamentos em Atos Institucionais, ficam proibidos de exercer qualquer título, cargo, função”. Desse modo, alertavam sobre a “impossibilidade de os referidos professores continuarem lecionando”.<sup>179</sup>

Em resposta à DSI, o reitor adverte sobre a dificuldade em identificar a aludida professora, “por existirem três pessoas na Universidade com esses nomes em condições funcionais semelhantes”. Em sintonia com isso, encaminha os dados das três professoras para “poder saber qual delas é a atingida pelo Decreto”.<sup>180</sup> No ofício encaminhado ao Ministro Jarbas Passarinhos, o reitor Lafayette Pondé comunica o desconhecimento da situação funcional do Prof. Elbert de Menezes. Em sequência informa cumprimento da sanção. Por fim, solicita “para que seja examinada a possibilidade de ser ele [Elbert de Menezes] designado para outro serviço fora da área do ensino, nos termos do Ato Complementar nº 75”.<sup>181</sup> Entre a documentação analisada nada foi encontrado quanto a se o professor Menezes foi realocado para outra função e se identificaram a professora Maria José de Oliveira.

Além da pressão aplicada pelos aparelhos de controle, havia nas instituições uma atmosfera repressiva marcada pelo medo dos infiltrados. Qualquer um dentro do corpo universitário - discente, docente, servidores e/ou dirigentes - poderia ser um espião. Os infiltrados eram agentes ligados ao serviço de segurança, poderiam pertencer à Polícia Federal, ao Dops ou aos serviços de inteligência das Forças Armadas. A impressão de estar sendo vigiado gerou uma sensação de insegurança principalmente entre os estudantes. A ampliação dos atos de censura, punições e a ocorrência de algumas prisões de membros da comunidade acadêmica promoveram o aumento do medo. A sensação de vigilância dentro da universidade em diferentes contextos emergiu nos depoimentos coletados.

De acordo com Olival Freire Jr., “o aparato repressivo muitas vezes envolvia uma rede de pessoas infiltradas na universidade, ou [pessoas] que queriam ser mais realistas do que o rei”. Então por motivos diferentes, “um diretor ou um professor que tinha prazer em controlar

---

<sup>179</sup> Informação nº 363/ SIED/DSI/MEC/72. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 4745, 4745.1.

<sup>180</sup> Ofício nº S/R. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 4744.

<sup>181</sup> Ofício nº S/R. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 4744.

as atividades, particularmente das atividades dos estudantes” realizava denúncias.<sup>182</sup> Seguindo outra vertente da sensação de medo e a autocensura ao ser vigiado, a professora Iracy Picanço acrescenta que,

havia o terror da informação nessa época. No país como um todo, era terrível. [...] Você tinha medo de tudo que pudesse fazer, dizer, falar. Você estava num debate expressando uma opinião e depois [sua] [opinião] poderia ser passada por um informante. O pavor, o terror ficava instalado, ficava implantado, era de conveniência até para ele.<sup>183</sup>

A professora Alda Pepe endossa a suspeição generalizada à época. Mesmo sem ter prova, alerta que, “todo mundo soube ou suspeitava”, de que havia vigilância na universidade “porque fazia espionagem ou porque era espionando e era suspeito, a gente sempre teve essa ideia de insegurança, né? Eu diria que esse foi o período onde o medo era constante”, principalmente porque “você não sabia nunca como ia ser o dia seguinte, a semana seguinte, era muito inseguro”.<sup>184</sup> O ex-estudante Valdélcio Silva complementa dizendo que,

a gente tinha certeza que havia infiltração de órgãos de segurança dentro da universidade, a gente tinha certeza disso, mas a gente não sabia quem era, como era etc. As nossas desconfianças, é, então com os administradores mais conservadores, porque tinham administradores também que a gente tinha confiança.<sup>185</sup>

Dentre os entrevistados apenas o professor Carlos Laranjeiras, apesar de ter ouvido comentários sobre a existência de infiltrados na universidade em outras unidades, não percebeu nenhuma atuação de tais serviços durante a década de 1970 na Escola. Tal questão pode ser justificada, tanto por lapso de memória sobre o período, quanto pela própria observação feita por ele sobre o perfil da Politécnica. Apesar de se colocar como contrário ao regime, Laranjeiras evitava falar sobre assuntos políticos, se resguardando e falando apenas quando provocado. O docente apresentou a Escola Politécnica como afinada ao Regime,

---

<sup>182</sup> FREIRE JR, Olival. [nov. 2017]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 29 de novembro de 2017, às 16h00.

<sup>183</sup> PIKANÇO, Iracy Silva. [nov. 2017]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 13 de novembro de 2017, às 14h00.

<sup>184</sup> PEPE, Alda Muniz. [nov. 2017]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 20 de novembro de 2017, às 15h00.

<sup>185</sup> SILVA, Valdélcio Santos. [nov. 2017]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 24 de novembro de 2017, às 10h00.

tendo a maioria dos professores fortes posicionamentos de direita. Por esse motivo “depois do AI-5 ela [A Escola Politécnica] não foi muito atingida pela repressão direta militar”.<sup>186</sup>

Apesar da existência do medo dos informantes que poderiam estar em qualquer espaço dentro da Universidade, ao questionar os entrevistados sobre o conhecimento da AESI, as respostas foram diversas conforme o tempo e o cargo ocupado. Para os professores e estudantes, aparentemente o desconhecimento permaneceu difuso, até mesmo entre os militantes que estavam ativamente engajados no Movimento Estudantil. De acordo com Olival Freire Jr., “a face mais visível e mais temida na década de 1970 não era a AESI. A primeira coisa que pode lhe chocar, a face mais temida era a prisão da Polícia Federal [...] ou a prisão pelas Forças Armadas”, pois “era isso que representava o risco de vida”. Durante a “fase inicial da minha militância, [19]72/ [19]73, nem consciência da existência da AESI nós tínhamos. [...] Posso lhe dizer que eu vim saber da existência da AESI [...] em [19]75 ou [19]76”.<sup>187</sup>

As poucas informações referentes à Assessoria faziam parte do “papel das Informações de Segurança” sendo essenciais articulações silenciosas para obter os dados necessários e assim esclarecer aos superiores “quanto à realidade da situação, à verdade dos fatos e às características e intensidades das manifestações e dos efeitos antagônicos e pressão”<sup>188</sup> exercidas, no caso da Universidade, pelos estudantes. Dessa forma, poderia exercer pressões aos dirigentes sem apresentar sua marca. Seguindo essa lógica, torna-se plausível que para Olival Freire Jr. a face visível fosse o serviço de segurança, principalmente pela “proliferação de agentes e espiões de toda natureza” nas universidades, pois “a presença deles não poderia deixar de ser notada pelos membros da comunidade universitária”.<sup>189</sup> Não sendo possível ignorar os comentários de abusos realizados na comunidade acadêmica, Olival continua dizendo que,

nós sabíamos que tinha um aparato repressivo dentro da Universidade, porque nós recebíamos as notícias. Do tipo [...] apresentação de tal peça de teatro. Censurado! Não pode! [...] Coisa desse tipo [...] invadia a sede do DA: aí era a polícia, não era a AESI. Então como a AESI lidava com esse

---

<sup>186</sup> LARANJEIRAS, Antônio Carlos Reis. [mai. 2018]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 03 de maio de 2018, às 7:h00.

<sup>187</sup> FREIRE JR, Olival. [nov. 2017]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 29 de novembro de 2017, às 16h00.

<sup>188</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 72.

<sup>189</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.2014, p. 203.

controle dentro da universidade? Eu lhe dou um exemplo: eu perdi minha monitoria no final de [19]75 por causa da greve que nós lideramos. [...] O reitor da época assinou a minha suspensão, durou 30 dias. Hoje eu sei que a AESI estava por trás disso [...] depois da Comissão da Verdade, que investigou esses documentos. Mas na época, pra mim era o reitor [Augusto Mascarenhas] que a gente não gostava, um reitor completamente apático [...]. Então a face visível que nos chegava da repressão era que Mascarenhas era adversário. O Diretor do Instituto de Física Humberto Tanure era um aliado, porque ele estava sempre nos alertando [...]. "calma, não se metam em confusão", "a temperatura tá quente", esses tipos de coisas.<sup>190</sup>

A partir desse relato podemos observar alguns aspectos da estrutura da repressão, como a construção da dualidade em torno da noção inimigo *versus* aliado. É criado dentro da própria instituição o medo de alguns indivíduos devido a possíveis ações repressivas e a sua contrapartida na figura do aliado, aquele que presta auxílio ou faz “vistas grossas” sobre as mobilizações estudantis. Por isso a necessidade de se ter “cautela na hora da conversa. Nem sempre era possível identificá-los, pois havia agentes discretos e eficientes”.<sup>191</sup> Isso ampliava a sensação de medo. Para o ex-aluno Valdélío Silva,

a gente tinha essa desconfiança, mas a gente não sabia exatamente quem era, como atuavam, se eram de órgão da própria universidade ou se eram de órgãos [...] do Governo Federal infiltrados dentro da universidade, a gente imaginava que havia. [...] e a gente generalizava também, [...] os órgãos de repressão. Então a gente se referia sempre a aqueles órgãos que tinham maior capacidade [...] de ação de infiltração, [no caso] o SNI.<sup>192</sup>

Tomando como base as informações obtidas pelas entrevistas com os ex-estudantes e professores e os dados analisados pelas publicações estudantis. As publicações do ME que retratam a assessoria apresentavam-na de forma difusa. Um exemplo é a publicação do *Boletim dos Estudantes da Bahia* (BEBA) que apresenta “a gravidade dos ofícios recebidos por alguns diretórios através [das] Diretorias das respectivas escolas, provenientes da AESI, [...] cujas finalidades e funções são desconhecidas de nós”<sup>193</sup> ou quando aborda o clima de censura na universidade e associa fatores, como os decretos “477 e 5.540, [e] a criação de assessorias [AESI] e Postos Policiais.”<sup>194</sup>

---

<sup>190</sup> FREIRE JR, Olival. [nov. 2017]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 29 de novembro de 2017, às 16h00.

<sup>191</sup> MOTTA, *op. cit.* p. 203.

<sup>192</sup> SILVA, Valdélío Santos. [nov. 2017]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 24 de novembro de 2017, às 10h00.

<sup>193</sup> Ofício nº 068/73/SO. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 04, RP. 869.

<sup>194</sup> Informação nº 52/73/AESI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 04, RP. 958.

Importante lembrar que, apesar de a AESI ter sido questionada algumas vezes nas publicações estudantis, a mesma não permaneceu na memória dos membros da comunidade acadêmica com a mesma intensidade ocupada por outros órgãos de segurança. Isso se dava, pela natureza das atividades prestadas pelos órgãos de segurança, como as polícias políticas, a Polícia Federal, as agências das Forças Armadas e outras, que promoviam inquéritos, prisão, tortura e assassinato, atos que proporcionavam a expansão do medo da brutalidade do Estado. Enquanto isso, as assessorias caracterizavam-se pela repressão mais discreta.

Apesar da incerteza sobre as atividades prestadas pela assessoria, o medo pairava entre os estudantes, principalmente pela sensação da vigilância constante, aliado às arbitrariedades do aparato repressivo com as sanções punitivas - medidas disciplinares, matrículas indeferidas, controle ideológico, prisões, proibições e censuras. Ainda assim, essas medidas não foram o bastante para conter por muito tempo as articulações do Movimento Estudantil.

## **2.2 Rearticulação do Movimento Estudantil e a AESI**

Além do AI-5, outra medida fundamental para a repressão ao ME foi o Decreto-Lei 477. Publicado em 26 de fevereiro de 1969, como medida disciplinar com o objetivo de definir infrações praticadas por professores, alunos e funcionários, empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, o decreto forneceu novos mecanismos legais aos reitores, a fim de punir os “subversivos” na universidade e que seus atos não fossem anulados pelo poder judiciário. Tal medida teve como finalidade desarticular o Movimento Estudantil que já estava em estágio avançado de mobilização de massas em 1968.<sup>195</sup>

Nos primeiros anos do pós-AI-5 e a publicação do decreto 477, houve uma desarticulação do ME. O medo nas universidades era grande e a mobilização tornou-se incipiente não recebendo a adesão da grande massa estudantil. Com o aumento da repressão, os estudantes criaram estratégias de mobilização. Se as ruas estavam trancadas, as bocas seladas, não sendo possível proferir palavras de ordem contra o Estado publicamente seja nas praças e/ou jornais, a arte e os panfletos clandestinos apresentaram-se como instrumentos estratégicos para expressar sentimentos e angústias.

---

<sup>195</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Na UFBA, em 1971 foi criado o Centro Universitário Cultura e Arte (CUCA), por um grupo de estudantes.<sup>196</sup> Surgiu como uma forma alternativa, de expressar através da arte “questões que tangenciavam a realidade brasileira”,<sup>197</sup> criado em várias universidades no Brasil. O CUCA “era organizado a partir da UNE que estava na clandestinidade”. Segundo o ex-aluno Freire Jr., “o CUCA estava na legalidade, como uma instituição legal”, justificando assim a atuação da entidade.<sup>198</sup> Entretanto essa não era a visão da AESI. O ofício confidencial informação nº 250, encaminhado ao reitor, sinaliza que a UFBA não reconhece o CUCA “como órgão representativo do corpo discente”. O documento analisa as atividades realizadas pelo CUCA, classificando-as como de caráter reivindicatório e contestatório. Esse enquadramento pode ter influenciado o não reconhecimento do estatuto da entidade pela UFBA em 1974.<sup>199</sup>

Foi a partir das atividades culturais, como mostra de filmes, saraus e *shows*, que o CUCA tentou chegar aos demais estudantes. Isso porque, “os espaços de sociabilização passaram a se configurar em importante instrumento de mobilização estudantil.”<sup>200</sup> Existia ainda nesses espaços “algum nível de liberdade, que permitia aos estudantes discutirem os problemas e as questões que os afligiam sem necessariamente se sentir vigiados pelos agentes da repressão”.<sup>201</sup> Apesar da sensação de “liberdade” sentida por alguns, tais espaços também eram alvo de vigilância, pelo menos desde a publicação do Decreto 69053/71. O decreto estabelecia normas para a realização de qualquer evento dentro do espaço universitário, desde eventos acadêmicos até culturais e atividades desportivas. Além das tentativas de “controle” exercidas pelo sistema de informação, poderia haver nesses espaços agentes do serviço de segurança infiltrados.

Além das atividades culturais, as publicações que discutiam aspectos políticos e/ou problemas sociais apresentaram-se como importante ponto de contestação e de quebra do

---

<sup>196</sup> Pedido de informação nº 4518. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1151.

<sup>197</sup> MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e do Centre d’Histoire Sociale du XXème Siècle de l’Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne. 2010, p. 71.

<sup>198</sup> FREIRE JR, Olival. [nov. 2017]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 29 de novembro de 2017, às 16h00.

<sup>199</sup> Informação nº 250/74/ AESI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1153.

<sup>200</sup> MOTA, Mauricio Quadros. **A Une Volta à Cena: A reorganização do Movimento Estudantil baiano e processo de reconstrução da UNE (1969-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013, p. 25.

<sup>201</sup> *Ibid*, p. 25.

silêncio. Mesmo sendo ilegais encontramos no acervo da AESI algumas publicações que contrariavam essas restrições. Normalmente os panfletos que destilavam críticas sobre a ditadura eram distribuídos clandestinamente nas unidades. Apesar da rebeldia de alguns, a ausência de autoria e o mecanismo de distribuição - normalmente deixado em banheiros ou em espaços pouco vigiados - endossam o ambiente de medo e as estratégias de resistência. Tais mecanismos também foram usados em outras universidades. Na universidade Federal do Espírito Santos o professor Seliégio Ramalho “informou à AESI que estava remetendo treze panfletos ‘suspeitos’, encontrados dentro do banheiro das estudantes da Unidade”, também garantido “que matérias iguais estariam circulando por outros Centros da UFES”.<sup>202</sup> Não obstante, o medo não impediu a circulação do documento intitulado "*Repressão Prende, Tortura e Mata na Bahia*" distribuído em 1972, sem informação do local encontrado, possuía os nomes das vítimas da repressão, anexado na documentação da AESI/UFBA. O panfleto denunciava prisões e torturas ocorridas com várias pessoas de diferentes idades entre os anos de 1971 a 1972.<sup>203</sup>

Nas publicações estudantis tornaram-se recorrentes as demonstrações de medo das punições dentro da universidade, denúncias como a realizada pelo professor da UFES também poderiam ocorrer na UFBA. A confirmação de qualquer “infração” poderia levar o estudante a ser alvo de alguma medida restritiva, como o 477. Segundo o “levantamento do Brasil Nunca Mais, 245 estudantes foram punidos com base no decreto [477] no decorrer dos dez anos de sua vigência” em todo o Brasil.<sup>204</sup> Esse número parece pequeno, quando comparado aos que foram expulsos durante esse mesmo período fazendo uso de outros processos administrativos, assim como o jubramento, ou até suspensão de matrícula por ter sido preso em decorrência de processos realizados pela Junta Militar. Motta (2014) registra que só em 1969, 250 alunos foram excluídos da UnB, sem fazer uso do decreto 477.

No mesmo ano, 82 estudantes da UFBA estavam sendo indiciados no Inquérito do Congresso da UNE em Ibiúna/SP pela Junta Militar.<sup>205</sup> Dentre esses indiciados 3 estudantes da Faculdade de Direito e uma aluna de Economia tiveram matrículas suspensas. Não encontramos entre a documentação analisada informações sobre os demais discentes. Não

---

<sup>202</sup> PELEGRINE, Ayala Rodrigues Oliveira. **Modernização e repressão:** Os impactos da ditadura militar na Universidade Federal do Espírito Santo (1969-1974). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES, 2016, p.109.

<sup>203</sup> *Repressão Prende, Tortura e Mata na Bahia*. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 02, RP. S/R.

<sup>204</sup> MOTTA. *op. cit.*, p. 159.

<sup>205</sup> Ofício 04/70. Relação de alunos. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/ UFBA. Cx. 11, RP. 4124 – 4127.

obstantes no relato do professor Dr. Roberto Argollo do Instituto de Física à Comissão da Verdade<sup>206</sup> indica que muitos dos estudantes tiveram matrícula cancelada por recomendações externas à universidade, e “de acordo com um boletim da UEB/DCE, 71 estudantes foram impedidos de se matricular” sendo interpretado como aplicação retroativa do 477.<sup>207</sup> Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade apenas dois estudantes de direito - Dermerval Pereira<sup>208</sup> e Eduardo Collier Filho<sup>209</sup> - foram expulsos por aplicação do 477/69 na UFBA por terem participado do 30º Congresso da UNE em Ibiúna/SP, havendo possibilidades de os demais terem sido punidos por outros mecanismos.

Diferente do relatório da CNV, a publicação de novembro de 1971 relata o caso do estudante de Economia José Sergio Gabrielli de Azevedo, na época presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) como o primeiro estudante atingido de forma explícita pelo decreto 477 na UFBA. Ele estava respondendo a um processo na Junta Militar “para apurar sua responsabilidade penal, pela prática de crimes previstos na Lei de Segurança Nacional e consequentemente apreensão de documentos de caráter “subversivo”,<sup>210</sup> havendo, segundo o jornal estudantil, ampla possibilidade de ser absolvido”.<sup>211</sup>

Apesar de ser indiciado no Inquérito Policial, Gabrielli não chegou a ser punido pelo decreto 477. Não sabemos ao certo o motivo. Outro caso que envolve aluno da UFBA e o 477 se relaciona ao pedido encaminhado pelo Departamento de Polícia Federal ao Reitor da UFBA. O ofício solicitava que fossem tomadas as medidas punitivas cabíveis a um estudante. Junto à solicitação foi anexada cópia do relatório de flagrante instaurado pela delegacia. Em resposta à Polícia Federal, o assistente jurídico José Rafael Gesteira argumentou pelo não cumprimento da punição ao estudante, haja vista que “o relatório em anexo não esclarece nem onde nem como ocorreu a infração”. Por isso, “não vemos como aplicar sanções disciplinares ao estudante já mencionado, restando à Administração da UFBA, aguardar o resultado do

---

<sup>206</sup> ARGOLLO, Roberto Max. [fev. 2014]. Entrevistador: Olival Freire Junior. Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA. Salvador/BA, 18 de fevereiro de 2014. Disponível pelo site: <<https://www.youtube.com/watch?v=AFznK6ThOH8&t=603s>> Acesso em: 14 mar. 2018.

<sup>207</sup> BRITO, Antonio Mauricio Freitas. **O golpe de 1964: o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2008, p. 180.

<sup>208</sup> Brasil, **Comissão Nacional da Verdade: mortes e desaparecidos**. Brasília: CNV, 2014, p. 1533.

<sup>209</sup> Brasil, **Comissão Nacional da Verdade: mortes e desaparecidos**. Brasília: CNV, 2014, p. 1595.

<sup>210</sup> Ofício 17/DSI/MEC. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP. 3417; Informação 268/78/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP. 3418.

<sup>211</sup> Carta Aos Colegas. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 02, RP. 429.

juízo” e assim “adotar o procedimento cabível”.<sup>212</sup> Após o relatado nada mais foi encontrado sobre o mesmo.

Em 1972, a DSI produziu uma lista contendo os dados dos indivíduos que até aquele momento haviam sido punidos com base no Decreto 477. A relação enviada para as universidades continha os nomes, o motivo, as instituições pertencentes e o curso explicitando que “a intenção era fornecer às universidades o nome dos punidos para impedir que se matriculassem em outras instituições”.<sup>213</sup> Foi observado que as maiorias das punições se concentraram nos estudantes das universidades, principalmente as federais, havendo poucos casos em instituições privadas. A lista continha além dos universitários, mais cinco estudantes secundaristas, dos quais dois pertenciam ao Colégio Estadual da Bahia (Central). Apesar de trazer dois casos em Salvador, não há nenhuma indicação sobre vítimas do decreto na Universidade, permanecendo essa ausência em outros documentos analisados da AESI.<sup>214</sup>

As divergências de informações na documentação dificultam imputar certeza sobre a existência de atingidos pelo 477 na UFBA. Contudo, o que é relevante não é, necessariamente, o mecanismo de punição, mas o fato de que estudantes perderam o direito de concluir o curso na universidade. Outro fato importante é que, apesar do número restrito de pessoas atingidas pelo decreto no Brasil, 22<sup>215</sup> publicações estudantis das 66 encontradas no

---

<sup>212</sup> Ofício 4178. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 4026.

<sup>213</sup> MOTTA *op. cit.*, p. 160.

<sup>214</sup> Disponível em < <http://www.arquivonacional.gov.br/br/consulta-ao-acervo/bases-de-dados>>. Acesso em 27 de março, às 8h:00.

<sup>215</sup> Segue os dados das publicações estudantis que relatam o decreto 477 como problema para as universidades: Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/ UFBA - Cartas: Aos colegas, 1971(Cx. 02, RP. 429); Carta: Repressão prende, tortura e mata na Bahia, 1972 (Cx. 02, RP. S/R); Boletim dos Estudantes da Bahia (BEBA), nº 12, 1973 (Cx.11, RP. 3841); BEBA, nº 16, 1973 (Cx. 04, RP. 933); Ao Ministério de Educação e Cultura, Ao Reitor da UFBA – Prof. Lafayete Pondé, Aos Conselho Universitário, Câmara de Graduação, Colegiados, Chefes de Departamento, Diretores, Professores e Funcionários da UFBA, À CNBB, (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), À Assembleia Legislativa Federal, À Assembleia Legislativa Estadual da Bahia, À Câmara de Vereadores de Salvador, À Ordem dos Advogados do Brasil, À Sociedade Brasileira de Imprensa, Aos Colegas de Salvador e demais estabelecimentos de ensino do País, À população em geral 1973 (Cx. 04, RP. 958); Plataforma de Trabalho: Chata Unidade - DCE, 1973 (Cx. 04, RP. 936); Panfleto: DCE, 1973 (Cx. 04, RP. 984); Panfleto Mumuca, 1874 (Cx. 04, RP. 819); Carta proposta: Carta Aberta ao ministro da Educação e Cultura, 1974 (Cx. 04, RP. 825); Carta: À Reitoria da Universidade Federal da Bahia, Aos nossos colegas, Aos professores, Aos funcionários, À população em geral, 1974 (Cx. 04, RP. 844) Plataforma de Trabalho: DCE 75, 1975(Cx. 08, RP. 2358); Carta de esclarecimento de paralisações na UFBA, 1975 (Cx. 07, RP. 2367); Carta de José Enrique ou 2102: Aos Colegas universitário, 1976 (Cx. 07, RP. 2412); Jornal Viração, nº 5, 1976 (Cx. 07, RP. 2309); Jornal Resistência, nº 1, 1976 (Cx. 07, RP. 2105); Carta: Aos Colegas, À imprensa, 1976 (Cx. 07, RP. 2194); Moção encaminhada à VI Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, 1976 (Cx. 07, RP. 2118); Panfleto: O que vai haver no ano novo, de novo? 1976 (Cx. 11, RP. 3718); Panfleto: Aos Colegas da UFBA, Aos órgãos do colegiado do IGUFBA, À Reitoria, À população, 1976 (Cx. 03, RP. 647); Plataforma de Trabalho: Chapa Nós, 1976 (Cx. 07, RP. 2320); Panfleto: Calouro, 1977 (Cx. 05, RP. 1571); Segundo Semestre – S/ Data (Cx. 05, RP. 1076).

acervo durante a década de 1970, apresentaram o 477 enquanto problema institucional para a comunidade acadêmica, pois “este decreto, pelo seu caráter punitivo”, limitava “de forma drástica a participação dos estudantes brasileiros na vida do país”. Era visto como “uma ameaça constante - não somente aos estudantes, pois atinge também os professores e funcionários - que provoca a insegurança na universidade”.<sup>216</sup> Diferente do decreto 477 a AESI, que também teve atuação durante a década de 1970, teve influência em diversos atos punitivos aplicados na universidade, mas foi mencionada em apenas cinco publicações estudantis.<sup>217</sup>

É nesse contexto, mais precisamente em 1972, que os estudantes iniciaram de forma ainda tímida as críticas sobre os problemas da UFBA e a reorganizar o ME, tendo como objeto catalisador o movimento contra o provão que havia sido marcado para os dias 28 e 29 de dezembro do ano corrente. O provão foi uma avaliação criada por meio da proposta de adaptação da Reforma Universitária – lei 5.540/68 - ao Regimento da UFBA, alterando a forma do vestibular e do Primeiro Ciclo. As alterações causaram vários descontentamentos entre os estudantes, principalmente por ver nas mudanças “a interferência institucional do Estado e da Universidade na escolha profissional dos alunos”. Criticavam também os “critérios de seleção [por] se mostrarem contraditórios e perversos”, além de sentirem-se “à mercê do sucateamento que as universidades públicas brasileiras estavam passando” e, por fim, denunciavam o processo de “escolhas dos cursos pelos estudantes [que] estavam à revelia da quantidade de vagas dos mesmos”.<sup>218</sup> A partir do combate ao provão os estudantes passam a organizar-se com o apoio da “massa” universitária, e ganham maior visibilidade,

o Movimento Estudantil na UFBA reergue, é reerguido, pela ação de ativistas, mas centrado no problema do combate do chamado provão, então o que era o provão? Era uma espécie de segundo vestibular, que você entrava na universidade. Pessoal que entrou em 71 entrou por área de

---

<sup>216</sup> Carta Aos Colegas. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 02, RP. 429.

<sup>217</sup> Segue informações sobre as publicações estudantis que questionam a existência da Assessoria: Beba nº 14, 1973 (Cx. 04, RP. 869); Carta: Ao Ministério de Educação e Cultura, Ao Reitor da UFBA – Prof. Lafayette Pondé, Aos Conselho Universitário, Câmara de Graduação, Colegiados, Chefes de Departamento, Diretores, Professores e Funcionários da UFBA, À CNBB, (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), À Assembleia Legislativa Federal, À Assembleia Legislativa Estadual da Bahia, À Câmara de Vereadores de Salvador, À Ordem dos Advogados do Brasil, À Sociedade Brasileira de Imprensa, Aos Colegas de Salvador e demais estabelecimentos de ensino do País, À população em geral 1973 (Cx. 04, RP. 958); Carta à Reitoria da Universidade Federal da Bahia, aos nossos colegas, aos professores, aos funcionários, à população em geral 1974 (Cx. 04, RP. 844); Chapa DCE, 1975 (Cx. 07, RP. 2359); Plataforma de Trabalho, “Nós” (Cx. 07, RP.2320).

<sup>218</sup> MOTA, Mauricio Quadros. **A Une Volta à Cena: A reorganização do Movimento Estudantil baiano e processo de reconstrução da UNE (1969-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013, p. 49.

conhecimento. O pessoal que entrou em 72 já entrou nos cursos, mas desde 71 você era obrigado a depois fazer um exame final, um exame ao final de 1 ano ou de 2 anos dentro da universidade para decidir se você iria para o curso ou não. Então vários ativistas de esquerda da época, lembro particularmente do Manuel José de Carvalho que lhe falei e outros, começaram a organizar os estudantes contra esse provão. O início da minha participação ativa foi exatamente do movimento contra o provão. E por que eu te digo que atingiu um caráter de massas e não de pequenos grupos? Nós levamos uns 6 meses lutando contra o provão, a universidade não recuou, e chegou o dia que o provão foi marcado, [...] então portanto no final de 72 nós tomamos essa decisão, ninguém entra, e isso significava que você tem que ter adesão de 100%, a prova seria na escola politécnica e nós montamos uma espécie de piquete, mas não podia ser piquete como é hoje, de barrar porque a polícia viria em cima, nós fomos pra lá, pra ficar lá na entrada distribuindo folheto e pedindo aos colegas que não entrassem. Nenhum estudante entrou, quando acabou aquele dia nós fizemos farra que você não pode imaginar, e aí acabou o provão.<sup>219</sup>

No processo de organização do movimento foram produzidos panfletos explicando o que era o ciclo básico e quais os problemas gerais causados aos estudantes. Realizaram reuniões estudantis para discutir os problemas individuais, os procedimentos jurídicos a serem tomados, contrataram advogado, recolheram 8.000 assinaturas,<sup>220</sup> solicitaram reunião junto ao Reitor com intuito de discutir os problemas dos estudantes. Sem êxito, o movimento culminou no boicote à prova Classificatória do Ciclo Básico, o provão.<sup>221</sup>

Em maio de 1973, com a AESI tendo iniciada sua atuação há poucos meses, foi produzido um documento relatando os conflitos ocorridos desde o ano anterior com menção ao movimento contra o provão. Afirma-se que, apesar de a UFBA ter marcado o provão (prova de classificação) para os alunos do ciclo básico, os estudantes não compareceram para a realização da prova, devido à deliberação ocorrida em Assembleia Geral, o que aponta a ampla adesão ao movimento.<sup>222</sup> Apesar da adesão dos estudantes contra o ciclo básico e o fim do provão, os documentos indicam apenas a extinção do provão. O combate ao ciclo básico permaneceu e os estudantes excedentes permaneceram em riscos de não conseguirem ingressar no curso desejado, a exemplo de alguns estudantes do curso de medicina. A publicação do BEBA de julho de 1973 informava sobre a questão dos excedentes.

---

<sup>219</sup> FREIRE JR, Olival. [nov. 2017]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 29 de novembro de 2017, às 16h00.

<sup>220</sup> Ofício circular nº 1916/AECI/DSI/MEC/73. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3878, 3878.21.

<sup>221</sup> Ofício nº 3459. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 4312, 4313.

<sup>222</sup> Pedido de informação nº 1900/SSI/DSI/MEC/73. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx.11, RP. 3877.

Continua indefinida a situação dos 169 colegas de medicina, considerados “excedentes internos” pela universidade. Apesar do intenso processo de luta desenvolvido há mais de dois anos pelos colegas do ciclo básico, ainda hoje sofremos os efeitos funestos da criação do Ciclo Básico, resultado da aplicação da Reforma Universitária. [...] Com a implantação da matrícula com matérias previamente estabelecida (para os calouros) a Universidade criou condições de controlar a oferta de matérias aos alunos. Com isto, foi mais fácil impedir aos colegas ditos “excedentes” cursarem matérias necessárias ao curso de medicina obrigando os mesmo a fazerem outras que nada tem de importância com sua formação profissional.<sup>223</sup>

Após a mobilização em oposição ao provão, em 1972, iniciou-se na UFBA o processo de reestruturação do DCE e com ele o retorno das mobilizações estudantis. Essa organização implicou em reuniões, atividades culturais e acadêmicas, atos públicos e publicações que passaram a ser vigiadas pela AESI, pois a mesma via o ME como um espaço propenso à subversão, em observância as ações já vistas realizadas e a realizar “sob diretrizes do Movimento Comunista Internacional” e do “Movimento Comunista Brasileiro” (MCB), caso não fossem vigiadas e controladas.<sup>224</sup>

Entre 1972 e 1975 as mobilizações estudantis tiveram como principais pautas o ciclo básico (provão e a matrícula dos alunos excedentes), quantidade de vagas, a Reforma Universitária, as taxas universitárias, defesa da segunda época,<sup>225</sup> o jubramento, o decreto 477, críticas aos currículos dos cursos, debilidade da assistência estudantil, precariedade da infraestrutura da universidade e ações repressivas ocorridas com membros da comunidade acadêmica, muitas vezes no espaço universitário. Esses temas foram abordados nos jornais, panfletos, cartas, boletins, muitos dos quais eram produzidos e divulgados clandestinamente e sem identificação de autoria, e outros publicados pelos DCE e DAs da UFBA. Um dos exemplos é o BEBA. Publicado em abril de 1973, informava sobre as ações realizadas com o intuito de resolver os principais problemas, apontados pelos estudantes e noticiava que,

uma comissão composta de um representante de cada Residência e nossos Representantes no Conselho Universitário, esteve no dia 5 em audiência com o reitor, a fim de tratar dos problemas referentes à Assistência ao

---

<sup>223</sup> Informação nº 73/73/ AESI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx.11, RP. 3839. 3840, 3841.2.

<sup>224</sup> Informação nº 52/ SIGI/1/DSI/MEC/76. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2322.

<sup>225</sup> Outro movimento de impacto entre os estudantes foi em defesa da Segunda Época. Essa avaliação era cedida aos estudantes que havia tomando uma nota baixa na disciplina, tendo o direito de uma avaliação para recuperar a nota, caso não obtivesse uma boa nota, poderia fazer uma segunda prova, 30 dias depois da prova de recuperação (MOTA, Mauricio Quadros. **A Une Volta à Cena: A reorganização do Movimento Estudantil baiano e processo de reconstrução da UNE (1969-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013).

estudante. As questões levadas ao reitor foram previamente discutidas por todos os colegas residentes em reuniões realizadas nas três Casas. Foram tratados com o Reitor não só os problemas mais imediatos como também a situação da Assistência da UFBA diante do acentuado processo de repressão que esta vem sofrendo nos últimos anos. [...] Em audiência marcada para próxima terça feira com o reitor, as colegas do Diretório de Enfermagem e nossos representantes no Conselho Universitário, debaterão questões relacionadas ao policiamento implantado na UFBA. [...] permanência de estudantes e professores em suas escolas, quando as circunstâncias assim o exigirem, [...] assim como a extinção total das interferências policiais na UFBA.<sup>226</sup>

Na segunda metade da década de 1970, a pauta do movimento ganhou novos contornos, em vários sentidos, principalmente por agregar junto aos problemas estudantis questões sociais. Passaram não apenas a divulgar seus informes nos espaços acadêmicos, mas também nos jornais comerciais do Estado (*A Tarde, Jornal da Bahia, Tribuna da Bahia e Diário de Notícias*). Ações essas possíveis, principalmente, devido ao início do processo de distensão política, ocasionando um clima menos repressivo. Foram publicados textos produzidos pelos representantes estudantis divulgando reuniões, assembleias, denúncias sobre os problemas da universidade ou alguns artigos, além de notas produzidas pela imprensa sobre os estudantes e a universidade, a exemplo da publicação realizada pelo *Jornal da Bahia* no dia 4 de setembro de 1977, onde anunciam que, “alunos de Psicologia da UFBA fazem greve para pedir melhoras”.<sup>227</sup>

Foi nesse mesmo contexto que os estudantes iniciaram o processo de diálogo com outros setores da sociedade, assim como os profissionais liberais, a classe operária, movimentos comunitários e os clérigos. O Movimento Estudantil passa a denunciar abertamente que "este clima de insegurança não é privilégio só dos estudantes. Toda a nação brasileira o enfrenta".<sup>228</sup> Assim, foram incorporadas pautas como a libertação de presos políticos, liberdade de expressão, o fim da censura, anistia, além de diversas outras demandas apresentadas pelos setores que interagiam com o ME.<sup>229</sup> Os estudantes que eram vistos pelos serviços secretos da ditadura como susceptíveis à subversão tiveram suas ações vigiadas e

---

<sup>226</sup> Anexo: BEBA, 9 a 15/4/73. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3846.

<sup>227</sup> Encaminhamento nº 288/77/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 09, RP. 2919 - 2922.

<sup>228</sup> Informação nº 422/76/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2212.

<sup>229</sup> Em nota publicada na Tribuna da Bahia no dia 30 de dezembro de 1975, Mensagem de ano novo dos estudantes da UFBA, em que faz uma crítica à situação do país, apresenta os problemas sociais e o descaso com os direitos humanos. E convida a todos para a luta pela anistia aos presos e exilados políticos e extinção dos atos e leis de exceção. (Informação 588/75/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1032).

controladas. A partir da documentação é possível analisar como se deu a atuação da AESI em relação às mobilizações estudantis.

Durante o período de funcionamento da Assessoria dentro da UFBA – entre 1972 até início da década de 1980 –, ela enviou e recebeu muitos documentos sobre o Movimento Estudantil. O arquivo produzido pela AESI reúne também correspondências enviadas de outros serviços de informações, além de documentos produzidos por via da atuação da AESI. O recolhimento de dados realizado pela Assessoria se dava através da coleta dos *informes* ou até mesmo de *informações*<sup>230</sup> prestadas pelos diretores e outros gestores da universidade encaminhadas ao reitor ou direcionadas ao chefe da AESI, movida por interesse particular ou a partir de solicitações encaminhadas pela AESI a outras agências.

É importante pontuar que para a DSI “a real vivência da missão de educar, [estava] na observância às Leis que regem o país e em defesa da Segurança Nacional”. Dessa forma, tendo como mote a defesa da Segurança Nacional e a educação, os dirigentes “antes de responsabilizar os estudantes por infringência da legislação vigente” deveriam “observar o que as esquerdas” pretendiam, e descobrir quem eram os agentes influentes que por vez faziam uso dos anseios estudantis, assumindo as lideranças, promovendo a subversão, em função de um plano de ascensão comunista. Era necessário “agir com serena firmeza e permanente bom senso”. Para “evitar acontecimentos que possam afetar a Segurança Nacional [fazia]-se mister a adoção de providências e medidas [que visassem] dissuadir os estudantes”. Os trechos acima fazem parte do ofício enviado da DSI em 06 de março de 1979, em que é feita uma compilação dos documentos destinados aos gestores que serviam para direcionar o posicionamento correto sobre o Movimento Estudantil, produzidos desde 1973, e evitar o avanço das esquerdas nas universidades.<sup>231</sup>

A partir dessa leitura, compreendemos que a intensa Movimentação Estudantil provocou preocupação do serviço de informação, mobilizando a assessoria no controle das ações, levando-os a coletar informações sobre reuniões, publicações e demais atividades realizadas pelos estudantes além dos dados de quem estivesse ligado a esses fatos, com o objetivo de controlar esses eventos e punir os infratores quando “comprovada” a sua ação

---

<sup>230</sup> Explicado no capítulo anterior informes são dados ainda não confirmados, são indícios que movem o processo investigativo dos serviços e que gera a informação, que são, por sua vez, os dados já comprovados.

<sup>231</sup> Informação nº 011/863/79/SICI/1/DSI/MEC/79. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA. Cx. 10, RP. 3636.

“subversiva”. As estratégias para sua coerção eram múltiplas, por isso se faz necessário que sejam apresentadas.

### 2.2.1 As publicações estudantis e o “controle” da Assessoria

Em 11 de fevereiro de 1972 o Cel. Luiz Arthur de Carvalho (Delegacia Regional do Departamento da Polícia Federal da Bahia e Sergipe) solicitou informações sobre quais os jornais que circulavam na UFBA, contendo os nomes e qualificações dos responsáveis pelas publicações, sendo reiterado no dia 5 de maio, ofício 150/72 -D/SOPS.<sup>232</sup> Entre o ano de 1972 até abril de 1973 foram registradas cerca de onze publicações estudantis apresentadas na tabela 2 abaixo. Conforme, o serviço de informação “a maioria [era] de caráter tendencioso” e é reclamado que sejam tomadas providências “para coibir o abuso que vem sendo verificado” quanto ao “apoio velado à causa subversiva”.<sup>233</sup>

**Tabela 2 - Publicações estudantis em 1972 e 1973.**

Universidade	Jornal
DA de Agronomia	O DALA
DA de Filosofia	PSIU
DA de Física	Momentum
DA de Economia	Jornal ECO
DA de Direito	A Palavra
DCE/CUCA	Saúva
DA de Arquitetura	Jornal de Arquitetura e o Boletim
DA de Psicologia	Reflexo
DA de Farmácia e Bioquímica	Bis
DCE	BEBA

<sup>232</sup> Ofício 150/72-D/SOPS. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP 4451.

<sup>233</sup> Pedido de busca nº 4639/SSI/DSI/MEC/73. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3862.

Com o passar do tempo, mais jornais, panfletos foram sendo distribuídos com certa regularidade. Segundo o editorial do Boletim Informativo Semanal (BIS), as publicações tornaram-se necessárias devido à aplicação da “política reformista implantada pela Universidade” que criou “no seio universitário, um total desarvoramento nas relações aluno-aluno, dificultando assim o contato frequente entre os mesmos”.<sup>234</sup> Essas publicações eram compreensíveis principalmente no contexto de reorganização do ME. Em conformidade com o aumento das publicações se dão os interesses dos setores informativos.

Ainda interessada em publicações estudantis, em 17 de maio de 1972, a Divisão de Segurança e Informação solicitou informações sobre a edição intitulada “*A Semana de Arte Moderna, A Arte da Semana Moderna*”,<sup>235</sup> devido ao seu conteúdo considerado “subversivo”. A publicação realizava comentários sobre a Semana de Arte Moderna realizada em 1922, e tecia um paralelo com a atualidade, criticando a decadência da cultura, a evasão de importantes pesquisadores do país e os condicionamentos que limitavam a produção intelectual no país. O artigo criticava as perseguições aos professores que geraram a perda de importantes cérebros da universidade, a partir de demissões, aposentadorias, prisões ou até mesmo abandono do trabalho, com simples desaparecimento ou realizada com pedido de asilo para o exterior, ocorrido tanto no primeiro ciclo repressivo em 1964 quanto no segundo ciclo no pós- AI-5. O texto também criticava a Reforma Universitária aprovada em 1968 e outros problemas universitários. Em 25 de setembro do mesmo ano, a Divisão encaminhou uma circular, contendo como assunto “Publicações Estudantis”,

Registra-se a existência de grande número de publicações em circulações na área estudantil, [...]. Diante da necessidade de realizar aprofundado e amplo estudo sobre a imprensa universitária, [...] solicitamos a fineza de informar quais os jornais em circulação nessa universidade.<sup>236</sup>

As solicitações encaminhadas tanto pela DSI, quanto pelo Departamento da Polícia Federal, fizeram com que fossem produzidos vários documentos das unidades informando a existência ou não de publicações estudantis, além de informar os nomes e demais referências sobre os responsáveis. Com as informações em mãos sobre quem eram os responsáveis pelas publicações era mais fácil aplicar as punições em caso de desobediência. A tabela abaixo

<sup>234</sup> Anexo: BIS – Editorial. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP.3849.

<sup>235</sup> Anexo: Semana do Calouro. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 02, RP. 430.

<sup>236</sup> Circular nº 3011/SIED/DSI/MEC/72. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 4272.

representa quantos ofícios foram recebidos e enviados sobre o Movimento Estudantil entre 1972 e 1979:<sup>237</sup>

**Tabela 3 - Ofícios recebidos e enviados, trocados pelos OIs com a Assessoria, sobre o Movimento Estudantil 1972/1979**

	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
<b>Ofícios sobre publicações estudantis*</b>	68	44	26	11	57	15	6	1
<b>Ofícios sobre reuniões, assembleias, congressos e eleições dos DAS e DCE</b>	3	6	8	32	10	17	7	5
<b>Produção de relatório sobre as atividades dos estudantes, e anexos**</b>	3	-	-	-	-	27	1	-
<b>Ofícios sobre denúncias reivindicatórias das assistências estudantis</b>	-	6	-	-	-	3	-	-
<b>Reclamações, processos em geral</b>	-	-	-	2	-	3	-	-
<b>Ofícios sobre as atividades culturais e proibições</b>	-	1	3	-	5	-	-	-
<b>Solicitações e ofícios sobre os eventos acadêmicos produzidos por estudantes</b>	7	2	5	2	1	-	1	-
<b>Denúncias de punições, intimações e prisões apresentadas em publicações estudantis e jornais comerciais</b>	4	12	12	5	20	7	6	-
<b>Morte e desaparecimentos denunciados pelos</b>	1	2	-			1		

<sup>237</sup> \*Os anexos não foram contabilizados, contudo fazem parte importante na análise. As publicações anexadas nos ofícios trazem informações tanto produzidas e distribuídas pelos estudantes em âmbito acadêmico, quanto sobre os estudantes em jornais comerciais, ou até mesmo informação produzida pelo serviço de informação como mecanismo de contrapropaganda ou outros eventuais dados.

\*\*Os anexos correspondiam a recortes de jornal comercial, panfletos ou qualquer documento produzido pelos estudantes

Fontes: Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA – Cx. 01 – 11.

<b>estudantes.</b>								
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--

O montante informado na tabela 3 dos 68 ofícios apresentados de 1972 contém as solicitações externas sobre as publicações, os pedidos encaminhados para cada unidade e as respectivas respostas. Muitas traziam em anexo as publicações e/ou lista com os nomes e dados de qualificação de quem as produziam. Os dados fornecidos pelos diretores e responsáveis de unidades eram condensados em relatórios e encaminhados para a Divisão do MEC e ao reitor, para que os mesmos tomassem conhecimento das medidas cabíveis aos casos de subversão.

São também dentro das publicações produzidas ou apenas divulgadas pelos estudantes na Universidade que encontramos as denúncias realizadas sobre a repressão. Algumas foram divulgadas nos primeiros anos da reorganização estudantil que coincide com a instalação da AESI, a exemplo do panfleto já mencionado intitulado "*Repressão Prende, Tortura e Mata na Bahia*" distribuído em 1972. O documento denuncia a prisão e tortura do ex-diretor da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e demais onze casos distintos, incluindo a prisão de três crianças, juntamente com seus pais. Por fim, denuncia o assassinato de Carlos Lamarca, comandante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), ocorrido em setembro de 1971, no interior da Bahia.<sup>238</sup>

Outro caso que ganhou destaque em duas publicações estudantis,<sup>239</sup> foram as prisões do professor Arno Brichta e a do estudante Francisco Jatobá,<sup>240</sup> ocorridas em 1973, ambos do Instituto de Geologia. O primeiro foi detido em sua residência. O segundo foi retirado de uma sala de aula dentro do instituto e teve a casa “invadida por agentes da polícia, portando armas”, teve documentos e objetos apreendidos, “danificaram rádio, aparelho de T.V. e outros objetos que encontraram na residência”.<sup>241</sup> Yeda Ferreira em entrevista relembra que houve grande mobilização entre os professores e alunos, em prol da libertação do professor e do estudante, contudo, a mesma não recorda do tempo exato em que ambos permaneceram

<sup>238</sup> Anexo: *Repressão Prende, Tortura e Mata na Bahia*. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 02, RP. SR.

<sup>239</sup> Anexo: BEBA, 30/7 a 11/8/73, nº 12. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3841.

<sup>240</sup> Conforme o pedido de busca nº 4639, do dia 27 de setembro de 1973, o mesmo é identificado como Francisco de Assis Araújo (Pedido de busca nº 4639/SSI/DSI/MEC/73. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3862).

<sup>241</sup> Informação nº 52/73/AESI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 04, RP. 958.

presos.<sup>242</sup> Arno Brichta ficou um tempo detido sob custódia do Coronel Luís Arthur. Como condenação, foi levado ao presídio da Mata Escura onde cumpriu cerca de um ano na prisão. Sobre Jatobá não temos informações de quando obteve sua liberdade. Contudo, temos conhecimento que ambos, incluindo a estudante Maria Cristina Oliveira, acusada de subversão, foram incursores nas penas do art. 43 da Lei de Segurança Nacional (Dec. 898/96).<sup>243</sup> O caso ampliou o clima de medo dentro da universidade.

Nesse período, houve algumas intimações a estudantes que possuíam algum vínculo com a organização estudantil, como o estudante Virgílio Chagas Neto, vice-presidente do DA de Engenharia Civil e o estudante de Farmácia José Eduardo representante do conselho universitário.<sup>244</sup> Ambos intimados em 1973 também tiveram seus casos destacados nos panfletos estudantis.<sup>245</sup> Segundo a carta aberta “*Aos colegas e professores da UFBA*” essas medidas repressivas configuravam-se “não como o fato isolado, desde quando situações semelhantes vêm ocorrendo constantemente em nossa Universidade”, intensificando “o clima sufocante de insegurança para todos nós, estudantes e professores”, tentando a partir do medo, “impedir a atuação dos estudantes, através de suas entidades representativas”.<sup>246</sup>

Ainda em 1973, houve a demissão do professor Hartmut U. Wiedemann, ocorrida durante as férias. Os motivos que influenciaram a demissão não estão explícitos nos documentos produzidos pela AESI. A documentação da DSI diz que o professor Wiedemann havia se manifestado em defesa do professor preso Arno Brichta, mas não justificam a demissão por esse fato. Além do mais, outros professores também haviam se posicionado contra a prisão de Brichta.<sup>247</sup> A única explicação encontrada para a demissão do mesmo é dada pela diretoria do instituto e refere-se ao fim do contrato do mesmo, divulgada pelo jornal *A Tarde* no dia 1 de setembro de 1973, explicação essa que não convenceu os estudantes.<sup>248</sup>

---

<sup>242</sup> FERREIRA, Yeda de Andrade. [jan. 2019]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 25 de janeiro de 2019, às 09h00.

<sup>243</sup> Ofício nº 65/73/OS. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 4553.

<sup>244</sup> Anexo: BEBA, 9 a 15/4/73. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3846.

<sup>245</sup> Nada consta sobre as motivações da intimação recebida pelo estudante Virgílio Chagas Neto. Já o interrogatório destinado a José Eduardo (não consta o sobrenome do aluno na documentação) consistia apenas numa pergunta sobre a autoria da matéria publicada pelo *Jornal do Brasil* referente à proibição da reunião no restaurante da universidade.

<sup>246</sup> Informação nº 86/73/AESI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 04, RP. 877, 878.

<sup>247</sup> Pedido de busca nº 4639/SSI/DSI/MEC/73. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3862, 3863.

<sup>248</sup> Ofício nº 068/73/SO. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 04, RP. 869.

Com o retorno às aulas os estudantes tomaram conhecimento da demissão, realizando a divulgação do ocorrido. Conforme o BEBA nº 13 e 14, o professor de nacionalidade alemã oferecia importante contribuição ao Instituto de Geociência, principalmente por organizar “o laboratório de geologia marinha (o primeiro a ser instalado no Brasil)” fato esse que ampliaria “o mercado de trabalho para o geólogo”.<sup>249</sup> A demissão foi questionada não apenas pelos estudantes como também pelos professores. Apesar da repercussão não foi possível reverter a decisão do reitor.

Nesse contexto, os jornais favoreciam nas divulgações dos atos coercitivos, facilitando a comunicação entre a comunidade universitária, promovendo pressão contra os repressores. Além das prisões, tortura e demissões, os jornais estudantis também abordavam os problemas internos à universidade como o aumento da cobrança de taxas, os excedentes internos e o jubilamento. O jubilamento começou a fazer presença nos primeiros jornais de 1973, principalmente depois de constatado que mais de trezentos estudantes estavam na eminência do jubilamento. As discussões foram sendo ampliadas ao longo dos anos culminando na greve em 1975.

Devido às estratégias realizadas pelos estudantes em promover mobilização por meio dos panfletos, jornais e cartas, houve inúmeras cobranças da DSI/MEC ao reitor para o controle das publicações estudantis e as medidas adotadas contra aquelas de “caráter subversivo”. A DSI também se preocupava com a repercussão das edições, os fatores que influenciavam as condutas contestatórias dos estudantes, as linhas políticas/ideológicas dos membros dos DA e DCE.<sup>250</sup>

Nesse quadro, a AESI ocupava o espaço de elo entre as instâncias interna (reitor) e externa à Universidade (SNI), além de auxiliar o reitor na obtenção de informação. Assim, a Assessoria encaminhava para o reitor todos os panfletos que lhes eram entregues, muitas vezes já com análises sobre as edições, informações dos indivíduos que as produziam e distribuíam, para que o reitor tomasse as devidas providências. As informações apresentadas nos ofícios confidenciais informação nº 076, informação nº 80<sup>251</sup> ambas de agosto de 1973,

---

<sup>249</sup> Informação nº 90/73/AESI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 04, RP. 872, 873.

<sup>250</sup> Pedido de informação nº 3421/SSI/DSI/MEC/73. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3872.

<sup>251</sup> Informação nº80/73/AESI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 04, RP. 871.

no ofício nº 454 de setembro de 1973 e ofício 220<sup>252</sup> de outubro de 1973, todos encaminhados da AESI ao reitor, favorecem a percepção do número de publicações estudantis circulando nesse período na Universidade, além de fornecer informação sobre quais jornais eram autorizados ou clandestinos. O quadro está descrito na tabela 4.<sup>253</sup>

**Tabela 4 - Classificações dos jornais**

Unidade	Nome	Status
Instituto de Física	Momentum	Oficial
Faculdade de Farmácia	A Droga	Oficial
Escola de Música e Artes Cênicas	Boletim do grupo de Compositores da Bahia	Oficial
Faculdade de Arquitetura	Boletim	Oficial
Escola de Belas Artes	Jornal Fofoca	Oficial
Faculdade de Ciências Econômicas	Economia	Oficial
Faculdade de Odontologia	Odontoscópio	Oficial
Colégio de Aplicação Reitor Miguel Calmon	Tio Patinhas e 1º Passo	Oficial
Escola de Administração	Informe	Clandestino
Faculdade de Arquitetura	Jornal de Arquitetura	Clandestino
Faculdade de Direito	A Palavra	Clandestino
Faculdade de Medicina	Boletim, Bula e Prognóstico	Clandestino
Escola Politécnica	Conjunto	Clandestino
Diretório Central dos Estudantes (DCE)	Boletim dos Estudantes da	Clandestino

<sup>252</sup> Ofício nº 220/73/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3866.

<sup>253</sup> Informação nº 76/73/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3874; Ofício nº 4542/73. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3875.

	Bahia (BEBA)	
Escola de Agronomia	Dala	Clandestino
Faculdade de Psicologia	Reflexo	Clandestina
Faculdade de Farmácia	Boletim Informativo Semanal (BIS)	Clandestina
Escola de Biblioteconomia e comunicação	Unidade	–
Diretório Acadêmico da UFBA	DCE	–

Além do *status* atribuído aos jornais, o ofício nº 076 encaminhou ao reitor informações sobre os membros dos diretórios acadêmicos de Psicologia e Farmácia e anexou cópias dos panfletos do DCE, o BEBA e “Reflexo”.<sup>254</sup>

A vigilância perpassava diversos aspectos da universidade não apenas nas publicações, mas também eventos acadêmicos, culturais e atividades políticas como eleição e greves. Os documentos apontam que as maiores preocupações do serviço de informação giravam em torno das ações organizadas pelos estudantes, pois os eventos, mesmo envoltos em temas de interesse acadêmico, poderiam ser usados para discussões e organizações políticas. O aviso reservado enviado às universidades solicita

aos dirigentes das universidades que sejam observados os congressos, conferência, simpósio, seminário, competições científicas, culturais ou desportivas, cursos especiais ou outro tipo de reunião, sendo necessário o envio com antecedência das informações necessárias de cada evento com envio de um relatório após o evento, pois, "as esquerdas pretendem, através da ativação aparentemente irrepreensível, dos Diretórios Acadêmicos, chegar às reuniões de âmbito nacional, [...] [visando] a articulação de novas lideranças voltadas para a subversão."<sup>255</sup>

Os eventos estudantis poderiam realizar discussões sobre os problemas vivenciados na universidade, quanto produzir críticas contra o governo, principalmente com referência ao

<sup>254</sup> Só foi encontrada próxima a documentação o panfleto DCE. (ofício circular nº 1916/DSI/MEC/73. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3878).

<sup>255</sup> Aviso reservado nº 873. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1194.

corte de verbas que prejudicava de forma direta a vida acadêmica ou a falta de liberdade política vivenciada pela comunidade. A DSI alertava que as

inúmeras reclamações estudantis têm começado com temas realmente de interesse da classe, tais como a falta de professores, a falta de material, insuficiência de instalações, horário das aulas, etc., e posteriormente são desvirtuados para temas políticos pelos agitadores.<sup>256</sup>

Daí se dava a preocupação dos serviços de inteligência e segurança em controlar as publicações estudantis, pois as publicações poderiam agir como instrumento mobilizador contra as arbitrariedades promovidas pelo Estado. As divulgações estudantis tinham como objetivos gerar pressão contra as autoridades, podendo em muitas vezes auxiliar a vítima das ações arbitrárias por conta da repercussão que as publicações poderiam causar como: a libertação dos presos ou a proteção aos intimados pela polícia ou até mesmo garantir seus direitos e demandas. Um dos exemplos refere-se à distribuição de uma carta pelos estudantes de medicina, denunciando o péssimo ensino e atendimento na Escola Hospital da UFBA.

Nós estudantes de medicina, reunidos em assembléia, resolvemos tornar públicas as péssimas condições em que o ensino médico se encontra, motivadas principalmente pelas deficiências de atendimento de pacientes no Hospital Escola (HPES). O ensino médico, que precisa ser feito em unidade de saúde como enfermarias e ambulatórios, onde se adquire conhecimentos indispensáveis à prática médica, fica extremamente prejudicado e muito teórico. (...). Temos um hospital ainda mais decadente, com o número de leitos reduzidos à metade. (...). Consideramos da máxima importância que a população reconheça e apóie nossa luta. As consequências da má assistência médica – a única que podemos prestar nas condições atuais – podem recair sobre todos.<sup>257</sup>

A carta foi anexada ao relatório encaminhado ao reitor no dia 11 de novembro de 1977, informando-o sobre os eventos promovidos pelos estudantes, desde reunião, ato e distribuição de panfletos. Como foi dito, a Assessoria não possuía um corpo para atuar no cotidiano da universidade, que realizasse a remoção dos jornais postos em murais ou recolhesse panfletos distribuídos por estudantes. Ainda assim, tais ações repressivas ocorriam nos espaços universitários, pelas mãos dos professores, dirigentes, funcionários ou até mesmo algum estudante infiltrado. As proibições ou punições sugeridas pela Assessoria eram encaminhadas ao Reitor e direcionadas para os responsáveis das unidades, que executavam as ações proibitivas e punitivas.

---

<sup>256</sup> Informe nº 59/E2. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 09, RP. 3024.

<sup>257</sup> Ofício nº 131/77/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1393.

O interesse sobre as publicações estudantis não surgiu na década de 1970, no contexto de retomada do ME. A preocupação sobre o controle das publicações foi institucionalizada através do Decreto Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967,<sup>258</sup> que regulava a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Sendo assim, todo jornal, boletim ou qualquer publicação que tivesse assiduidade deveria ser registrado no cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, e as demais publicações deveriam passar pelo crivo das autoridades competentes, que poderia ser os responsáveis pelas unidades, podendo ser auxiliado pela Assessoria. A escalada repressiva após o AI-5 fez aumentar a intensa vigilância sobre as publicações registradas e a preocupação dos dirigentes e alguns professores e funcionários da universidade em tentar coagir as publicações clandestinas.

As que não realizassem os registros, estariam "sob pena de serem consideradas clandestinas nos termos do art. 11 da mencionada lei".<sup>259</sup> Era necessário antes de aplicar a punição alertar os responsáveis das consequências do descumprimento da legislação. A punição variava conforme o "prejuízo" causado pela publicação, podendo na universidade ser executada, tanto a penalidade prevista pela Lei 5.250, ou as sanções previstas pelo Regimento Interno da Universidade. Sendo a última o mecanismo mais usual na UFBA.

As punições que estavam previstas pela Lei 5.250 podiam diferenciar entre 1 mês a 4 anos de prisão e poderia incluir a cobrança de multa entre 1 a 20 salários mínimos. Quando o descumprimento fosse feito por estudantes em ambiente universitário, os mesmos seriam submetidos à punição prevista pelas normas da universidade. A estratégia mais comum incentivada pela AESI/ UFBA para coibir as publicações clandestinas foi proibir colocação de matérias em murais pelos estudantes e a coerção exercida pelos próprios funcionários da universidade na distribuição de panfletos e avisos em sala de aula, e no caso de apreensão de materiais não relacionados ao ensino deveriam ser encaminhados para a assessoria.<sup>260</sup>

Houve casos em que a AESI enviou ofícios ao órgão monitorado. Conforme anunciado no Boletim dos Estudantes da Bahia (BEBA), de 10 de setembro de 1973, foi encaminhado pela AESI ofício exigindo aos Diretórios Acadêmicos "o registro das suas publicações no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas" conforme a lei da Imprensa 5.250.<sup>261</sup> Quando flagrado

---

<sup>258</sup> BRASIL, Brasília. Lei 5.250. Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/2/1967, Página 1657.

<sup>259</sup> Anexo: Cópia da publicação da Lei 5.250. Arquivo da Ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. S/R.

<sup>260</sup> Encaminhamento nº 422/ASI/UFBA. Arquivo da Ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 6, RP. 1368.

<sup>261</sup> Ofício nº 068/73/SO. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 04, RP. 869.

com materiais clandestinos, ou realizando alguma atividade vista como subversiva os estudantes poderiam, por razões disciplinares, perder o acesso à assistência estudantil, como punição ao ato cometido.

No ofício encaminhado em agosto de 1974 pela DSI à AESI foram apresentados alguns dados do conhecimento da Divisão em relação ao comportamento dos estudantes da universidade.<sup>262</sup> O item “e”, do ofício, contém uma lista com nomes dos estudantes que foram responsáveis pela distribuição dos boletins e panfletos no ano de 1974, constando o nome de Olival Freire Júnior e mais doze estudantes. No ponto seguinte apresentam os nomes dos estudantes que “tiveram benefícios modificados (corte na residência e/ou restaurante universitário) por razões disciplinares e que pleiteiam readmissão”, reaparecendo quatro nomes da lista do item “e” acrescido mais cinco nomes.<sup>263</sup> E por fim solicita mais informações sobre os casos citados. Deste modo, observamos que era por meio dos ofícios que a DSI monitorava os casos de “subversão” e a aplicação das punições estabelecidas pela universidade. Isso porque as aplicações das penalidades aos estudantes normalmente eram realizadas pelos gestores e não pela AESI, ajudando a camuflar a atuação da AESI perante a universidade.

Segundo Yeda Ferreira, a Assessoria encaminhava ofícios confidenciais solicitando aos diretores as aplicações das punições aos estudantes “subversivos”. Contudo, essas repreensões nem sempre eram obedecidas. Conforme a mesma, o Instituto de “Geociência sempre foi um pouco rebelde em vários momentos” quando não viam “razões para não deixarem o aluno frequentar” às aulas, permitiam a presença do estudante, atos realizados “à surdina”, sem que fosse anunciado à AESI.<sup>264</sup>

Para Olival Freire, apesar de ter ocorrido alguns casos em que funcionários e dirigentes da universidade coíbiam a divulgação de informações (panfletos ou avisos) estudantis, ou até mesmo a presença do estudante punido na universidade, “não foi o que predominou. Eu diria que o que predominou na UFBA” foi uma “espécie de acomodação” ou “resistência passiva”. Isso porque “eram poucos, pouquíssimos diretores que você identificava

---

<sup>262</sup> Não foi encontrado o ofício com as respostas solicitadas feitas pela DSI a AESI.

<sup>263</sup> Pedido de Busca nº 3536/SI/DSI/MEC/74. Arquivo da Ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 5, RP. 1237.

<sup>264</sup> FERREIRA, Yeda de Andrade. [jan. 2019]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 25 de janeiro de 2019, às 09h00.

como, assim ostensivamente contra o Movimento Estudantil, predominava uma atitude de certo fazer vista grossa”.<sup>265</sup>

Mesmo havendo “vistas grossas” na atuação do Movimento Estudantil, as punições em menor ou maior grau foram aplicadas na UFBA. Aos que insistiam na divulgação de publicações clandestinas ou qualquer ato visto pelo Estado como “subversivo”, poderiam receber punição disciplinar estabelecida pelo Regimento Interno. Como exemplo, temos Frederico Torres da Silva (estudante de Economia) e Olival Freire Jr. (aluno de Física) que receberam a suspensão de 30 dias pela denúncia feita pela vice-diretora de Arquitetura, por tê-los flagrado - juntamente com Maria de Sales Lacerda Almeida e Silva de Arquitetura e Paschoal Torres Muniz de nutrição - distribuindo panfletos em fevereiro de 1975. Em ofício, a mesma solicita ao reitor a aplicação do 477 pela perturbação à ordem, com “ameaça de dano aos seus bens patrimoniais, inclusive com desobediência ostensiva às determinações superiores”. Apesar da solicitação da aplicação do decreto 477 aos estudantes, o reitor aplicou a suspensão como punição.<sup>266</sup>

Havia uma diversidade de punições que atingiram estudantes em diferentes anos e motivações diferenciadas. Ademais, essas punições poderiam acarretar outros danos aos estudantes militantes. Ser penalizado com uma advertência ou suspensão por promover “desordem” na universidade poderia acarretar a destituição ou o impedimento da candidatura para cargos em entidades (DCE e DA). Como atesta a proibição da candidatura em 1972 de Sônia Barros e Lúcia Guedes, “por motivo superior”<sup>267</sup>; ou até mesmo o fechamento de DCE ou DA, como o caso do DA de Economia ocorrido em 1976, fechado em contexto das reivindicações contra a prisão de Frederico Torres, aluno de Economia e Valdélcio Silva de Ciências Sociais.<sup>268</sup> Além das punições apresentadas, ainda havia a possibilidade de perder o direito de matrícula ou ser punido pelo decreto 477, a partir de um processo administrativo.

A AESI e os demais órgãos de informações vigiavam também as reuniões, assembleias, eleições dos DCE e DAs, pois era acreditado que as esquerdas poderiam fazer uso dos espaços estudantis e “desenvolver articulações de novas lideranças voltadas para a

---

<sup>265</sup>FREIRE JR, Olival. [nov. 2017]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 29 de novembro de 2017, às 16h00.

<sup>266</sup>Relatório da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade/UFBA, 2014, p. 84, 108, 117, 120.

<sup>267</sup> Ofício nº 4111. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 4353;

Ofício nº 878/22/conf./ASV/SNI/72. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 4356.

<sup>268</sup> Informação nº 158/76/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11. RP. 3756, 3757.

subversão”,<sup>269</sup> principalmente entre os anos de 1975 a 1979, “tumultuados” devido à primeira greve dos estudantes, em âmbito nacional, contra o jubramento em 1975<sup>270</sup>, coadunando em diversas outras manifestações estudantis até o processo de reorganização da UNE.

### 2.3 A greve estudantil contra o jubramento (1975)

A segunda metade da década de 1970 é identificada como o início do processo de distensão política, que só se concluiu na década de 1980. Proposta pelo então presidente Ernesto Geisel, a “política de distensão” era um “programa de medidas de liberalização cuidadosamente controlada”.<sup>271</sup> Porém, as propostas de reformas “abriram” possibilidades para que a sociedade reivindicasse por mais liberdade e lutasse pelo retorno da democracia.

Com esse novo contexto político não fica difícil compreender os motivos que tornaram 1975 um ano de efervescência para os estudantes. Período em que as reuniões e eventos estudantis passaram a ocupar as páginas dos grandes jornais de circulação, divulgando os dias, horário e o local das reuniões apresentando as pautas a serem discutidas, além de convocarem representantes de outras entidades e a população em geral para os atos públicos.<sup>272</sup> Por causa da riqueza em detalhes das informações divulgadas, os meios de comunicações passaram a ter presença mais ativa como anexos entre os ofícios enviados pela Assessoria.

---

<sup>269</sup> Aviso Reservado nº 873/73. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2400.

<sup>270</sup> Instituído pelo Decreto Lei 464, aprovado em 11 de fevereiro de 1969, publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 – 12 de fevereiro de 1969

<sup>271</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 186.

<sup>272</sup> O Informação nº 355 de 23 de setembro de 1975 traz anexas duas cópias, uma referente à plataforma do DCE-75 e outra um *clipping* do jornal *Tribuna da Bahia*, no qual convoca a sociedade pra um ato promovido pelos estudantes que foi realizado em frente à reitoria, referente ao problema do Jubramento da UFBA. A Informação nº 367 de 18 de junho de 1976 apresenta 4 cópias de *clipping* do Jornal *Tribuna da Bahia* retratando eventos organizados pelos estudantes de Física, eleição do Diretório de Geologia, reclamações dos estudantes de Psicologia e informações sobre a chapa do DA de Jornalismo; ainda em 1976. A Informação nº 177 de 30 de março traz onze anexos dos jornais - *A Tarde*, *Tribuna da Bahia*, *Diário de Notícias* - que retrataram a prisão e libertação dos estudantes Valdélis e Frederico, manifestações organizadas pelos estudantes de economia em prol da libertação dos estudantes e reabertura do DA de Economia, mobilização do DCE contra a prisão de estudantes, críticas sobre os hospitais do Governo, proposta da quaresma “Devolver a Liberdade aos Oprimidos”. No Ofício nº 137 de 1 de junho de 1977 foram anexadas 65 cópias de *clipping* de diversos jornais (*Tribuna da Bahia*, *Jornal A Tarde*, *Jornal da Bahia*, *Diário de Notícias*) publicados ao longo do mês de maio, referentes às mobilizações estudantis: promoção de ato público dos estudantes pela libertação dos presos políticos, ausência de apoio das autoridades ministro Ney Braga, e os Chefes de Segurança de Salvador, as reportagens cobriram desde o processo de organização, manifestação de apoio, o ato público e as consequências do ato. O Encaminhamento nº 392 de 07 de novembro de 1978, divulgado pelo *Tribuna da Bahia*, anunciando o Comício do Candidato do MDB em São Lázaro, comício esse que contou com o apoio das entidades estudantis da UFBA, representadas pelo DCE. O encaminhamento nº 22 de 14 de fevereiro de 1979 foi anexado ao *clipping* do jornal *A Tarde* com o Título “Amazônia é Nossa” no qual apresenta um debate sobre a reorganização da UNE e o lançamento da Campanha “A Amazônia é Nossa”, campanha organizada em todo o país.

Além da coleta de informações difundidas nos meios de comunicações e dos informes dados por alguns membros da comunidade, os agentes infiltrados - a exemplo da Polícia Federal - marcavam presença nas reuniões e eventos desenvolvidos pelos estudantes com objetivo de adquirir mais precisão nos dados. As informações apreendidas pela Polícia Federal eram enviadas para a ASI, a partir de relatórios produzidos pelos agentes infiltrados. Nesses documentos informavam, em sua maioria, as ações estudantis (reuniões, publicações, eventos culturais, estudantis ou acadêmicos) autorizadas ou não, contendo muitas vezes o local, a hora e os nomes dos participantes. Eram relatórios muito mais detalhados, podendo haver análises e/ou exposição do posicionamento ideológico do agente, o que difere dos relatórios produzidos pela ASI.

Os relatórios encontrados referem-se aos anos anteriores e posteriores à greve geral contra o jubileamento, o que não significa a inexistência de espões durante a greve. Por diversas vezes os estudantes denunciaram a presença de “elementos estranhos” ao corpo discente. Foi durante a greve de 1975 que os estudantes criaram “dentro do DCE, uma espécie de comissão de segurança” para que fossem observadas “todas as pessoas suspeitas, que a gente supunha ser infiltrado de órgão de segurança”.<sup>273</sup> Muitas das denúncias apontadas pelos estudantes poderiam ter fundamento. Contudo, não é possível ignorar a possibilidade de erros, motivados muitas vezes pelo excesso de medo do espão, fazendo uso de critérios estereotipados, como o caso apresentado pelo ex-aluno Olival Freire Jr.,

não vou dizer que a gente sempre identificou corretamente, talvez a gente também tenha cometido alguma injustiça. Eu me lembro que tinha um rapaz, [...] da engenharia, que a gente achava que era dedo duro, quando chegou à greve de 75 [...] [ele] veio participou e ficou claro que[...] não era dedo duro nada, naquela época se você fosse um pouco estranho (risos) pra a gente já era motivo de, de tomar um pouco de distância.<sup>274</sup>

Essa suspeita não confirmada pode não ter sido a única, mas o fato é que havia realmente infiltração de serviços de segurança e por meio dessa estratégia muitas informações foram coletadas e encaminhadas para o serviço de informação dentro das universidades.

Fazendo uso da tática de vigilância e mantendo diálogo com o serviço de segurança, os órgãos de inteligência conseguiram saber, meses antes, que as atividades reivindicatórias dos

---

<sup>273</sup> SILVA, Valdélino Santos. [nov. 2017]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 24 de novembro de 2017, às 10h00.

<sup>274</sup> FREIRE JR, Olival. [nov. 2017]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 29 de novembro de 2017, às 16h00.

estudantes ocorreriam no segundo semestre do ano de 1975. Isso porque em fevereiro desse ano, durante uma reunião em Recife “de estudantes com líderes comunistas, com o comparecimento de representantes da antiga UNE e membros de DD.AA de vários Estados”, foi discutida “a programação do Movimento Estudantil do ano de 1975, como forma de pressão contra o governo”, definindo por sua vez um calendário de mobilizações com as atividades a serem organizadas para o mês de agosto. O recrudescimento das contestações por sua vez deveria ocorrer, segundo consta no ofício encaminhado para a AESI, em todas as universidades do país “num crescente, tomaria as formas de greves, passeatas, ocupações de universidades, etc”. A partir dessas informações solicitou-se às universidades que fossem tomadas “as precauções necessárias para evitar o desencadeamento dos referidos movimentos e dar conhecimento a esta ASI o que de anormal [ocorresse] nesta unidade”.<sup>275</sup> Ou seja, havia uma dinâmica nacional de produção de informações que alimentavam as agências locais e vice-versa.

Não sabemos se os eventos ocorridos na UFBA possuíam relações com o calendário divulgado pelos órgãos de informações, mas em 1975 ocorreram diversas greves em várias universidades do país. “No segundo semestre, o eixo do movimento grevista se deslocou para o leste e o nordeste do país”<sup>276</sup> e a UFBA foi palco de inúmeras reivindicações estudantis. A primeira greve na universidade foi deflagrada “em junho de 1975 pelos estudantes de medicina, visando melhoria de ensino médico”.<sup>277</sup> O segundo movimento, mais conhecido como a greve contra o jubramento, começou em setembro de 1975, com os estudantes do instituto de Geociências,<sup>278</sup> mas com grande adesão dos demais cursos da universidade, pois, “depois de um mês de greve, quase 90% dos alunos dos trinta e três cursos paralisaram suas atividades”.<sup>279</sup>

Em linhas gerais o movimento grevista tinha como objetivo obter melhorias na educação, contratação de novos professores, resolução dos problemas de infraestrutura, falta

---

<sup>275</sup> Informe nº 07/15. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 03. RP. 643, 644.

<sup>276</sup> MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e do Centre d’Histoire Sociale du XXème Siècle de l’Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne. 2010, p. 106.

<sup>277</sup> SILVA, Anderson Luís Santos. **Após a longa noite**: as jornadas grevistas de 1975 na UFBA. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016, p.20.

<sup>278</sup> Informação nº SR/ ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07. RP. 2308.

<sup>279</sup> SILVA, *op. cit.*, p.20.

de materiais didáticos, ausência de aulas práticas, condição de estágios péssima ou inexistente, reivindicavam aumento dos serviços de assistência em quantidade e qualidade, criticavam a criação de novas taxas e o aumento das já existentes, protestavam contra as proibições nas divulgações das publicações e reuniões estudantis, além do desejo da revogação do artigo 9º do Estatuto da UFBA, que regulamentava a recusa de matrícula – jubramento – aos alunos, problema que atingia estudantes de vários cursos, principalmente devido à criação de duas novas modalidades:

a) por quatro semestres consecutivos ou não, houver requerido o trancamento de matrícula na mesma disciplina ou no total das disciplinas, salvo motivo de força maior, a critério do conselho de Coordenação; b) ao aluno do 1º Ciclo que, por duas vezes não tenha sido aprovado nas disciplinas de recuperação.<sup>280</sup>

Ademais, as críticas à ampliação da aplicação da modalidade que regulamentava a recusa de matrícula também se davam pelo medo de que o jubramento adquirisse “um papel enquanto instrumento de poder, possibilitando abertura para possíveis perseguições política por parte da reitoria.”<sup>281</sup>

A articulação do Movimento Estudantil foi vista pelo serviço de segurança e informação como uma fenda importante para se perceber a necessidade de ampliação da vigilância e coerção nas universidades. A primeira iniciativa para conter o aumento da mobilização estudantil foi ampliar as restrições sobre as reuniões, que já eram limitadas. Para esse fim, um dia após a deflagração da greve em Geociências, a reitoria publicou a Circular nº 1552/75 em 24 de setembro de 1975, que coibia ainda mais a realização de reuniões.

Tendo em vista os acontecimentos verificados no meio estudantil, nos últimos dias, recomendo que qualquer reunião dos alunos no âmbito dessa Unidade somente poderá ocorrer mediante o consentimento de V. As., após solicitação subscrita, no mínimo, por três estudantes matriculados em disciplinas ministradas pelos departamentos dessa Unidade e com a enumeração dos assuntos que serão abordados.<sup>282</sup>

Apesar da solicitação realizada pela reitoria, algumas reuniões estudantis ocorreram com ou sem autorização. Entre os meses de setembro a outubro, período de intensa mobilização da greve de 1975, a ASI registrou 19 Assembleias Gerais, dentre as quais 17

---

<sup>280</sup> Informação nº 376/75/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 03. RP 645, 646.

<sup>281</sup> MOTA, Mauricio Quadros. **A Une Volta à Cena: A reorganização do Movimento Estudantil baiano e processo de reconstrução da UNE (1969-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013, p. 60.

<sup>282</sup> Circular nº 1552/75. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 03. RP. 653.

aderiram à greve contra o jubileamento. Segue abaixo a tabela contando a relação das Unidades da UFBA e a situação das aulas, elaborada pela ASI em outubro.<sup>283</sup>

**Tabela 5 - Relação das unidades e a situação das aulas durante a greve de 1975 – UFBA**

UNIDADE DA UFBA	SITUAÇÃO DAS AULAS E OBSERVAÇÕES
1. Escola de Administração	Aulas paralisadas
2. Escola de Agronomia	Aulas paralisadas
3. Escola de Belas Artes	Aulas paralisadas
4. Escola de Biblioteconomia	Aulas paralisadas (Alunos em reunião)
5. Faculdade de Ciências Econômicas	Aulas paralisadas
6. Escola de Medicina Veterinária	Aulas paralisadas
7. Escola de Música e Artes Cênicas	Aulas paralisadas (curso de Dança e Teatro)
8. Escola Politécnica	Aulas paralisadas (Alguns alunos frequentaram)
9. Faculdade de Filosofia (e Ciências Humanas)	Aulas paralisadas
10. Faculdade de Arquitetura	Aulas paralisadas
11. Faculdade de Educação	Aulas paralisadas (Curso de Licenciatura em Ciências)
12. Instituto de Biologia	Aulas paralisadas

<sup>283</sup> Relação das unidades da UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2380.

13. Instituto de Física	Aulas paralisadas
14. Instituto de Letras	Aulas paralisadas
15. Instituto de Matemática	Aulas paralisadas
16. Instituto de Química	Aulas paralisadas (alguns alunos fazem provas)
17. Instituto de Geociências	Aulas paralisadas
18. Institutos de Ciências da Saúde	Aulas normais (só os estudantes de Medicina veterinária não comparecem)
19. Escola de Enfermagem	Aulas normais
20. Escola de Nutrição	Aulas normais
21. Faculdade de Odontologia	Aulas normais
22. Faculdade de Medicina	Aulas normais
23. Faculdade de Farmácia	Aulas normais
24. Faculdade de Direito	Aulas normais
25. Sup. Estudantil	Atividades Normais

O agravamento da situação na UFBA provocou preocupação das agências de inteligência. Os órgãos de informações recomendaram que os problemas fossem solucionados com brevidade, pois as reuniões dos estudantes promovidas por entidades em ambientes universitários eram vistas pelos serviços de informação como mecanismos utilizados pela esquerda, "para chegar às reuniões de âmbito nacional onde, a par dos assuntos estritamente

estudantis se desenvolva a articulação de novas lideranças voltadas para subversão".<sup>284</sup> Com o intuito de normalizar o ambiente universitário foi publicado um Informe produzido pelo reitor:

A reitoria da UFBA informa aos Corpos Docentes e Discentes de que a suspensão da frequência às aulas dos senhores alunos está limitada ao Instituto de Geociências e à Faculdade de Arquitetura. Em ambos os estabelecimentos estão sendo processados entendimentos entre diretores, chefes de departamento, professores e alunos para estudo e solução viáveis dos problemas apresentados. O diálogo está tendo lugar no âmbito da Faculdade de Ciências Econômicas. Tudo tem sido conduzido em ambientes de cordialidade e respeito mútuo, o que anima esta reitoria a supor o pronto restabelecimento da completa normalidade da vida universitária.<sup>285</sup>

Contudo, não foi o que aconteceu. A greve foi alastrou-se por quase toda a UFBA e, para que suas demandas fossem atendidas, "os estudantes grevistas lançaram mão de táticas diversas".<sup>286</sup> De acordo com Anderson Luís Santos Silva:

Para fortalecer e unificar a luta, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) organizou uma Comissão "antijubilamento", responsável pela articulação dos estudantes. Através dela, no dia em que a greve foi deflagrada, o DCE convocou para o dia 25 de setembro uma concentração em frente à Reitoria. Naquele dia seria julgado o projeto de modificações do Regulamento Geral da Matrícula, que pretendia inserir mais duas novas modalidades de jubramento. (...) Essa unidade permitiu a elaboração de diversos documentos direcionados às autoridades responsáveis pelo ensino superior, tanto da UFBA, quanto de instâncias nacionais.<sup>287</sup>

Além disso, solicitaram auxílio ao *Cardeal* D. Avelar Brandão Vilela e tiveram apoio do Pe. Cláudio Perani do Centro de Estudos e Ações Sociais (CEAS) para mediar um diálogo entre os representantes estudantis, a reitoria e órgãos competentes e obter soluções viáveis aos problemas apresentados pelos estudantes.<sup>288</sup> Em resposta às atividades grevistas dos estudantes, a ASI encaminhou um relatório com medidas que o Reitor deveria adotar para desmobilizar a greve. Não foram incluídas soluções para as pautas levantadas pelos estudantes. Na sequência, o reitor deveria informar a "todos os Diretores de Unidades" que necessitariam dar "procedimento normal das atividades discentes, anotando-se as faltas dos

---

<sup>284</sup> Aviso Reservado nº 873/73. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2400.

<sup>285</sup> Ofício nº 408. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 03, RP. 686.

<sup>286</sup> SILVA, Anderson Luís Santos. **Após a longa noite**: as jornadas grevistas de 1975 na UFBA. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016, p. 97.

<sup>287</sup> *Ibid.*, p. 98.

<sup>288</sup> Carta: Centro de Estudos Sociais. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA. Cx. 07, RP. 2135.

alunos que não comparecerem” e a “inobservância do controle da frequência em qualquer disciplina seria entendida como decorrente da ausência do professor”, ou seja, a adesão docente à greve. Para observância das ordens enviadas, o diretor teria que “esclarecer aos corpos docentes e discentes que a lei não permite a nenhuma autoridade universitária o abono de faltas de aluno”, concluindo que “a não realização, pelo aluno, de prova marcada será dado ao aluno o conceito SR”.<sup>289</sup>

O ápice da repressão à greve foi a invasão de policiais no Instituto de Geologia em 22 de outubro. Essa ação não foi bem recebida pelos professores da instituição, produzindo severas críticas. Em reunião foi decidido pelos professores que só retornariam às suas atividades normais caso os policiais desocupassem o instituto. Apesar do posicionamento dos professores contra a invasão e a saída dos policiais, os estudantes permaneceram sendo alvo de diversas ações que pressionavam para o fim da greve.<sup>290</sup>

As medidas coercitivas buscavam coagir os estudantes a retornarem às atividades, fato que ocorreu dias depois. No dia da última Assembleia Geral foram avaliadas as “condições políticas para a continuidade da greve”. Nesse mesmo dia, durante a realização da Assembleia “a polícia militar chegou a fazer o cerco aos estudantes, sob tom de ameaça às lideranças, para que retornassem às suas casas, e acabassem com a greve”. Sob pressão e cansaço, os estudantes decretaram o fim do movimento grevista. No dia 27 outubro as aulas voltaram ao normal.<sup>291</sup>

A demora na resolução das questões apontadas pelos alunos, principalmente a referente ao jubramento, mesmo depois do retorno às atividades, unida à negativa do reitor em não abonar as faltas durante a paralisação dos estudantes, geraram novas inquietações. No discurso em 7 novembro, o Reitor Mascarenhas realiza várias comunicações sobre a greve, os problemas da universidade e a questão do jubramento. Prometeu levar ao Conselho

---

<sup>289</sup> Informação nº SR/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA. Cx. 07, RP. 2308.

<sup>290</sup> IG-712/75. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA. Cx. 07, RP. 2138.

<sup>291</sup> MOTA, Mauricio Quadros. **A Une Volta à Cena: A reorganização do Movimento Estudantil baiano e processo de reconstrução da UNE (1969-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013, p. 65.

Universitário a proposta de Reforma do Estatuto e Regimento Geral, “cedendo a principal pauta da greve: o jubramento”.<sup>292</sup>

Ainda que reconhecidas, pela reitoria, as debilidades da universidade, não houve consenso na resolução dos problemas apresentados pelos alunos de imediato. Anderson Luís Silva (2016) diz que “em 15 de dezembro, o jubramento foi efetivamente suspenso. Após três horas e meia de reunião na Reitoria, o Conselho Universitário decidiu suspender todas as modalidades de aplicação”.<sup>293</sup> Apesar da resolução do fim do jubramento, a mesma “poderia não ser acatada este ano [1976] [e] o DCE tomou uma série de atitudes. A primeira delas divulgando nota de esclarecimento”.<sup>294</sup> Em 4 de fevereiro foi apresentada nota no *Jornal Tribuna da Bahia* e no *Jornal da Bahia*, pelo representante estudantil, e anexada ao ofício da ASI ao Reitor, que, “caso não se revolva o atual impasse entre eles e a Reitoria quanto ao problema do jubramento”,<sup>295</sup> os alunos se reunirão em Assembleia Geral. As publicações não apenas traziam os problemas relacionados ao jubramento como outros fatos ocorridos na universidade sem esclarecimento, a exemplo da demissão de 100 professores colaboradores<sup>296</sup> da UFBA, a prisão da estudante de economia Marie H elene Russi e a distribui ao de uma nota que informava sobre a limita ao das divulga oes de murais estudantis  as depend encias do Diret rio Acad mico. Al m de apresentar as recentes a oes arbitr rias da reitoria, convocava a todos os estudantes para uma Assembleia Geral, “para discutir, com a reitoria, problemas acerca do jubramento”.<sup>297</sup>

A partir da documenta ao e da biografia consultada, n o foi poss vel saber quando e se realmente o novo impasse sobre o jubramento foi solucionado, j  que os trabalhos consultados apresentam como fim das diverg ncias o comunicado dado pelo reitor sobre a suspens o das modalidades de aplica ao da recusa de matr cula (jubramento), ocorrido em dezembro de 1975. Fato que entra em conflito quando analisarmos os meses seguintes.

---

<sup>292</sup> SILVA, Anderson Lu s Santos. **Ap s a longa noite**: as jornadas grevistas de 1975 na UFBA. Disserta ao (Mestrado em Hist ria) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ci ncias Humanas, Salvador, 2016, p.113-114.

<sup>293</sup> *Ibid.*, p. 117.

<sup>294</sup> Informa ao n  52/76/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA. Cx. 07, RP. 2330, 2330.1.

<sup>295</sup> Informa ao n  52/76/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA. Cx. 07, RP. 2330, 2330.1.

<sup>296</sup> Conforme a publica ao do jornal *Tribuna da Bahia* haviam sido 200 professores demitidos. Contudo, no *Jornal da Bahia*,   divulgado uma nova informa ao com a corre ao dos dados, confirmando a demiss o de 100 professores e n o de 200. Afirmava-se que o reitor faria a recontra ao dos 100 professores demitidos antes do in cio das aulas do primeiro semestre. Nada consta sobre os dados dos professores nem se os mesmos foram recontra ados como prometido pelo reitor.

<sup>297</sup> Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA. Cx. 07, RP. 2333.

Mesmo não sabendo quando se deu o fim do conflito, não é possível negar os pontos positivos do movimento. Segundo Mota, “a greve contra o jubramento teve um papel central dentro do processo de rearticulação do ME baiano com o ME nacional” no passo “em que promoveu o surgimento de novas lideranças estudantis e criou as condições necessárias para se construir a unidade na agenda do Movimento Estudantil dentro e fora do Estado”, isso porque o movimento conseguiu atrair olhares de estudantes de várias partes do país, “haja vista que as demandas pela extinção do jubramento também fazia parte das pautas dos estudantes nas diversas universidades brasileira”.<sup>298</sup>

Com o fim da greve inicia-se o processo de investigação dos representantes estudantis que atuaram na liderança das paralisações de 1975 e a aplicação de punições. Em novembro do mesmo ano, a Agência de Salvador (ASV) do SNI informa os nomes dos estudantes Ubirajara Mota, Francisco Lima Neto, Sinval Galvão, Adalberto Ribeiro e Eduardo Luís Tinoco Melo como agitadores atuando “desde a greve estudantil dos estudantes de Medicina da UFBA” e que permaneceram liderando ativamente todos os movimentos de agitação na área estudantil. Dentre os nomes mencionados, só foi encontrada a suspensão por 30 dias para Tinoco,<sup>299</sup> Mota,<sup>300</sup> incluindo Olival Freire Jr., “pela prática de atos destinados a perturbar o funcionamento normal desta Universidade”. A perseguição aos “agitadores” da greve contra o jubramento perdurou até 1976, como ilustra o caso de Olival Freire Jr., que foi um dos atingidos por participar das movimentações grevistas e perdeu a monitoria em 26 de abril de 1976, além de ter sofrido, em 1975, suspensão de 30 dias.<sup>301</sup>

Para além dos estudantes, os professores também foram alvo de investigação por envolvimento ou suposto envolvimento grevista em 1975, a exemplo do professor do Instituto de Geofísica Carlos Alberto Dias, acusado por dois professores de ter participado ativamente da greve contra o jubramento. Essa acusação foi negada através de carta, na qual o professor esclareceu que o envolvimento de seu nome no ato grevista pelos seus colegas tinha como intuito prejudicar a sua imagem perante a instituição.<sup>302</sup>

---

<sup>298</sup> MOTA, op. cit., p. 66.

<sup>299</sup> Relatório da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade/UFBA, 2014, p. 76.

<sup>300</sup> Relatório da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade/UFBA, 2014, p. 135.

<sup>301</sup> Informação nº 196/76/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA. Cx. 07, RP. 2442, 2443.

<sup>302</sup> Ofício nº S/R. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA. Cx. 03, RP. 632.

Pouco mais de um mês após o envio do ofício de esclarecimento, a ASI comunica ao Reitor que existiam restrições ao professor Dias.<sup>303</sup> Importante situar que o professor Carlos Alberto Dias estivera envolvido em um inquérito anos antes promovido pela Polícia Militar - informado ao SNI em junho de 1973 pela 6ª Região Militar – que o indiciou pela participação em atividades do Partido Comunista na Faculdade Nacional de Filosofia. Apesar das restrições, o mesmo permaneceu exercendo suas funções de professor e, conforme o ofício 195/76 encaminhado em julho de 1976, foi aberto outro Inquérito contra o professor recebendo como punição a suspensão por 30 dias.<sup>304</sup> Em 1981 a “Agência Salvador do SNI incluiu seu nome na relação de esquerdistas infiltrados na UFBA”.<sup>305</sup> Contudo, sobre a denúncia nada podemos confirmar.

O fato é que foi feita apuração sobre os envolvidos nos atos grevistas, com intuito de identificar quais eram os “subversivos” entre os estudantes “teleguiados” no afã do movimento em favor do ensino. Findadas as investigações dos envolvidos na greve de 1975, houve aplicação de punição em pelo menos 3 estudantes, já apresentados. Em saldo, o movimento pode não ter conseguido obter todos os pontos reclamados nas pautas, mas a partir da organização da greve foi possível fortalecer os laços entre os estudantes, reativando o processo de reorganização das lutas por mais liberdade, mais direitos e melhor educação, não apenas em nível local, quanto nacional, tendo em vista “que os problemas do sucateamento das Instituições de Ensino Superior no Brasil eram generalizados, e os efeitos inerentes a isso se refletia no grande número de estudantes compondo as listas indicativas para jubramento”.<sup>306</sup>

### 2.3.1 Agitações pós-greva de 1975

A permanente insatisfação pela demora na resolução de alguns problemas, como o jubramento e a falta de vagas, gerou discussões entre os estudantes, sendo que “para defender seus interesses” os estudantes de direito estavam “dispostos até a impetrar um mandado de segurança contra a UFBA”.<sup>307</sup> Outra questão bastante discutida entre os estudantes em 1976 foi a proibição do ministro Ney Braga sobre a realização do Conselho do Diretório dos

---

<sup>303</sup> Ofício 613/75/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA. Cx. 07, RP. S/R.

<sup>304</sup> Ofício 195/76/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA. Cx. 07, RP. 2207.

<sup>305</sup> Relatório da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade/UFBA, 2014, p. 66.

<sup>306</sup> MOTA, Mauricio Quadros. **A Une Volta à Cena: A reorganização do Movimento Estudantil baiano e processo de reconstrução da UNE (1969-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013, p. 66.

<sup>307</sup> Informação nº 315/76/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA. Cx. 07, RP. 2422, 2423.

Estudantes, marcado para ocorrer no Rio de Janeiro em 1976, e posterior prisão dos estudantes em Minas Gerais a caminho do evento.<sup>308</sup>

Em março foi distribuído o panfleto intitulado “*Às autoridades Educacionais; À Imprensa; À comunidade*” que expunha a precariedade vivenciada na Faculdade de Economia, como falta de livros e inadequação do currículo. Além de citar os problemas, o texto apresentava proposta de melhorias, tecia severa crítica às proibições ocorridas na faculdade, como divulgar avisos em salas, murais e corredores. É lembrado também o caso da prisão de Marie, ocorrida em Ibiúna/SP no ano de 1968 e a recusa de sua matrícula após a prisão. Por fim traz a prisão e intimação de mais dois estudantes.<sup>309</sup>

Detidos em 11 de março em Governador Valadares/MG os estudantes Valdélío Silva (Ciências Sociais) e Frederico Torres (Economia) estavam a caminho do Conselho do Diretório dos Estudantes, no Rio de Janeiro, seguindo uma rota diferente de Antônio Carlos dos Santos (estudante de Engenharia) que conseguiu chegar ao evento. A prisão dos dois gerou agitação estudantil e retomou as discussões sobre a prisão de Marie, ex-estudante de Economia.<sup>310</sup> Isso porque os estudantes presos também estavam indo a uma reunião estudantil, trazendo o temor de punições, tais quais ocorreram com os estudantes que foram para Ibiúna em 1968.<sup>311</sup>

Em prol da libertação, estudantes da Faculdade de Economia fizeram Assembleia e decretaram paralisação de 48h. As consequências dessa mobilização geraram a suspensão de quatro estudantes, aplicadas em momentos diferentes. Os primeiros atingidos pela suspensão foram Elza Silva (presidente do DA de Economia) e o estudante Eduardo Luís Tinoco Melo que receberam a punição de 30 dias de suspensão. Em solidariedade aos punidos com a suspensão (Elza Silva e Eduardo Tinoco Melo) e a prisão dos estudantes já mencionados, iniciou-se outra paralisação. Em resposta ao ato, o diretor puniu mais dois estudantes – Adroaldo Quintela e Abraão Mônaco – com 15 dias de suspensão.<sup>312</sup>

---

<sup>308</sup> SILVA, Valdélío Santos. [nov. 2017]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/BA, 24 de novembro de 2017, às 10h.

<sup>309</sup> Informação nº 277/76/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA. Cx. 07, RP. 2429, 2430, 2430.1.

<sup>310</sup> Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA. Cx. 11. RP. 4729.

<sup>311</sup> Informação nº 191/76/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3776, 3777.

<sup>312</sup> Informação nº 201/76/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2458; Informação nº 164/76/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2461-2468.

Com intuito de frear as articulações estudantis, o diretor de Economia fechou o DA de Economia<sup>313</sup> e o Reitor proibiu qualquer atividade estudantil na Universidade. As ações arbitrárias surtiram um efeito mobilizador entre os estudantes. Na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, os estudantes realizaram uma assembleia e colaram nos muros e murais cartazes denunciando os atos repressivos e a prisão dos estudantes. Por sua vez, alguns professores e funcionários da Faculdade de Filosofia recolheram o material que fazia denúncias, além de proibir falar dentro das salas de aulas sobre os alunos detidos.<sup>314</sup> Os estudantes de Psicologia e Geologia fizeram assembleia para decidir quais as ações a serem tomadas em defesa dos presos e elaboraram um documento.

Em resposta à repressão, o DCE anunciou “em coletiva com toda a imprensa e representantes de entidades de classes”, que o reitor criou uma situação de estado de sítio na universidade. Contrários às ações opressivas, os estudantes prometeram adotar “posicionamento mais enérgico caso o reitor persista em suas incoerências” e comunicaram o envio de abaixo assinado com diversas reivindicações. Para dialogar sobre o abaixo assinado, o Reitor Mascarenhas convocou uma reunião com os representantes estudantis, no mesmo mês em que foi reaberto o DA de economia fechado em março.

As prisões geraram indignação dos colegas da UFBA. Além disso, a imprensa local noticiou as articulações dos estudantes e as ações repressivas aplicadas pelos dirigentes da Universidade. Acompanhou também em várias reportagens a prisão dos dois alunos, sublinhando as “péssimas condições de higiene” das celas, a comunicação dos presos restrita apenas para os advogados e familiares, o andamento do processo, a soltura, a visão dos estudantes sobre a prisão e a intimação da Polícia Federal aos estudantes, já em Salvador.

Ao saberem das intimações contra Valdélío Silva e Frederico Torres, os colegas tomaram imediata atitude e criaram uma comissão para acompanhar os intimados na Polícia Federal. Em julho, com a convocação na PF, elaboraram um documento transcrito na íntegra no jornal *Tribuna da Bahia* relatando o caso de Valdélío Silva e Frederico Torres e as ações repressivas realizadas pela UFBA, apontando que “medidas dessa natureza exemplificam e

---

<sup>313</sup> Informação nº 182/76/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3790-3795.

<sup>314</sup> Informação nº 155/76/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11 RP. 3759, 3760.

agravam o clima de insegurança vigente no país. Consideramos também que tais medidas atingem diretamente os estudantes da UFBA e suas entidades representativas”.<sup>315</sup>

Não se sabe exatamente quando as intimações tiveram fim, mas o que observamos foi a união dos estudantes diante das ações arbitrárias, vindas não apenas do Estado, como da própria Universidade. Com essa unidade houve o fortalecimento do ME na UFBA. Os seus discursos contra a repressão ganharam cada vez mais espaço nos jornais e os problemas dos estudantes passam a ser acompanhados de forma ativa pelos meios de comunicação. Nos meses subsequentes outros temas estudantis ganham as páginas dos jornais como a liberdade de expressão, qualidade da refeição no restaurante universitário<sup>316</sup> e a eleição dos representantes estudantis.<sup>317</sup> Vale ressaltar que todas as informações produzidas em jornais comerciais estão presentes nos documentos da Assessoria.

A documentação registra também as punições dadas aos estudantes que lideravam essas manifestações, bem como a vigilância das ações dos líderes estudantis principalmente os que haviam participado da greve de 1975. Valdélcio Silva, ex-estudante de ciências sociais, diz que por ter participado da manifestação em prol da liberdade de expressão em 1976, depois de sua prisão, dentro do restaurante universitário, perdeu o direito à assistência e residência e foi suspenso por 30 dias. Outro estudante punido foi Getúlio Bastos, suspenso do auxílio refeição por ter participado da manifestação por uma comida melhor em 1977.<sup>318</sup>

Por motivos diferentes outros estudantes foram punidos, como o caso de Washington Queiroz, suspenso por 15 dias, conforme as orientações do regime disciplinar, por "promover perturbação às aulas" ao promover a Semana de Arte no Instituto de Biologia em 1977.<sup>319</sup> Importante salientar que o estudante já havia participado de outros movimentos estudantis, a exemplo da greve contra o jubileamento e as demais greves ocorridas em período posterior. Foi visto pela ASI como “incitador de greves, promotor de piquetes, autor de cartazes, [com]

---

<sup>315</sup> Informação nº416/76. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2425, 2426.

<sup>316</sup> Encaminhamento nº 339/76/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2414, 2415.

<sup>317</sup> Encaminhamento nº 335/76/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2410, 2411.

<sup>318</sup> Informação nº 285/77/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05. RP. 1506-1508; Ofício nº 191. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05. RP. 1512, 1513.

<sup>319</sup> Anexo: 2º semana de artes em biologia. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx.10. RP. 3258; Conclusão da comissão de sindicância. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx.10. RP. 3266; Portaria nº 10/77. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx.10. RP. 3267.

Portaria. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx.10. RP. 3259.

atitudes desrespeitosas etc.”. No processo de construção da Semana de Arte no Instituto, o mesmo não apresentou à direção o título dos filmes que seriam exibidos no evento, não obtendo autorização. Ainda assim, a Semana permaneceu com sua programação. Tendo como justificativa o volume do som que supostamente prejudicava o andamento das atividades acadêmicas, o estudante Washington Queiroz não apenas recebeu advertência, como foi punido com suspensão.<sup>320</sup>

Entre maio<sup>321</sup> e setembro<sup>322</sup> de 1977 houve várias paralisações até eclodir outra greve iniciada pelos estudantes de Psicologia. A pauta dos estudantes consistia em contratação de professores para o estabelecimento de aulas normais, vaga para estágio – exigência obrigatória para conclusão de curso –, aumento de carga horária, clínica experimental e laboratório.<sup>323</sup> No dia 15 de setembro, os estudantes de Economia decidem a adesão à greve.<sup>324</sup> As tensões estudantis se ampliaram, pois quatro estudantes do curso de psicologia estavam correndo o risco de serem jubilados, além da possibilidade de reprovação em massa caso as aulas não fossem retomadas.

A demissão do professor Paulo Miranda ampliou as tensões entre a instituição e os estudantes em 1977. Ingressou na UFBA em 1972 “como colaborador eventual e contratado pela CLT para exercer a função de professor assistente do Instituto de Física”. Logo que começaram as atividades da AESI, deu-se início às investigações sobre o pessoal que compunha o corpo universitário, solicitando para que todos os diretores das unidades encaminhassem a “Ficha de Qualificação – módulo 13 e o prontuário” preenchidos. Deste modo, a Assessoria tomou conhecimento de que o professor Paulo Miranda, “havia estudado física na Universidade de Amizade dos Povos Patrice Lumumba (UAPPL), em Moscou,” dando início à perseguição ao professor.<sup>325</sup>

---

<sup>320</sup> Encaminhamento nº 13/77/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP. 3253, 3254.

<sup>321</sup> Encaminhamento nº 137. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1610, 1683.

<sup>322</sup> Encaminhamento nº 288/77/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 09, RP. 2919, 2922.

<sup>323</sup> Encaminhamento nº 335/76ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2410;

Encaminhamento nº 297/77/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 09, RP, 2862.

<sup>324</sup> Encaminhamento nº 306/77/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 09, RP. 2839, 2840.

<sup>325</sup> CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. Perseguições, espionagem e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 a 1979). **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 4, nº. 2, 2006, p.137.

Em janeiro de 1974, a DSI informou ao reitor que existiam registros desabonando o aproveitamento do professor.<sup>326</sup> O ofício não deixa claro se os registros que desabonavam a permanência do professor tivessem ligação com a universidade em que estudou. Contudo, observamos que, mesmo com a negativa, o mesmo continuou exercendo suas funções. Em março “foi eleito para o cargo de Coordenador do Colegiado do Curso de Física”<sup>327</sup>. Em abril a Assessoria solicitou ao diretor informações sobre a conduta político-ideológica do professor Miranda.<sup>328</sup> Respondendo à solicitação, o diretor Humberto Tanure afirma “que jamais ocorreu qualquer fato, neste instituto, que desabonasse a conduta político-ideológica do professor Paulo Miranda”.<sup>329</sup> Em maio do mesmo ano, a ARSI do Nordeste solicitou às AESIs, um levantamento do pessoal formado pela UAPPL, e que identificassem em qual universidade foram revalidados os diplomas e outras informações.<sup>330</sup> Em resposta a AESI/UFBA informou os dados do professor Paulo Miranda e que o mesmo ainda não havia solicitado a revalidação do documento.<sup>331</sup> A vigilância sobre o professor ampliou-se com a determinação da reitoria de que o diretor do instituto deveria encaminhar à AESI *informes* mensais sobre sua conduta dentro da universidade, solicitação reiterada em junho de 1974. Nenhum dos *informes* foi encontrado.

Não obstante, a perseguição não permaneceu apenas na constante observação sobre sua conduta no interior na universidade. Em maio de 1977 o DSI/MEC solicitou informação ao Reitor sobre a situação dos “diplomas de graduação e pós-graduação, obtidos na União Soviética – Moscou”, se os títulos [já] estavam validados no país, “se as normas tinham sido obedecidas na sua contratação e como poderia ser legal a situação dele como professor Assistente sem ter tido o diploma de Mestre revalidado”.<sup>332</sup> Com o aumento da pressão imposta pelo órgão de informação e a não apresentação da revalidação dos diplomas, o reitor decidiu pela demissão.

Na época, Paulo Miranda era professor assistente e Chefe de Departamento do Instituto de Física. A demissão “sem justa causa” se deu em consonância com a greve dos alunos de

---

<sup>326</sup> Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx.05 RP. 1281.

<sup>327</sup> CLEMENTE, op. cit., p. 140.

<sup>328</sup> Ofício nº 107/74/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx.05 RP. 1283.

<sup>329</sup> Ofício nº 148/74/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx.05 RP. 1284.2

<sup>330</sup> Pedido de busca nº109/74. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx.05 RP. 1266.

<sup>331</sup> Informação nº 175/74/AESI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx.05 RP. 1265.

<sup>332</sup> Encaminhamento nº 315/77/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 09, RP. 2847, 2850.

Psicologia. Se a universidade já estava vivendo novos momentos de tensão com a adesão de outros cursos à greve, a demissão do professor trazia uma nova questão sobre os problemas institucionais. Isso porque, ao demitir o professor, o reitor foi acusado de conivente com os órgãos de segurança, desconsiderando a autonomia da universidade, que por fim gerou comoção entre os estudantes e professores. Com o intuito de tentar pressionar o reitor “o corpo docente do Instituto de Física distribuiu uma ‘Carta Aberta ao Corpo Docente da Universidade Federal da Bahia’. Nela, os protestavam abertamente contra a demissão do professor Paulo Miranda, manifestando a sua indignação com o ato da Reitoria”.<sup>333</sup> Os estudantes organizaram uma paralisação de 48 horas em repúdio à demissão e exigindo a readmissão.<sup>334</sup> O caso tomou notoriedade nacional, “em 5 de outubro de 1977, a revista *Veja* publicava um artigo contendo um histórico da trajetória do professor Paulo Miranda até a demissão na Universidade Federal da Bahia.”<sup>335</sup> Apesar de toda a manifestação em favor do professor, o mesmo não foi readmitido.

O ápice do ME sucedeu em 1979 com a organização do Congresso de Reconstrução da UNE, marcado para Salvador. A organização do evento foi fortemente vigiada. Durante esse contexto, foi produzido um *Estudo de Situação de Informações*, enviado às Universidades. No estudo, o ano de 1972 foi apresentado pela finalização do “processo de desarticulação das organizações subversivas que vinham tumultuando a vida Nacional, através de ações contestatórias de cunho militarista.” Contudo, as mudanças de estratégias elaboradas pelos militantes de esquerdas promoveram uma “evolução planejada em ‘queima de etapas’ e pugnando pela prioridade da ‘luta de massa’ sobre a luta armada”, favorecendo assim a “reorganização de suas entidades e de outras de caráter legal”. Fazendo uso de novas técnicas e táticas “mais aprimoradas e sutis, a esquerda vem realizando inteligente processo de agitação e propaganda. Dessa forma, os mesmos conseguiram estabelecer bases nos DAs e DCEs e agora estão na luta para “a reconstrução da UNE”. O texto continua discutindo sobre

---

<sup>333</sup> CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. Perseguições, espionagem e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 a 1979). **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 4, nº. 2, 2006, p. 141.

<sup>334</sup> Relatório da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade/UFBA, 2014, p. 122.

<sup>335</sup> CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. Perseguições, espionagem e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 a 1979). **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 4, nº. 2, 2006, p. 142.

a organização dos professores, dos sindicatos, sob liderança de Lula, além de outras questões apresentadas como “evolução da subversão”.<sup>336</sup>

A preocupação em relação ao Congresso da UNE se acentua com a confirmação do evento marcado para 28 a 30 de maio de 1979. No intuito de tentar coibir a realização do evento, solicitou-se aos reitores maior atenção sobre as reuniões que visassem a organização do Congresso, levando em consideração que a formação dos estudantes deveria “ser preservada da ação político-partidária ou ideológica”.<sup>337</sup> Com a persistência da sistematização do Congresso, a Secretaria do ensino superior solicita aos reitores, presidentes de entidades educacionais, e todos os dirigentes ligados a estabelecimentos de Ensino Superior que evitassem “criar facilidade de qualquer natureza a alunos e representantes estudantis que [pretendessem] comparecer ao mencionado Congresso”.<sup>338</sup>

Apesar de todas as estratégias criadas para impedir o 31<sup>a</sup> Congresso da UNE, o evento aconteceu. Com a ajuda do governador Antônio Carlos Magalhães (ACM), que se mostrou favorável “a cooperar com a realização do evento na cidade”,<sup>339</sup> o Congresso foi realizado e, conseqüentemente, a recriação da entidade. É importante pontuar que ACM se encontrava em seu segundo mandato como governador da Bahia<sup>340</sup> e que era filiado ao partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).<sup>341</sup>

Conforme Aline Farias de Souza, as ações de Antônio Carlos Magalhães seguiam “aspirações modernizantes de uma elite, nos padrões da modernização conservadora brasileira

---

<sup>336</sup> Encaminhamento nº 13/10099/79/10/DSI/MEC. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3459;

Ofício nº 06/CONEG/79. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3460-3460.14

<sup>337</sup> Informação nº 011/863/79/SICI/1/DSI/MEC/79. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP. 3636, 3636.1.

<sup>338</sup> Ofício circular nº 30/GAB/SESU. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP. 3598, 3598.1.

<sup>339</sup> MOTA, Mauricio Quadros. **A Une Volta à Cena: A reorganização do Movimento Estudantil baiano e processo de reconstrução da UNE (1969-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013, p. 98.

<sup>340</sup> Sucedendo Luís Viana Filho (1967-1971) o primeiro mandato como governador foi de 1971-1975. O segundo governo de ACM em 1979-1983 marcado pelo declínio da ditadura. Seu mandato foi antecedido pelo de Roberto Santos (1975-1979), ex-reitor da UFBA.

<sup>341</sup> ACM surge na política baiana em 1954, como deputado estadual filiado à UDN, com apoio de um importante político da época Juracy Magalhães. Contudo, ganha destaque em cena política durante o período ditatorial. Em 1967 assumiu o cargo de prefeito da cidade do Salvador. Em 1971, assume o Governo da Bahia. Ambas as gestões foram eleitas por vias indiretas. (REIS, Fernanda Teixeira. *Política mandonista no Estado da Bahia: o fenômeno político do Carlismo e suas sucessivas estratégias de adaptação da elite política baiana*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Sociais, Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília UnB. 2010, p. 40).

e na perspectiva de um autoritarismo instrumental”.<sup>342</sup> Durante as primeiras gestões não apenas foi responsável por diversas obras, como a Avenida Paralela e o Centro administrativo (CAB), como também criou estratégias para centralizar o poder dos municípios nas mãos do Estado. Também durante os primeiros governos de ACM, a Bahia foi palco de várias ações arbitrárias orquestradas pelos aparelhos repressivos contra os estudantes, professores, profissionais liberais e outros, muitos dos quais já foram descritos no texto. Dentre as arbitrariedades, na Bahia, durante o governo de ACM, podemos citar as prisões do professor Arno Brichta e dos estudantes Francisco Jatobá e Maria Cristina Oliveira em 1973. É importante deixar claro que não havia governadores, prefeitos, que produzissem críticas à ditadura. Dessa forma, a gestão de ACM equilibrava entre as “antigas práticas udenistas com novas práticas do então governo autocrático”.<sup>343</sup>

O segundo governo de Antônio Carlos Magalhães (1978-1983) corresponde ao final do governo Médici e início do governo Figueiredo. O mesmo dá continuidade às políticas modernizantes. Contudo, é importante destacar algumas mudanças promovidas pelas novas conjunturas. Em 1978 há uma continuidade no processo de “abertura” política iniciado em 1974 e o AI-5 finalmente é revogado pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 11, assim como todos os Atos Institucionais e complementares que ainda vigoravam.<sup>344</sup> Dessa forma, mesmo causando estranheza aos estudantes o seu apoio, principalmente por ACM ter se mantido comprometido com as articulações do governo militar nas gestões anteriores, a atitude do governador em fornecer apoio ao Congresso dos estudantes estava conectada ao novo contexto brasileiro. Os movimentos sociais que já estavam se rearticulando desde 1972 ganharam mais força nesse momento. Apesar da articulação estudantil, é possível perceber as diversas formas de coerção aos estudantes e a permanência de atuação repressiva e da vigilância mesmo com a revogação dos Atos Institucionais e Complementares.

O próprio Congresso foi regido por momentos de tensões. Realizado no prédio em que estava sendo construído o Centro de Convenções, o evento interrompido por um *blackout*, seguido de um barulho de bombas e lançamento de “um pacote com quilos de um pó branco,

---

<sup>342</sup> SOUZA, Aline Farias de. O fim do primeiro governo estadual de Antônio Carlos Magalhães e o dia seguinte. Recife/Pe, [jul. 2019]. *Anais do XXX Simpósio Nacional de História – ANPUH*. 2011[Recife, Pe].2019, p.2

<sup>343</sup> REIS, Fernanda Teixeira. Política mandonista no Estado da Bahia: o fenômeno político do Carlismo e suas sucessivas estratégias de adaptação da elite política baiana. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Sociais, Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília UnB. 2010, p. 58.

<sup>344</sup> Emenda Constitucional nº 11 de 1978, publicado no diário do Congresso Nacional - Seção 2 - 14/10/1978

supostamente talco, com lã de vidro moída, onde se concentrava grande número de estudantes”. O ato terrorista, provavelmente executado pelos “setores mais endurecidos do regime”, causou um ambiente de medo, mas também de resistência.<sup>345</sup> Durante esse momento de crise os estudantes se rearticularam. Solicitaram aos que tinham carros próximos que ligassem os faróis para clarear momentaneamente o local, acionaram os técnicos e a equipe de segurança do espaço, que solucionaram o problema da luz. Os participantes que estavam com olhos irritados foram encaminhados ao posto médico montado no local do evento. Assim, “no momento de crise gerado pela sabotagem, a sensação de responsabilidade política, de resistência ao regime, de luta democrática, estava presente e repercutiu intensamente entre os estudantes presentes”. Em meio a sustos e *blackouts* o evento foi concluído e a UNE foi reorganizada.<sup>346</sup>

---

<sup>345</sup> MOTA, *op. cit.*, p. 180.

<sup>346</sup> *Ibid.*, p. 182.

### 3º CAPÍTULO

#### **Divergência e convergência na produção de informação: a busca pelo controle dos indivíduos**

O processo de distensão política iniciado em 1974 com o presidente Ernesto Geisel visava apresentar novas propostas políticas, desacelerar as forças de segurança e abrandar as tensões, principalmente devido ao esgotamento do milagre econômico que se configurava como uma das principais bases do regime. A luta armada reprimida pelos órgãos de segurança – através de modalidades como o extermínio, prisões, prática de torturas, detenção clandestina e sequestro gerando a cultura do medo – foi extinta um pouco depois da posse de Geisel.<sup>347</sup>

Além das ações autoritárias, o governo fez uso de propaganda como instrumento de controle. Criada no governo de Costa e Silva, a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP)<sup>348</sup> tinha como objetivo gerenciar as propagandas destinadas ao governo, “estabelecendo um canal de comunicação entre o governo e a sociedade civil”, e assim “restaurar” a imagem que a população tinha do o regime.<sup>349</sup> Dentro dessa perspectiva, a censura à imprensa tornou-se conveniente. Isso porque a propaganda agia com mais eficiência sobre as massas a partir da restrição de informação, na qual apresentava-se apenas um aspecto do país, criando “uma aparente atmosfera de consenso em torno do ‘desenvolvimento’ econômico daquele período”.<sup>350</sup> Assim, “na busca dessa legitimidade, os militares tentavam aproximar os seus ideais com os ideais do povo”, favorecendo desse modo a identificação de algumas pessoas com o discurso oficial.<sup>351</sup>

---

<sup>347</sup> “Segundo as informações da Comissão Especial sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos, 62 dos 127 militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) que perdem a vida durante a ofensiva foram mortos em 1974. Portanto, a luta armada ainda não terminou no momento da chegada de Geisel ao poder.” (CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira.** tradução André Telles. – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 182).

<sup>348</sup> BRASIL. Lei 62.119, art. 3º de 15 de janeiro de 1968. In: **Diário Oficial da União**, Seção 1, 16 de janeiro de 1968. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62119-15-janeiro-1968-403459-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

<sup>349</sup> MARTINS, Ricardo Constante. **Ditadura Militar e propaganda política: a revista manchete durante o governo Médici.** Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais]. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos/SP. 1999, p. 76.

<sup>350</sup> MARTINS, *Ibid.*, p. 81.

<sup>351</sup> CASTRO NETO, David A. Nossos comerciais, por favor: a propaganda brasileira e ditadura militar (1964-1985). **Política, cultura e narrativa na América latina.** Maringá/PR., out. 2015. VII Congresso Internacional de História/ XXXV Encuentro de GeoHistória Regional/ XX Semana de História da UEM. [Maringá, 2015], p. 1641.

No novo contexto de declínio do “milagre econômico”, não havia espaço para apresentação do discurso “de aparente tranquilidade e estabilidade política” apresentado por Médici.<sup>352</sup> Foi necessária uma nova estratégia política. Na propaganda começa-se a “evocar o “passado glorioso” na manutenção do sentimento otimista que a agência oficial julgava necessário para a superação daquele momento”.<sup>353</sup> Em relação ao projeto político/econômico desenvolveu-se o II Plano Nacional de Desenvolvimento do país (IIPND).<sup>354</sup> O plano previa “a estatização de algumas empresas e um aumento da presença do Estado na economia brasileira, o que causou desconforto em grande parte da burguesia ‘patrocinada’ pelo capital internacional.”<sup>355</sup> Desta forma, rompe com a relação exclusiva com os Estados Unidos e os países do ocidente e

manifesta a vontade de diversificar as parcerias comerciais, militares e tecnológicas para além das oposições ideológicas. Entre outras decisões simbólicas e desagradáveis para os oficiais anticomunistas mais fanáticos, o Brasil é o primeiro país a reconhecer o novo governo português, oriundo da Revolução dos Cravos. Mais controvertido ainda é o reconhecimento da República Popular da China, em agosto de 1974, e, depois, do governo angolano em fase de implantação, nascido da vitória do Movimento Popular de Libertação de Angola, em novembro de 1975.<sup>356</sup>

Apesar de o discurso inicial do presidente apresentar uma proposta de política mais “aberta”, não houve qualquer “menção a uma possível transferência de poder aos civis e a convocação de eleições diretas para a escolha do próximo presidente”.<sup>357</sup> Ademais, ele adotou várias medidas repressivas que ampliaram seu poder como alterações no sistema de inteligência, em especial ao sistema setorial da comunidade de informação, a partir do Decreto 75.640/75, que reformula as estruturas das DSIs ministeriais e de suas ASIs. Houve

---

<sup>352</sup> MARTINS, *op. cit.*, p. 71.

<sup>353</sup> CASTRO NETO, *op. cit.*, p. 1640.

<sup>354</sup> “Entendemos que o governo Geisel objetivou, por meio de seu projeto de desenvolvimento nacional, aprofundar o ideal de “Brasil Grande Potência” por meio de uma política externa autônoma, uma política de defesa e segurança menos envolvida com a repressão interna e mais preocupada com a construção de capacidades materiais (BID etc.) e um projeto de desenvolvimento econômico ambicioso de caráter autonomista, o qual pretendeu transformar a estrutura produtiva nacional, o II PND.” (BARCELLOS, João Miguel Villas-Bôas. **Segurança e desenvolvimento como fundamento da “grande estratégia” do governo Geisel: uma análise geopolítica.** Dissertação (Mestrado Economia Política Internacional). Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia. 2017, p. 85-86.

<sup>355</sup> CASTRO NETO, *op. cit.*, p. 1647.

<sup>356</sup> CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira.** tradução André Telles. – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 175.

<sup>357</sup> RESENDE, Pâmela de Almeida. Da abertura lenta, gradual e segura à anistia ampla, geral e irrestrita: a lógica do dissenso na transição para a democracia. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 2, 2014, p. 37.

mudanças também no processo eleitoral, a partir da Lei nº 6339/76 (Lei Falcão)<sup>358</sup> e o Pacote de abril de 1977 (Emendas Constitucionais nº 7 e a nº 8).<sup>359</sup> Com o intuito de reduzir a força da oposição, o presidente também cassou mandatos e fechou o Congresso Nacional em 1977,<sup>360</sup> fazendo uso do AI-5; bem como interviu na prefeitura de Rio Branco/AC; aplicou prisões arbitrárias, torturou e assassinou, além de ter promovido diversos ataques às organizações oposicionistas:

A política de Geisel, na verdade, foi mais uma tentativa de “institucionalização da revolução” segundo ideais autoritários do que de democratização. Trata-se de um antigo projeto autoritário de conciliação com as reformas liberais que o general Castelo Branco já tentara implantar: a elaboração de um sistema político híbrido, securitário e elitista, tomando da democracia representativa alguns de seus elementos de legitimação, mas também de funcionamento efetivo.<sup>361</sup>

Ainda assim, as propostas liberalizantes do presidente não foram bem recebidas pelos grupos mais radicais da força militar vinculados à “linha dura”.<sup>362</sup> Estes temiam o recrudescimento do movimento de oposição. Essa situação ampliou a tensão entre os militares.<sup>363</sup> Mesmo acreditando na necessidade do controle militar, muitos temiam que o

---

<sup>358</sup> A lei determinava que durante as campanhas eleitorais do município os candidatos apenas apresentassem nas rádios e televisão o nome, currículo e número. Não sendo possível “divulgar as ideias do candidato ou as plataformas dos partidos”, impedindo que a oposição elaborasse críticas às políticas do governo. (ALVES Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 190).

<sup>359</sup> A Emenda Constitucional nº 7 incorporava ao texto da CF disposições em respeito ao Poder Judiciário. Dentre as medidas apresentada estava: Criar um órgão, o Conselho da Magistratura, dotado de poderes para disciplinar os juizes, além de retirar os julgamentos de “policiais militares da jurisdição dos tribunais civis”. A Emenda Constitucional nº 8, estabelecia normas de controle sobre o processo eleitoral. (*Ibid.* p. 192).

<sup>360</sup> Manobra realizada devido as dificuldades do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para que fosse aprovado o Pacote de Abril. Para uma melhor compreensão sobre esse fato, ver ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

<sup>361</sup> CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. tradução André Telles. – Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 172.

<sup>362</sup> Grupo militar assim denominado por se considerar o guardião da “revolução de 1964” e na defesa do país contra os subversivos, “originalmente a “linha dura” era, portanto, apenas uma maneira de expressar certa oposição ao governo de Castelo Branco. Sua transformação em facção é, para os protagonistas, uma ferramenta de luta política”. (CHIRIO, Maud. **A “primeira linha dura” do regime militar: trajetória de oficiais do Exército nos anos 60 e 70**. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH • São Paulo, julho 2011, p. 2).**

<sup>363</sup> Conhecido como “moderado”, era o grupo militar que mantinha identificação com o governo Castelo Branco, e suas políticas menos agressivas. Contudo, é importante esclarecer que, para além da dicotomia apresentada (linha dura vs moderados), existem questões muito mais complexas nas interações e construções do jogo político, não sendo possível enxergar os seus membros de forma estática. Para melhor compreender essa discussão ler: CHIRIO, Maud. **A “primeira linha dura” do regime militar: trajetória de oficiais do Exército nos anos 60 e 70**. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH • São Paulo, julho 2011.**

regime se transformasse “em ditadura totalitária, na ausência de oposição real. Não que eles desejassem propriamente uma democracia plena”, mas “não queriam uma ditadura eterna”.<sup>364</sup>

O conflito entre os militares não teve início com as mudanças de estratégias políticas advindas com o presidente Geisel. Elas se evidenciaram nas disputas presidenciais desde o golpe. Assumido o poder executivo, Castelo Branco, apesar de também ter governado sob uso de Atos institucionais, torturas e prisões arbitrárias, permaneceu no imaginário social com a imagem de um político com perfil mais liberal. Ele compreendia que os governos dos militares deviam ter fim, assim que o risco “comunista” chegasse ao fim. Seu sucessor foi Costa e Silva que, vinculado à “linha dura”, manteve fortes inclinações às ações radicais da extrema direita, apesar de iniciar seu governo com discurso mais tolerante, dando a entender que haveria, em seu governo, o início da política de distensão. Porém, foi sob seu comando que as estruturas repressivas ganharam mais força e condições para se estruturarem, principalmente com a promulgação do AI-5. Outras mudanças e ampliação da estrutura da repressão ocorreram no governo de Médici, igualmente vinculado à “linha dura”, com a criação do SISSEGIN e SISNI, dando continuidade às políticas coercitivas aplicadas pelo governo anterior.

As mudanças apresentadas inicialmente por Geisel vinham ao encontro das políticas aplicadas desde Costa e Silva. Isso porque ele desmantelou “gradativamente os mecanismos mais explícitos de coerção legal, simbolizados no Ato Institucional número 5.”<sup>365</sup> A política liberalizante se estendia ao meio cultural e intelectual e “alguns pesquisadores com passado esquerdista começaram a ser contemplados com verbas ou cooptados para cargos de assessoria em órgãos de pesquisa”, o que provocou “a ira dos setores de direita radical enquistados no Estado, especialmente nos órgãos de informação e segurança”.<sup>366</sup>

O fato é que a “liberdade” controlada apresentada por Geisel não contou “com o apoio da oposição – pelo menos da chamada oposição autêntica – na sua luta pela reconstitucionalização”<sup>367</sup> e, em meio ao projeto, emergiram intensas mobilizações sociais,

---

<sup>364</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 326.

<sup>365</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 185.

<sup>366</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, jan.-jun, 2008, p. 48.

<sup>367</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985**. In: O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins

dentre elas as críticas aos órgãos repressivos do Estado, gerando inúmeras denúncias de abuso de poder – como também prisões arbitrárias, torturas – chegando até a algumas denúncias sobre os órgãos de informações, a exemplo das atividades realizadas nas universidades pelas ASIs.

É importante lembrar que a Igreja Católica criava mecanismo de defesa e proteção às vítimas da força repressiva do Estado e que, desde 1972, os estudantes se encontravam em processo de rearticulação do movimento estudantil, criando estratégias de atuação mesmo que ainda incipiente. Assim, a política de distensão favoreceu aos estudantes ao recriar um vínculo com a sociedade, a partir das alianças com determinados segmentos contrários à ditadura. Dessa forma, as fortes ações repressivas aplicadas pelos governos anteriores geraram grande descontentamento entre alguns setores sociais, como os vinculados à Igreja Católica e à Associação Brasileira de Imprensa, dentre outros. Estes atores perceberam no projeto *distensionista* uma abertura para se retomar algumas críticas sobre os problemas do Brasil, mesmo que inicialmente de modo tímido.

Dessa forma, o projeto de Geisel, apesar de ter sido bem recebido por alguns setores civis, encontrou um “nicho de maior resistência dentro do Estado” para a sua execução entre os militares do aparelho de segurança e informações. Quando esse aparelho passou a conhecer a “intenção liberalizante do governo, procurou elaborar mecanismos de bloqueio a ela”.<sup>368</sup>

Apesar de não haver uma ação efetiva de Geisel para a extinção dos órgãos de repressão, houve a demissão do general Ednardo Dávilla Melo<sup>369</sup> e a oposição ao “representante da linha dura no governo, o general Silvío Frota, por contrariar sua autoridade.”<sup>370</sup> Parte do medo que os grupos mais radicais no regime sentiam do processo de distensão política era permeado pela possibilidade da extinção dos órgãos de repressão e consequente punição dos excessos com o retorno ao Estado de Direito. Em represália às políticas do governo, a “comunidade de segurança [passou] a patrocinar alguns atos mais

---

do século XX. Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs), volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 263.

<sup>368</sup> MATHIAS, Suzeley Kalil. Projeto militar de distensão: notas sobre a ação política do presidente Geisel. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba/PR, n.º 4-5, 1995, p. 154.

<sup>369</sup> A punição dada ao general vem pelo descumprimento do aviso dado pelo presidente, em relação aos excessos cometidos em seu comando, que resultaram no assassinato do professor e jornalista Vladimir Herzog e posteriormente do operário Manuel Fiel Filho.

<sup>370</sup> AMORIM, Bianca Rihan Pinheiro. **Nas entrelinhas da distensão**: a construção de memória no arquivo pessoal de Ernesto Geisel. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2014, p. 64.

bárbaros do regime militar”, mesmo já havendo derrotado as organizações de resistência armada. Buscavam, dessa maneira, afirmar a necessidade da sua permanência.<sup>371</sup>

Além das articulações do serviço de repressão, o complexo informativo também desenvolveu uma onda de perseguições aos principais líderes da oposição nas instituições de ensino, tanto por meio da triagem ideológica quanto pela vigilância e controle dos “esquerdistas” a partir da cassação branca, recusa de matrícula e outras punições já apresentadas no capítulo anterior. Contudo, tais articulações não conseguiram removê-los por completo.

### 3.1 Produção de Informação na Assessoria/UFBA

A lógica estabelecida sobre as ASIs universitárias apontava que o corpo estrutural seria formado pelo chefe, o agente administrativo e o analista de informação. Dentro dessa organização não haveria espaços para implantarem-se agentes infiltrados. Contudo, Motta registra a existência de casos excepcionais, pois “em algumas universidades as reitorias criaram também serviço de segurança nos campi, e os chefes das Aesis locais atuaram em ligação com ele”, como a Universidade de Londrina, a Universidade do Amazônia com a criação da polícia interna, e a UnB com o Serviço de Proteção ao Patrimônio que, além da guarda sobre os bens, também vigiava a comunidade acadêmica.<sup>372</sup> Estudando a UFF, Ludmila Pereira apresenta outra estrutura de vigilância a partir da contratação de informantes civis. Estes seriam contratados pela AESI, “mediante relatório que justifiquem sua necessidade”, que seriam “pagos através de recibos” pela própria universidade. A atuação desses informantes se dava dentro do processo parecido com o dos agentes do serviço de segurança, “simulando serem estudantes”.<sup>373</sup>

Apesar de não termos encontrados documentos concisos apontando a existência de um serviço de segurança criado pela reitoria para atuar dentro da UFBA, ou até mesmo recibos que comprovem a contratação de informantes civis, foram encontradas algumas denúncias

---

<sup>371</sup> FICO, Carlos. **Como eles agiam – Os subterrâneos da Ditadura Militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 204.

<sup>372</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 157.

<sup>373</sup> PEREIRA, Ludmila Gama. **Nenhuma ilha da liberdade**: vigilância, controle e repressão na Universidade Federal Fluminense (1964/1987). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016, p. 136.

produzidas por estudantes, denunciando a existência de uma polícia interna. Em abril de 1973, o Boletim dos Estudantes da Bahia (BEBA) informa que

As colegas de enfermagem e nossos representantes no Conselho Universitário debaterão questões relacionadas ao policiamento implantado na UFBA, este ano. Na oportunidade será entregue ao Reitor um documento assinado por todos os colegas de enfermagem e pelos demais diretórios da UFBA, em que, após algumas considerações a respeito da natureza e atitudes do referido policiamento, reivindicam: que seja dispensado aos Campus [campi] Universitários apenas policiamento idêntico aos existentes em todas as vias públicas da cidade, com a finalidade de preservar a segurança dos que utilizam os Campus e a preservação do patrimônio da UFBA.<sup>374</sup>

Porém, além das críticas produzidas pelos alunos, não encontramos nenhum relatório produzido por esses policiais que comprovassem a atuação destes como informantes. Todavia, encontramos os relatórios trocados entre agentes infiltrados da Polícia Federal com a ASI. Os relatórios trazem informações sobre os eventos organizados pelos estudantes, principalmente quando ocorriam sem autorização. Fatos que reafirmam a existência de outras agências de informação e segurança (federal ou estadual) que atuaram nos campi no decorrer do período autoritário.

Dessa forma, os documentos revelam que o serviço de espionagem não era responsabilidade das Assessorias e que os agentes responsáveis pela implantação de espiões espalhados pelos campi da UFBA eram ligados à Polícia Federal. Portanto, caso a agência ligada ao SISNI “tomasse conhecimento [de alguma informação], passaria para o órgão correspondente”<sup>375</sup> firmando o diálogo entre os diferentes órgãos de inteligência e repressão.

### **3.1.1 Universidade vigiada: a Assessoria e seu modo de agir**

Com o intuito de ter maior controle sobre a comunidade acadêmica, a agência produziu relatórios regulares sobre as atividades universitárias, dando prioridade aos movimentos estudantis. Os relatórios enviados da AESI/ASI ao reitor e/ou à DSI resultavam das informações recebidas pelos espiões especializados da PF que se infiltravam entre os estudantes. Os gestores das unidades também produziam relatórios, como indica o ofício nº 147/78/SI encaminhado no dia 2 de junho de 1978 pelo chefe da ASI ao diretor da Faculdade

---

<sup>374</sup> Anexo: BEBA, 9 a 15/4/73. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3846.

<sup>375</sup> CASTRO, Adyr Fiúza de. **Os anos de Chumbo: a memória militar sobre a Repressão.** Introdução e organização: Maria Celina D’Araujo, Gláucio Ary Soares, Celso Castro. - Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994, p. 43.

de Medicina solicitando a remessa à ASI de "relatório detalhado da greve dos alunos dessa Faculdade" com o intuito de "atender pedido urgente de autoridade superior".<sup>376</sup> Os diretores também eram responsáveis pelo preenchimento das fichas de qualificação e prontuários para o Levantamento de Dados Biográficos (LDB). Por fim, coletavam informações por meio do *clipping*<sup>377</sup> de reportagens de jornais comerciais, das publicações elaboradas pelos estudantes ou sobre os mesmos.

Apesar de não ter entrado em detalhes, George Oliveira afirma que algumas pessoas sabiam da existência da Assessoria e de seu cargo dentro da mesma e faziam denúncias de membros da comunidade acadêmica diretamente à sua pessoa. O relato de George Oliveira apresenta um ponto delicado, pois nos faz pensar nos colaboradores do regime. A respeito desse aspecto, Motta argumenta que não é possível definir de forma precisa os motivos que os levam a adotar esses comportamentos. Contudo, não seria a primeira vez que membros da comunidade acadêmica teriam feito uso da delação contra seus próprios colegas. Durante os primeiros anos da ditadura “do interior da direita universitária saíram muitas das denúncias contra colegas de esquerda, que foram apontados à polícia ou às reitorias na expectativa de vê-los atingidos”.<sup>378</sup> Apesar das diferentes formas de obtenção de informação é importante compreender que as mesmas, depois de colhidas pela AESI, poderiam ser usadas quando necessário, tanto pelo reitor, diretor do DSI, pela Agência Regional do SNI na Bahia (ASV) quanto até mesmo pelas Forças Armadas.<sup>379</sup>

Apesar de existirem diversas fontes e formas para a obtenção de informações, apenas os dirigentes poderiam aplicar as sanções disciplinadas, muitas das quais eram solicitadas pelos órgãos de informações. Desse modo, alguns membros da própria comunidade exerceram a função de “espião” e “opressor” e a partir dessa estrutura foi construída uma rede de coerção interna. Para os estudantes era evidente a repressão dos serviços de segurança e as ações punitivas e repressivas de alguns membros da comunidade. Contudo, nem todos os membros

---

<sup>376</sup> Ofício nº 147/78/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05. RP. S/R.

<sup>377</sup> É um termo usado no processo de selecionar notícias em jornais, revistas, sites e outros meios de comunicação, geralmente impressos, com o intuito de acumular informações através de recortes sobre assuntos do interesse de quem os coleciona.

<sup>378</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 36.

<sup>379</sup> OLIVEIRA, George Barreto de [jul. 2014]. Entrevistador: Othon Jambeiro. Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA. Salvador/BA, 7 de julho de 2014. Disponível pelo site: <<https://www.youtube.com/watch?v=9LbB1q7VBCM>> Acesso em: 14 mar. 2018.

da comunidade agiam de forma ostensiva. Alguns faziam “vista grossa” às atividades realizadas pelos estudantes.

Em entrevista, Yeda Ferreira, ex-diretora do Instituto de Geologia, disse que, além das “vistas grossas” sobre algumas ações estudantis, havia também casos de inobservância sobre as penalidades solicitadas pelo serviço de informação destinadas aos alunos da casa, quando constatadas como excessivas pelos professores da unidade.<sup>380</sup> Além de alguns descumprimentos, houve também os casos que motivaram negociações ou até mesmo atos de resistências mais rígidos, como a produção de cartas abertas e manifestações contra alguma medida repressiva, não apenas para proteção dos alunos, quanto dos professores, já apresentados no capítulo anterior.

São os laços de solidariedade entre membros da mesma unidade, ou até mesmo o englobamento das outras unidades e órgãos (comunidade acadêmica) que nos faz pensar sobre as categorias “casa” e “rua”, elaboradas por Roberto DaMatta. De acordo com ela, diante de algumas situações é necessário “englobar a rua na casa”, ou seja, perceber a universidade enquanto uma grande família, e assim defender a instituição e seus membros das ações repressivas produzidas pelo Estado ou até mesmo pelo representante maior da universidade – o reitor. As alianças criadas em momentos específicos não excluem a existência de divergências, até mesmo de intensos conflitos dentro da universidade, que geravam em alguns casos, denúncias, de membros da mesma “casa” ou de unidades diferentes.

Apesar de não ter existido homogeneidade nas ações coercitivas entre os membros da comunidade acadêmica, não é possível negar que havia uma centralização da punição aplicada pelos dirigentes e a descentralização da produção de informação, que se dava a partir de diversas origens. Esses fatores ampliaram a capacidade informativa do serviço de inteligência, favorecendo a assessoria atuar na vigilância e no controle a partir da operação de terceiros.

A produção de informações por terceiros pode ser exemplificada pelos relatórios. Eles traziam notícias sobre reunião, eleição, assembleia, manifestações, dados sobre eventos realizados pelos estudantes no ambiente universitário, como encontro acadêmico/estudantil ou apresentações culturais, e outros acontecimentos considerados relevantes sobre os estudantes. Eram compostos por datas, horários, os assuntos tratados, local - às vezes traziam número de

---

<sup>380</sup> FERREIRA, Yeda de Andrade. [jan. 2019]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 25 de janeiro de 2019, às 09h00.

pessoas e os nomes. Normalmente cada relatório levava informações de vários dias escritas de maneira precisa, como atesta o relatório do dia 8 de junho de 1977:

Reunião de estudantes, políticos e populares e de um representante do DCE da USP no Clube de Engenharia da Bahia, na rua Carlos Gomes, para debater sobre o problema das manifestações estudantis no Brasil. Foi coagido, pelos estudantes, um fotógrafo do jornal A Tarde a entregar-lhes um filme, sob a alegação de que o mesmo [era] um espião da polícia. Foi também lançado o jornal tablóide "Nova Ação" e a chapa, do mesmo nome do jornal, que concorre à presidência do DCE da UFBA.<sup>381</sup>

Os *informes* e as *informações*<sup>382</sup> fornecidas nos relatórios alimentavam os serviços de inteligência, não apenas para investigação sobre seu envolvimento com atos “subversivos” e aplicação de punições, como também poderiam fornecer a base para ação dos serviços de segurança no controle e na repressão contra os estudantes. É possível supor que alguns informes produzidos nos relatórios podem ter municiado atos repressivos contra alguns estudantes. Como exemplo, podem ser citados os relatórios sobre os estudantes que indicavam, de forma precisa, o andamento das decisões para o III Encontro Nacional de Estudantes (ENE) em Minas Gerais no ano de 1977. Os relatórios noticiavam não apenas quais seriam os representantes estudantis a irem ao evento, como a rota que seria realizada pelos estudantes. O que sabemos é que muitos dos dados sobre o III ENE foram reproduzidos nos relatórios e que, a caminho do evento, estudantes de várias localidades foram abordados e presos. Um dos relatórios trata sobre o III ENE em sete folhas. Um dos trechos diz:

24 mai 77 – Ao invés de greve geral, os estudantes da UFBA estão mais propensos à intensificação dos debates nas escolas sobre “liberdades democráticas”, confecção e colocação de murais e preparação do III Encontro Nacional de Entidades Estudantis – III ENEE –, o qual deverá ser realizado em Belo Horizonte, MG, no dia 4 de jun 77, considerado assunto prioritário, nos movimentos, devido a ideia de estudantes do sul do país de promover no Brasil novo Ato Público no dia 15 ou 18 de junho. 24 maio 77 – Na reunião realizada na noite do dia 23, no DCE, que contou com a presença de todas as Das da UFBA e mais alunos da Universidade Católica do Salvador e Escola Bahiana de Medicina, ficou definidos os critérios para escolha de 5 (cinco) representantes de cada Faculdade que irão a Belo Horizonte – MG. [...].

30 mai 77 – Reunião à noite, promovida pelo DCE e Das, para seleção dos delegados que representarão os estudantes do III ENE. Foi discutida proposta de uma vigília no dia 4 jun 77, com mostra de som, feijoadada,

---

<sup>381</sup> Encaminhamento nº 153/ 77/ ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1424.

<sup>382</sup> Como já apresentado no primeiro capítulo, os informes caracterizavam dados ainda não confirmados, que moviam as investigações. Já as informações eram dados confirmados, que poderiam gerar penalidades ou absolvição dos investigados (Informação nº 0933/DSI/MEC/78. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 2, RP. 398).

sambão e atividades culturais, enquanto se aguarda o regresso dos representantes que irão a MG. Os cinco representantes de cada escola, e os da UCS e da Escola Bahiana de Medicina, além de integrantes do DCE deverão viajar na 5ª feira (dia 2) a noite regressando no sábado (dia 4). O DCE está encaminhado às escolas uma nota manifestando a sua posição sobre os temas do III ENE e pede que os discutam e façam outras propostas, se necessário. [...].

03 jun 77 – [o estudante], de veterinária viajou ontem, (02) às 19,00 horas, para Belo Horizonte MG, pela Empresa GONTIJO, para tomar parte do III ENE. A delegação da Bahia, segundo consta, é composta de 23 membros.<sup>383</sup>

Esse relatório registra 40 reuniões organizadas pelos estudantes durante os meses de junho e agosto, abordando tanto a preparação para o evento e prisão dos representantes, quanto a reação estudantil ao tomar conhecimento das detenções. As táticas incluíram comissão para arrecadação de fundos, elaboração de cartazes, greve de 48 horas, preparo de uma carta aberta à população além da busca de apoio junto aos intelectuais, professores e profissionais liberais. A partir da riqueza em detalhes com que os relatórios eram produzidos não é difícil intuir que tais informações poderiam servir para algum ato repressivo.

Isso porque a execução de um ato, seja prisão ou convocação a inquérito, era movida a partir da produção de *informes*. Sabemos que o Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN) possuía “uma estrutura de informações própria” independente do Sistema Nacional de Informação (SISNI). O fato é que os dois serviços, apesar das estruturas internas diferentes, também atuavam em cooperação, podendo os serviços de informação ter patrocinado “diretamente prisões e interrogatórios”, principalmente quando a informação favoreceria a “Segurança Nacional” (FICO, 2001, p. 112). Os serviços de repressão podem também ter influenciado nas ações repressivas (ações proibitivas, cortes de monitoria e/ou assistência, ou outras medidas disciplinares) dentro da universidade, a partir dos dados produzidos por eles.

A relação entre os serviços de repressão e de informação com a universidade existe antes mesmo da criação da assessoria de informação, sendo possível ser observado em trocas de ofícios confidenciais, como nos casos dos ofícios 175/70 e o 124/70, enviados da Delegacia Regional do DPF. O primeiro solicita que seja fornecida a qualificação de uma funcionária da universidade. O documento informa ao reitor que as peças teatrais de referências *Édipo rei e Hamlet e Solness, o construtor*, “não poderão ser encenadas ao público

---

<sup>383</sup> Encaminhamento nº 153/ 77/ ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1424. 1424.6

(pago ou gratuito) pelo Departamento de Teatro da Escola de Música e Artes Cênica”.<sup>384</sup> Na UFBA, apesar de haver diálogo entre vários órgãos da repressão, foi com o Departamento de Polícia Federal que encontramos o maior volume de ofícios trocados principalmente pela figura dos espões da PF que coletavam informações, e junto ao Serviço de Censura de Divisão Pública (SCDP), vinculado ao DPF e responsável em conceder autorização para ocorrência de eventos culturais – como peças de teatro, shows e outros, mesmo as ocorridas em espaços acadêmicos. A informação sobre a ocorrência de tais eventos era adquirida a partir dos *informes* produzidos muitas vezes pela própria universidade ou ainda pelos agentes federais infiltrados.

É possível observar essa situação no *Relatório de serviço de infiltração da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia* enviado em novembro de 1973 pelo Departamento de Polícia Federal. O documento apresenta como autoridade determinante o Chefe do SCDP. A missão seria “infiltração na Faculdade de Filosofia da UFBA, no sentido de constatar se havia a apresentação da peça “ALFAIATE”, proibida pela chefia dessa superintendência”. Dessa forma, o objetivo era averiguar se a peça “Alfaiate”, que havia sido proibida pela chefia do Serviço de Censura/DPF, seria apresentada na Faculdade de Filosofia da UFBA. Após confirmação da encenação, as informações foram passadas para a universidade.<sup>385</sup> No dia seguinte, o agente retornou à universidade para averiguar se outra montagem também proibida seria encenada. Conforme o relatório, o agente federal informou que

por volta das 10.50 horas, estive na /Faculdade de Filosofia da UFBA, no mesmo local onde ocorreu a apresentação da Peça “ALFAIATE”, a fim de verificar se a peça “CANUDOS”, seria encenada hoje, conforme fora anunciada, oportunamente em que constatei que na sala de nº 13 e no auditório “Alfredo Brito”, não existia nenhum movimento que indicasse a apresentação da aludida Peça. Através de informações de um colega universitário, estudante da UFBA - curso Jornalismo, que ali se encontrava para assistir uma aula referente ao curso que faz, o qual me informou que a peça “CANUDOS” chegou a ser iniciada, todavia, por ordem superior, possivelmente do Diretor da casa, a mesma fora suspensa.<sup>386</sup>

O relatório final sobre a “infiltração na Faculdade de Filosofia da UFBA, conforme determinação do CHEFE do SCDP/SR/BA”, confirma que “a peça “ABORTO” não foi

---

<sup>384</sup> Ofício nº 124/70/ TCDP/PS. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 4052.

<sup>385</sup> Ofício nº SR/DPF/BA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 04, RP. 895.

<sup>386</sup> Ofício nº SR/DPF/BA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 04, RP. 896.

apresentada, ontem na Faculdade de Filosofia da UFBA, conforme fora anunciada em um cartaz que estava afixado junto ao mural”, assim como a peça “TIRADENTES” também não foi encenada.<sup>387</sup>

O trato entre os serviços de informação e o de repressão favoreceu a produção de dados sobre o movimento estudantil e suas estratégias de atuação, como podemos observar no documento de informações 102/74 – do DPF, que apresenta as articulações dos estudantes em momento posterior à proibição de uma peça que seria encenada na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. O documento traz informações sobre os estudantes e analisa os acontecimentos:

Acusaram os poderes [serviço de repressão] constituídos de tais atitudes, esclareceram que isso apenas os censurava pela falta de união dos estudantes capazes, uma vez unidos, de conseguirem tudo. Conclamavam mãos ligadas em correntes para vencer os militares na luta pela cultura etc..., e marcaram reunião para a manhã de sábado – (impossível foi precisar-lhe a hora) – na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal, quando iriam marcar dia, local e horário para a encenação do programado. Parece justamente ser por meio do teatro que os estudantes pretendem enviar mensagens e abrir frente de contestação – Na propaganda para eleições estudantis quase sempre enfatiza o teatro – o CUCA (órgão, salvo engano, do Diretório Acadêmico). Julgam-se acobertados da censura prévia e sabem, certamente, da dificuldade em manter cortes por partes do SCDP [Serviço de Censura de Divisão Pública], uma liberada a peça, máximo quando tudo fica sob a responsabilidade dos próprios universitários, de tão difícil controle.<sup>388</sup>

Dessa forma, observa-se que, a partir da comunicação entre a universidade e os órgãos exteriores, as solicitações proibitivas eram normalmente geradas, mas a aplicação das punições dependia da atuação direta dos dirigentes da universidade, respeitando o ordenamento jurídico interno.

Ainda com todo esse aparato foram registradas atividades ocorridas sem autorizações, como a exibição de filmes, a montagem de espetáculos e outros. Um dos exemplos é a mostra do filme “A ponte”, que foi exibida no restaurante universitário sem o “conhecimento desta reitoria, nem de nenhuma autoridade universitária”. A informação sobre o filme foi passada por relatório da DPF, tendo sido solicitado pela reitoria ao chefe da ASI que

---

<sup>387</sup> Ofício nº SR/DPF/BA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 04, RP. 897.

<sup>388</sup> Informação nº 102/74/DPF/BA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 04, RP. 892- 894.

conseguisse dados com a Polícia Federal sobre os alunos que promoveram a exibição do filme para que fossem punidos. Conforme consta,<sup>389</sup>

Em atenção ao encaminhamento nº 408/76/ASI/UFBA, referente à informação nº 1097/76 – SI/SR/DPF/BA, comunico que, com antecedência, o Delegado da Polícia Federal foi informado da exibição do filme “A Ponte”, oportunidade em que a referida autoridade esclareceu que enviaria pessoal especializado para identificar os participantes. Como esta Universidade não possui serviço dessa natureza, solicito que seja informada a esta Reitoria a identificação dos alunos que, eventualmente, deveriam ser punidos.<sup>390</sup>

Não encontramos os nomes dos alunos, nem se eles foram realmente punidos. Essa relação poderá justificar o maior intercruzamento de informações entre órgãos de diferentes regiões, estados e municípios. Essa troca de informação ocorreu nos envios das listas com os nomes dos atingidos pelo Decreto 477, no processo de escolha do segundo chefe da Assessoria, nos documentos sobre as organizações estudantis em 1975 e nos pedidos de informações.

### **3.1.2 Relação Reitor/AESI: o Sigilo em seu Serviço**

Apesar de ter atuado por tanto tempo, encontramos poucos documentos que apresentassem questionamentos sobre a existência da Assessoria. As entrevistas apresentaram uma visão pouco difusa sobre a memória da AESI/ASI. Uma explicação para a relativa falta de conhecimento da comunidade em relação à atuação da assessoria seria a ausência de voz de comando. Este é um dos aspectos mais simples, podendo ser explicado apenas pelas características de seu serviço, pois o fundamento das atividades prestadas pela Assessoria se encontrava no serviço de inteligência; e não no de segurança, questão essa já muito debatida ao longo deste trabalho. Por esse motivo, a AESI não deveria executar ações que colocassem em risco o sigilo de suas atividades.

Outro argumento importante que explica o quase silenciamento da Assessoria na universidade foi a dupla chefia. Este aspecto diz respeito à relação da Assessoria para com o Reitor e o Diretor da DSI. A posição hierárquica ocupada pelo reitor dentro da universidade é outra situação que explica esse fato. Portanto, para melhor discutir a questão, primeiro abordaremos a organização da DSI e como a mesma se relaciona com AESI/ASI e o Reitor.

---

<sup>389</sup> Ofício nº 2175/76. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2481.

<sup>390</sup> Ofício nº 2175/76. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2481.

Em um segundo momento, será discutido como o ordenamento da universidade favoreceu ao silenciamento do serviço de informação.

Dentro da organização de inteligência, a assessoria deveria seguir as “orientações normativas e supervisão da DSI/MEC”,<sup>391</sup> ao mesmo tempo em que estava subordinada ao reitor da universidade, tendo a incumbência de auxiliá-lo. Exercendo o papel de assessor, o chefe da AESI/ASI, não deveria transparecer para o corpo universitário as possíveis pressões quanto às punições ou qualquer ato de caráter repressivo dentro da universidade. Podemos exemplificar essa situação com as punições aplicadas a alguns estudantes no pós-greve de 1975, bem como através dos ofícios encaminhados referentes aos nomes de candidatos indicados ou contraindicados para assumir cargos ou funções dentro da universidade.

Todos os nomes que fossem indicados a assumir cargos e funções eram encaminhados para o órgão de informação responsável. A partir da documentação é possível desenhar como se davam essas atividades. Normalmente os diretores enviavam as relações com os nomes dos candidatos à vaga para a assessoria ou reitoria. As informações eram encaminhadas via fichas de qualificações (FQ) no módulo 13 e, posteriormente, no módulo 14,<sup>392</sup> condizentes com as normas do Levantamento de Dados Biográficos (LDB).<sup>393</sup> A ficha deveria ser preenchida com os dados necessários do candidato para o processo de investigação, evitando a ocorrência de homônimos. Nessas fichas encontramos informações, tais como nome completo, filiação, cônjuge, situação civil, data e local de nascimento, número da identidade, título de eleitor, CPE/CIC (atual CPF), endereço, profissão, atividade (experiência profissional), cargo cogitado, registros anteriores na instituição, escolaridade, ligações políticas e outros dados.

Sobre os procedimentos de envio dos ofícios, o que pareceu habitual era que os pedidos aos órgãos de informações fossem feitos pelo reitor enquanto as respostas seguiam padrões diferentes. Normalmente, a DSI os encaminhava para a Assessoria e a ASV, como também o DPF os direcionavam ao Reitor. Sob a guarda de dados dos candidatos, o OI

---

<sup>391</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 198.

<sup>392</sup> Ofício 461/76/SI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP. 3016

<sup>393</sup> Conjunto de normas do LDB foi criado pela própria DSI/MEC em 1972. (PEREIRA, Ludmila Gama. **Nenhuma ilha da liberdade**: vigilância, controle e repressão na Universidade Federal Fluminense (1964/1987). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016, p. 165)

investigava se havia algo que desabonasse a conduta deles, causando restrições à colocação. Cabia ao reitor, em comunhão com os demais dirigentes, a decisão final.

Com o intuito de padronizar as solicitações para o LDB, a ASV criou uma regulamentação em dezembro de 1973. Na nova norma, “os levantamentos sigilosos individuais para candidatos a cargos públicos” deveriam ser feitos através da DSI que os encaminhariam à Agência Central (AC/SNI) e esta os remeteria às Agências Regionais (AR/SNI).<sup>394</sup> Em setembro de 1974, ocorreram mais mudanças com o objetivo de tentar organizar as atividades, compartimentando-as entre as agências. Conforme as novas instruções, somente seriam “objeto de levantamento pelo SNI as pessoas cogitadas para os cargos ou funções” – magistério superior, chefe de departamento, cargos ou comissão que estivessem vinculados com a Segurança Nacional – nomeados ou designados pelo presidente da república, referentes a cursos, bolsas de estudo e estágio.<sup>395</sup>

Suponho que essa medida de concentrar os pedidos em apenas uma agência específica tenha sido tomada devido às divergências ocasionais de informação sobre o mesmo indivíduo entre agências diferentes, o que poderia gerar complicações sobre a decisão a ser tomada em relação ao candidato. Um exemplo é o ofício encaminhado, em agosto de 1972, do reitor Lafayette Pondé ao Coronel Pedro Vercílio, diretor do DSI. Tal documento explicava os motivos pelos quais uma candidata, mesmo aprovada pelo DSI, não havia sido contratada. Segundo o reitor, “as admissões nesta universidade somente se realiza[vam] após o pronunciamento favorável do Departamento de Polícia Federal”. Por esse motivo que, mesmo não sendo encontrado nada que contraindicasse a contratação de Mary de Andrade Arapiraca pelo DSI, a mesma não foi contratada.<sup>396</sup>

Fazendo uso dessa estrutura a assessoria assumia um papel vigilante e impessoal dentro da universidade no que diz respeito à imputação das normas exigidas pelas OIs tanto para aplicação das punições, caso fosse necessário, quanto ao processo de seleção de candidatos, de professores e de servidores, ou até mesmo para seleção destinada a escolher dirigentes ou qualquer outro cargo de destaque dentro da instituição.

---

<sup>394</sup> Ofício nº 01/74 – SI- Confidencial. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP.4841.

<sup>395</sup> Ofício circular nº 300/21-conf/ ASV/SNI/74. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP.1207, 1208.

<sup>396</sup> Ofício nº 3898. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP.4367.

Entre 1972 e 1981, 46 profissionais - entre professores e funcionários - tiveram avaliações negativas pelos serviços responsáveis no que diz respeito ao aproveitamento pela instituição. Apesar de não ter sido possível rastrear informações sobre todos, observou-se que houve flexibilidade em relação aos contratados, obedecendo a algumas características, como o tipo de contrato, classes e nível de magistério. Outra questão diz respeito ao período de maior aceitação dos conselhos fornecidos pelas OIs. Entre os anos de 1972 a 1979, os conselhos foram mais acatados do que no início da década de 1980. Nos parágrafos seguintes exemplificarei as questões levantadas a partir de alguns casos que consegui rastrear.

O primeiro caso é o de Zahidé Maria Torres Machado Neto, professora lotada na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e investida do cargo desde 1966 como professora contratada. Em 1969 submeteu-se ao concurso de títulos. “foi aprovada, apresentando a tese sobre o tema “Direito Penal e Estrutura Social”. Foi nomeada professora Assistente do quadro único da UFBA.” Em 1971 “obteve acesso ao cargo de professora adjunta, após haver prestado concurso de título”.<sup>397</sup> Em fevereiro de 1976, a DSI comunicou que havia restrições para a sua contratação.<sup>398</sup> Em resposta do Reitor ao DSI, ele disse: “cabe-me esclarecer que sendo o cargo de professor adjunto do quadro permanente desta Universidade e tendo a citada professora ascendido ao cargo através de concurso, não tem esta universidade condições de impedir o seu aproveitamento”.<sup>399</sup> Seguindo o mesmo padrão podemos citar Roberto Max Argollo de Instituto de Física, professor desde 1964. Em janeiro de 1976, a UFBA foi comunicada que havia restrições quanto à contratação dele,<sup>400</sup> mas o mesmo permaneceu até sua aposentadoria.<sup>401</sup>

A situação dos professores colaboradores era diferente. Estes possuíam contrato temporário. Caso houvesse restrições sobre sua contratação, em regra eles não tinham seus contratos renovados, isso quando chegavam a ser admitidos. Contudo, os professores concursados para cargo de assistentes também podiam sofrer certas restrições contratuais. Um dos casos mais conhecidos na UFBA foi o da “demissão” de Paulo Miranda. Em 1977, o

---

<sup>397</sup> Ofício nº 718/72. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP.4327.

<sup>398</sup> Informação nº 91/76/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2339.

<sup>399</sup> Ofício nº 3183. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3884;

Informação nº 2088/SS3/DSI/MEC/73. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3885.

<sup>400</sup> Informação nº 26/76/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2328.

<sup>401</sup> ARGOLLO, Roberto Max. [fev. 2014]. Entrevistador: Olival Freire Junior. Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA. Salvador/BA, 18 de fevereiro de 2014. Disponível pelo site: <<https://www.youtube.com/watch?v=AFznK6ThOH8&t=603s>> Acesso em: 14 mar. 2018.

professor não obteve renovação em seu contrato, apesar da mobilização estudantil em sua defesa.<sup>402</sup> Mariluce Moura, em novembro de 1975,<sup>403</sup> e Júlio Augusto Guedes em setembro de 1977,<sup>404</sup> também não tiveram seus contratos renovados após a contraindicação ao cargo apresentada pela DSI.

Entre os últimos meses de 1979, e durante a década de 1980, outro padrão foi seguido pela Universidade. É importante esclarecer que, apesar de ainda haver ações repressivas, nesse momento já vivíamos em um contexto de maior “abertura” política. O AI-5, outros atos complementares, algumas leis e decretos repressivos não mais vigoravam. Essa situação pode justificar a contratação de professores e servidores, mesmo quando existiam avisos de restrições, incluindo os que, em anos anteriores, foram barrados e novamente contraindicados pela OI.

Nessa nova leva de professores contratados, temos Olival Freire Júnior – ex-aluno e o primeiro presidente do DCE, na década de 1970 –, que teve o contrato firmado como professor colaborador em 1979, mesmo havendo restrições quanto a seu aproveitamento.<sup>405</sup> Nada foi encontrado contra o aproveitamento de Mary de Andrade Arapiraca pela OI, quando cogitada para a vaga de professora assistente em 1979. Contudo, ela havia sido barrada na seleção de 1972 por não ter recebido pronunciamento favorável do DPF.<sup>406</sup> Iracy Picanço, que desde 1976 encontrava-se no quadro de técnica da universidade, mas com impedimento em exercer o cargo de professora, (situação fundamentada no Art. 7º do Ato Institucional nº. 1 e Art. 3º do decreto nº. 19.157/64),<sup>407</sup> adentrou no quadro da Faculdade de Educação, em 1980, assim como Paulo Miranda,<sup>408</sup> Júlio Guedes, Mariluce Moura, que também foram

---

<sup>402</sup> Encaminhamento nº 326/77/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 09, RP. 2835, 2836;

Encaminhamento nº 315/77/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 09, RP. 2847, 2848, 2849, 2850.

<sup>403</sup> Informação nº 528/75/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3671.

<sup>404</sup> Informação nº 468/77/ASI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP. 2907.

<sup>405</sup> Informação nº 563/79/ASI. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 08, R.P. 2728.

<sup>406</sup> Informação nº 257/79/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, R.P. 3580.

<sup>407</sup> Informação nº 117/77/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, R.P. S/R.

<sup>408</sup> Os ofícios Informação nº 034 e 179/81 informavam que inexistiam elementos de convicção que contraindicassem o aproveitamento do professor, mudando a configuração que motivou sua demissão anos atrás. Invalidando qualquer contraindicação à revalidação do diploma obtido em Moscou/URSS. Informação nº 034 Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 08, R.P. 2524/ Informação nº 179/81 Cx. 08, R.P. 2533.

recontratados. Esse fato foi lembrado por Picanço<sup>409</sup> e Guedes<sup>410</sup> em Oitiva à Comissão da Verdade da UFBA.

A partir desses casos, a impressão é que os reitores Lafayette Pondé e Augusto Mascarenhas foram mais solícitos aos conselhos dados pelos serviços de informações do que foram os reitores da década de 1980. Sobre essa perspectiva é importante esclarecer que “não existiu a figura do Reitor ou do Diretor crítico em relação ao regime militar, pois eles seriam afastados imediatamente”.<sup>411</sup> Dessa forma, era normal serem atendidos pelos dirigentes os avisos dados pelas OI sobre determinado profissional. Não devemos esquecer que o Assessor também vigiava as condutas dos gestores, exercendo em certa medida pressão sobre ele. Porém, para a percepção de Roberto DaMatta (1991) e Motta (2014) é importante levar em consideração alguns aspectos subjetivos, como a possibilidade de existir acordos entre os Gestores e o Assessor Chefe, podendo até mesmo gerar proteção a algum membro da comunidade acadêmica.

Sobre esse aspecto podemos trazer o fato da contratação, por meio da CLT ou até mesmo por meio de concurso, de pessoas vistas pelo Estado como subversivas, como exemplo de Iracy Picanço. Atingida pelo AI-1 em 1964, que lhe proibiu exercer o cargo de professora e vista pelo serviço de informação como comunista, Picanço foi contratada pelo regime da CLT no início da década de 1970 para exercer funções administrativas na UFBA. A esse tempo, ela também coordenou o Programa de Pesquisa da Pós-graduação. Em 1976 adentrou no quadro de servidores da UFBA por meio de um provão nacional destinado aos funcionários contratados pelo regime da CLT. Com o intuito de informar à reitoria sobre o perfil “subversivo” de Iracy Picanço, em 1977 a ASI encaminhou um ofício apresentando os motivos pelos quais ela fora demitida em 1964 e em 1971, e outras informações que buscam enquadrá-la como subversiva.<sup>412</sup> Contudo, a permanência da mesma na instituição pode mostrar o descumprimento do aviso dado pela Assessoria.

---

<sup>409</sup> PICANÇO, Iracy Silva. [mai. 2014]. Entrevistadora: Ilka Bichara. Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA. Salvador/BA, 20 de maio de 2014. Disponível pelo site: <<https://www.youtube.com/watch?v=-vWs7o-XGyM>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

<sup>410</sup> GUEDES, Júlio Augusto. [abr. 2014]. Entrevistadora Ilka Bichara. Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA. Salvador/BA, 14 de abril de 2014. Disponível pelo site: <<https://www.youtube.com/watch?v=Pm9CpF1WSDA&t=690s>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

<sup>411</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, jan.-jun, 2008, p. 33.

<sup>412</sup> Informação nº 117/77/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 7, RP. S/R.

Em entrevista, Iracy Picanço mencionou a sensação de que estava em permanente vigilância. Ela lembrou a amizade com o chefe de gabinete do reitor, com o próprio professor Roberto Santos e com o Dr. Armênio Guimarães, pró-reitor de pesquisa. Essas amizades podem ter gerado, de certo modo, proteção dentro da instituição que se encontrava vigiada pelo serviço de informação.<sup>413</sup> A permanência de Iracy Picanço na universidade não foi um caso atípico no regime, sendo trazido por Motta alguns casos de conciliação e flexibilização na política, que não necessariamente “o faziam por discordarem do Estado autoritário”, mas por haver outras questões envolvidas, como pressão da comunidade ou outras questões subjetivas. Isso porque, segundo Roberto DaMatta (1991) e Rodrigo Motta (2014), há uma tendência na política brasileira em enxergar as relações impessoais nas instituições com certo grau de desconfiança e privilegiar as relações pessoais, gerando por fim um laço de proteção entre os próximos.<sup>414</sup>

Por esse motivo, a análise da atuação da Assessoria implica observar que no cotidiano nem sempre as questões políticas/ideológicas moveram as ações dos indivíduos. Em alguns casos, faz-se necessário analisar os laços subjetivos que são firmados nas relações cotidianas entre os indivíduos. É importante salientar que a rede de solidariedade nem sempre obteve sucesso. Entretanto, não é possível ignorar o fato de que houve uma tentativa de proteger membros da comunidade, a exemplos da mobilização contra a prisão e demissão do prof. Arno Brichta, a prisão do estudante Francisco Jatobá e a demissão de Hartmut U. Wiedemann. Essa rede de proteção se estende quando observamos a permanência de algumas pessoas com ficha negativa do serviço de informação, mas que permaneceram dentro da instituição, como o professor Dr. Roberto Argolo do Instituto de Física,<sup>415</sup> a professora Iracy Picanço e outros já apresentados.

---

<sup>413</sup> PIKANÇO, Iracy Silva. [mai. 2014]. Entrevistadora: Ilka Bichara. Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA. Salvador/BA, 20 de maio de 2014. Disponível pelo site: <<https://www.youtube.com/watch?v=-vWs7o-XGyM>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

<sup>414</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 232.

<sup>415</sup> Filiado desde 1963 no Partido Comunista, esteve preso em dois momentos durante a ditadura. A primeira, conforme registrado em entrevista dada à Comissão da Verdade da UFBA, ocorreu em 1964. A segunda prisão ocorreu em 1975. Detido em sua casa entorno das 6:00 horas manhã foi levado para Alagoinhas, interior da Bahia, onde foi torturado sob presença do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Roberto Argolo relatou, que obteve tanto apoio de um professor dos Estados Unidos, que contactou a University of Rhode Island, na qual havia cursado o mestrado em Oceanografia, assim como ligou para vários órgãos no Brasil e a reitoria da UFBA, para que fosse fornecido suporte e garantisse sua segurança. Da Universidade foi observada a existência de uma rede de auxílio formada pelos colegas. Mesmo depois das duas prisões, e de ter recebido dos órgãos de informação aviso de restrição quanto a contratação, não houve internamente qualquer manifestação contra a sua

Para melhor explicar o argumento, trago o relato fornecido à Comissão da Verdade UFBA de Arno Brichta em que apresentou dois momentos onde a “rede de solidariedade” o serviu. A primeira iniciativa lembrada por ele foi feita por Yeda de Andrade Ferreira (Diretora do Instituto de Geociências) e Emerson Spínola Ferreira (então chefe da AESI). Ambos, segundo Arno Brichta, eram simpatizantes do regime. Ao tomarem conhecimento de sua prisão, entraram em contato com o ministro da Educação Jarbas Passarinho, que era colega pessoal de Emerson Spínola, fato que auxiliou para que ele não fosse levado para São Paulo. Ainda sobre sua prisão, recordou as redes de apoio formadas pelos professores do Instituto e a Sociedade Brasileira de Geologia e outras pelos demais professores e estudantes da Universidade dentro e fora do Brasil. Segundo sua perspectiva, as pressões exercidas por essas redes o fizeram permanecer vivo, mesmo passando pela tortura. Em liberdade, procurou a universidade para retomar suas atividades;<sup>416</sup> contudo, foi comunicado que seu contrato havia sido suspenso, “até o julgamento final do seu processo na justiça”.<sup>417</sup> Ao tomar conhecimento, o professor Dr. Carlos Alberto Dias o convidou para participar de um projeto de pesquisa, pagando o salário integralmente. Tempos depois, Yeda Ferreira o informou sobre a impossibilidade de mantê-lo como pesquisador, pois sua permanência ocasionaria o cancelamento do projeto. Contudo, foi acordado contratá-lo como terceirizado da instituição, de modo que seu nome não constasse na folha de pagamento. Ele permaneceu exercendo a função até mudar-se para Minas Gerais.<sup>418</sup>

Além dos “espaços de negociações” em que poderiam ocasionar “proteção” a “um membro da comunidade universitária,”<sup>419</sup> houve também alguns casos de denúncia, demissões, recusa de matrícula e punições administrativas – suspensão, advertência e outras. Havia também as cassações brancas<sup>420</sup> aplicadas à comunidade acadêmica e solicitadas, muitas vezes, pela Assessoria, diretor (a), reitor, ou até mesmo por meio de órgãos externos como DSI, Polícia Federal, ASV, etc. Elas eram aplicadas aos indivíduos suspeitos ou

---

permanência. (ARGOLO, Roberto Max [mai. 2014]. Entrevistador: Olival Freire Júnior. Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA. Salvador/BA, 8 de maio de 2014. Disponível pelo site: <<https://www.youtube.com/watch?v=AFznK6ThOH8&t=4600s>> Acesso em: 20. jul. 2018).

<sup>416</sup> Ofício nº S/R. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx.11. RP. 4549.

<sup>417</sup> Ofício nº 161/73. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx.11. RP.4550.

<sup>418</sup> BRICHTA, Arno [mai. 2014]. Entrevistador: Ilka Bichara. Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA. Salvador/BA, 8 de maio de 2014. Disponível pelo site: <<https://www.youtube.com/watch?v=A6yFCVeIED4&t=3775s>> Acesso em: 21. jul. 2018.

<sup>419</sup> PEREIRA, Ludmila Gama. **Nenhuma ilha da liberdade**: vigilância, controle e repressão na Universidade Federal Fluminense (1964/1987). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016, p. 134.

<sup>420</sup> Cortes de bolsas, recusa em autorizações e auxílio para participação de eventos ou realizar cursos.

identificados como “subversivos” que por motivos diversos não perdiam seus postos nos empregos, mas eram lhes negadas “certas condições essenciais para o exercício pleno de sua profissão”, havendo restrições na aquisição de bolsas, estágios ou qualquer auxílio favorável ao desenvolvimento da pesquisa ou ascensão dentro da instituição.<sup>421</sup>

É importante reafirmar que a comunidade universitária era constituída por grupos heterogêneos. Desse modo, havia os indivíduos que realizavam denúncias, além dos que eram prejudicados ou apenas vigiados pelos serviços da repressão. Essa situação nos fez pensar sobre os adesistas. Ao trabalhar com essa perspectiva, Motta nos faz refletir sobre as diversas motivações para um indivíduo fornecer apoio ao regime, que perpassa pela crença nos valores do regime, ou pelos temores de ser punido, apego ao cargo e possibilidade de ascensão - além da subcategoria dos “adesistas” que “aderiram sem maiores convicções políticas, mas com grande entusiasmo para apoiar o lado certo”.<sup>422</sup> Isso nos faz refletir sobre as diferentes formas de ver e lidar com o regime, e sua influência sobre o uso das estruturas montadas.

Para além do caráter subjetivo, formado pelas relações pessoais e impessoais presentes nas instituições públicas brasileiras, e da possível pressão exercida pela comunidade acadêmica, que poderiam influenciar na tomada de decisão do reitor, ainda precisamos compreender as questões que supostamente favoreceram o silenciamento da memória da Assessoria. Para tanto faz-se necessário perceber o papel do reitor dentro da instituição e as estruturas internas da universidade, na qual a assessoria tinha que tentar se inserir e cumprir com as regras. Conforme o decreto 9.155/46, que criou a Universidade da Bahia, ao reitor cabia superintender, coordenar e fiscalizar as atividades da Universidade, assim como admitir, transferir e dispensar o pessoal extraordinário, isto é, empregados admitidos pelos recursos próprios da Universidade. Também era atribuição do reitor exercer o poder disciplinador, obedecendo às leis internas à universidade, empossar o diretor de cada unidade, dispor dos saldos no Banco do Brasil, a fim de movimentar e direcionar a verba conforme planejado a cada unidade.<sup>423</sup> Ademais, o reitor também deveria indicar um nome ao cargo de Assessor Chefe. Dessa forma a ASI não podia subjugar a autoridade do reitor dentro do espaço acadêmico, estando essa situação definida também no Regimento Interno da Assessoria.

---

<sup>421</sup> ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – ADUSP. O livro negro da USP: o controle ideológico na universidade. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 86.

<sup>422</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 301.

<sup>423</sup>BRASIL, Brasília. Decreto 9.155/46. Publicado. Diário Oficial da União - Seção 1 – de 12 de abril de 1946.

Porém, nada lhe impedia de orientar as decisões do reitor por meio do assessoramento, sendo essa sua principal razão de existir.

Era por meio do poder exercido pelo reitor e os demais dirigentes que a Assessoria exercia pressão para obter ações que atendessem às necessidades dos serviços de informações, como o controle sobre quem entra e sai da universidade, observando tanto as concepções ideológicas quanto os perfis desviantes - usuários de drogas ou qualquer ação vista como imoral, assim como a corrupção.

Esse mecanismo servia como triagem ideológica comum não apenas à agência da UFBA, mas em outras Universidades Federais. Era a partir das pressões das ASIs que eram executados os mandos apresentados pelos serviços de inteligência, como podemos observar no relato sobre a USP, em que “os chefes de departamento e diretores de Faculdade ou institutos [eram] advertidos, sempre oralmente e sempre extraoficial” e que a recusa de contratos “se trata[va] de problemas relacionados com órgãos de segurança”, não adiantando insistir, pois o contrato não iria sair, recebendo muitas vezes ameaças de corte de verbas caso o departamento não se submetesse as exigências.<sup>424</sup>

Para além de saber da existência de um serviço de vigilância que pode atuar em vários espaços, faz-se urgente compreender como se dava a sua atuação e descobrir quais os espaços de “manipulações possíveis”, ou seja, perceber os artifícios de sobrevivência e como os procedimentos interagem com os mecanismos de disciplina, promovendo muitas vezes rachaduras em suas estruturas, que nem sempre são tão sólidas.

### **3.2 Crise no sistema de repressão**

Apesar de a Assessoria dialogar com os demais serviços de informação, até mesmo devido aos prestados pelo serviço de segurança, nem sempre essa relação foi mantida de forma harmônica. Houve momentos tensos, muitas vezes pela desconfiança que os militares depositavam nos agentes civis que exerciam atividades nas comunidades setoriais de informações, acusando-os de despreparados ou corruptos. Os cargos ocupados pelos agentes

---

<sup>424</sup>ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – *op. cit.*, p. 66.

civis eram vistos enquanto “quadros de segunda categoria, espécie de restolho dos órgãos de informação mais importantes”, assim, “as DSIs e AESIs seriam mais cabides de emprego”.<sup>425</sup>

No caso da Assessoria da UFBA, não é possível afirmar que a ASI foi utilizada como cabide de emprego. Contudo, a lista de pessoal na UFBA continha doze funcionários em 1974, sendo que oito estavam dispostos no serviço administrativo. Já em 1979, sete servidores exerciam funções administrativas,<sup>426</sup> excedendo o número de agentes se comparado a assessorias de outras universidades, que funcionavam com cerca de um a dois funcionários como a UnB e UFMG.<sup>427</sup> Esse quantitativo ultrapassava o valor determinado pelo Decreto 75.640/75, que solicitava o número máximo de cinco funcionários para a ASI/UFBA. O que sabemos é que os agentes da Assessoria deveriam ser “escolhidos pelo chefe da direção da AESI mediante aprovação do reitor”.<sup>428</sup> Dessa forma, a relação pessoal pode ter influenciado a seleção dos agentes, possivelmente devido ao caráter sigiloso que demandava a gerência de pessoal confiável na execução das atividades realizadas.

Ainda sobre a falta de preparo para exercer as funções especiais em serviços de informação, os agentes mais qualificados eram enviados para as “agências de informações das Forças Armadas (CIE, Cinemar e Cisa) e, em segundo plano a Polícia Federal e os Dops”, sendo direcionados para os órgãos civis os “oficiais reformados ou funcionários e professores improvisados na função”.<sup>429</sup> Esse padrão ocorreu no caso dos dois primeiros chefes da Assessoria/UFBA que, apesar de terem exercido carreira militar, se encontravam no quadro da reserva. No período em que foram convocados para desempenhar a função de chefe da assessoria, os dois exerciam outras funções dentro da universidade. Emerson Spínola era diretor do Hospital Professor Edgard Santos e George Oliveira, além de médico do mesmo hospital, era professor na Faculdade de Medicina. Ademais, apenas o primeiro realizou o curso necessário para ocupar o cargo. Por esse motivo, é possível compreender a preocupação em torno da preparação dos funcionários desses órgãos, especialmente o cuidado com o sigilo

---

<sup>425</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 56.

<sup>426</sup> Redução promovida pós a aprovação do Decreto 75.640/75, fato apresentado no primeiro capítulo.

<sup>427</sup> *Id.* *Os Espiões dos campi*. In: **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>428</sup> PEREIRA, Ludmila Gama. **Nenhuma ilha da liberdade**: vigilância, controle e repressão na Universidade Federal Fluminense (1964/1987). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016, p. 136.

<sup>429</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 236.

da informação, o envio de manuais e a convocação para a realização de cursos de aprimoramento no manejo de informações sigilosas. Como sabemos, apesar das exigências, nem sempre os cursos eram realizados.

Havia também, por parte de alguns militares, descrédito no que diz respeito à qualidade e veracidade das informações prestadas pela ASI. Essa desconfiança dava-se devido aos erros cometidos por chefes dessas agências, tanto com respeito a dados equivocados ou até mesmo motivados pela falta de cuidado com o sigilo, ocasionando, em alguns momentos, vazamento de informação. Esses problemas geraram afastamentos de alguns funcionários e chefes “acusados de incompetência, leniência”, incorrendo muitas vezes em vazamento de informação, erros ou imprecisão de dados.<sup>430</sup> Os erros sobre as informações poderiam causar alguns transtornos, como o caso apresentado por Motta sobre uma denúncia contra um professor da USP. Entretanto, as informações em que a denúncia estava embasada eram equivocadas. Nos documentos da ASI UFBA também foram encontrados alguns erros, principalmente relacionados a nomes, como o caso do professor do Departamento de Economia. A DSI encaminhou um ofício confidencial à ASI contendo dados sobre o professor, informando à reitoria que o mesmo havia assinado um “manifesto dos professores da Faculdade de Ciências Econômicas/UFBA em apoio ao Movimento subversivo dos estudantes, em 1968, e participou de uma organização de Base do PCB”. Em resposta a ASI informa “que todos os elementos de qualificação conferem com os existentes nesta ASI”, porém o sobrenome presente nos arquivos da Assessoria era outro.<sup>431</sup>

Além da falta de preparo do pessoal, ocorreram também denúncias de alguns chefes das assessorias em esquemas de corrupção, apesar de não termos encontrado nenhum caso na Assessoria da UFBA. Segundo Motta (2014), “o aparato de segurança e informação oferecia algumas possibilidades de lucro para pessoas inescrupulosas” que muitas vezes “se associaram ao sistema nem tanto para salvaguardar a segurança nacional, mas para tirar vantagens”,<sup>432</sup> prejudicando a imagem da ASI diante das demais agências ministeriais. Houve casos complexos que envolviam irregularidades graves, como as denúncias que envolveram dois irmãos, “o mais velho, fora nomeado chefe da ARSI/SP em 1971”. Um ano

---

<sup>430</sup> *ibid.*, p. 238.

<sup>431</sup> Informação nº 240/78/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, R.P. 3108.

<sup>432</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 239.

depois, ele “indicou o caçula para chefiar a então recém-criada AESI/USP.”<sup>433</sup> Além de nenhum dos dois possuírem formação militar, “porém o mais velho havia sido policial civil, afastado do serviço público por práticas condenáveis”.<sup>434</sup> Encontrando-se na chefia das Assessorias, os irmãos cometeram muitas irregularidades na área de educação em São Paulo. Dentre os crimes atribuídos aos dois dizia-se que o chefe da ASI/USP era “usuário de drogas, falsário e possuía automóvel de preço incompatível com sua renda. Segundo denúncias os dois faziam tráfico de influência em favor de determinados empresários de ensino”.<sup>435</sup>

As tensões existentes na UFBA muitas vezes eram promovidas pelas investidas dos agentes dos serviços secretos de informação vinculados ao SISSEGIN, que transcendiam à autoridade da AESI e do Reitor na universidade. Ainda no período de instalação da assessoria, serviços externos à UFBA tentaram obter informações diretamente com os responsáveis pelas unidades, sem obedecer à hierarquia institucional. Um caso foi lembrado durante o reitorado de Roberto Santos. Segundo Alda Pepe:

na Secretaria Geral de Cursos, duas vezes eu tive um certo confronto com o coronel Luiz Arthur. [...] Eu o recebi, mas me neguei a prestar informações, porque eu dizia que a relação dele, como não havia sido comunicada, era com o gabinete, não comigo[...] Esse confronto existiu, ele queria que eu desse as informações que ele desejava, que eu também, não sei quais eram, porque eu não quis saber. Pedi que ele se dirigisse ao gabinete, que era quem podia prestar qualquer informação. Que eu tinha tido orientação e que qualquer informação para esse serviço, ou para outro qualquer de segurança deveria ser pelo gabinete, e não exatamente, pela direção da secretaria geral de cursos.<sup>436</sup>

George Oliveira também relatou um conflito ocorrido entre os serviços de informações interno e o setor de repressão externo a universidade. Em depoimento dado para a Comissão da Verdade da UFBA, disse que recebeu um comunicado de que um sargento solicitava informações à superintendência estudantil. Por esse motivo, Oliveira questionou o Exército sobre o envio do Sargento com o objetivo de coletar mais informações, pois tal atitude

---

<sup>433</sup> *ibid.*, p. 239.

<sup>434</sup> *ibid.*, p. 240

<sup>435</sup> *ibid.*, p. 240.

<sup>436</sup> PEPE, Alda Muniz. [nov. 2017]. Entrevistadora: Anne Alves da Silveira. Salvador/Ba, 20 de novembro de 2017, às 15h00.

configurava-se como ato de desconfiança das atividades prestadas pelo chefe da assessoria. A proporção do conflito levou à transferência do Sargento.<sup>437</sup>

O questionamento realizado por George Oliveira é coerente, pois, de acordo com o relato, o Exército não solicitou informação à ASI e buscou outros meios de obtê-la. Isso foi uma transgressão à lógica que garantia a existência da assessoria dentro da Universidade. Isso porque a ASI era o elo entre a comunidade universitária e os serviços de informação exterior. O caráter centralizador da Assessoria servia não apenas para mediar as relações entre os órgãos de informação com o reitor, como para reduzir o risco de que dados confidenciais fossem publicados.

Nas disputas desses órgãos, o que estava em jogo era o reconhecimento de suas atividades repressivas. Havia o medo de que os serviços em diálogo retivessem alguma informação importante, ocasionando algumas vezes disputas para a obtenção de mais dados e reconhecimento pela atividade desempenhada. Assim “a rivalidade e a competição pelas informações, bem como a necessidade de segredos nas operações e de rapidez nas investigações”, impulsionaram os órgãos “a rejeitar a cadeia oficial de comando à qual deveria submeter-se e prestar conta”. Isso, em certo grau, dificultou ao SNI o acompanhamento de algumas operações, gerando uma descentralização das atividades.<sup>438</sup>

O fato é que, apesar de os órgãos dialogarem entre si, provendo de certa maneira uma unidade no complexo informativo, o “grande desafio, para a continuidade do regime, passava necessariamente por articular esses órgãos repressivos de modo a diminuir as tensões entre eles e potencializar as ações conjuntas,” desafio esse dificilmente superado.<sup>439</sup>

Embora essas tensões tenham sido relativamente constantes, o projeto de distensão política apresentado por Ernesto Geisel promoveu um abalo nas estruturas das antigas políticas aplicadas no sistema de repressão e favoreceu a amplificação da crise no sistema de informação e de segurança. Isso porque a liberdade de imprensa gerou maior espaço para denúncias das ações arbitrárias do Estado e divulgação de trabalhos como os realizados pela

---

<sup>437</sup> OLIVEIRA, George Barreto de [jul. 2014]. Entrevistador: Othon Jambeiro. Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA. Salvador/BA, 7 de julho de 2014. Disponível pelo site: <<https://www.youtube.com/watch?v=9LbB1q7VBCM>> Acesso em: 14 mar. 2018.

<sup>438</sup> CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberdade do regime autoritário (1974-1985) DADOS \_Revista de Ciências Humanas, Rio de Janeiro, Vol. 48, 2005, p. 120.

<sup>439</sup> QUINALHA, Renan Honório. Contra moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988) Tese (doutorado), Programa de Pós-graduação em relações internacionais da USP. 2017, p. 29

Anistia Internacional juntamente com a “Frente Brasileira de Informações” que atuava, desde 1972, em prol de denúncias das ações arbitrárias.<sup>440</sup>

Em contrapartida com a política liberalizante, houve entre o aparato repressivo uma intensificação das atividades. Dessa maneira, durante a governança de Geisel, percebe-se que, com a mesma intensidade em que se davam as ações repressivas, desenvolviam-se as articulações do movimento estudantil dentro e fora da universidade, ocupando jornais e ruas, gerando um desgaste na comunicação entre o Estado e o aparelho repressivo. Ao final da política *distensionista*, os estudantes já haviam firmado sua organização nacional, bem como criado elo entre os diversos setores da oposição ao regime.

### 3.2.1 As manifestações em meio à repressão

O quarto presidente militar foi responsável por promover os primeiros passos em prol da distensão política a partir da “liberdade” de imprensa e legislativa e do “projeto de Emenda Constitucional que previa a revogação dos atos institucionais e complementares” nos pontos em que fossem contrários à Constituição, a exemplo do AI-5. A proposta foi apresentada em julho de 1978 no Congresso Nacional ao final do governo.<sup>441</sup>

Contudo, é impossível apresentar esses fatos apenas como uma concessão do governo que visava a devolução do poder do Estado para a sociedade civil, principalmente porque em meio às medidas liberais, o governo também tomou decisões arbitrárias, além de ter mantido os trabalhos do vasto aparelho de segurança e informação atuando “até o último governo, prontos para agir conforme a natureza do regime, procurando o inimigo interno, intimidando as oposições e praticando a violência contra os mais elementares direitos humanos”.<sup>442</sup> Assim, foi entre as contradições do governo Geisel que o movimento estudantil uniu-se às diversas frentes contra a ditadura, em defesa dos direitos humanos e a favor da anistia ampla, geral e irrestrita, além de brigar pelo direito à “revisão das medidas punitivas que afetaram desde

---

<sup>440</sup> A partir da publicação do Relatório sobre tortura no Brasil, que apresentava denúncias de prisões políticas, maus tratos/torturas nas detenções e assassinatos/desaparecidos de vítimas do Estado, além de trazer dados sobre os supostos torturadores. (Ofício circular nº 3348/DSI/MEC/72. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 4242).

<sup>441</sup> DUARTE, Bruno Sobroza. Desmontando a ditadura: o Governo de Ernesto Geisel. ANPUH: 50 anos. São Paulo/SP, jul. 2011. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. [São Paulo, SP], 2011, p. 8.

<sup>442</sup> CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberdade do regime autoritário (1974-1985). DADOS Revista de Ciências Humanas, Rio de Janeiro, Vol. 48, 2005, p. 134.

1964 o meio civil e militar, bem como a cobrança judicial dos responsáveis por atrocidades repressivas” aplicados em nome do Estado.<sup>443</sup>

Entre as bandeiras mais levantadas pelos estudantes da Universidade Federal da Bahia contra a ditadura, estavam o direito ao *habeas corpus* e a liberdade dos presos políticos, a anistia, a recriação da UNE, a assembleia constituinte e a luta pelo fim dos serviços de segurança e informação. Esses pontos só foram alcançados gradualmente entre o final do governo Geisel e o fim do regime, com Figueiredo, após uma longa caminhada de luta e alianças entre os setores sociais. Apesar de retratarmos os diversos pontos de luta comuns entre os estudantes e os setores liberais, religiosos, associações e sindicatos, iremos nos ater mais sobre as reivindicações e denúncias contra a atuação do serviço de informação e repressão, em especial na Universidade Federal da Bahia, a partir da ASI.

A luta pela democracia se deu em graus e modos diferentes desde a ascensão do governo militar. Assim, mesmo com medo do AI-5 e dos diversos decretos e atos complementares, houve ainda, nos anos seguintes, algumas demonstrações, mesmo que tímidas, de insatisfação do sistema vigente. Os grupos que atuaram com força entre 1969-1974, foram os vinculados à Igreja Católica, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Centro de Estudos e Ações sociais (CEAS)<sup>444</sup> e as ações das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB).<sup>445</sup> Isso só foi possível porque desde a década de 1960 o CEB vinha ampliando sua atuação nas associações de moradores e nos movimentos sociais “através de suas pastorais populares”. Assim, os “movimentos de base [resultaram] numa crescente

---

<sup>443</sup> CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberdade do regime autoritário (1974-1985). DADOS Revista de Ciências Humanas, Rio de Janeiro, Vol. 48, 2005, p. 134-135.

<sup>444</sup> Com a participação de leigos e padres jesuítas, o CEAS era um importante espaço de debate, promovendo interlocução entre a agência católica internacional e as questões do Brasil. O destaque das discussões produzidas pelos CEAS se deu em torno das revistas *Cadernos do CEAS*, criada em 1969. As publicações tiveram grande impacto tornando-se em pouco tempo referência nacional, não apenas por realizar denúncias, mesmo que as vezes sutis, sobre os abusos do Estado, como problematizando as questões sociais, “passando a ser utilizada por todos os movimentos sociais e, até mesmo pelas organizações políticas que se encontravam na clandestinidade. (ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. Os Jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar: atuação do CEAS. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 19-20).

<sup>445</sup> Criadas após o Concílio Vaticano II, as CEBs desenvolviam suas atividades “a partir de um levantamento das necessidades das comunidades (estruturais, sociais, simbólicas), estas eram incentivadas a se organizarem politicamente em torno delas, seja para conseguir melhores condições de transporte público para o bairro, seja para organizar cursos de alfabetização, semiprofissionalizantes, catequeses – entre outros”. (KOPANYSHYN, Emanuelle. A ação política dos bispos católicos na ditadura militar: os casos de São Carlos e Assis. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, 2015, p. 27).

autonomia e engajamento dos religiosos na militância sócio-política”.<sup>446</sup> A partir dessa estrutura foi possível criar um sistema de comunicação “de modo que todas as arbitrariedades da polícia política eram logo denunciadas para a mídia mundial, o que contribuiu para salvaguardar inúmeras vidas”.<sup>447</sup>

No combate à repressão vale destacar as mobilizações estudantis ocorridas não apenas na Bahia, mas também no cenário nacional. No contexto baiano, é importante ressaltar dois momentos distintos fundamentais no processo de organização do movimento estudantil e na luta pela democracia: o boicote contra o ciclo básico (provão) em 1972 e a greve contra o jubileamento (1975). O primeiro movimento marcou o processo de rearticulação do ME local, reconstrução do DCE e dos DAs, importantes na promoção e defesa da universidade. A segunda greve não apenas demarcou o crescimento do movimento local, como possibilitou uma influência no processo de reconstrução de diálogo com o movimento estudantil nas demais universidades do país. A esse fato somou-se a cobertura da imprensa, agora proporcionada pela “liberdade” de imprensa instituída pelo projeto de distensão política do governo Geisel, que divulgava informações sobre a greve de 1975. Isso facilitou a percepção de que existiam problemas comuns às universidades, possibilitando consolidar laços entre os estudantes de diversas universidades e criando bases de resistência para unificar uma ampla frente reivindicatória contra a ditadura.

O ano de 1975 foi marcado não apenas pela greve na Bahia, mas também pelas manifestações em outros Estados como o Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Brasília. Assim como em Salvador, os movimentos grevistas ocorridos nas universidades nesse período partiram de questões específicas, mas ao longo do movimento passaram a criticar “todo o sistema de educação implantado pela ditadura.”<sup>448</sup> Em alguns casos realizaram críticas sobre questões mais amplas, a exemplo da USP “cujo objetivo principal era a saída do diretor da Escola [de Comunicações e Artes – ECA], foi tomando

---

<sup>446</sup> ESPINHEIRA, Maria Victoria. **A resposta da Bahia à repressão militar**: a ação da Ala Jovem do MDB e a militância civil do trabalho conjunto da cidade de Salvador. in: *Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes*. Org. Grimaldo Carneiro Zachariadhes. Salvador: EDUFBA. 2009 p.234.

<sup>447</sup> MOTA, Mauricio Quadros. **A Une Volta à Cena**: A reorganização do Movimento Estudantil baiano e processo de reconstrução da UNE (1969-1979). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013, p 81.

<sup>448</sup> MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e do Centre d’Histoire Sociale du XXème Siècle de l’Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne. 2010, p. 103.

corpo com adesão de várias faculdades da USP” e durante o desenvolvimento da greve “os objetivos foram se expandindo e a pauta de greve ampliou-se: abolição do 477; revogação do AI-5; anistia para os presos políticos; luta contra o ensino pago, censura e jubramento; liberdade de manifestação e organização.”<sup>449</sup>

A frente de oposição ao Estado foi ampliada com a aproximação das diversas entidades de profissionais liberais, como Associação Brasileira de Imprensa – ABI e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, “a fim de desenvolverem ações conjuntas voltadas não só para os interesses de cada categoria, como também para a luta pelas liberdades democráticas”.<sup>450</sup>

É nesse contexto que se constrói a coalizão entre os estudantes e os setores liberais, religiosos, associações de bairros e o surgimento de novas frentes em defesa dos direitos humanos, como “Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), criado pela advogada Therezinha Zerbine, em 1975, com intuito de propagar a conscientização a respeito da necessidade da concessão de anistia aos presos políticos, cassados e exilados”.<sup>451</sup>

As publicações do ME divulgadas nos jornais comerciais traziam informações sobre os problemas vivenciados internamente na universidade, como demissão e prisão de professores; redução de assistência estudantil; ausência de vagas; problema na infraestrutura; jubramentos e as punições aplicadas aos estudantes, assim como os problemas comuns vivenciados por outra grande parcela da sociedade, a exemplo do sucateamento do hospital universitário; a prisão de cerca 35 indivíduos ligados ao MDB;<sup>452</sup> intervenção em sindicatos – como o dos Portuários de Ilhéus, proibição da música “Gota d’água” de Chico Buarque, e outros eventos igualmente abusivos.<sup>453</sup> Durante as mobilizações estudantis, setores da sociedade também eram convidados a tomar conhecimento de suas demandas e auxiliar nas negociações com os dirigentes da universidade, a exemplo da greve contra o jubramento, que contou com a presença do Cardeal D. Avelar Brandão Vilela nas negociações com a reitoria.

---

<sup>449</sup> MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e do Centre d’Histoire Sociale du XXème Siècle de l’Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne. 2010, p.105.

<sup>450</sup> ESPIÑEIRA, Maria Victoria. **A resposta da Bahia à repressão militar**: a ação da Ala Jovem do MDB e a militância civil do trabalho conjunto da cidade de Salvador. in: Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes. Org. Grimaldo Carneiro Zachariadhes. Salvador: EDUFBA. 2009, p.235.

<sup>451</sup> DUCCINI, Felipe Moreira Barboza. A luta pela anistia na Bahia. Maringá: Viseu, 2018, p. 54.

<sup>452</sup> Ocorrida em julho de 1975, as prisões correspondiam a indivíduos que desempenhavam funções importantes a nível do setor público ou empresas privadas, dentre os quais havia, estudantes, professores, operários, profissionais liberais e outros.

<sup>453</sup> Ofício nº 319/75. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx.05, RP. 1074, 1076.

O ano de 1977 permaneceu inflamado devido às contínuas prisões e denúncias de torturas. Em 19 de maio o DCE organizou um ato público na parte externa do Hospital das Clínicas (HPES) em amparo a todos os presos políticos do país, dos exilados e banidos, em prol da liberdade democrática e da anistia. O ato contou com a participação de representantes de vários setores, como sindicatos,<sup>454</sup> associações de classe, secção baiana do MFPA,<sup>455</sup> ala jovem do MDB baiano, associações de profissionais liberais, o grupo Moisés (religiosos, que representaram as associações de bairros), além da presença dos estudantes da Universidade Católica do Salvador e da Escola Baiana de Medicina. Apesar do intuito de organizar o protesto pacífico, a Secretaria de Segurança Pública montou um esquema policial para conter os manifestantes, caso os mesmos tentassem sair das imediações do hospital rumo a uma passeata ou caso fosse solicitado pela Reitoria. Por sua vez, o reitor Mascarenhas informou aos jornais que não solicitaria intervenção militar no ato organizado pelos alunos. Contudo, mesmo não havendo intenção de sair do espaço combinado e sem solicitação da reitoria, os policiais agrediram estudantes e populares, além dos jornalistas que estavam cobrindo o evento.<sup>456</sup>

As agressões ocorreram no final do evento, conforme informações apresentadas no jornal *A Tarde* do dia 21 de maio. O evento estava marcado para ocorrer em um determinado horário no pátio do Hospital das Clínicas ao lado da reitoria. Contudo, no dia do evento, os estudantes compareceram horas antes ao local combinado, comunicando aos presentes que o evento havia sido transferido para a Escola Politécnica, permanecendo alguns no local, em postos estratégicos para permanecerem com os avisos. O evento dessa forma ocorreu livremente, com a presença de mais de 4 mil pessoas. “Constatando o fiasco de sua operação,

---

<sup>454</sup> Até meado da década de 1970, os movimentos sindicais não haviam se inserido na luta contra a repressão. Isso porque, “após o golpe, o governo militar utilizou a fundo todos os poderes que lhe conferia a legislação trabalhista corporativista para aumentar o controle sobre o movimento sindical.” Deste modo, “entre 1964 e 1970, o Ministério do Trabalho efetuou 536 intervenções em organizações sindicais, substituindo líderes eleitos por pessoas por ele nomeadas.” Passando a organizar-se politicamente na segunda metade da década de 1970. (KECK, Margaret E. **PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p.96)

<sup>455</sup> Criada em 1977, a secção MFPA da Bahia tinha como líder Isabel Veiga de Santana, na época tinha três filhos presos – Sergio Veiga Santana vereador do MDB, Marcelo Veiga Santana, estudante de economia da UFBA e membro da ala jovem do MDB e por fim Ieda Veiga Santana, assessora do Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia (DERBA), todos presos na operação Radar em 1975. Apesar da formalização do núcleo de Salvador ter se dado em 1977, com a visita de Zerbine, as mobilizações em prol da liberdade dos presos pela Operação Radar se dar entre os anos 1975 e 1976, no momento em que os familiares dos presos políticos inicia um grupo de apoio mútuo, tendo como inspiração os discursos de Zerbine. (DUCCINI, Felipe Moreira Barboza. **A luta pela anistia na Bahia**. Maringá: Viseu, 2018)

<sup>456</sup> Encaminhamento nº 137/77/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx.05, RP. 1610 - 1682.

os milicianos descarregaram sua ira sobre os que voltavam da manifestação, notadamente os rapazes da imprensa”, que passaram próximo a reitoria.<sup>457</sup> O ato repressivo tomou um vasto movimento contestatório com movimentos de protestos de representantes de várias entidades, inclusive do Arcebispo Primaz do Brasil Dom Avelar Brandão Vilela e ampla cobertura dos jornais.

A contínua ação repressiva do Estado não passava despercebida ao ME e aos membros dos diversos segmentos sociais. O debate sobre “liberdade democrática e constituinte”, realizado na manhã do dia 25 de maio de 1977 na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas pelos estudantes com participação de políticos e representante de outras entidades demarcou bem essa angústia. Apesar do governo se apresentar de forma mais “dócil”, ainda pairava o medo da repressão. A saída vista era unificar os movimentos para pressionar o Estado. Assim foi discutido que a constituição de uma assembleia constituinte seria a alternativa para conter o terror do aparato repressivo, pois mesmo que AI-5 fosse extinto, nada proibiria a instalação do AI-6, ou seja, a permanência da política repressiva.<sup>458</sup>

Ainda no mesmo ano, professores da Universidade da PUC-SP sofreram agressões policiais. Em nota, professores da Universidade Federal Bahia se solidarizam, criticando a escala excessiva de violência nas universidades brasileiras. Tal artigo fazia uma correlação com os abusos sofridos na UFBA, como também realizava denúncias contra a presença de agentes infiltrados na Universidade, contra as pressões exercias pelo aparelho de segurança que funcionavam dentro da instituição e fazia referência ao medo da atuação dele.

Segundo um professor não identificado na reportagem do *Jornal da Bahia*, do dia 29 de setembro, por conta da assessoria “o docente Antônio Leopoldo Meira foi transformado em auxiliar de ensino concursado em colaborador e não recebeu pagamentos nem indenizações, sem qualquer justificativa ou direito de defesa”. Casos como esse não eram atípicos, principalmente se os candidatos (professores ou servidores) fossem enquadrados com algum registro negativo na triagem ideológica. Dessa forma, os professores tinham que conviver diariamente com o medo de serem atingidos por alguma medida repressiva, o que tornava as atividades realizadas dentro da universidade bastante complicadas, visto que a universidade é

---

<sup>457</sup> Encaminhamento nº 137/77/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx.05, RP. 1637.

<sup>458</sup> Encaminhamento nº 137/77/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx.05, RP. 1618.

por definição “fórum de debates de ideias e, como tal, deve estar a salvo de atos violentos como o que se perpetrou contra a PUC em São Paulo”.<sup>459</sup>

Na reportagem “Triagem política, rotina nas universidades”, publicada pelo jornal *Estado de São Paulo*, em 1977, não apenas foram realizadas críticas sobre o aparato de segurança e informação e a violência exercida nas instituições de ensino superior, como igualmente foi descrito o modo de produção de informações e atuação das ASIs nas universidades. O texto questionou a ausência de justificativa plausível para as tomadas de decisões que atingiram de modo especial a comunidade acadêmica. Assim, são apresentados casos de perseguições e demissões de funcionários devido às suas posturas ideológicas, opção sexual ou até mesmo à realização, de cursos ou viagens à países comunistas ou socialistas, como no exemplo do professor Paulo Miranda, do Instituto de Física da UFBA.<sup>460</sup> Desse modo, “o novo clima de denúncias contra o processo repressivo e as medidas de exceção tornaram possível revelar a permanência, na universidade, de mecanismo de controle ideológico”.<sup>461</sup>

A imprensa paulista também publicou cartas dos professores da USP “sobre a existência de uma ‘comissão’ responsável por triagem ideológica”. Por esse motivo o “reitor foi chamado a depor em comissão de inquérito da Assembleia Legislativa”. Ele negou todas as acusações e foi, em seu julgamento, “beneficiado pela inexistência de provas”. Contudo, outros casos foram surgindo e, com eles, aparecendo algumas evidências que comprovavam a existência de tais agências na universidade.<sup>462</sup>

No jornal *Tribuna da Bahia*, divulgado em 1978, representantes dos professores da UFBA denunciaram demissões de professores contratados, auxiliares de ensino e monitores lotados na Faculdade de Filosofia, Letras, Medicina e Física. “Esse tipo de demissão segundo o presidente da APUB, Humberto Tanure, conhecido como ‘triagem ideológica’, vem sendo feito nas universidades brasileiras” as demissões e vetos à renovação de contrato, demonstrando a ausência de autonomia e poder do Departamento sobre os atingidos por esses

---

<sup>459</sup> Anexo: Publicação Jornal da Bahia, 29 de setembro. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx., RP. 2838.

<sup>460</sup> Anexo: publicação O Estado de São Paulo 25 de setembro. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx., RP. 2835.

<sup>461</sup> ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ADUSP. O livro negro da USP: o controle ideológico na universidade. 2 eds. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 65.

<sup>462</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 333.

mecanismos. Tais ações intervencionistas realizadas pelos serviços de informações no processo de seleção de professores contradiz com a faculdade do Departamento ser o único órgão que podia decidir sobre a contratação e demissão de professores. Conforme Tanure, tais decisões atendem às “recomendações de órgãos de segurança, que investigam a vida do profissional, antes e depois de entrar na Universidade”, porém, desta vez, “os professores prometem tomar providências enérgicas”.<sup>463</sup>

As denúncias contra o modo de atuação e repressão nas universidades foram tomando grande destaque na imprensa brasileira, e o movimento, então passou a incorporar novas pautas, ampliando sua luta em prol da democracia e o retorno de vários acadêmicos exilados pelo governo ditatorial. Em 1978 a luta pela anistia preconizada pelo MFPA ganhou novos contornos com a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Nesse ano havia, conforme a estimativa da Comissão de Justiça e Paz, cerca de 10 mil pessoas exiladas, dentre elas muitos professores, pesquisadores, artistas e intelectuais consagrados. Destes, apenas 128 brasileiros banidos eram reconhecidos pelo governo - “os restantes eram considerados auto exilados, mesmo que estivessem fugindo da prisão, tortura e morte”.<sup>464</sup>

A negativa do governo em reconhecer os exilados gerou manifestação entre os grupos em defesa da anistia. Inicia-se a aproximação entre os exilados e seus familiares com grupos atuantes tanto no Brasil, quanto no exterior, em defesa da anistia, favorecendo a unificação dos indivíduos que de diferentes formas sofreram com a repressão do Estado autoritário e ampliando a campanha pela anistia, ampla, geral e irrestrita. A luta pela anistia mobilizou também professores e estudantes das diversas universidades do país, fato que “implicaria também reintegração dos professores expurgados”.<sup>465</sup>

Nesse contexto de mobilização e luta contra o aparato repressivo e o controle social, Geisel aplicou várias medidas abusivas com intuito de “salvaguardar” o poder das mãos da oposição, como o fechamento do Congresso e o Pacote de Abril. Suas ações autoritárias ocorrem em concomitância ao processo de “abertura” política, com a extinção do AI-5 no apagar das luzes de seu governo. Deste modo, o pacote com as reformas nos judiciários e

---

<sup>463</sup> Encaminhamento nº 294/78/ASI/UFBA. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx.06, RP. 1882,1883.

<sup>464</sup> DUCCINI, Felipe Moreira Barboza. A luta pela anistia na Bahia. Maringá: Viseu, 2018, p. 103.

<sup>465</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 339.

eleitorais, juntamente com fim do Ato Institucional nº 5 e dos atos complementares, seriam decisivos para a liberalização negociada mais adiante no governo Figueiredo.

Não apenas as ações dos estudantes estavam sendo observadas pelo serviço de informação, também se passou a controlar as articulações de todos os setores que se encontravam em diálogo com os estudantes. A partir dos ofícios enviados, é possível compreender como se dava a preocupação do sistema de informação para com a interação de diversos segmentos com os estudantes. Para tanto, analisaremos três documentos de períodos diferentes, produzidos pelo serviço de informação para orientar as ASIs quanto às estratégias e sugestões que deveriam ser seguidas no controle do movimento estudantil e suas articulações com a sociedade.

Ambos os documentos analisam a trajetória do movimento estudantil e o trata como massa de manobra de uma organização maior, o Movimento Comunista Internacional (MCI). Segundo a compreensão do serviço de inteligência, este visava a dominação global, havendo conseguido manipular a mente de alguns poucos militantes que, por sua vez, envenenam os demais estudantes ou parte da sociedade por meio de reivindicações apresentadas como “bandeiras juntas”. O primeiro ofício enviado pela Divisão de Segurança e Informação às ASIs, para conhecimento dos reitores, era intitulado *Movimento estudantil no país*, encaminhado em 10 de maio de 1976; o segundo também foi produzido pela DSI *Movimento estudantil no país* de 31 de maio de 1976. Outro documento denominado *Tendência do ME para 1978*, datado de 03 de janeiro de 1978; por último, o estudo de situação de Informações, realizado pela Coordenação Geral de Segurança, intitulado *Evolução da subversão* e encaminhado aos serviços de informações em 6 de julho de 1979.

O primeiro ofício *Movimento estudantil no país* faz uma sucinta análise do avanço do movimento estudantil desde 1972. No estudo é sugerido que a “quebra de etapas” e o processo rearticulado da comunicação com os demais centros de ensino superior, através de publicações e encontros, locais, regionais e nacionais, foi fundamental para a reorganização da UNE. Outra questão abordada foi a tática de convencimento do povo sobre a ausência de perigo comunista, transferindo a noção de inimigo do povo para a figura do governo. Fato esse que, segundo a sua percepção, tornava a batalha travada pelo sistema de repressão bastante complexa, pois de acordo com a DSI os jovens condicionados pelo MCI dificilmente conseguiam raciocinar com objetividade. Dessa forma, a melhor maneira vista pelo sistema de

informação para vencer o comunismo seria buscar conhecer ao máximo as estratégias usadas pelo MCI para convencer os jovens e investir em uma formação política para conscientizar sobre as armadilhas do movimento comunista internacional. Porém, entre os documentos da ASI/UFBA, nada de fato foi feito, pelo menos não com eficiência, para melhor conduzir os estudantes contra as “artimanhas” lançadas pelo comunismo:

a parcela estudantil que se encontra envolvida na subversão tem consciência de seu papel histórico no contexto do Movimento Comunista Brasileiro (MCB). É com isso que proclamam que sua função consiste em lutar para o proletariado, o único detentor do papel político na história. Paulatinamente, o ME vai estendendo-se a todas as escolas superiores do país, também àquelas de tradição democrática. Não obstante os seus militantes constituírem uma minoria, conseguem envenenar a maioria dos estudantes menos esclarecidos. [...]. Em face do que foi exposto neste item 7, torna-se delicado e complexo para as autoridades intervir com oportunidade e sucesso para frear o atual encaminhamento do ME. [...]. concordamos com que a maioria dos estudantes considerem a constituição de entidades estaduais e nacionais de sua classe como aspirações legítimas. [...]. Entretanto, vistas num contexto histórico, sabemos que essas entidades representativas constituem parte integrante da plataforma estratégica do MCB, como instrumento para manobrar mais eficientemente todo um sistema da sociedade. [...]. Da mesma forma, urge situar no contexto da estratégia do MCI alguns dos flagelos que atingem especialmente a juventude dos países em desenvolvimento: uso de entorpecentes; licenciosidade moral; desprezo incondicional aos valores tradicionais e à história; negação da verdade; visão distorcida e parcial da realidade; não aceitação do diálogo, etc. [...] [para conter esses avanços] Sugere “outras iniciativas” para a “formação de lideranças que assumirão o comando do processo social” no dia de amanhã”.<sup>466</sup>

Já o ofício *Movimento estudantil no país* analisa algumas publicações supostamente publicadas por membros de movimentos de esquerda, em especial o MCI. São apresentados alguns trechos dos artigos “Los nuevos combates de los esdudiantes brasileños al fascismo” publicado na revista “Mundo Estudantil”, da Union Internacional de Estudiantes”, com sede em Praga; e “Plataforma para a união comunista” publicado na revista “Debate – Brasil 75” editada em francês e à venda em livrarias da França, Portugal, Suécia e Itália. Na análise da DSI, os textos confirmam a hipótese de que o ME iniciou o processo de rearticulação em 1972 sob as diretrizes do MCI - além de trazer informações sobre a atual situação do Movimento Comunista Brasileiro (MCB). O documento comenta a publicação “Retrospectivas políticas e orgânicas para o ME” na qual é apresentado como um projeto produzido para discussão interna na UNICAMP que também foi proposto em pauta da reunião nacional de estudantes

---

<sup>466</sup> Ofício nº 040/SICI/1/DSI/MEC/76. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2428-2428.5.

realizada na USP em 03 de abril de 1976. A partir das informações apresentadas a DSI avalia que,

Sem restringir ocorrências estudantis de universidades, individualmente, podemos destacar algumas conquistas do ME, neste ano [1976], cuja origem comunista e finalidade subversiva se torna caracterizada [...]: alguns diretórios estudantis estão conseguindo que os respectivos dirigentes universitários aprovelem seu estatuto, contendo artigos que conflitam frontalmente, com relação ao caráter representativo, à abertura para atividades político-ideológicas e ao estabelecimento de um poder paralelo na universidade. Como exemplos de encontros estaduais marcantes, citamos o VI Encontro Estadual de DAS e DCEs, realizado em Ijuí/RS, nos dias 24 e 25 de abril/76, sob o patrocínio do Conselho Estadual de Diretórios Estudantis (CEDE). De inspiração subversiva, os assuntos tratados giraram em torno do ME, estadual e nacional, e sobre suas lutas em favor do proletariado. E, em diversos Estados, estão sucedendo-se “Semana de liberdades democráticas”, caracteristicamente dentro da orientação do MCI. É lamentável que os assuntos nelas abordados sejam de molde a envolver o estudante incauto. Com o objetivo de fortalecer a união nacional dos estudantes por setores específicos e visando à preparação de um grande Encontro Nacional de Estudantes com vistas à rearticulação da UNE, já ocorreram, neste ano, várias reuniões nacionais de estudantes, de notável significado. [...] O primeiro passo para combater o ME, enquanto obra do MCI, consiste em tornar consciência de sua realidade e conhecer sua natureza e seus objetivos. Somente assim saber-se-á, depois, tomar as medidas adequadas para evitar, com firmeza e destemor, que ele continue estendendo-se e fortificando-se, qual avalanche destruidora.<sup>467</sup>

No documento *Tendência do ME para 1978* foram discutidas duas das principais pautas a serem postas em prática, em 1978, com base numa suposta reunião que ocorria periodicamente do Partido Comunista em Praga/ Tchecoslováquia e em um documento supostamente produzido pelo Movimento Integração e Luta (MIL), setor estudantil da organização subversiva do PCBR, distribuído em outubro de 1977. De acordo com a avaliação feita pela DSI, na reunião foi elaborada através de instruções secretas que deveriam ser difundidas, principalmente, na América do Sul, na qual destacava a necessidade de conquistar as agremiações e órgãos estudantis, e controlar as associações artísticas etc. O documento do MIL visava orientar sobre como organizar o Movimento Estudantil, apresentando duas táticas de organização para a luta, uma ilegal e outra legal. A ilegal era constituída pela Organização Independente de Massa (OIM), sendo a OIM apresentada como “o embrião do Poder Popular”. A forma legal empregaria conquistas nas representações de turmas, cooperativas, diretórios e os cineclubes, as associações atléticas, etc. O texto

---

<sup>467</sup> Ofício nº 052/SICI/DSI/MEC/76. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 07, RP. 2322-2323.6.

prosegue informando sobre alguns fatos ocorridos no meio estudantil obtidas por meio de um panfleto estudantil encontrado na UnB, como a reunião da Comissão Nacional Pró-UNE, que havia ocorrido no Rio de Janeiro, em novembro de 1977. Assim como também são descritas as resoluções tomadas durante o evento, deixando para cada universidade a responsabilidade de criar estratégias para conter os avanços do ME, único com os demais segmentos sociais. Conforme o documento,

estão programadas, para abr./78, as eleições da diretoria da UEE/SP e a realização do IV ENE com o objetivo de reorganização da UNE. Os dados disponíveis sobre o ME indicam a intenção de serem retomadas as mobilizações de massa a partir do início do 1º período letivo de 1978.<sup>468</sup>

Por fim, o estudo de situação de informação *Evolução da subversão* apresentou de forma minuciosa todo o processo de reestruturação não apenas do ME, mas dos núcleos religiosos e sindicais. Nesse estudo a atuação da esquerda ocorreria por meio da ação psicológica a partir de distribuição de material, como jornais, panfletos e outros; movimento cultural, como músicas e peças teatrais que “achincalham” a administração pública por meio da agitação em todo o país, dividida por fases e realizada a partir de um cronograma. A primeira fase seria a organização de atos públicos – exigindo o fim da tortura, pela anistia e assembleia constituinte. A próxima fase seriam as greves – que reivindicam melhores condições de trabalho, aumento de salário e outras situações trabalhistas. Por fim, a reorganização dos trabalhadores por meio de uma Central Única dos Trabalhadores, urbana e rural. Dentro deste contexto, os estudantes seriam a força motriz que guiaria e auxiliaria os trabalhadores na reconstrução da unidade dos, promovendo a derrubada do governo. Segundo o documento:

Praticamente em 1972 foi concluído o processo de desativação das organizações subversivas que vinham tumultuando a vida nacional, através de ações contestatórias de cunho militaristas. [...] Nestes quase sete anos, conseguiram, basicamente, plantar os seguintes objetivos: a reorganização de suas entidades e de outras de caráter legal; “cerco estratégico” sobre os Governos da Revolução partindo das campanhas “contra a tortura” no Exterior, conseguindo trazê-las para dentro do país e movendo um processo de ação psicológica inteligente, visando anular ou imobilizar as ações dos órgãos de segurança e, com isso, tornando bastante difícil a repressão a seus militantes, o que lhes tem dado garantia de manobra.[...]. [Neste contexto,] O movimento estudantil queimou todas as suas etapas, neste período, desde a tomada pela

---

<sup>468</sup> Ofício nº 001/16933/77/SICI/1/DSI/MEC/78. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 06, RP. 1882.

esquerda dos DAs e DCEs, a implantação das UEEs e já agora a reconstrução da UNE. [...] Existe um planejamento nacional de agitação, com um cronograma de ações coordenadas e sincronizadas para manter o país permanentemente mobilizado, pela ação de massa. [...] A subversão “queimando etapas” através de ações de massa, de cunho essencialmente político, pretende organizar político-ideologicamente os principais seguimentos da sociedade.<sup>469</sup>

Os documentos demonstram quanto o serviço de inteligência conhecia as articulações da esquerda, em especial do ME e a extensão na coleta de informação que se estendia a outros países, ressaltando o intercâmbio de informações entre os aparelhos de repressão política. Contudo, é também por meio desses arquivos que percebemos a ausência de estratégias que garantissem de forma eficiente a interrupção da evolução do movimento de contestação ao governo, que crescia a passos largos. Dessa forma, professores, estudantes e funcionários associados com várias categorias sociais visavam as falhas produzidas pelo serviço de repressão, como das ASI, para a realização de denúncias que corroborassem como mecanismo de pressão para a extinção do órgão. Deste modo, vale lembrar a existência de resistência intencional de alguns dirigentes em aplicar algumas medidas punitivas. Isso pode ser visto como um dos pontos que dificultaram a eficiência das ações repressivas diante da comunidade acadêmica. Vale incluir a união com a imprensa, que garantiu a possibilidade de fazer reverberar com facilidade qualquer ato opressivo. Tudo isso conduziu a um novo contexto político mais favorável para a resistência ao regime.

O sucessor João Baptista de Oliveira Figueiredo assumiu a presidência sob nova conjuntura, não possuindo mais a força do AI-5 para impor suas decisões. Diferente do projeto de distensão elaborado no início do governo anterior, que não almejava repassar o poder político para as mãos dos civis, o projeto de “abertura” já vislumbrava o retorno à democracia, não necessariamente por acreditar que os civis fossem a melhor opção para o Brasil, mas por observar as mudanças pelas quais o Brasil passava, a partir do aumento dos “movimentos sociais unidos, ocupando de forma crescente a praça pública em torno da democracia,” fonte de maior pressão “sobre as políticas de distensão e “abertura” no caso brasileiro”<sup>470</sup>, bem como as tensões existentes entre os militares. Vale observar também as mudanças na conjuntura externa. “A partir de 1976, com a ascensão de Jimmy Carter à presidência americana” inicia-se nos EUA um processo de defesa aos direitos humanos e as

---

<sup>469</sup> Ofício nº 06/COSEG/79. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx. 11, RP. 3460-4360.14.

<sup>470</sup> NAPOLITANO, Marco. 1964: história do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, p. 210.

“crítica ao predomínio de um partido oficial”, assim como passa a condenar o cerceamento “da liberdade de expressão e de organização e denúncia da atuação de polícias políticas responsáveis pela repressão das dissidências”, além das condições em que se encontravam a economia mundial.<sup>471</sup>

Sobre esse aspecto vale ressaltar que parte dessas mudanças em torno da política externa norte americana a respeito das ditaduras na América Latina aflorou depois da derrota dos EUA na Guerra do Vietnã. A estratégia desenvolvida pelo governo americano visava “recuperar a hegemonia norte-americana por outros meios que não o simples *putsch* militar”.<sup>472</sup> Sem o apoio exterior, aumento das denúncias de tortura, colapso na economia, pressão das organizações de oposição e crises no meio militar tornou-se necessário rever as estratégias políticas. Por esse motivo, havia necessidade de se criar uma estrutura política que não se voltasse contra os governos militares, promovendo enfim uma transição controlada.

A proposta de “abertura” política de Figueiredo foi construída em cima de três pilares: a anistia aos presos políticos e promoção do auto beneficiamento da anistia; a quebra do monopólio que o MDB exercia na oposição; e a redução ou mudança do serviço de informação e repressão, para então contornar a contínua tensão com parte da sociedade. A mudança na correlação de forças estabelecida na sociedade apontava para uma situação cada vez mais crítica para a continuidade do projeto político forjado no princípio do governo Geisel. Dessa forma, “o engajamento pelo fim do regime militar não [foi] uma conversão repentina”. Ele foi o resultado de um longo processo que cruzou “fronteiras confusas entre posições políticas que seria mais cômodo encarar como perfeitamente antagônicas, e defendidas por protagonistas bem distintos”.<sup>473</sup>

Assim como o processo de distensão não agradou a todos, o novo projeto de “abertura” política também ampliou o conflito entre os militares. Enquanto eram implementadas políticas

---

<sup>471</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985**. In: O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs), volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 246.

<sup>472</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985**. In: O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs), volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 250.

<sup>473</sup> CHIRIO, Maud. A “**primeira linha dura**” do regime militar: trajetória de oficiais do exército nos anos 60 e 70. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho, 2011, p. 11.

liberalizantes, a “extrema direita militar respond[ia] com ações terroristas contra alvos “comunistas”: bancas de revista que vendiam publicações de esquerda, parlamentares de esquerda e shows organizados por artistas de esquerda” foram atacados. Impulsionando a ocorrência de mais movimentos contra a repressão.<sup>474</sup>

A intensificação das ações agressivas do aparato repressivo estimulou o aumento das denúncias e discussões com respeito à extinção desses serviços. Nesse quadro, os estudantes não mais lutavam sozinhos dentro das universidades. Em fevereiro de 1979 ocorreu o I Encontro Nacional de Associações Docentes, em São Paulo, e dentre os temas abordados estava a proposta de extinção das Assessorias de Segurança e Informações. A imprensa, por sua vez, expôs de forma intensa a atuação das ASIs, estimulando a indignação social com respeito aos mecanismos de controle e meios de repressão do Estado. Foi exatamente nesse contexto que os reitores acataram cada vez menos as decisões tomadas pelos serviços de informação, como vimos nas contratações de profissionais não recomendados pelo sistema de informação.

A Campanha pela Anistia ganhava grande contorno social, principalmente por denunciar as ações arbitrárias do Estado, exigindo a extinção dos aparatos repressivos e reivindicando liberdade e democracia. As discussões sobre anistia não se deram apenas no âmbito das vítimas, havendo intensos debates entre os militares, principalmente no final do governo Geisel, no intuito de que também fosse concedida anistia aos militares e que houvesse algumas limitações às solicitações da oposição. Com o fim do governo, “os militares não poderiam correr nenhum risco”<sup>475</sup> de sair do poder desprotegidos judicialmente.

Marcada pela disputa de diferentes projetos, a lei de anistia aprovada em agosto de 1979<sup>476</sup> teve como vitoriosa “a proposta negociada com a oposição parlamentar de uma anistia

---

<sup>474</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: as assessorias de segurança e informações das universidades. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, nº 16, jan-jun. 2008, p. 148.

<sup>475</sup> AMORIM, Bianca Rihan Pinheiro. Nas entrelinhas da distensão: a construção de memória no arquivo pessoal de Ernesto Geisel. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, 2014. p. 93

<sup>476</sup> “A lei nº 6.683/79 não concedia anistia aos militares de luta armada que haviam se envolvido com mortes de agentes da repressão. Também não previa a libertação imediata de militantes condenados pelo crime, previsto pela Lei de Segurança Nacional” por tentar reorganizar partidos vistos pelo Estado como ilegal. Assim como “os militares expulsos das Forças Armadas não seriam reintegrados, mas passariam a receber pagamento integral por aposentadoria”. No que diz respeito aos servidores expulsos de seus antigos cargos e funções “nos ministérios, secretarias, universidade e do judiciário poderiam retornar às suas funções, se obtivessem o aval de uma comissão especial de inquérito”. (MATTOS, Marcos Aurélio Vannucchi Leme de. Em nome da segurança nacional: os processos da justiça militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979. Dissertação (mestrado em

recíproca que enfatizava a fórmula do esquecimento dos atos repressivos praticados no passado”, em que os culpados pelos atos repulsivos não seriam punidos. Naquele contexto, foi negado às vítimas da ditadura o direito de justiça.<sup>477</sup>

No que diz respeito à anistia, “para os servidores públicos aposentados e demitidos, a lei estabeleceu o prazo de 120 dias para que requeressem retorno ou reversão aos antigos cargos”. Contudo, a lei não garantia a reintegração, já que as universidades deveriam criar comissões para que fossem analisados cada caso, além de verificar “o interesse da administração no reaproveitamento dos servidores afastados”. Aos que tivessem tido seu pedido indeferido ou aos que não tivessem apresentado pedido para retornar, seriam aposentados. Sobre esses casos nada foi encontrado na documentação da ASI/UFBA, o que não indica que não tenha havido ocorrência de reintegração de professores, principalmente porque tais procedimentos foram vistos por muitos professores como insulto, “como se pedissem perdão por um crime não cometido”, devido a algumas exigências como a necessidade de requerer o retorno, bem como a incerteza de reintegração. O que fez com que muitos dirigentes adotassem outras estratégias para reintegrá-los, poupando-os do constrangimento.<sup>478</sup>

Com o intuito de ampliar o diálogo com a oposição e reduzir a força de atuação do MDB, Figueiredo adotou outras medidas como o fim do sistema bipartidário pela Lei 6.767/79 que possibilitou a criação de novos partidos e a extinção dos decretos 477/69 e 228/67, que muito atormentavam a vida dos estudantes, professores e funcionários. Essa estratégia do governo não conseguiu silenciar os movimentos contra as ASIs nas universidades.

Apesar das diversas reivindicações, nada havia sido feito de forma efetiva e urgente pela extinção das ASIs e DSIs no governo anterior, “pois era na área de informações [que] estavam encastelados grupos refratários às mudanças políticas”, além de que “havia interesse corporativo na preservação do poder na comunidade”. É no governo de Figueiredo que inicia uma nova mudança na estruturação do Sistema Setorial de Informações e Contrainformação

---

história social), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2002, p. 30)

<sup>477</sup> CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberdade do regime autoritário (1974-1985) DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 48, 2005, p.135.

<sup>478</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 340.

do MEC (SISSI/MEC). “Em maio de 1979, a DSI/MEC enviou ofício aos reitores, informando que ‘por determinação superior’, as ASIs universitárias estavam extintas”.<sup>479</sup> O fato é que realmente houve a extinção das assessorias em algumas universidades, assim como houve a permanência de algumas agências com vinculação com a universidade, mas agora lotadas nas Delegacias Regionais do MEC. A decisão era tomada conforme a avaliação do serviço de informação. Contudo, na documentação não há informações sobre os critérios adotados para escolha de quais assessorias permaneceriam ativas.

A associação das ASIs com as delegacias não configurava necessariamente a alocação para um novo endereço ou alteração do pessoal. No caso da UFBA, a vinculação com as delegacias não significou a mudança de endereço e houve a permanência de todo o quadro e de sua estrutura de funcionamento, estando essa agência ainda sob a dupla regência (reitor e DSI). Isso porque, conforme o ofício circular nº5, da DSI, enviado em dezembro de 1979 ao reitor Luiz Fernando Seixas de Macêdo Costa,

a implantação da nova estrutura carece da compreensão e apoio de Vossa Magnificência e, nesse sentido, consultamos sobre a possibilidade dos servidores da ASI dessa instituição passarem à disposição da Delegacia Regional do MEC, com ônus para a universidade e sem prejuízos funcionais ou financeiros para os servidores.<sup>480</sup>

Desse modo, conforme as informações que temos, a ASI na UFBA funcionou, pelo menos, até os primeiros anos da década de 1980. Assim, apesar de todas as manifestações construídas em prol do retorno à democracia, da liberdade, em combate ao aparato repressivo, o serviço de vigilância atuou durante todo o governo Figueiredo, ainda que tendo que conviver com as novas regras do jogo construída a partir das mudanças políticas que favoreceram a vitalidade dos movimentos sociais.

Ao final da década de 1970, a imagem do serviço de informação e repressão encontrava-se desgastada, não apenas devido aos atos abusivos contra a sociedade (prisão, tortura e assassinato), como pela extensa exposição de suas ações arbitrárias orquestradas pelo próprio sistema, tanto através da quebra de sigilo, quanto pelos atentados organizados por alguns membros do sistema de repressão. Por isso, havia a necessidade de o governo criar nova estrutura para o sistema de controle social, que “preparasse a sociedade para a democracia” e que promovesse a proteção ao governo militar em estágio de declínio. A partir

---

<sup>479</sup> MOTTA, *Ibid.*, p. 335.

<sup>480</sup> Ofício 05/D/DSI/MEC. Arquivo da ditadura, Estudos Baianos/UFBA, Cx.11, RP. 3325.

disso é possível compreender o caráter contraditório dos últimos governos militares. Ao mesmo tempo em que criaram leis que coagiam a oposição por meio do aparato repressivo, algumas medidas foram flexibilizadas para garantir sua própria legitimidade. Dessa forma, “a oposição pôde utilizar esse espaço para forçar maior liberalização e organizar um amplo movimento social de bases”.<sup>481</sup>

Com a ausência dos decretos e atos que promoviam a extensão da política do medo, que anteriormente garantiam à ASI o cumprimento de suas solicitações, as relações anteriormente construídas da ASI com os dirigentes se modificaram. Os estudantes e professores encontraram-se em outro processo sócio-político, havendo acréscimo de novas reivindicações nas pautas de mobilização nas universidades entre os estudantes, como a liberdade sexual, o uso de drogas, os questionamentos sobre o condicionamento moral e as diretas já. Por esse motivo, o funcionamento da ASI na década de 1980 necessita de estudos mais aprofundados sobre as complexidades da atuação dos serviços de informação diante das configurações apresentadas pelo novo contexto político e sociocultural.

---

<sup>481</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989, 319.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho apresentamos o ordenamento estrutural normativo da AESI/ASI, os diálogos e conflitos existentes dentro do aparato de inteligência e de segurança no aparelho de repressão, as dinâmicas produzidas pelas relações pessoais e impessoais construídas na comunidade acadêmica e a atuação e falhas da Assessoria de Segurança e Informação/UFBA. É importante perceber que a vigilância foi um instrumento de controle social difundido pela comunidade de informação e que se estabeleceu como método repressivo preventivo introduzido pelo aparato militar, atuando em diferentes níveis para neutralizar quaisquer forças contrárias ao regime.

Na década de 1970, a estrutura da repressão perpassava pelo aparelhamento dos órgãos públicos (ministérios, empresas públicas ou mistas, fundações, institutos e autarquias) e privados com instalação de agências de informação, serviços de censura, atividades de investigação/espionagem, instaurações de inquéritos e aplicação de leis punitivas, além da prática do sequestro, prisões, tortura e assassinato, que atingiam não apenas os militantes de esquerda, mas a qualquer cidadão que questionasse as políticas desenvolvidas pelo Estado. Foi a partir desses mecanismos que o Estado derrotou as organizações de luta armada, desarticulou as lideranças de esquerda, silenciando pelo menos por algum tempo os opositores. Ações como essas só foram possíveis devido ao processo de sistematização do aparelho repressivo e do complexo informativo, concretizado por meio da criação do SISSEGIN e SISNI, ampliando assim a extensão de sua atuação por intermédio da comunicação entre os diferentes serviços.

O novo projeto político do governo Geisel surge com o intuito de aliviar as tensões sociais, sem abrir mão dos aparelhos repressivos. Desse modo, em consonância com o processo de distensão e posterior “abertura” política, operou-se forte atuação não apenas do serviço de segurança, mas da própria reestruturação dos serviços de inteligência do SISNI, como das DSIs e ASIs, que tiveram durante esse período grande peso por meio da triagem ideológica, promovendo bloqueio ao ingresso e à permanência de vários profissionais, além das perseguições a todos que se opusessem às regras do Estado, no espaço de sua jurisdição.

Contudo, apesar de existir mecanismos de controle com o intuito de frear, ou ao menos dificultar, a entrada de professores, funcionários e até mesmo de estudantes no ambiente

universitário, críticos ao governo, foi possível observar diversas articulações contrárias ao regime. Dessa forma, os mecanismos usados com o intuito de extinguir os movimentos estudantis nas universidades não tiveram êxito. Os estudantes permaneceram com seu processo de reorganização em nível nacional, como também atraíram olhares para os problemas que atingiam não apenas a universidade, mas a sociedade brasileira como um todo, conquistando apoios de diversos setores sociais. A falta de agilidade da ASI/UFBA não se deu apenas no insucesso em combater o crescente movimento estudantil, mas ocorreu no próprio descompasso do controle do espaço universitário no que se refere à flexibilização das punições e contratações de indivíduos vistos como “subversivos”. É possível que tais proteções ocorressem nos “espaços de negociações” e que as mesmas fossem construídas por meio das relações pessoais realizadas sem provocar confronto ou questionamento direto às exigências do Estado.

Isso não quer dizer que dentro da UFBA não houvesse divergência entre os membros da comunidade, nem que todos seguissem o perfil de contestação ao regime. Ao contrário, entre os membros da UFBA também foram encontrados indivíduos que se aproximavam dos diversos perfis de comportamento baseado na adesão, acomodação e resistência, não sendo possível enxergar os indivíduos de forma estática e inflexível. Dessa forma, é coerente observar que até mesmo aos que enxergavam o regime com bons olhos poderiam desenvolver ações aparentemente contrárias ao que se esperava dos adesistas. Isso porque não são apenas as regras que movem uma instituição, mas a compreensão individual, que está carregada de questões subjetivas.

Apesar da ineficiência em extinguir o movimento de contestação organizado pelos estudantes e posteriormente também pelos professores, não é possível ignorar a extensão e os estragos promovidos pela vigilância e controle do espaço universitário desenvolvido pelos órgãos de informações. Dentre os males, podemos citar as suspensões, advertências, recusa de matrículas, censura, demissões, expurgos de livros, corte de bolsas, estágios e monitorias, recusa de contratos, entre outros. Esses fatos prejudicaram a vida acadêmica e profissional dos indivíduos, principalmente se ampliarmos essa lista e incluirmos outros danos como a perseguição que fez muitos professores e estudantes se afastarem da universidade, indo para a clandestinidade ou para o exílio. Nesses processos estudantes deixaram de se formar, pesquisas foram interrompidas, estudantes que permaneceram nas universidades ficaram sem professores, ocasionando a desestruturação do ambiente acadêmico e prejudicando a

construção de conhecimento. Assim, a vida universitária durante a ditadura, em especial durante a década de 1970, foi marcada tanto pela brutalidade do Estado, na figura dos serviços de informação e segurança, quanto pelo retorno da mobilização, não apenas dos estudantes, mas dos diversos segmentos de contestação social.

Assim como não foi possível eliminar os movimentos de contestação ao regime, também não foi possível acabar com as atividades de vigilâncias das ASIs nas universidades. Em meio às reivindicações que exigiam o fim das ASIs no final da década de 1970, muitas foram extintas. Contudo, a ASI/UFBA foi uma das assessorias que permaneceu em atividade. Não sabemos ao certo quando a mesma foi extinta, apenas que desempenhou seu papel como vigia da comunidade acadêmica até meados de 1980.

## Anexos

RP 1093

**CONFIDENCIAL**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Of. Nº 268/75/SF

SALVADOR-BA.

19 JUN. 1975

DO CHEFE DA AESI/UFBA

AO SR. CHEFE DO GABINETE DO REITOR DA  
UFBA.

REF: INF Nº 1075/75 - DSI/MEC

ASSUNTO: PROVIDÊNCIAS (SOLICITA)

- 1 - A fim de atender instruções da DSI/MEC no documento citado na referência, solicito a V.Sa. determinar providências no sentido de que seja observado o contido abaixo, no preenchimento de Fichas de Qualificação.
  - a - A Ficha de Qualificação Mod. 14 (FQ-14) deverá ser remetida a AESI em todos os casos de pedidos de Levantamento de Dados Biográficos (LDB), devida e corretamente preenchida (DATILO-GRAFADA) em duas (2) vias, atendendo às instruções contidas no verso da mesma.
  - b - As FQ-14 de candidatos a afastamento do País, devem dar entrada na AESI obedecendo ao prazo de pelo menos sessenta (60) dias de antecedência em relação à data prevista para o início da viagem.
  - c - Os processos de Afastamento do País devem ser encaminhados ao GM/MEC com sessenta (60) dias também de antecedência, para atendimento às exigências legais de prazo, e, o número do Encaminhamento ou Ofício informado a AESI.
  - d - Para processamento de LDB, para cada pessoa que fôr preenchida a FQ-14, será feita, pela autoridade a que estiver a pessoa diretamente subordinada, uma (1) Ficha Sintética de Apreciação (modelo anexo). A Ficha Sintética será elaborada pela autoridade a que estiver subordinado o interessado e remetida diretamente a AESI/UFBA, em caráter CONFIDENCIAL.
  - e - O preenchimento da FQ-14 é específico para cada cargo, função, comissão ou afastamento.  
Assim, torna-se necessário o preenchimento de nova FQ sempre que a mesma pessoa, objeto de FQ anterior, for cogitado para outro cargo, função, comissão ou afastamento.
  - f - O preenchimento parcial ou incorreto da FQ e a não observância dos prazos e canais de tramitação, resulta em prejuízo do processamento de LDB e, conseqüentemente, das partes interessadas.
- 2 - Na oportunidade apresento à V.Sa. protestos de distinta consideração.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA  
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS.  
Ar. 62 Dec. n. 60.417/67 Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos I.

U.F.Ba. - Mod. 015  
100.000 - 05/74

**CONFIDENCIAL**

CHEFE DA AESI/UFBA



FICHA SINTÉTICA DE APRECIÇÃO SOBRE O LEVANTAMENTO  
DE DADOS BIOGRÁFICOS EFETUADO

RP1094

L D B Nº \_\_\_\_\_ NOME \_\_\_\_\_

COGITAÇÃO:

1. POSIÇÃO IDEOLÓGICA	<input type="checkbox"/> DEMOCRATA <input type="checkbox"/> COMUNISTA <input type="checkbox"/> ESQUERDISTA <input type="checkbox"/> SEM POSIÇÃO DEFINIDA <input type="checkbox"/> NÃO HÁ REGISTROS <input type="checkbox"/> OS REGISTROS NÃO PERMITEM OPINIÃO CONCLUSIVA
2. ATITUDE COM RELAÇÃO À REVOLUÇÃO DE 31/MAR/64	<input type="checkbox"/> INTEGRADO <input type="checkbox"/> ADESISTA <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO <input type="checkbox"/> CONTRA-REVOLUCIONÁRIO <input type="checkbox"/> SEM POSIÇÃO DEFINIDA <input type="checkbox"/> NÃO HÁ REGISTROS <input type="checkbox"/> OS REGISTROS NÃO PERMITEM OPINIÃO CONCLUSIVA
3. ATIVIDADES SUBVERSIVAS	<input type="checkbox"/> ATUANTE <input type="checkbox"/> SIMPATIZANTE <input type="checkbox"/> NÃO HÁ REGISTROS <input type="checkbox"/> OS REGISTROS NÃO PERMITEM OPINIÃO CONCLUSIVA
4. PROBABILIDADE ADMINISTRATIVA	<input type="checkbox"/> HÁ REGISTROS POSITIVOS <input type="checkbox"/> HÁ REGISTROS NEGATIVOS <input type="checkbox"/> NÃO HÁ REGISTROS
5. EFICIÊNCIA FUNCIONAL OU PROFISSIONAL	<input type="checkbox"/> HÁ REGISTROS POSITIVOS <input type="checkbox"/> HÁ REGISTROS NEGATIVOS <input type="checkbox"/> NÃO HÁ REGISTROS
6. CONDUTA CIVIL	<input type="checkbox"/> HÁ REGISTROS POSITIVOS <input type="checkbox"/> HÁ REGISTROS NEGATIVOS <input type="checkbox"/> NÃO HÁ REGISTROS
7. OBSERVAÇÕES	
<p style="text-align: center;"><u>APRECIÇÃO FINAL</u></p> <input type="checkbox"/> NÃO HÁ RESTRIÇÃO <input type="checkbox"/> OS REGISTROS EXISTENTES NÃO CONTRA-INDICAM O APROVEITAMENTO <input type="checkbox"/> NÃO EXISTEM ELEMENTOS DE CONVICÇÃO QUE CONTRA INDIQUEM O APROVEITAMENTO <input type="checkbox"/> NÃO HÁ REGISTROS <input type="checkbox"/> NÃO DEVE SER APROVEITADO	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES  
FICHA DE QUALIFICAÇÃO

Mod. 13

Anexo ao PB nº

de

A	NOME				
B	NASCIMENTO	DATA	LOCAL		
C	FILIAÇÃO	PAI			
		MÃE			
D	IDENTIDADE	Nº	EXP.	DATA	
	T. ELEITOR	Nº	ZONA	DATA	
	CIC ou CPF	Nº			
	EST. CIVIL	CÔNJUGE			
	RESIDÊNCIAS	ATUAL			
		ANTERIOR			
		ANTERIOR			
	PROFISSÃO				
	ATIVIDADES	ATUAL			
		ANTERIOR			
ANTERIOR					
COGITADO	CARGO				
	AUTORIDADE				
REGISTROS ANTERIORES					
E	ESCOLARIDADE				
F	LIGAÇÕES POLÍTICAS				
G	OUTROS DADOS				
PREENCHIDA EM : -					

ÇÕES

- Nenhuma.

INSTRUÇÕES

NOME	Preencher em letra de forma ou a máquina;
NASCIMENTO	Preencher como indicado;
ILIAÇÃO	Nome do pai e da mãe, mesmo que falecidos;
IDENTIDADE	Número da carteira, Órgão Expedidor e data da expedição;
T.ELEITOR	Preencher como indicado;
CIC ou CPF	Número do cartão de Identificação do Contribuinte ou cartão de Pessoa Física do Imposto de Renda;
EST.CIVIL	E nome do Cônjuge, quando casado;
RESIDÊNCIAS	Na atual, colocar o endereço completo e, nas anteriores, apenas cidade e estado;
PROFISSÃO	A que tiver (Economista, Advogado, Estudante, etc.);
ATIVIDADES	Atual: cargo ou função que desempenha no momento, nome e endereço do local de trabalho e desde quando a exerce; Anteriores: os cargos, funções ou empregos anteriores, citando locais e datas em que foram exercidos;
COGITADO	Função ou cargo para o qual esteja cogitado e autoridade a quem está afeto o ato de admissão ou recondução;
REGISTROS ANTERIORES	Sempre mencionar a existência de Informes, Informações, ou a não existência de registros;
ESCOLARIDADE	-Escolas pelas quais se formou ou frequentou, com locais e datas;
LIGAÇÕES POLÍTICAS	Filiação a partidos e ligações com elementos políticos ou movimentos;
OUTROS DADOS	Que não constam dos itens anteriores mas que possam interessar à pesquisa, inclusive codinome ou apelidos, se tiver;
OBSERVAÇÕES	Qualquer elemento que possa complementar ou completar os lançamentos anteriores.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
 DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES  
 FICHA DE QUALIFICAÇÃO - MOD. 14  
 ANTES DE PREENCHER OBSERVE INSTRUÇÕES  
 - VERSO -  
 ANEXO AO PB Nº \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

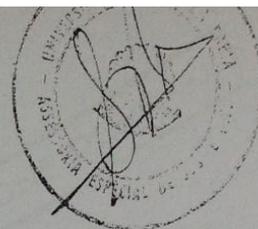
RESERVADO AO O. I.

NOME			
NASCIMENTO	DATA	LOCAL	
FILIAÇÃO	PAI		
	MÃE		
IDENTIDADE	Nº	ÓRGÃO EXP.	DATA
EST. CIVIL	CÔNJUGE		
COGITADO	C A R G O		
	AUTORIDADE		
	VIAGEM AO EXTERIOR	PERÍODO DE _____ A _____	
	COM ÔNUS <input type="checkbox"/>	LOCAL	
COM ÔNUS LIMITADO <input type="checkbox"/>	ESTABELECIMENTO		
SEM ÔNUS <input type="checkbox"/>			
RESIDÊNCIAS	ATUAL		
	ANTERIOR		
	ANTERIOR		
ATIVIDADES	A T U A L I S		
	ANTERIOR		
	ANTERIOR		
REGISTROS ANTERIORES (RESERVADO AO O. I.)			
ESCOLARIDADE			
OUTROS DADOS			

PREENCHIDA EM / /

INSTRUÇÕES	
	PREENCHER EM LETRA DE FORMA OU DE PREFERÊNCIA A MÁQUINA.
	PREENCHER COMPLETA E CORRETAMENTE, OBSERVANDO:
NOME	Nome completo ( sem abreviaturas ).
NASCIMENTO	Data ( dia/mês/ano ) Local ( cidade/estado )
FILIAÇÃO	Nomes completos do PAI e da MÃE, mesmo que falecido ( a/s ).
IDENTIDADE	Número da Carteira - nome do Órgão Expedidor - data da expedição da mesma ( dia/mês/ano ).
EST. CIVIL	É nome do cônjuge, quando casado; se viver maritalmente, o nome da ( o ) companheira ( o ).
COGITADO	a) Função ou Cargo, indicando o Órgão, para o qual esteja cogitada e autoridade a quem está afeto o ato de designação ou nomeação. b) Em caso de afastamento do País, indicar a finalidade ( curso, estágio, congresso, etc. ) e, no quadro adiante, preencher com um X a indicação do tipo da viagem, bem assim, o período de duração do afastamento, especificando as datas, o local ( cidade/estado/país ) e nome do estabelecimento ou organização.
RESIDÊNCIAS	Em todos os casos: atual e anteriores, colocar o endereço completo ( rua, avenida, praça, etc. - número da casa ou do edifício e apartamento - bairro - cidade - estado ).
ATIVIDADES	a) Órgão ou Organizações e localidades onde trabalha, indicando sua profissão/função exercida no momento. b) Quanto às atividades anteriores, indicar também os Estados/Órgãos/Organizações onde trabalhou e períodos.
REGISTROS ANTERIORES	Reservado ao O.I. para mencionar os registros existentes.
ESCOLARIDADE	Escolas e/ou Universidades que frequentou, indicando locais ( cidade/estado ) e período de frequência, bem assim, se diplomado, o ano de conclusão e nome do curso.
OUTROS DADOS	Esclarecimentos julgados necessários referentes a itens, constantes ou não da presente FQ-14.
OBSERVAÇÕES	Quaisquer outros elementos de complementação de dados.

CONFIDENCIAL



Of. nº 066/73/SI

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

SALVADOR-BA.

26 JUN 1973

Do Chefe da AESI/UFBA

Ao Sr. Diretor do Inst. de Física

Ref: PB nº 46/73 - Confidencial, de 18  
06/73

Assunto: Publicações Estudantis (Reco-  
mendações)

1 - Para conhecimento e providências de V. Sa. transcre-se abaixo as ins-  
truções recebidas do órgão controlador do Ministério da Educação e  
Cultura sobre publicações periódicas estudantis:

"a - As publicações estudantis estão abrangidas pelos dispositivos  
da Lei nº 5.250, de 09/02/1967, que em seu artigo 8º obriga os  
jornais e demais publicações periódicas a inscrição no Registro  
Civil das Pessoas Jurídicas.

O DESENHADO ABAIXO É O ORIGINAL DA FOLHA  
RUBRICADA E ASSINADA PELO Sr. DIRETOR  
DO INSTITUTO DE FÍSICA  
EM 18/06/73. NÃO SE DEVE  
SOLICITAR A  
SITUAÇÃO 1.

b - É necessário disciplinar a existência das publicações periódicas  
estudantis, a fim de prevenir a ocorrência de punições com  
base no Decreto-lei nº 477/69, em razão de matérias publicadas  
no âmbito escolar, consideradas subversivas pelas autoridades u  
niversitárias.

c - O Senhor Ministro da Educação e Cultura recomendou, recentemen-  
te, que seja firme e necessariamente observada a Lei nº 5.250 ,  
de 09/02/1967, com respeito ao registro das publicações estudan  
tis.

d - São considerados clandestinos, de acordo com o art. 11 da mesma  
lei, os jornais e publicações periódicas, que não estiverem ins  
critos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

2 - Em consequência das instruções acima, solicito a V. Sa. determinar se  
já informado a esta AESI, com brevidade, o seguinte:

- se existe nessa Unidade publicação periódica estudantil;

C O N F I D E N C I A L

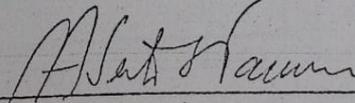
Do Diretor

Ao Chefe da AESI/UFBA

QUESTIONÁRIO

- 1 - Está havendo propaganda ostensiva ou clandestina, através de panfletos e cartazes, contra o regime vigente?
- NÃO
- 2 - Qual o seu conteúdo? x-x-x-x
- Temas explorados? x-x-x-x
- Quais os responsáveis? (DCE, DA ou outros) x-x-x-x
- 3 - Existem ligações de estudantes com instituições da linha esquerdista? NÃO QUE SEJAM DO MEU CONHECIMENTO
- Quais são as instituições?
- Nacionais? x-x-x-x
- Internacionais? x-x-x
- 4 - Quais os líderes mais atuantes ligados ao movimento contrário ao regime? x-x-x-x
- Corpo Docente x-x-x-x
- Corpo Discente -x-x-x
- 5 - Existem elementos estranhos à Unidade procurando ou estabelecendo contatos com elementos dos corpos docente e discente? NÃO QUE SEJAM DO MEU CONHECIMENTO
- 6 - Têm ocorrido fatos estranhos à vida da Unidade?
- NÃO
- Quais? x-x-x-x

Salvador, 28 de março de 1974



Diretor  
HUMBERTO S. R. TANURE  
VICE-DIRETOR, EM EXERCÍCIO.

## Referências

- ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. A atualização da Assessoria Especial de Segurança e Informação na Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES): Análise de documentos relativos à vigilância aos militantes da comunidade universitária, contrários a ditadura militar. **Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios**. Florianópolis, jul. 2015. Trabalho apresentado no XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015 [Florianópolis, SC].
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução Clovis Marques. Petrópolis: Vozes, 1989.
- AMARAL, Roberto. O movimento estudantil brasileiro e a crise das utopias. **Revista ALCEU**, Rio de Janeiro, v.6 - n.11 - jul./dez. 2005, p. 195-205.
- AMORIM, Bianca Rihan Pinheiro. **Nas entrelinhas da distensão: a construção de memória no arquivo pessoal de Ernesto Geisel**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2014.
- ANDRADE, Fabiana de Oliveira. O Serviço de Informações e a cultura do segredo. **Revista VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol.28, nº 48- p.537a554 -jul/dez, 2012.
- \_\_\_\_\_. **A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca: [s.n.], 2014.
- ANTUNES, Priscila Carla Brandão. **SNI e ABIN: entre a teoria e a prática, uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – ADUSP. **O livro negro da USP: o controle ideológico na universidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS**. Organização e revisão Lorena Holzmann... et al. – 2ª ed. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.
- BARCELLOS, João Miguel Villas-Bôas. **Segurança e desenvolvimento como fundamento da “grande estratégia” do governo Geisel: uma análise geopolítica**. Dissertação (mestrado Economia Política Internacional). Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia. 2017, p. 85-86.
- BARROS, José D’Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Revista Mouseion**, nº. 12, mai-ago/2012, p.129-159.
- BAUER, Carolina Silveira. **Um estudo corporativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militar Argentina e Brasileiras e elaboração de políticas de memórias em ambos os países**. Tese (Doutorado em história). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade: mortes e desaparecidos. **Relatório** Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014
- BRASIL. Lei 4.464, art. 14 de 09 de novembro de 1964. In: **Diário Oficial da União**, Seção 1, 11 de novembro de 1964. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

- BRASIL. Lei nº 12.527/2011 de 18 de novembro de 2011. In: **Diário Oficial da União**, Seção 1 - Edição Extra - de 18 de novembro de 2011 Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12527-18-novembro-2011-611802-publicacaooriginal-134287-pl.html>>. Acesso em: 30 de maio de 2018.
- BRITO, Antonio Mauricio Freitas. **O golpe de 1964: o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2008.
- CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberdade do regime autoritário (1974-1985). **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, no1, 2005, pp. 115 a 147.
- CARVALHO, Igor Chagas de. A tensão entre o direito à informação e o direito à privacidade e o acesso aos arquivos sensíveis. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília. Ano 51 nº. 202 abr./jun. 2014.
- CASTRO, Adyr Fiúza de. **Os anos de Chumbo: a memória militar sobre a Repressão**. Introdução e organização: Maria Celina D’Araujo, Gláucio Ary Soares, Celso Castro. - Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- CASTRO NETO, David A. Nossos comerciais, por favor: a propaganda brasileira e ditadura militar (1964-1985). **Política, cultura e narrativa na América latina**. Maringá/PR., out. 2015. VII Congresso Internacional de História/ XXXV Encuentro de GeoHistoria Regional/ XX Semana de História da UEM. [Maringá, 2015].
- CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Tradução de Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CHIRIO, Maud. A “primeira linha dura” do regime militar: trajetória de oficiais do Exército nos anos 60 e 70. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011.
- CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. tradução André Telles. – Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. Perseguições, espionagem e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 a 1979). **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 4, nº. 2, 2006., p. 129-145.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência**. *Psicol. estud.* [online]. 2000, vol.5, n.2.
- CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação/UFBA, Salvador, 2012.
- DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 4ª. ed. 1991.
- ARAÚJO, Maria Celina Soares d’; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os Anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumara, p. 1994
- DUARTE, Bruno Sobroza. Desmontando a ditadura: o Governo de Ernesto Geisel. ANPUH: 50 anos. São Paulo/SP, jul. 2011. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. 2011[São Paulo, SP].
- DUCCINI, Felipe Moreira Barboza. **A luta pela anistia na Bahia**. Maringá: Viseu, 2018.
- ESG. Manual básico/ **Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: ESG, 1986.

- ESPIÑEIRA, Maria Victoria. **A resposta da Bahia à repressão militar:** a ação da Ala Jovem do MDB e a militância civil do trabalho conjunto da cidade de Salvador. In: ZACHARIADHES, Grimaldo (org.). *Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos*, Novos Horizontes. Salvador: EDUFBA. 2009, p. 215-240.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES)*. **Revista: Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, nº 10, a 2013.
- FICO, Carlos. **Brasil: a transição inconclusa**. In: *Violência na história: Memória trauma e reparação/ orgs. Maria Paula Araújo, Carlos Fico, Monica Grin*, - Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam – Os subterrâneos da Ditadura Militar:** espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O grande Irmão da Operação Brother Sam aos anos de chumbo:** O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira//. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- \_\_\_\_\_. *História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis – o caso brasileiro*. **Revista Varia história**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, jan/jun 2012 b.
- FERREIRA, Vânia Farias. **Universidade Federal de Pelotas à época da ditadura civil-militar:** memórias divergentes de uma trajetória. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas, 2017.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura envergonhada:** As ilusões armadas. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- GORDILHO, Maria Celina Monteiro. **Cassação de mandato, suspensão de direitos políticos e inelegibilidade:** relações entre direito e política no regime militar brasileiro (1968 – 1970). Dissertação (Mestrado em Constituição e Democracia). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. 2015.
- KECK, Margaret E. **PT – A lógica da diferença:** o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- KOPANYSHYN, Emanuelle. **A ação política dos bispos católicos na ditadura militar:** os casos de São Carlos e Assis. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, 2015.
- LINS, Rafael Quintela Alves. *Era cinza o céu do sertão: notas sobre o golpe de 1964 em Feira de Santana/Ba. Contra os preconceitos: História e Democracia*, Brasília, DF. jul. 2017. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – ANPUH**. 2017 [Brasília, DF].
- MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS:** afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964-1969). Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas). Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Subversivos:** ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964-1988). Tese (Doutorado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas). Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.
- MARTINS, Ricardo Constante. **Ditadura Militar e propaganda política:** a revista manchete durante o governo Médici. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais]. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos/SP. 1999.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. *Projeto militar de distensão: notas sobre a ação política do presidente Geisel*. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba/PR, n.º 4-5, 1995, p. 149-159.

- MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. **Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979**. Dissertação (mestrado em História Social). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2002.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo, 4ª edição Revista e Ampliada, Editora Loyola, 2002.
- MOREIRA, Vânia Medeiros. **O CPC da UNE na Bahia**. In: ZACHARIADHES, Grimaldo (org.). *Ditadura Militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conflito e resistência*. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 79-103.
- MOTA, Mauricio Quadros. **A Une Volta à Cena: A reorganização do Movimento Estudantil baiano e processo de reconstrução da UNE (1969-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008.
- \_\_\_\_\_. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. **Revista contemporânea: Historia y problemas del siglo XX** | Año 3, Vol. 3, 2012.
- \_\_\_\_\_. **As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e do Centre d’Histoire Sociale du XXème Siècle de l’Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne. 2010.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- NASCIMENTO, Dmitri Felix do. **O Serviço Nacional de Informações (SNI): o estado de Pernambuco vigiado**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2013.
- NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, (10) dez, 1993.
- OLIVEIRA, Lucio Maria Velloso de. **O lugar dos arquivos após a lei de Acesso à informação uma perspectiva do cenário do poder público Federal**. In: *Lei de Acesso à Informação: impacto e limites nos arquivos de ciência tecnologia*. Org. Lucio Maria Velloso de Oliveira, Maria Celina Soares de Mello e Silva. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, Rio de Janeiro, 2014.
- OLIVEIRA, Louise Anunciação Fonseca de *et al.* Ações arquivísticas no acesso à informação junto à Comissão da Verdade da UFBA: resgate histórico do período da ditadura civil militar. **Sensibilidade e inovação**. Santa Maria/SC, out. 2014. Trabalho apresentado no VI Congresso Nacional de Arquivologia. 2014 [Santa Maria, RS].
- OLIVEIRA, Louise Anunciação Fonseca de *et al.* Escola Politécnica da UFBA e a Assessoria de Segurança e Informação. **Além das “nuvens”**: expandido as fronteiras da ciência da informação. Belo Horizonte/MG, out. 2014. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). 2014 [Belo Horizonte, MG].
- PELEGRINE, Ayala Rodrigues Oliveira. **Modernização e repressão: Os impactos da ditadura militar na Universidade Federal do Espírito Santo (1969-1974)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES, 2016.

- PEREIRA, Ludmila Gama. **Nenhuma ilha da liberdade: vigilância, controle e repressão na Universidade Federal Fluminense (1964/1987)**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.
- PINHEIRO, Enio dos Santos. **Os Anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão/ Introdução e organização** Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro/FGV. vol. 2, nº. 3, 1989.
- QUINALHA, Renan, Honório. **Contra moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, 2017.
- REIS, Fernanda Teixeira. Política mandonista no Estado da Bahia: o fenômeno político do Carlismo e suas sucessivas estratégias de adaptação da elite política baiana. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Sociais, Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília UnB. 2010.
- REIS, Gustavo Moraes Rego. **Os Anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão/ Introdução e organização** Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- RÉMOND, René. **“Do político”**. In: Por uma história política. Rio de Janeiro, RJ: 2. Ed. UFRJ, Fundação Getúlio Vargas. 2003.
- REZENDE. Pâmela de Almeida. Da abertura lenta, gradual e segura à anistia ampla, geral e irrestrita: a lógica do dissenso na transição para a democracia. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 2, 2014.
- REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984**. Londrina: Eduel, 2013. [livro eletrônico]. Disponível em <http://www.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuitos.php>. Acesso em 15 jan. 2018.
- ROUSSO, Henry. O arquivo ou indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro/FGV. V. 09, nº. 17. 1996.
- SILVA, Anderson Luís Santos. **Após a longa noite: as jornadas grevistas de 1975 na UFBA**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016.
- SILVA, Edson Amado. **Métodos e técnicas de pesquisa em história II/** Edson Armando Silva, Francieli Lunelli Santos e Cláudio Denipoti. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2011.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985**. In: O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Orgs.: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SILVA, Marcília Gama da Silva. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2007.
- SOUZA, Aline Farias de. O fim do primeiro governo estadual de Antônio Carlos Magalhães e o dia seguinte. História: e o futuro da educação no Brasil. Recife/Pe, [jul. 2019]. **Anais do XXX Simpósio Nacional de História – ANPUH**. 2011[Recife, Pe].2019.
- SOUZA, Miliangre Garcia de. **Do teatro a militância engajada: a experiência do CPC da UNE (1958-1964)**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abreu, 2007.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Editora UNESP: Salvador, Bahia: EDUFBA, 2001

- THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TOUTAIN, Lúcia Maria Batista Brandão (Org); BARBOSA, Marilene Lobo Abreu; VARELA, Aída (Org.). **Reitores UFBA**: de Edgar Santos a Naomar de Almeida Filho. Salvador, BA: UFBA, [E-book] 2011.
- VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 8ª 2008.
- ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. **Os jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar**: atuação do CEAS. Salvador: EDUFBA, 2010.